As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[TICKER NOVO MERCADO]

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
Companhia de capital autorizado
CNPJ/ME nº 11.114.284/0001-63
NIRE: 333.0029179-2
Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andar
CEP 20.011-904, Rio de Janeiro, RJ
[•] Ações Ordinárias
Valor total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Casa & Vídeo Brasil S.A.**, ("**Companhia**") e o **Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** ("**Acionista Vendedor**"), em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Itaú BBA**" ou "**Coordenador Líder**"), o **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), o Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), **o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**Citi**") e a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, o BTG Pactual e o Citi, os "**Coordenadores da Oferta**"), na qualidade de instituições intermediárias, estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("**Ações**" e "**Oferta**", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de, inicialmente, [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**", "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente) e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de listagem do Novo Mercado e negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de distribuição das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme abaixo definido) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc. e pela XP Investments US, LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**"): (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("***Regulamento S***"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, inclusive nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), ou da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("**Resolução CMN 4.373**") e da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada ("**Resolução CVM 13**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Exceto pelo registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão qualquer registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("**Anúncio de Início**"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério [do Acionista Vendedor e da Companhia], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] [novas] Ações, [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até [•] [novas] Ações, [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso, na proporção indicada no Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Suplementares**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia [e] pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações Suplementares**").

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido abaixo) a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e observadas as disposições na página 66 deste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Na hipótese de o Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Interior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, §1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de Bookbuilding**") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding* reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(1)(2)(3)(4)(5)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor na Oferta e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Identificação do Acionista Vendedor, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos", na página 46 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 15 de janeiro de 2021, cuja ata foi devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") em 20 de janeiro de 2021, sob o nº 00004001073, bem como foi publicada na edição de 16, 17 e 18 de janeiro de 2021 no jornal "Diário do Acionista" e em 19 de janeiro de 2021 no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ("**DOERJ**").

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Diário do Acionista" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOERJ até o dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação. É admissível o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 22 de janeiro de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 E 97, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4.1 E 4.2 FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 271, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO NA COMPANHIA, NA OFERTA E NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[logos]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **5**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **24**
SUMÁRIO DA OFERTA **26**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **44**
Composição do capital social 44
Principais acionistas, Administradores e Acionista Vendedor 45
Identificação do Acionista Vendedor, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 46
Características Gerais da Oferta 46
Descrição da Oferta 46
Aprovações Societárias 48
Preço por Ação 48
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 48
Quantidade, montante e recursos líquidos 49
Custos de Distribuição 50
Instituições Participantes da Oferta 54
Público Alvo 54
Cronograma Estimado da Oferta 55
Procedimento da Oferta 56
Oferta Não Institucional 57
Oferta do Segmento Private 58
Oferta Institucional 64
Prazos da Oferta 66
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 66
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 67
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Estabilização dos Preços das Ações 70
Violações das Normas de Conduta 71
Direitos, vantagens e restrições das Ações 71
Negociação das Ações na B3 72
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 73
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 73
Formador de Mercado 73
Condições a que a Oferta esteja submetida 73
Informações adicionais 73
Coordenadores da Oferta 74
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 75
Coordenadores da Oferta 75
Instituições Consorciadas 76
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **78**
Coordenador Líder 78
Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA 78
Santander 79
BTG Pactual 81
Citi 83
XP 85

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 87
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 87
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder ... 87
Relacionamento entre a Companhia e o Santander ... 88
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual ... 89
Relacionamento entre a Companhia e o Citi ... 90
Relacionamento entre a Companhia e a XP ... 92
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ... 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Santander ... 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ... 95
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi ... 95
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP ... 96
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES ... 97
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ... 106
CAPITALIZAÇÃO ... 107
DILUIÇÃO ... 108
ANEXOS ... 113
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA ... 117
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA ... 137
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA ... 143
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 149
DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 153
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 157
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 ... 163
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 ... 247

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Casa & Vídeo” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, a Casa & Vídeo Brasil S.A. e sua subsidiária na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 26 deste Prospecto.

Acionista Vendedor ou Akangatu	Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	Banco Santander (Brasil) S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia ou Casa & Vídeo	Casa & Vídeo Brasil S.A.
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que, até a data deste Prospecto, não havia sido instalado.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria Estatutária	A Diretoria Estatutária da Companhia.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527 e consiste no *Lucro (Prejuízo) líquido do exercício* adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("*IRPJ/CSSL corrente e diferido*"), pelo Resultado Financeiro Líquido e pelas despesas com *Depreciação e Amortização*. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.
[EBITDA Ajustado]	[•]
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia na data deste Prospecto, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, e anexo a este Prospecto a partir da página 247.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 476	Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 567	Instrução da CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.]
IPO	Oferta pública inicial de distribuição de ações.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2020/CVM/SRE, divulgado em 5 de março de 2020.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, incluindo o Formulário de Referência, demais documentos a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, incluindo o Formulário de Referência, demais documentos a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.

Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A, conforme alterada, editada pela SEC ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Casa & Vídeo Brasil S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.114.284/0001-63, com seus atos constitutivos registrados na JUCERJA sob o NIRE nº 333.0029179-2.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 22 de janeiro de 2021.
Sede	Localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andar, CEP 20.011-904.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Tiago de Oliveira Nascimento. O endereço eletrônico para contato da Diretoria de Relações com Investidores é ri@casaevideo.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "**[•]**", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOERJ e no jornal "Diário do Acionista".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	https://www.casaevideo.com.br/investidores As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não serão a ele anexas ou incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 73 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém considerações sobre estimativas e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos para futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 20 e 97, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "4.1 e 4.2 Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia a partir das páginas 271, 370 e 431, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros.

As estimativas e declarações futuras da Companhia têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos, de saúde pública e outros efeitos da pandemia de COVID-19 (ou qualquer outra pandemia, epidemia ou crises similares), particularmente conforme esses fatores impactem o Brasil e na medida que eles continuem a ter severos efeitos macroeconômicos, o que pode realçar o impacto de outros riscos que a Companhia está sujeita (para informações adicionais, veja a seção "4.2 Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, a partir da página 320;

- o impacto da pandemia do COVID-19 nas condições e econômicas e dos negócios no Brasil e mundialmente e quaisquer medidas restritivas imposta por autoridades governamentais para combater o surto;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19 em seu negócio, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento e planos de negócios, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas, bem como a identificação de novas localidades para novas unidades;

- os efeitos das crises financeira e econômica no Brasil;

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia atua, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor e liquidez no mercado financeiro de mercado de capitais;

- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;

- perda de fornecedores e a incapacidade de adquirir novos fornecedores a custos competitivos;
- manutenção do sucesso do seu marketing e esforços de venda;
- alteração no custo dos nossos produtos e dos nossos custos operacionais;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória, acompanhando as mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que a Companhia vende, inclusive em relação à inovações tecnológicas;
- alterações nos gastos do consumidor e mudança nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que a Companhia vende, inclusive nossa capacidade de continuar a atrair e reter clientes, bem como outros fatores que podem causar uma redução na base de clientes da Companhia;
- potenciais interrupções na cadeia de suprimento, resultantes dos efeitos contínuos da pandemia COVID-19 ou por qualquer outro motivo;
- alteração da condição financeira dos clientes da Companhia, afetando sua capacidade de pagar por nossos produtos e serviços;
- a capacidade da Companhia de reter funcionários chave e expandir continuamente sua rede de colaboradores;
- aumento do custo na estrutura da Companhia, em especial de custos trabalhistas e de custos com compra para revenda;
- capacidade da Companhia de manter as operações das suas lojas nos locais onde atualmente opera;
- a capacidade da Companhia de implementar com sucesso sua estratégia de e-commerce e de se adaptar às demandas digitais de seus clientes;
- capacidade da Companhia de se proteger contra incidentes de segurança cibernética;
- a capacidade da Companhia de proteger dados pessoais e cumprir a legislação de privacidade de dados;
- processos judiciais e administrativos e investigações, avaliações e inquéritos governamentais dos quais é ou pode se tornar parte;
- o impacto de legislações e regulamentações relacionadas aos negócios da Companhia que possam entrar em vigor futuramente, inclusive com respeito às leis trabalhistas, ao setor de varejo e, conforme aplicável, aos produtos e serviços que a Companhia oferece;
- instabilidade política e condições gerais da economia, política e de negócios no Brasil e no exterior, incluindo, no Brasil, a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso e as relações turbulentas e disputas internas dentro da administração do Presidente da República, bem como políticas públicas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou outras mudanças em políticas públicas, incluindo reformas econômicas e tributárias e respostas aos efeitos contínuos da pandemia do COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto do COVID-19 no Brasil e no mundo;

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muito dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 20 e 97, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como na seção "4. Fatores de Risco" e "5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 271 e 347, respectivamente, deste Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas as datas em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 247, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

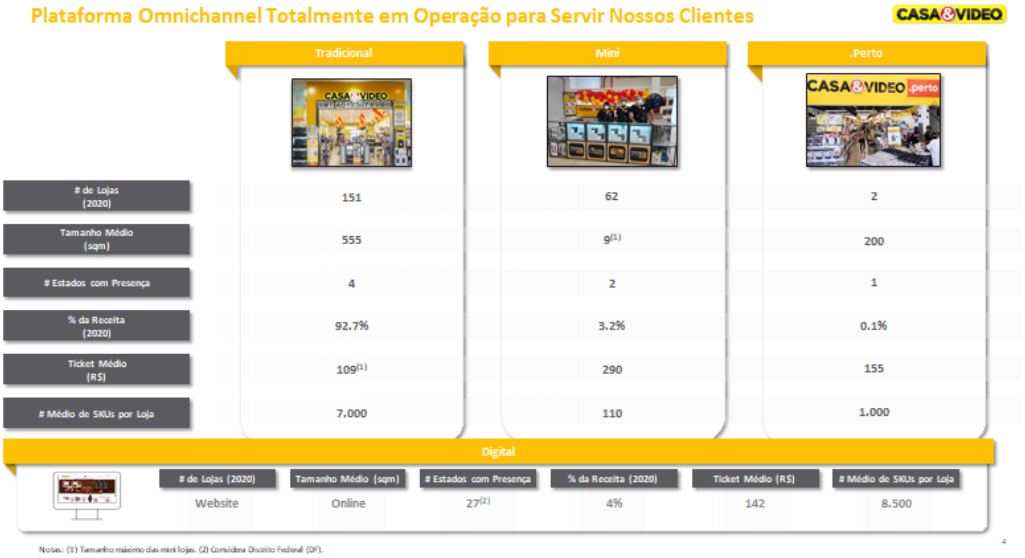
ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS NOSSAS INFORMAÇÕES. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE NÓS ESTÃO DESCRITAS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 247, LEIA-OS ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro", "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações"] nas páginas 49, 20 e 97 deste Prospecto, bem como as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4.1 e 4.2 Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores", respectivamente, do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, além de nossas Demonstrações Financeiras, anexas a este Prospecto. Salvo indicação em contrário, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas" e "companhia" referem-se à Casa & Vídeo Brasil S.A. e sua subsidiária.

VISÃO GERAL

A Casa & Video Brasil S.A. ("Companhia") é uma das maiores redes de lojas de departamentos dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme dados da *Growth for Knowledge* - GFK ("GFK"), com 8,2% de *market share*[1] no Estado do Rio de Janeiro[2], considerando o portfólio de produtos que oferece, e é líder no segmento de portáteis e climatização[2]. É a 2ª marca em *Top of Mind* do segmento no mercado do Estado do Rio de Janeiro e tem a maior consideração de compra na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro[3]. Com atuação por meio de lojas físicas, *e-commerce* e televendas, a Companhia possui um portfólio de mais de 7 mil produtos, incluindo utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, itens de decoração, itens de organização e de climatização, entre outros. Uma marca construída há mais de 30 anos de atuação no varejo, a Companhia atende públicos de diferentes classes, contando com uma base de cerca de 7,5 milhões de clientes ativos nos últimos 24 meses, oferecendo soluções para equipar suas casas, com um amplo *mix* de produtos de qualidade e de marcas conhecidas, a preços baixos, por meio de canais de venda físicos e digitais integrados, possibilitando conveniência e diversificação de serviços.

A Companhia opera com alta rentabilidade ao passo que inaugurou mais de 120 lojas desde 2018, com uma alavancagem líquida de 0,63x EBITDA em 31 de dezembro de 2020. Atualmente, a Companhia trabalha com três formatos de lojas físicas: (i) as lojas tradicionais que contam com tamanho médio de 555 m², uma capacidade de até 7 mil unidades de manutenção de estoque ("SKUs"), alto sortimento de produtos e um *ticket médio* de R$109,00; (ii) as lojas no formato Casa&Video.perto ("Lojas.Perto"), projetadas para cidades com menos de 70 mil habitantes, que contam com um tamanho médio de, aproximadamente, 200m², cerca de 1 mil SKU's e *ticket médio* de R$155,00; e (iii) lojas no formato Casa&Video Mini ("Lojas Mini"), que são quiosques em pontos de alta circulação de pessoas, como supermercados, *shopping centers* ou terminais de transporte, um tamanho médio de 9 m², cerca de 110 SKU's e *ticket médio* de R$290,00.



Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 215 pontos de venda (151 lojas tradicionais, 62 Lojas Mini e 2 Lojas.Perto), com forte presença geográfica nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de início de expansão para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, conforme indicado na figura a seguir.

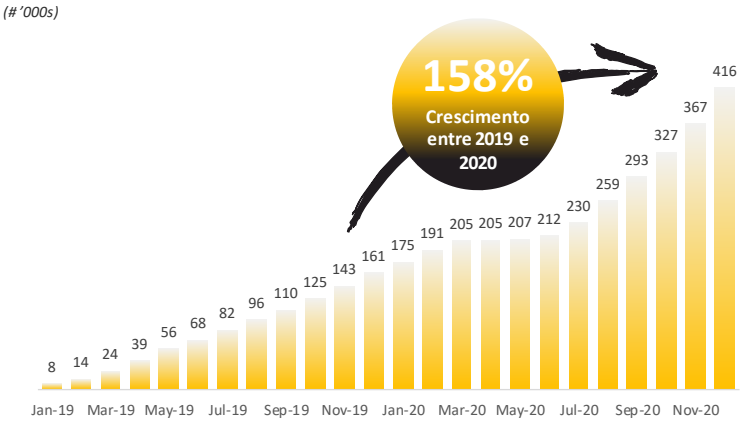
---

1 Fatia de mercado.
2 GFK, 2020 FY, Cestas de Telefonia, Eletroportáteis, Climatização, Informática e Eletrônicos. Dados até nov/20.
3 Pesquisa contratada junto a Mosaiclab, com 1.070 casos, realizada em dezembro de 2019.

Em conjunto com a operação de lojas, a Companhia oferece serviços financeiros e crédito aos seus clientes desde dezembro de 2018 por meio de um cartão *private label* ("Cartão C&V"), em parceria com uma financeira que assume a inteligência e responsabilidade do risco de crédito, enquanto a Companhia opera a impressão e processo de coleta de informações para aprovação do Cartão. O Cartão C&V teve, ao longo de 2020, relevante expansão de base (mais de 400 mil cartões ativos em dezembro de 2020), mais do que dobrando a utilização do Cartão C&V nas vendas da Companhia, comparado ao mesmo período de 2019 (passando de 4% para 8%) – em média, os cartões possuem ticket 28% maior do que compras por outros meios de pagamento.

Número Acumulado de Cartões Aprovados

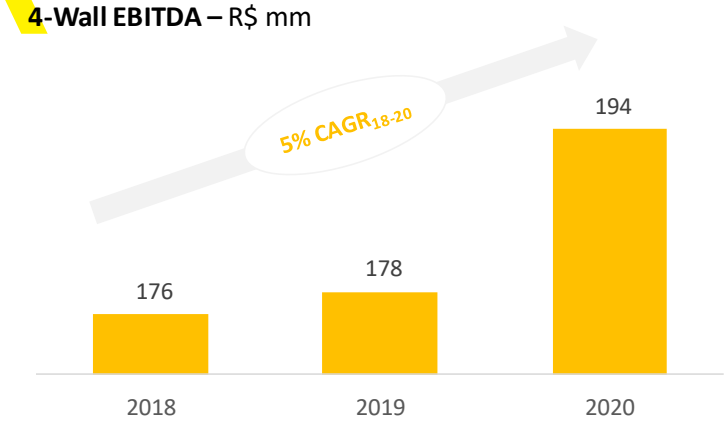
(# '000s)



Durante os exercícios sociais de 2018 a 2020, a Companhia apresentou resultados operacionais e financeiros expressivos, considerando o aumento das vendas totais nas lojas físicas e das vendas pelos canais digitais, ganho de rentabilidade e controle de despesas operacionais e dos estoques, o que resultou em um aumento do EBITDA de 14,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, a Companhia demonstrou capacidade ímpar de execução do processo de expansão geográfica de suas lojas, inaugurando 104 lojas no ano de 2020 (40 no modelo tradicional, 2 no modelo Lojas.Peto e 62 Lojas Mini).

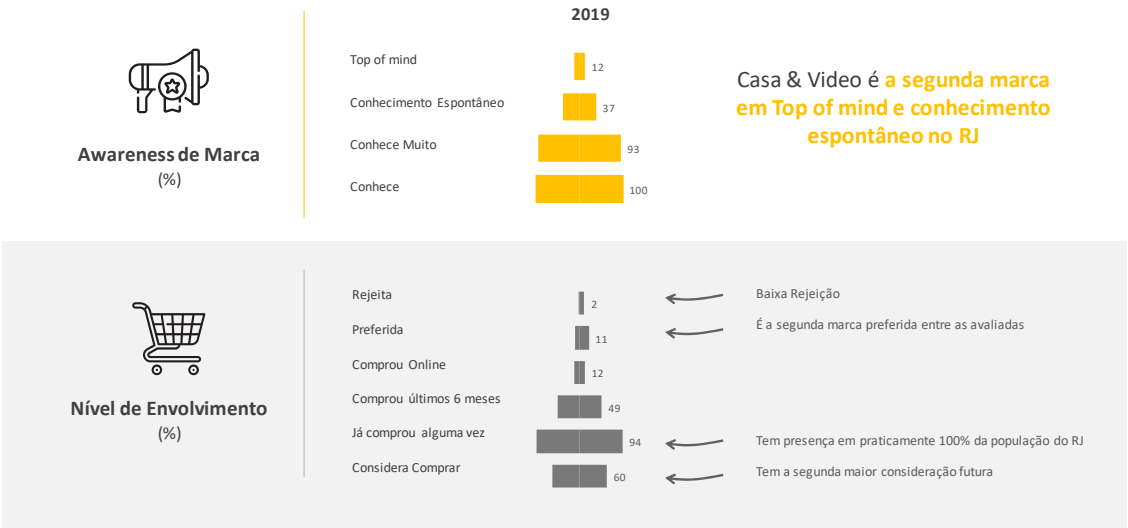
A Companhia, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas e rentabilidade. A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 7,4% no período entre 2018 e 2020. O EBITDA apresentou 14,7% de crescimento em 2020 quando comparado com 2019, alcançando R$1.115,7 milhões e R$176,4 milhões, respectivamente, representando uma margem de EBITDA de 15,8% sobre receita líquida, a melhor margem histórica da Companhia. Parte deste crescimento de EBITDA é dado pela excelência na operação de lojas, conforme observado nos resultados das lojas físicas apresentados no gráfico abaixo.

4-Wall EBITDA – R$ mm



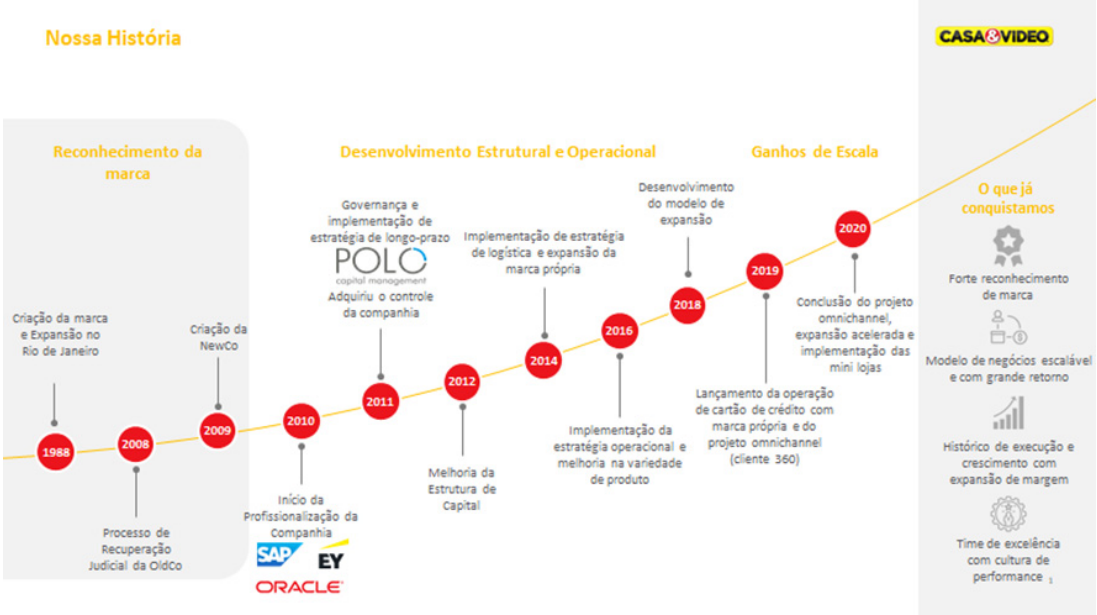
No ano de 2020, a receita líquida e o EBITDA da Companhia aumentaram em 10,5% e 14,7%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2019, em uma demonstração de resiliência do negócio mesmo diante de um cenário crítico ocasionado pela pandemia da Covid-19. Destaca-se, além da resiliência das lojas físicas, o controle de rentabilidade da venda e eficiência de estoque e a abertura de 62 Lojas Mini (quiosques em supermercados, *shopping centers*, ou terminais de transporte). Adicionalmente, foram inauguradas 40 lojas no formato convencional (sendo 1 mudança de ponto) e 2 Lojas.Perto.

A Companhia acredita que o reconhecimento de sua marca e o nível de engajamento de seus clientes são resultados do seu profundo conhecimento de sua base de clientes, composta por, predominantemente, mulheres com mais de 30 anos (60% dos clientes) e pertencentes às classes sociais B e C (88% dos clientes). Anualmente, a Companhia tem, aproximadamente, 60 milhões de visitantes em suas lojas, sendo cerca de 7,5 milhões de clientes ativos (com 1 milhão de clientes com frequência de compra mensal). A Companhia conta com mais de 10 milhões de clientes cadastrados em seus sistemas.



Fonte: Pesquisa contratada junto a Mosaiclab, com 1.070 casos, realizada em dezembro de 2019.

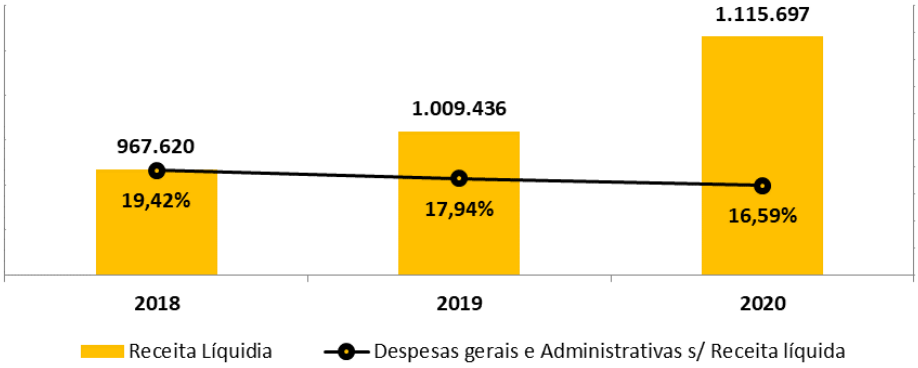
A marca Casa&Video foi criada em 1988, no Rio de Janeiro, enquanto a Companhia foi criada em 2009 no âmbito de um processo de recuperação judicial e alienada, nos termos do artigo 145 da Lei nº 11.101/2005 ("Lei de Recuperação de Empresas"). A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do artigo 60 da Lei de Recuperação de Empresas, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobiliá (Mobiliá; Lar e Lazer e Paraibuna) antigas detentoras da marca. A partir de 2011, tendo a Polo Capital como investidora, representada pelos seus sócios fundadores no Conselho de Administração da Companhia desde então, a Companhia estabeleceu seus pilares de proposta de valor e estratégia, de forma a tornar-se sustentável, eficiente, rentável e com gestão disciplinada de caixa. Recentemente foram incorporados ao conselho de administração o Sr. Bernardo Hees e o Sr. Gerard Scheij, profissionais com ampla experiência como executivos ou conselheiros em companhias de distintos segmentos e países, dentre elas diversas varejistas brasileiras. Conforme observado no gráfico abaixo, a Companhia conseguiu entregar nos últimos anos uma série de projetos que fortalecem e compravam (i) o contínuo reconhecimento de marca, (ii) a escalabilidade do modelo de negócios, (iii) o crescimento e a expansão de margem, e (iv) um time experiente e alinhado na cultura do negócio.



Operação logística para suportar o acelerado crescimento

Além das lojas descritas anteriormente, a Companhia possui um Centro de Distribuição ("CD") que serve suas lojas. Com 43.500 m² de área construída e capacidade de expandir em 8.000 m² adicionais, o CD fica localizado no Estado do Rio de Janeiro, o que possibilita que também atenda com velocidade os estados de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

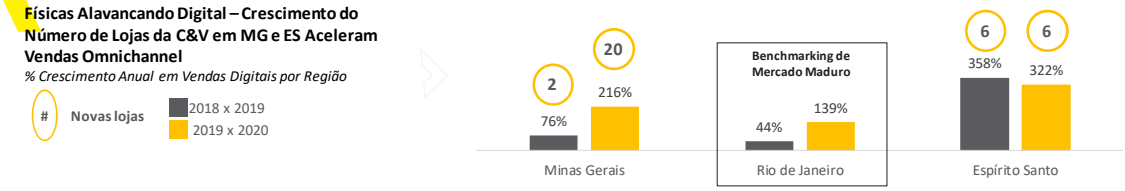
O modelo de negócio da Companhia, usando as lojas como "mini CDs", permite o crescimento e ganho de eficiência operacional por meio de uma estratégia de multicanal. O atual CD e a abertura de novas lojas alavancam a capacidade logística da Companhia para escalar suas vendas por meio da *omnicanalidade*. Como demonstra o gráfico abaixo, o crescimento das operações ajuda a diluir os custos da Companhia.



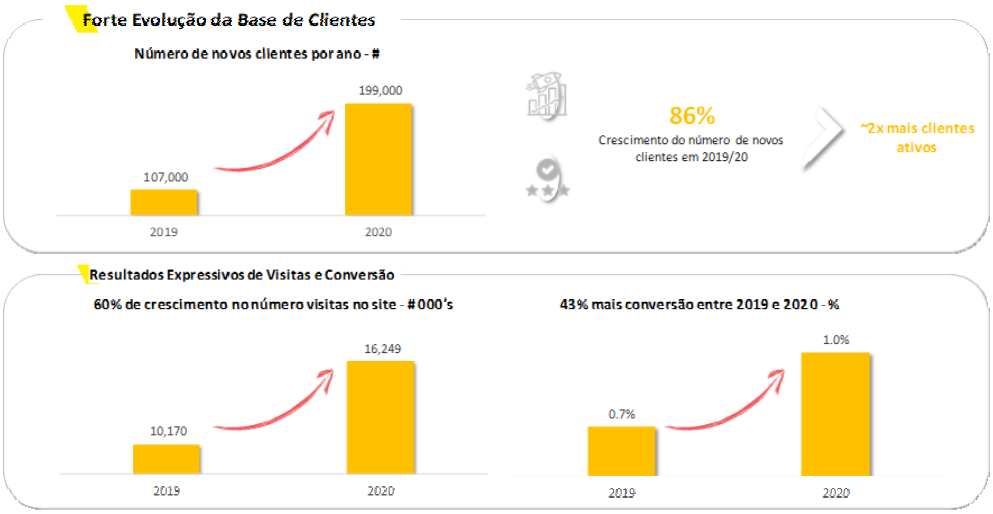
Despesas gerais e Administrativas s/ Receita líquida: é a divisão do grupo de despesas informadas na Nota explicativa n 26 dividido pela Receita Líquida da Companhia.

Canais físicos e digitais atuando em conjunto

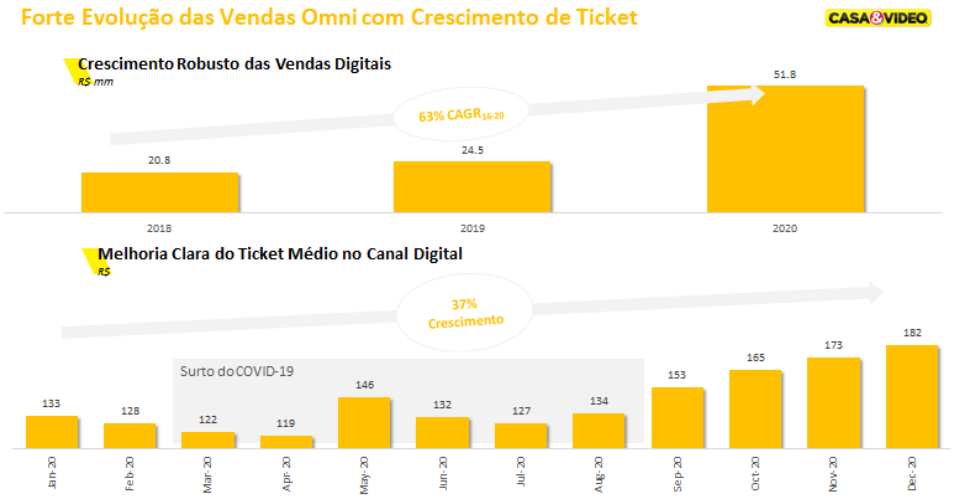
Parte fundamental da estratégia da Companhia é desenvolver lojas físicas em paralelo à infraestrutura digital. Atualmente, 100% das lojas são pontos de retirada de produtos vendidos por meios digitais. As lojas físicas da Companhia criam uma infraestrutura que permite, em 66% das cidades onde opera, a capacidade de "*ship from store*" (entrega da loja na casa do cliente) e 100% das compras digitais podendo ser trocadas nas lojas presenciais. A Companhia atua no *e-commerce* de venda direta (modelo 1P) desde 2010, adicionalmente vende seus produtos nos principais *marketplaces* do Brasil e também possui *sellers* no seu *marketplace in* (modelo 3P). A evidência das sinergias entre canais físicos e digitais é comprovada pelos dados abaixo, mostrando que as vendas de "*omnichannel*" cresceram nas cidades em que ocorreu expansão das operações físicas da Companhia.



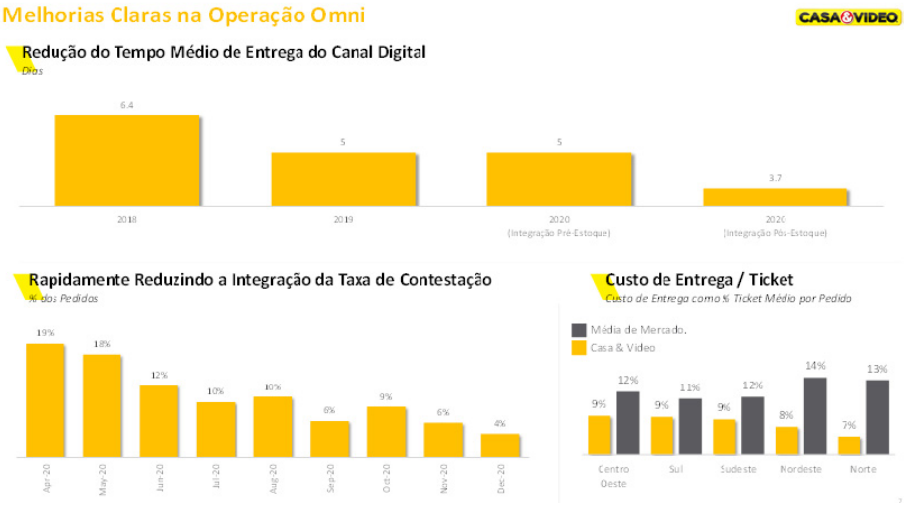
A estratégia *omnichannel* tem sido eficaz também na captura de novos clientes e na capacidade de converter engajamento digital em vendas, expandindo o número de clientes ativos e conversão, conforme abaixo.



Dessa forma, o modelo digital tem sido um importante vetor de crescimento para a Companhia nos últimos anos, com fortes indicadores econômicos e operacionais, conforme tabela abaixo:



O expressivo crescimento das operações *omnichannel* derivam também do ganho de eficiência e melhoras operacionais, conforme abaixo.



Fonte: Relatório EBIT

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Abaixo encontram-se os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os últimos três exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Análise Horizontal	
(Em Milhares de reais, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**	**2020x2019**	**2019x2018**
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços.....	1.115.697	1.009.436	967.620	10,5%	4,3%
EBITDA[1]	176.383	153.774	80.266	14,7%	91,6%
Lucro do Exercício	35.211	8.734	9.300	303,1%	-6,1%
Caixa + Título e valores mobiliários	171.964	126.278	77.976	36,2%	61,9%
Dívida Líquida[2]	110.585	160.532	199.105	-31,1%	-19,4%
Dívida Líquida / EBITDA[3]	0,63x	1,04x	2,48x	-39,4%	-58,1%
Informações Operacionais					
Número de Lojas	215	112	98	92,0%	14,3%
Número de Cartões Ativos	255.451	157.460	3.371	62,2%	4.571%

(1) O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA não é medida reconhecida nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS"), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, tampouco deve ser considerado isoladamente e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, fluxo de caixa de operações e outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as IFRS ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias e, portanto, a apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16, que introduziu um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço do arrendatário. A norma IFRS 16 são efetivas para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2019 e alteram o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Este requer que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. O IFRS 16 requer que os arrendamentos sejam reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso. O passivo do arrendamento representa os pagamentos futuros do arrendamento que são alocados ao passivo. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do prazo. O ativo de direito de uso é depreciado pelo menor entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento. Dada a opção da Companhia de usar o método de adoção retrospectivo modificado, as informações comparativas de 2018 não foram reformuladas e são relatadas de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4.

(2) A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de empréstimos e financiamentos, debentures, derivativos, dívida remanescente das obrigações contraídas junto aos credores da recuperação judicial na constituição da Companhia e saldo de parcelamentos fiscais contraídas junto ao Governo do Estado. A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(3) A Dívida Líquida/EBITDA é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período. Os valores mencionados de Dívida Líquida/EBITDA não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

OPORTUNIDADES NO MERCADO BRASILEIRO

Segundo dados da GFK[4], de 2016 a 2020, o mercado brasileiro de telefonia, eletroportáteis, informática e eletroeletrônicos, cresceu a uma taxa nominal média de 10,2% ao ano. Em 2020, o varejo brasileiro demonstrou grande robustez, com crescimento de 19,9% comparado a 2019, mesmo em um cenário desafiador por conta da pandemia. O varejo físico do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, apresentou crescimento mais tímido no mesmo período (média de 2,6% ao ano, sendo 4,6% em 2020). Nesse sentido, fica evidenciada a solidez e a resiliência da performance de vendas da Companhia, considerando que até 2018 cerca de 98% de sua receita estava baseada em lojas físicas no mercado carioca e, atualmente, mais de 80% continuam baseadas em referida região. A base de vendas da Companhia foi construída em um ambiente econômico de baixo crescimento e, ainda assim, o modelo se provou sustentável. A Companhia entende que um modelo de negócios que se provou competitivo e resiliente em um mercado de baixo crescimento macroeconômico, de consumo e com a maior carga tributária de ICMS do país, como o apresentado no Estado do Rio de Janeiro, aplicado a novas regiões com ambiente de consumo mais propício, tende a performar em um nível superior de vendas por m².

Crise, vacância, mercado e oportunidade de baixo custo de expansão.

Um segundo aspecto em que o cenário de crise econômica se apresenta como oportunidade para o modelo de negócios da Companhia é a alta vacância dos imóveis derivada do cenário econômico e falência de varejistas. A alta oferta de imóveis comerciais pressiona o preço do aluguel, de forma a baratear o custo de expansão. Não tem sido incomum a identificação de pontos praticamente prontos para receber uma loja, com baixíssimo investimento e obra necessários, e a um baixo custo. Esse cenário torna ainda mais óbvio e rentável uma das principais estratégias de crescimento da Companhia.

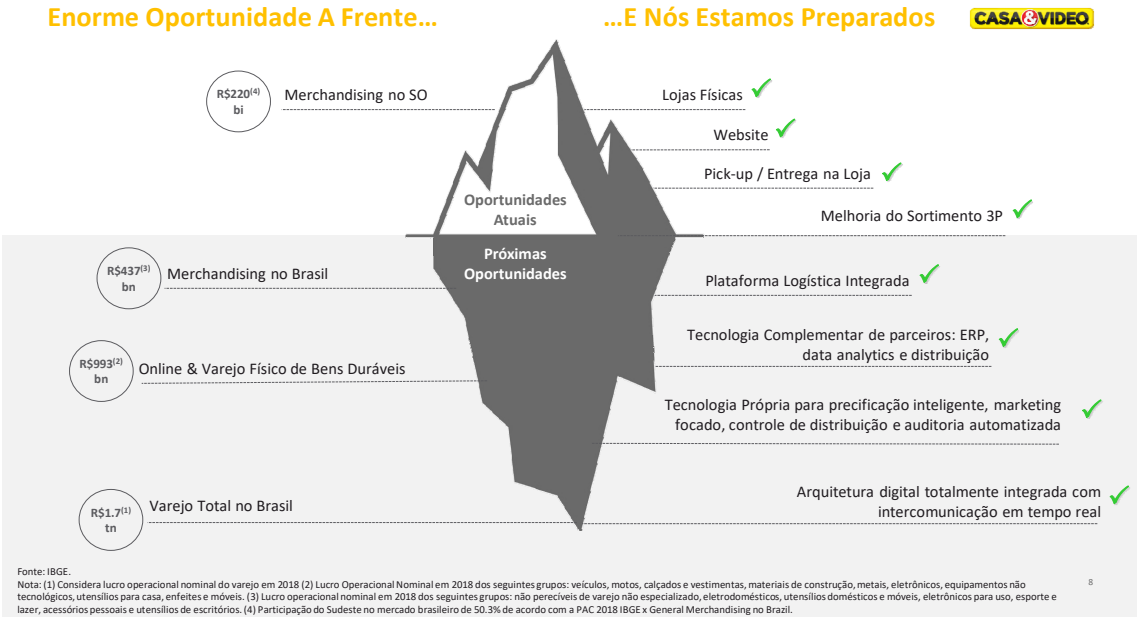
Cenário concorrencial no varejo físico e digital

Adicionalmente, o sortimento de produtos oferecidos pela Companhia é único. Os grandes varejistas nacionais dão ênfase a outras categorias, menos relevantes no negócio da Companhia, e concorrentes de mesmo posicionamento tem uma atuação regional, com menor escala ou menor força de marca. No 2º semestre de 2020, a pandemia da COVID-19 e o consequente fechamento de lojas físicas em várias localidades forçaram uma mudança súbita de hábito do consumidor, ampliando a relevância dos meios digitais no segmento de atuação da Companhia. Com os esforços de modernização de seu canal digital e sua integração com as lojas físicas, no 4º trimestre de 2020, cerca de 66% das vendas da Companhia realizadas por meio de seu site tiveram a modalidade de retirada em loja (*store pickup*) ou foram distribuídos por uma loja próxima (*ship from store*). Na visão da Companhia, isso valida e reforça a relevância da loja física em apoio aos canais digitais, mesmo com um consumidor cada vez mais digitalizado, o que sustenta um modelo de negócios *omnicanal*, com uma expansão geográfica de lojas físicas eficaz e de baixo custo operacional. Para mais informações sobre os impactos do COVID-19, vide item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Ainda no tema de canais digitais, a Companhia não enxerga nenhum concorrente com posicionamento similar à Companhia que seja focado no nicho "equipar a casa" com preços competitivos e grande escala. A baixa penetração das categorias de utilidades domésticas no *e-commerce* representa uma oportunidade a ser explorada, principalmente se considerada a integração e capilaridade da loja física como

[4] Dados até novembro de 2020

ponto de retirada e minicentro de distribuição (que elimina a barreira do custo do frete), pontos fundamentais do modelo de negócios adotado pela Companhia.



VANTAGENS COMPETITIVAS

Modelo de negócio altamente escalável.

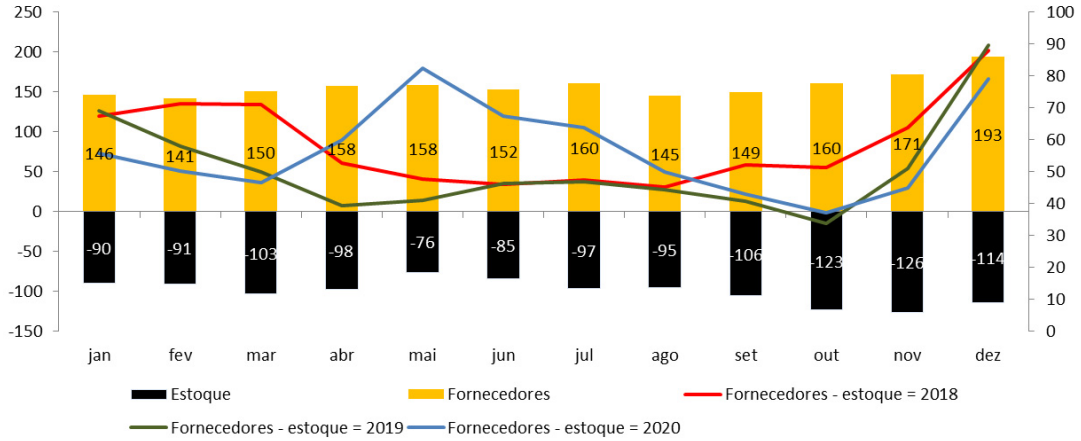
De forma geral, o modelo de negócio da Companhia é altamente escalável em função: (i) da capacidade de utilizar geração de caixa própria para financiar parte de sua expansão e crescimento; (ii) baixo custo da abertura de novas lojas. A soma desses fatores permite uma expansão rápida, diluindo custos em uma base mais ampla de geração de receita, aumentando a sinergia entre nossas lojas físicas (também utilizadas como mini CDs) e canais digitais, contribuindo para geração de caixa e permitindo maior competitividade com melhores preços, conforme ilustrado na figura abaixo. Adicionalmente, esses fatores trazem agilidade à Companhia para reagir, rapidamente, a qualquer alteração de mercado ou mudança comportamental de seus clientes. O efeito da adição de lojas, aliado ao ganho de eficiência logística, resulta em um ganho de escala relevante com alavancagem operacional.

Alta eficiência na gestão de estoques e do capital de giro.

A Companhia desenvolve um modelo com eficiência de estoques, o que possibilita capital de giro financiado, indiretamente, pelo fornecedor, considerando a diferença das datas de entrada do produto nas lojas, velocidade das vendas aos clientes e data de pagamento aos fornecedores. Essa performance é obtida por meio de alguns pilares: (i) processo de compras baseado em dados, que utiliza modelagem estatística para previsão de demanda e referência para os alvos de estoque por tipo de produto; (ii) alta frequência de distribuição e fracionamento de cargas nos centros de distribuição, minimizando a necessidade de grandes coberturas de estoque em loja; (iii) inteligência alimentando distribuição, de forma a determinar os melhores alvos de envio de estoque para cada loja, acelerando o giro; (iv) governança do sortimento ativo: limite de SKUs definido por categoria e papel, além de ciclo anual qualitativo de revisão do sortimento com base em performance de giro e rentabilidade; (v) processo de *markdown*[5] automatizado, que acelera escoamento de itens inativos a partir da idade média dos itens em estoque (*aging*) e cobertura de estoque remanescente; (vi) governança do processo de colocação de pedidos e

[5] Redução nos preços para que se aumente o fluxo de vendas sem gerar prejuízos.

recebimento no centro de distribuição, atrelados aos alvos de estoque determinados a partir da dinâmica da cadeia de abastecimento de cada categoria de produtos; (vii) cultura orientada ao melhor equilíbrio entre carregamento de estoques e potencial de vendas, solidificada ao longo de 8 anos e que hoje permeia as áreas de compras, logística e planejamento comercial. O processo de distribuição adotado pela Companhia busca garantir o fornecimento tempestivo e adequado de produtos, a preços atrativos e que gerem rentabilidade para a Companhia. A eficiente gestão do capital de giro da Companhia faz com que não haja necessidade de se financiar no curto prazo com capital de terceiros, permitindo que a dívida corporativa seja negociada com prazos mais longos e, consequentemente, em melhores condições. A evolução mensal das métricas de capital de giro da Companhia, conforme o gráfico a seguir, evidencia sua capacidade de se alavancar operacionalmente.

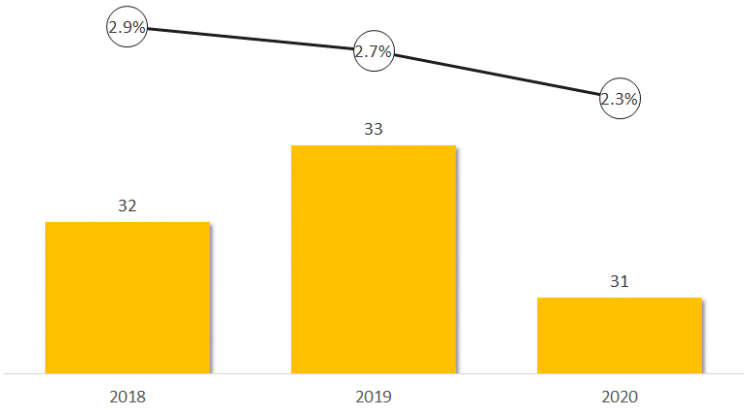


Baixo custo operacional e de abertura de lojas, com investimento parcialmente financiado pelo capital de giro.

O baixo custo operacional de abertura de novas lojas, parcialmente financiadas pelo capital de giro e pelas condições geradas pela Companhia graças a um modelo de autosserviço nas lojas, com grande otimização de processos, inteligência na alocação dos produtos e cultura arraigada de disciplina financeira que permeia toda a Companhia. Esses fatores garantem à Companhia agilidade e flexibilidade na abertura de novas lojas, podendo responder rapidamente a qualquer identificação de novos pontos de potencial expansão e acompanhar os dinamismos das cidades onde atua.

Em adição ao baixo custo operacional e de abertura de lojas, o efeito da adição de lojas, aliado ao ganho de eficiência logística, resulta em um ganho de escala relevante para Companhia, conforme observado no gráfico abaixo.

Redução de Despesas Operacionais do Centro de Distribuição | R$ mm; % das Vendas



Mix único de produtos.

O mix de produtos oferecido pela Companhia está associado a um perfil único, estruturado para atender todas as classes sociais. É resultado dos anos de atuação da Companhia no varejo e de utilização de ferramentas tecnológicas que permitem utilização de análise de dados e modelagem estatística para previsão de demanda e referência para os alvos de estoque por tipo de produto, além de ciclo anual qualitativo de revisão do sortimento com base em performance de giro e rentabilidade. A experiência da Companhia e de sua administração no ramo do varejo, aliada ao uso de tecnologia de ponta, proporciona um sortimento customizado de produtos.

A Companhia entende que o sortimento de seus produtos não encontra paralelos entre os competidores nacionais, com os quais há baixa intersecção de sortimento. Nos poucos produtos em que tal intersecção ocorre, são de baixa relevância para os concorrentes da Companhia, já que não são foco para as suas operações. Com base em pesquisas realizadas pela Companhia no estado do Rio de Janeiro e em algumas cidades de Minas Gerais (Belo Horizonte) e São Paulo (Capital, Campinas, Santos, São José dos Campos) nos anos de 2019 e 2020, a Companhia entende que os concorrentes comparáveis são *players* regionais, com força de marca localizada e baixa escala. O mix completo de produtos oferecido pela Companhia garante que ela não tenha competidores diretos (com a mesma força de atuação em todas

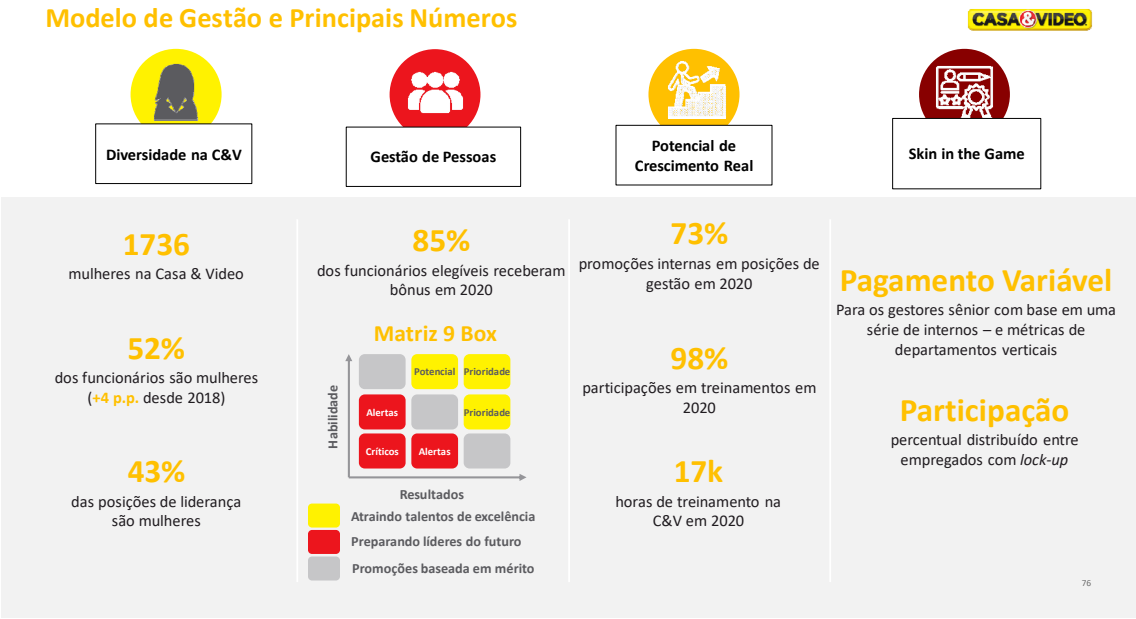
as categorias ao mesmo tempo), o que a torna a melhor solução de conveniência para seus clientes e garante um alto giro de estoque. A Companhia atua nas seguintes categorias: (i) eletroportáteis, (ii) conexão, (iii) utilidades domésticas, (iv) manutenção da casa, (v) entretenimento, e (vi) categoria de *bombonier* e outros itens de conveniência (*checkout*).

Acionistas com grande alinhamento estratégico e experiência comprovada em segmentos distintos.

Desde 2010, a Companhia passa por um processo de transformação e amadurecimento em sua governança, estratégia e disciplina de caixa, dentre outros, adotando a concepção de um modelo de negócios sólido e resiliente, bem disseminado pela organização. Desde então, além dos pilares da estratégia, foram implementadas revoluções na adoção de ferramentas modernas de gestão, uma cultura única de tomada de decisão baseada em dados, revisões nos processos da cadeia de fornecimento, gerenciamento de categorias, precificação, valorização do quadro de funcionários e administradores, transmissão e consolidação cultura organizacional e o aprimoramento da governança corporativa.

Além da Companhia contar com acionistas que estão há mais de 10 anos no controle, recentemente consolidou um reforço em seu conselho de administração com a chegada do Sr. Bernardo Hees (ex CEO Global da Kraft Heinz e Burguer King, Presidente do Conselho de Administração da Avis Budget) e do Sr. Gerard Scheij (ex CEO do Atacadão, C&A Brasil e cofundador e executivo da "Picnic"), aportando conhecimento de mercado, experiência e visão de negócios à, já qualificada, administração da Companhia.

Para a execução das ações previstas no planejamento estratégico concebido por seus acionistas, bem como para sua gestão executiva, a Companhia conta com uma equipe de administração profissional, composta por executivos qualificados e experientes, com um equilíbrio entre pessoas com longa trajetória na Companhia e recrutados no mercado, alinhados por um plano de incentivo de longo prazo, e que, à luz do histórico recente da Companhia, demonstrou ser capaz de conciliar expansão acelerada da operação com níveis saudáveis de rentabilidade.



ESTRATÉGIAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que os 5 pilares a seguir serão determinantes na expansão de seus negócios com manutenção e melhoria dos níveis de rentabilidade já observados.

Expansão geográfica com adensamento apoiada em dados.

A Companhia, por meio da adoção de melhorias em seus processos e a utilização e análise de dados, atingiu bom níveis de eficiência e rentabilidade, com uma estrutura de custos fixos que suporta a expansão do parque de lojas, o que tende a gerar uma diluição dos custos em relação a receita, aumentando a rentabilidade. O processo para seleção de pontos de abertura de lojas foi amadurecido ao longo dos últimos dois anos, e tem por base uma estimativa de vendas para cada ponto potencial calculada a partir de critérios do atual parque de lojas, passando por variáveis de demografia, consumo, renda e características do imóvel. Em um segundo momento, todos os potenciais pontos passam por uma etapa de avaliação qualitativa feita em um processo de funil de aprovação, que conta com a participação da alta gerência.

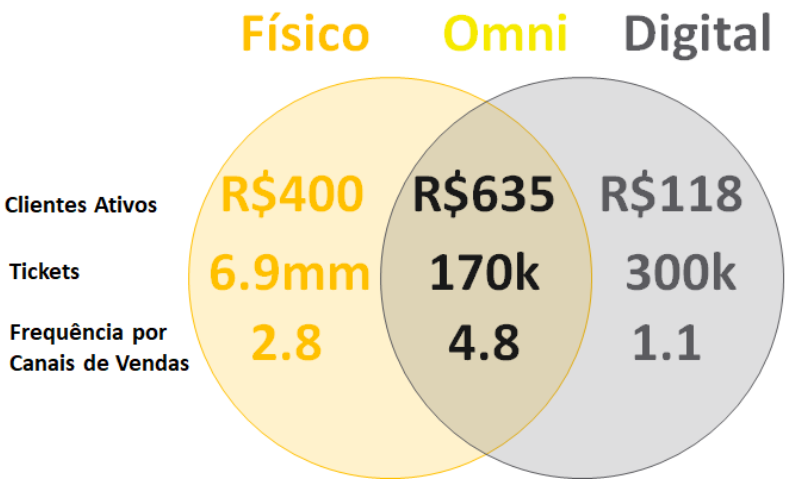
A Companhia possui um conjunto de, aproximadamente, 297 municípios mapeados que entende apresentar características e porte adequados para receber uma loja de modelo tradicional, totalizando um potencial de 653 lojas considerando apenas o raio geográfico e escala do atual centro de distribuição no sudeste do país. Adicionalmente, identificou mais de 216 municípios com potencial para receber uma Loja.Perto. O adensamento de regiões retroalimenta a eficiência operacional via logística (diluição dos fretes) e investimento em *marketing* (diluição do custo de mídia).

Transformação digital e omnicanalidade.

As vendas do *e-commerce* cresceram 115,3% em 2020, quando comparadas a 2019, graças não só ao fortalecimento do hábito de compra via internet, mas também aos investimentos realizados pela Companhia em navegabilidade, prazo de entrega e conveniência (retirada em loja e *ship from store*). Mesmo no período com lojas reabertas, as vendas, no segundo semestre de 2020, do canal digital cresceram 96,1%. No último trimestre de 2020, 70% das compras do site passaram pela modalidade "retirada em loja" ou *ship from store*, o que comprova a aderência do consumidor a essa forma de adquirir produtos. Os novos investimentos no canal digital e no aperfeiçoamento de um ambiente *omnichannel,* incluindo melhor nível de serviço, suportarão a proposta de valor da Companhia, sua expansão e crescimento orgânico, sendo relevante investir no canal digital sempre contando com o apoio e a conveniência das lojas físicas.

Clientes Ativos, Tickets e Frequência por Canais de Vendas

Número de Clientes Ativos nos Últimos 24 Meses, R$ e Números de Visitas nos Últimos 24 Meses



Diversidade de modelos de lojas físicas.

Para cidades abaixo de 70 mil habitantes, criamos o modelo Loja.Perto, que conta com, aproximadamente, 200m² de salão de vendas, com cerca de 1 mil SKU's, selecionados a partir da performance de giro a cada período do ano. A loja demanda investimento baixo (cerca de um terço de uma loja tradicional) e apresenta um custo operacional menor (quadro de 5 operadores, versus 15 numa loja tradicional), além de um altíssimo giro de estoque a partir de um processo inteligente de seleção de sortimento. São equipadas com dispositivos que funcionam como terminais de venda do sortimento não disponível no estoque físico, ou seja, o cliente tem acesso ao estoque total da Companhia, já que eventual indisponibilidade de um determinado produto pode ser suprida pelo centro de distribuição ou por outra loja física ("prateleira infinita"). Além da loja física tradicional e da Loja.Perto, em 2020 a Companhia desenvolveu um novo formato: Lojas.Mini. Foram inauguradas 62 unidades nesse modelo que consiste em quiosques localizados em pontos de alto fluxo como supermercados, *shopping centers* ou terminais de transporte. Os quiosques vendem o sortimento de celulares e tablets, além dos principais itens de outras categorias de eletro e utilidades domésticas, com sortimento máximo de 110 SKUs. Também contam com dispositivos para venda do restante do sortimento via "prateleira infinita". A expansão combinada dos diferentes modelos de lojas físicas permitirá um aumento de capilaridade a um

baixo custo por m², penetração em mercados pouco explorados, aceleração da construção e consolidação da marca fora dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além da consequente diluição dos custos fixos.

Posicionamento estratégico e inovador com mix de produtos "morar na casa".

A partir de pesquisas de mercado realizadas pela Companhia nos anos de 2019 e 2020, a Companhia identificou as linhas de produtos que constituem seu núcleo de venda em termos de lembrança de marca e associação pelo consumidor. A área de atuação do sortimento de produtos norteará o posicionamento da Companhia, combinando a lembrança e associação instantânea à marca, e configurará uma grande oportunidade de diferenciação e rentabilidade, além de apresentar baixo nível de concorrência considerando os *players* nacionais ou aqueles que possuem sólida presença digital.

A Companhia se especializou na área de atuação que denomina "morar na casa", composto por utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, itens de decoração, itens de organização e de climatização, entre outros. Dessa forma, foi possível criar um sortimento amplo de produtos e ao mesmo tempo um mercado de nicho, suportado por um ecossistema de serviços e marketing de conteúdo (*content marketing*) que ofereça proposta única de valor para o consumidor.

Em 2020, foi criada uma estrutura dedicada de *Marketplace in*, que tem o desafio de representar a maior parte das vendas digitais da empresa nos próximos 3 anos. O *Marketplace in* permite ampliação infinita do sortimento com foco em "equipar a casa", com itens e fornecedores que permitirão alto nível de diferenciação e é parte fundamental da estratégia de posicionamento da marca. Além disso, a Companhia entende que parceiros 3P[6] conectados a sua estrutura permitirão a venda de itens de alto volume no *e-commerce*, que, econômica ou logisticamente, não se justificariam como venda própria.

Ampliação da participação de marcas próprias.

Como complemento ao mix de produtos "morar na casa", parte essencial da estratégia da Companhia, baseia-se na busca pela ampliação do alcance da marca e da importação própria. Atualmente, a Companhia trabalha com seis marcas próprias nas categorias de Cozinha, Sala de Jantar, Lavanderia e Organização, Decoração, Ferramentas e Brinquedos, que, somadas, representam, aproximadamente, 7% do seu faturamento e possuem rentabilidade acima dos similares de marcas de terceiros. Em 2019 e 2020 foram feitos investimentos na estruturação da área e em ferramentas para modernização da cadeia de abastecimento, com performance recorde de vendas e participação na Companhia. A Companhia entende que há oportunidade de ampliar o sortimento, potencializando uma estrutura de desenvolvimento de produtos (*sourcing*) e importação já instalada.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é composto de [1.035.166.991] ações ordinárias, nominativas, escriturais. O organograma abaixo apresenta nossa atual estrutura societária.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os principais pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia são contemplados nos fatores de risco mencionados abaixo e, para uma descrição completa, favor avaliar todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para mais informações sobre os fatores de risco a que a estamos expostos, veja a seção "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto e o item 4.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A extensão e forma em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, impactará as atividades da Companhia, bem como a percepção de seus efeitos, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, na reputação, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia e, finalmente, a capacidade de operar suas atividades. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo *zika* vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado em geral, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo, considerando que diversos países foram impactados por uma segunda onda de contágio, resultando na imposição de novas restrições às atividades econômicas, circulação de pessoas e horário de funcionamento de estabelecimentos. A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e

[6] 3P: venda de terceiros (*third-party seller)*

spreads de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers*[7] seis vezes em oito pregões em março de 2020 e o valor dos ativos listados na bolsa, em geral, reduziu significativamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa. As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e resguardar a economia podem não ser suficientes ou adequadas para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais a fim de tentar controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada e, em certos casos, suspensão das atividades de empresas em diversos setores, incluindo o da Companhia, ou ligados à ela, como, por exemplo, de seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e, mesmo com o relaxamento de algumas delas em alguns estados e municípios, espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo, a exemplo de outros países. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor em geral, bem como a demanda por produtos e serviços. A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes de tal magnitude que possam fornecer à Companhia uma orientação quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia da COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos. Especificamente, a Companhia não pode prever os efeitos diretos e/ou indiretos que a pandemia da COVID-19 causará em suas atividades, sua reputação, em seus resultados operacionais e em sua situação financeira, sendo que tais efeitos poderão incluir, sem limitação, o impacto adverso (i) na situação financeira e resultados operacionais da Companhia, assim como sobre as tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto no capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez da Companhia, (ii) nas atividades futuras da Companhia, (iii) na reputação da Companhia e sua capacidade de atender à demanda de seus clientes em tempo adequado e com a qualidade esperada, (iv) nas despesas da Companhia ou no acesso da Companhia a capital e financiamentos; (v) nas contingências ou prejuízos relevantes da Companhia relacionados à pandemia da COVID-19; (vi) nas alterações de decisões relacionadas a aspectos contábeis em decorrência de informações novas ou revisadas; (vii) no montante total da redução da demanda por bens e serviços e nas interrupções dos canais de vendas, especificamente aqueles afetados por medidas de distanciamento social; (viii) na cadeia de fornecedores da Companhia; (ix) na proporção dos custos em relação à receita da Companhia; (x) nas incertezas econômicas e sociais gerais, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, e (xi) na capacidade da Companhia de cumprir obrigações no âmbito de seu endividamento. Desde o início da pandemia da COVID-19, as atividades da Companhia foram afetadas adversamente pelo novo ambiente econômico e social. Com relação às lojas físicas da Companhia, até a data deste Prospecto, todas as lojas foram fechadas por determinados períodos entre março e junho de 2020, a fim de cumprir os decretos municipais e estaduais que buscaram reduzir a taxa de contágio por COVID-19 entre a população, mas não há garantias de que a Companhia não será obrigada a fechar novamente as lojas físicas no futuro. Na data deste Prospecto, aproximadamente 3% (três por cento) das lojas físicas estão fechadas em cumprimento às exigências de decretos municipais e estaduais. Além disso, as medidas implementadas para mitigar a disseminação da COVID-19 afetaram adversamente a circulação de consumidores nas lojas da Companhia que permaneceram abertas durante a pandemia da COVID-19, mas com horário reduzido de funcionamento, bem como afetaram adversamente a receita gerada por tais lojas. Os resultados da Companhia para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 refletem um impacto significativo da perda de receita de operações de atividades físicas de varejo e os resultados futuros da Companhia também podem ser significativamente afetados. Adicionalmente, determinadas lojas da Companhia (nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Mesquita, São Gonçalo e Niterói) que possuíam restrições de funcionamento durante o período de abril a junho, as quais representam cerca de 43% do parque total de lojas, ficaram em funcionamento por meio de liberação judicial durante esse período, contudo ficaram restritas (ii) às vendas de produtos relacionados à saúde e alimentação (parte do sortimento disponível nas lojas físicas foi considerado essencial pelo poder judiciário) e (ii) para retirada de produtos adquiridos nos meios digitais. Não é possível afirmar, contudo, que referida liberação judicial para funcionamento será mantida e/ou que não será revogada ou alterada no futuro ou, ainda, que novas medidas restritivas venham a ser anunciadas pelas respectivas autoridades locais, de modo a causar novas interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia, o que poderá afetar adversamente as atividades e resultados da Companhia. As lojas físicas da Companhia sofreram redução na circulação de consumidores em decorrência da redução do tráfego nas ruas, além de mudanças nos hábitos de compra dos consumidores no geral. A Companhia não pode estimar os impactos que a pandemia da COVID-19 terá sobre a demanda, o desemprego, as atividades econômicas e/ou a duração do ambiente econômico atual. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a disseminação da doença diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) redução da disponibilidade financeira de seus clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de varejo, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados. A pandemia causada pela COVID-19 acarretou e ainda poderá acarretar impactos de longo alcance, incluindo fechamentos de fábricas e interrupções nas cadeias de fornecimento locais, regionais e globais, ameaçando a produção de vários bens e a interrupção da cadeia de peças e/ou fornecimento para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de fornecimento global continua ameaçada e alguns produtores não retomaram o patamar de fornecimento de peças e/ou matérias-primas. Como consequência dessas interrupções, as empresas cuja cadeia de fornecimento depende de produtores externos, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, poderão enfrentar redução em sua receita. A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como novas medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de trabalho à distância para seus funcionários administrativos, na qual foi determinada uma escala de rodízio dos funcionários da administração sendo que, na data deste Prospecto, 40% (quarenta por cento) do quadro de funcionários operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades. Haja vista que a pandemia da COVID-19 afeta negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode precipitar ou agravar outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco". A extensão dos impactos da pandemia depende do desenvolvimento de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a aplicação de vacina

[7] O **Circuit Breaker** é um mecanismo que trava toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado, seja ele de crise ou de temor, tendo como principal objetivo proteger e acalmar a volatilidade excessiva do Mercado Financeiro.

contra a COVID-19 em níveis satisfatórios e escala mundial e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas. Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas operações, resultados operacionais e condição financeira da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais. A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e estratégias de crescimento da Companhia dependem de fatores críticos, dentre os quais a capacidade da Companhia de: (i) adaptar as ofertas de seus produtos e serviços às mudanças nas demandas dos consumidores e nos hábitos de compra, especificamente em meio a circunstâncias adversas, como as criadas pela pandemia da COVID-19, (ii) aprimorar a experiência do cliente por meio de plataformas de atendimento digital, (iii) abrir novas lojas físicas e expandir sua cobertura geográfica, (iv) identificar locais adequados para alugar em condições favoráveis, (v) fortalecer sua plataforma de logística e distribuição para apoiar a expansão de seus negócios, o fornecimento de estoque para suas lojas e uma melhor experiência de compra para seus clientes; (vi) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias em tempo hábil para a construção e operação de suas lojas, (vii) gerenciar custos de construção e desenvolvimento de novas lojas, (viii) oferecer um variado e amplo leque de produtos que atendam às necessidades de seus clientes, especificamente à luz das circunstâncias adversas criadas pela pandemia da COVID-19, (ix) aumentar as vendas e a rentabilidade de suas operações, (x) manter o valor de sua marca em relação aos seus concorrentes do setor de varejo, (xi) gerenciar suas atividades de financiamento e o investimento de seus recursos financeiros, e (xii) desenvolver alto nível de relacionamento com seus clientes permitindo, assim, a construção e exploração de sua marca em outras unidades da federação, (xiii) manter os níveis de custos atuais da Administração e do Centro de Distribuição da Companhia para incremento da margem de lucro operacional, (xiv) desenvolver novos produtos e marcas para incremento da margem bruta da Companhia, e (xv) adquirir e integrar novas Companhias em linha com a estratégia de expansão física de seu parque de lojas ou alternativamente em relação a essa estratégia. Em decorrência da pandemia da COVID-19 e do atual ambiente econômico, a Companhia não pode garantir que alcançará os objetivos mencionados acima e, portanto, poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento. Qualquer falha na implementação de sua estratégia de crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia opera suas vendas por meio de determinados canais e plataformas (lojas físicas, website e televendas) e acredita que a integração de tais canais é essencial para o sucesso de seu negócio. A Companhia pode não conseguir manter as sinergias esperadas entre seus canais de vendas ou aprimorá-los, os quais poderão entrar em competição, se tornar economicamente inviáveis e/ou ser objeto de autuações, o que poderá resultar em impacto adverso relevante nos seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. As atividades da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e plataformas digitais (*website* e televendas). A Companhia pode não conseguir operar em vários canais de forma integrada e complementar em termos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento, caso em que sua estrutura e competitividade poderão ser negativamente afetadas, o que pode causar um impacto adverso relevante os resultados e nas operações da Companhia. Além disso, caso a Companhia não consiga atrair e reter membros da equipe ou contratar terceiros com as habilidades especializadas necessárias para manter suas plataformas de vendas ou não conseguir implementar em tempo hábil melhorias na tecnologia voltada para o cliente, sua capacidade de competir e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Além disso, se o *website* da Companhia ou outros sistemas de tecnologia voltados para o cliente não funcionarem conforme projetados, a experiência do cliente poderá ser negativamente afetada, resultando em perda de confiança e de satisfação do cliente e, por conseguinte, em perda de vendas, o que poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados operacionais. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades de varejo multicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à esta modalidade, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para sua situação financeira e resultados operacionais. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na abertura e operação de novas lojas físicas, o que poderá prejudicar seus planos de expansão e afetar adversamente suas vendas, seus resultados operacionais e suas perspectivas. O crescimento da Companhia está ligado à sua capacidade de abrir e operar novas lojas, bem como de identificar e tirar proveito de novas oportunidades de negócios, que dependem de vários fatores. Esses fatores incluem, entre outros, a capacidade de identificar locais adequados para novas lojas, a capacidade da Companhia de negociar locações em condições aceitáveis, a capacidade da Companhia em administrar os custos de construção e desenvolvimento de novas unidades, a retificação de qualquer imprevisto de engenharia ou ambiental com as instalações alugadas, dificuldades na obtenção de novas autorizações ou renovação das autorizações existentes por parte dos proprietários dos imóveis, bem como dificuldade na tratativa de novas locações ou renovação de locações já existentes, aumento na concorrência das locações dos imóveis, bem como nas outorgas das autorizações para os proprietários dos imóveis, aumentando os custos com aluguéis, alterações decorrentes de leis e regulamentações governamentais existentes e/ou futuras, bem como a capacidade da Companhia e de seus locadores em obter todas as licenças e autorizações governamentais necessárias, de forma tempestiva, para a construção e operação das lojas, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamentos em condições aceitáveis para abrir e operar novas lojas, o aumento de vendas da Companhia em suas atuais lojas, o desenvolvimento e a eficiência contínuos da plataforma da Companhia de logística e distribuição a custos aceitáveis para atender às demandas dos clientes e para contratar, além de treinar e manter pessoal qualificado para as lojas da Companhia, especificamente para cargos de gerência. Uma vez tomada a decisão de abrir uma nova loja, reformas e preparações poderão sofrer atrasos, interrupções ou envolver aumento de custos ou custos imprevistos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, e a Companhia poderá não conseguir financiamentos em termos aceitáveis para abrir novas lojas na medida do necessário. A Companhia também poderá enfrentar dificuldades em oferecer a mercadoria certa que atenda às necessidades e preferências dos clientes em novas regiões. Além disso, as novas aberturas de lojas também poderão envolver custos acrescidos, além da contratação, treinamento e manutenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente no nível gerencial. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados em que já existem lojas da Companhia, poderá ocorrer uma redução nas vendas líquidas das lojas já existentes nesses mercados em razão do deslocamento de vendas. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de abrir e operar novas lojas poderá ser afetada pelos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19. A Companhia poderá não conseguir integrar satisfatoriamente novas lojas em suas atuais operações ou não conseguir obter as licenças e autorizações governamentais necessárias para a abertura de lojas. A não abertura de novas lojas em tempo hábil e de forma econômica, de acordo com planos estratégicos da Companhia, poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia e gerenciamento informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a falta de integração e redundância nestes sistemas ou a incapacidade da Companhia de acompanhar e investir no desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas poderão afetar adversamente a Companhia. Falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso em nossos

negócios. As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas e centros de dados, incluindo sistemas de ponto de venda em lojas, sistemas de logística e de comunicação e *softwares* utilizados para controle de estoque e para gerar relatórios comerciais e de desempenho financeiro. Os sistemas de processamento operacional em tempo real são necessários para garantir níveis adequados de estoque e atendimento ao cliente, além de ser importante ferramenta para administração dos recursos e controle dos ativos tangíveis e intangíveis relevantes da Companhia. Além disso, os sistemas que processam os meios de pagamento empregados pela Companhia são indispensáveis para suas operações, vendas realizadas em lojas físicas e por meio de seus canais digitais. A Companhia pode não ser capaz de obter recursos disponíveis no futuro para manter o nível de investimento necessário para respaldar a melhoria ou atualização de sua infraestrutura de tecnologia, a mitigação de interrupções, de ineficiência ou erros de processamento, o que pode acarretar uma perda de sua competitividade frente a seus principais concorrentes, bem como uma incapacidade da Companhia em conseguir acompanhar a evolução do setor e as necessidades dos clientes. Os sistemas de informação da Companhia poderão sofrer falhas, interrupções ou ineficiências devido a fatores que estão além de seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus e *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar manutenções, reparos ou atualizações de forma adequada e tempestivamente e, se eventuais falhas, interrupções ou ineficiências nos sistemas integrados da Companhia se prolongarem e causarem a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, poderão resultar na perda de dados pela Companhia ou em sua incapacidade de realizar transações comerciais e, portanto, a Companhia poderá deixar de auferir receitas de vendas, o que poderá afetá-la de forma significativamente negativa. Além disso, quaisquer interrupções significativas que afetem a plataforma digital da Companhia (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) poderão causar danos à sua reputação, demandar recursos para os reparos necessários e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Como consequência da pandemia da COVID-19, a Companhia aumentou rapidamente o número de funcionários trabalhando de maneira remota, o que pode causar um aumento da indisponibilidade dos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas no sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Quaisquer falhas dos sistemas ou *software* ou problemas decorrentes de vírus ou *malwares*, também poderão afetar negativamente e de forma inesperada a disponibilidade e precisão do processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar suas atividades e resultados operacionais. Além disso, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente as tecnologias que emprega e, para fazê-lo, além de incorrer em despesas adicionais substanciais, poderá enfrentar problemas de integração, o que poderá afetá-la negativamente. Os *softwares* utilizados pela Companhia para processamento de suas transações muitas vezes precisam interagir com *softwares* ou sistemas operacionais de terceiros. Desta forma, eventuais incompatibilidades ou indisponibilidades desses *softwares* ou sistemas operacionais, ou ainda, quaisquer limitações em sua utilização, podem impedir o correto processamento das transações realizadas pelos clientes da Companhia, o que pode ocasionar prejuízos, conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia. Por fim, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que o inadimplemento das contraprestações pecuniárias pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, a Companhia.

EVENTOS RECENTES

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram emitidas em 18 de janeiro de 2021.Não foram verificados eventos subsequentes às referidas demonstrações financeiras, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos junto à Companhia, o Acionista Vendedor e Coordenados da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia e Acionista Vendedor

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andar
CEP 20.011-904, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Tiago de Oliveira Nascimento
Tel.: +55 (21) 4020-3636
https://www.casaevideo.com.br/investidores

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
https://www.itau.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, 5º e 8º andares, Leblon
CEP 22440-033, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (21) 3265-3700
http://www.xpi.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e do Acionista Vendedor

Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados
Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Daniel Laudisio e Mariana Borges
Tel.: +55 (11) 3089 6500
https://www.cesconbarrieu.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor

Milbank LLP
Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100, 5º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Fabiana Sakai
Tel: +55 (11) 3927 7781
https://www.milbank.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Lobo de Rizzo Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 12º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Caio Cossermelli Tel.: +55 (11) 3702 7120 https://www.ldr.com.br	**Cleary Gottlieb** Rua Professor Atílio Innocenti 165, 14th Floor CEP 04538-000, São Paulo, SP. At.: Juan G. Giraldez Telefone: +55 (11) 2196 7202 https://www.clearygottlieb.com/

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Praia de Botafogo, 370, 6º a 10º andares
CEP 22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Wilson Moraes
Tel.: +55 (21) 3263-7000
https://www.ey.com/pt_br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 149.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 97, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4.1 e 4.2 Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério [do Acionista Vendedor e da Companhia], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% ou seja, em até [•] ([•])[novas] Ações, [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso, na proporção indicada na página 45 deste Prospecto] nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta, na data deste Prospecto, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não distribuição das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das Ações estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 44 deste Prospecto Preliminar.

Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, até [•] ([•]) novas Ações, [a serem emitidas pela Companhia e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso], na proporção indicada na página 45 deste Prospecto], as mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela [pela Companhia [e] pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.
Agente Estabilizador ou Santander	O Santander, agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., o Santander Investment Securities Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Citigroup Global Markets Inc. e a XP Investments US, LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a seis meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, em conformidade com os artigos 18 e 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 75 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 75 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando eventual suspensão, cancelamento, revogação ou qualquer modificação da Oferta, a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta Primária, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovadas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 15 de janeiro de 2021, cuja ata foi devidamente registrada perante a JUCERJA, em 20 de janeiro de 2021, sob o nº 00004001073, bem como foi publicada em na edição de 16, 17 e 18 de janeiro de 2021 no jornal "Diário do Acionista" e em 19 de janeiro de 2021 no DOERJ. O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Diário do Acionista" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOERJ até o dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionistas Vendedor para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.
Atividade de Estabilização	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, §3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

	Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de [R$157.107.241,15], totalmente subscrito e integralizado, representado por [1.035.166.991] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo Diferenciado de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., celebrado entre o Acionista Vendedor, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a Companhia.

Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização das Atividades de Estabilização no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, §3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e a B3.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Santander, o BTG Pactual, o Citi e a XP, considerados em conjunto.
Corretora	Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (incluindo das Ações Adicionais) que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para [(i) investimentos em novas lojas; (ii) investimentos na estratégia digital da Companhia; (iii) investimentos na construção e reforço da marca da Companhia; (iv) expansão das marcas próprias de produtos; (v) aquisições para expansão do parque de lojas; e (vi) Reforço do Capital de Giro]. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados ao Acionista Vendedor. [Inclusive o resultante do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares].
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 117 deste Prospecto e na seção "18 - Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.

Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não Institucionais serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding*", na página 101 deste Prospecto**.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia", na página 101 deste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 97 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos na seção "4.1 e 4.2 – Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 271 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição.

A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinados o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, subscreverá/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 97 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item "**4.1 e 4.2** - Fatores de Risco" do Formulário de Referência.
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 e convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de distribuição das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor.

Investidores Estrangeiros Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, editada pela SEC, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais investidores invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, inclusive nos termos da Lei 4.131, da Resolução 4.373 e da Resolução CVM 13, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Investidores Institucionais Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* ou da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por investidor, nos termos da Instrução da CVM 539.

Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM em vigor; e (ii) que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, no âmbito da Oferta do Segmento Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private.
Investidores Private *Lock-up*	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private.
Investidores Private Sem *Lock-up*	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas ou e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Pedido de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, no âmbito da Oferta de Varejo, observados para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo.
Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [45 dias] contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 100 deste Prospecto Preliminar.

***Lock-up* do Segmento Private**

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [90 dias] contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações adquiridas/ subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 100 deste Prospecto Preliminar.

Negociação na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]".

Oferta

A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo

Oferta destinada aos Investidores de Varejo, observado o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à distribuição pública para Investidores de Varejo.

Oferta de Varejo *Lock-up*

No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo de [•]%, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio.

Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo de [•]%, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio.
Oferta do Segmento Private	Oferta aos Investidores Private, no montante máximo de [•]% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta do Segmento Private *Lock-up* e Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*.
Oferta do Segmento Private *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo de [•]%, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio.
Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo de [•]%, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio.
Oferta Institucional	Oferta destinada a Investidores Institucionais a ser realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, junto a Investidores Institucionais.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e a Oferta do Segmento Private, consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] ([•]) novas Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas.

Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações sobre a Oferta – Identificação do Acionista Vendedor, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos", na página 46 deste Prospecto, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações	Qualquer opção, warrant ou direito de compra, subscrição ou aquisição de quaisquer ações de emissão da Companhia no âmbito de um plano de opção de compra de ações da Companhia em vigor na presente data.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada no Contrato de Distribuição [pela Companhia e pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para distribuição das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações no âmbito da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, a ser celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, e a ser firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até dois dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2021 e se encerrará em [•] de [•] de 2021, para efetuar a distribuição das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505: (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, conforme aplicável, seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional que desempenhem atividade de intermediação ou de suporte operacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding* reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação**.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, §1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento até o limite de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", no Prospecto Preliminar. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" do Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações**.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., incluindo o Formulário de Referência e demais documentos a ele anexos.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., incluindo o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, bem como de seus anexos e eventuais aditamentos ou suplementos.

Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta Primária e da Oferta Secundária foi protocolado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 22 de janeiro de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 73 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei do Mercado de Capitais, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-Up*, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo, considerados em conjunto.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos da Instrução da CVM 539, aplicável aos Investidores Private no âmbito da Oferta do Segmento Private.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução da CVM 539, aplicável aos Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta Primária	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de [R$157.107.241,15 (cento e cinquenta e sete milhões, cento e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e quinze centavos)], totalmente subscrito e integralizado, representado por [1.035.166.991 (um bilhão, trinta e cinco milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentas e noventa e uma)] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive, preço, quantidade, prazo e as condições de sua integralização, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de distribuição total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		*(R$)*
Ações ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de distribuição total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		*(R$)*
Ações ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, considerando a distribuição das Ações Suplementares, mas sem considerar a distribuição das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de distribuição total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		*(R$)*
Ações ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, considerando a distribuição das Ações Adicionais, mas sem considerar a distribuição das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de distribuição total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		*(R$)*
Ações ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, considerando a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas, Administradores e Acionista Vendedor

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de distribuição total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de distribuição total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a distribuição das Ações Suplementares e considerando a distribuição das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de distribuição total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação das Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de distribuição total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Akangatu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Identificação do Acionista Vendedor, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição do Acionista Vendedor:

AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.007.919/0001-00.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de, inicialmente, [•] novas Ações; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, inclusive nos termos da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão qualquer registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério [do Acionista Vendedor e da Companhia], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] ([•]) [novas] Ações, [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso, na proporção indicada na seção "Informações sobre a Oferta – Identificação do Acionista Vendedor, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos", na página 46 deste no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até [•] ([•]) [novas] Ações, [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelo Acionista Vendedor, conforme o caso, na proporção indicada no Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pela [pela Companhia [e] pelo Acionista Vendedor]ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.

As Ações (exceto as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, § 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 15 de janeiro de 2021, cuja ata foi devidamente registrada perante a JUCERJA, em 20 de janeiro de 2021, sob o nº 00004001073, bem como foi publicada na edição de 16, 17 e 18 de janeiro de 2021 no jornal "Diário do Acionista" e em 19 de janeiro de 2021 no "DOERJ".

O Preço por Ação e o efetivo aumento dedo capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido no item 9 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Diário do Acionista" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOERJ até o dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionistas Vendedor para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, §1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável, na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding* reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a distribuição das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das Ações estará em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social", na página 44 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Presumindo a distribuição da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Presumindo a distribuição da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Presumindo a distribuição da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Presumindo a distribuição da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores da Companhia, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações efetivamente ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, presumindo a distribuição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Distribuição[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) [Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um do Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) O Acionista Vendedor arcará com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Sem levar em consideração a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.]

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, presumindo a distribuição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e sem considerar a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e sem considerar a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e sem considerar a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um do Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) O Acionista Vendedor arcará com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a distribuição das Ações Adicionais e sem levar em consideração a distribuição das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, presumindo a distribuição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e considerando a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e considerando a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a distribuição das Ações Adicionais e considerando a distribuição das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um do Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) O Acionista Vendedor arcará com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a distribuição das Ações Suplementares e sem levar em consideração a distribuição das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, presumindo a distribuição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um do Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) O Acionista Vendedor arcará com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor, para participar da distribuição pública das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	22.01.2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•].[•].2021
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•].[•].2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•].[•].2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	[•].[•].2021
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	[•].[•].2021
7.	Concessão dos registros da Oferta e da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•].[•].2021
8.	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•].[•].2021
9.	Data de Liquidação	[•].[•].2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•].[•].2021
11.	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	[•].[•].2021
12.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•].[•].2021
13.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private	[•].[•].2021
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•].[•].2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" na página 56 deste Prospecto.

Para mais informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, ver "Informações sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 69 deste Prospecto.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Distribuição por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada a Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, sendo que a Oferta Não Institucional deverá incluir uma oferta aos Investidores Private (conforme definido abaixo) e uma oferta aos Investidores de Varejo (conforme definido abaixo).

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, §3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes, e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539 (conforme definida abaixo); (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta ("**Plano de Distribuição**").

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

A vedação de distribuição disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do referido artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return swap) são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 104 deste Prospecto Preliminar.**

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas", na página 101 deste Prospecto.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, no período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, no período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo. Nos termos da Deliberação CVM nº 860, com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor Não Institucional vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta Não Institucional, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor Não Institucional passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor Não Institucional aceitou participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas.

Os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, o qual terminará em data que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade des Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor será destinado, prioritariamente, à distribuição pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado a seguir:

I. o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à distribuição pública para Investidores Private, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio.

II. o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinada à distribuição pública para Investidores de Varejo, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, [haverá] rateio;

No contexto da Oferta Não Institucional, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas nos itens (I) e (II) acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, os Investidores Private que desejarem adquirir/subscrever Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private.

OS INVESTIDORES PRIVATE QUE ADERIREM À OFERTA NÃO INSTITUCIONAL NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Lock-up da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [90 dias] contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES PRIVATE *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DO SEGMENTO PRIVATE APLICÁVEL E TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DO SEGMENTO PRIVATE *LOCK-UP* SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* OU INVESTIDORES PRIVATE *LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos dos Pedidos de Reserva da Oferta do Segmento Private

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (h), e nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 67 e 71, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Private interessados em participar da Oferta Não Institucional deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores Private;

(b) **o Investidor Private que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada,* sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(c) cada Investidor Private poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no §3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) os Investidores Private interessados em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento Private, sob pena de ser considerado um Investidor Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;

(e) caso o total das Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos no item 5.1. I acima; ou (b) exceda o montante de ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta do Segmento Private *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta Segmento Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido, sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Private *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Private *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(f) caso o total das Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional I acima; ou (b) exceda o montante de ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta Segmento Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido, sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Private Sem *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(g) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de divulgação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (e) e (f) acima, conforme o caso;

(h) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado na alínea (g) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Private e cancelará automaticamente tal Pedido de Reserva; e

(i) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no item (h) acima, a cada Investidor Private, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 67 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (h) acima e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 71 deste prospecto, e a possibilidade de rateio prevista nos itens (e) e (f) acima, conforme o caso. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração.

Oferta de Varejo

Observado o disposto nesse item, os Investidores de Varejo que desejarem adquirir/subscrever Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

OS INVESTIDORES DE VAREJO QUE ADERIREM À OFERTA NÃO INSTITUCIONAL NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [45 dias] contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* ("***Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO *LOCK-UP* SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* OU INVESTIDORES PRIVATE *LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (h), nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 67 e 71, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo;

(b) **o Investidor de Varejo que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada*, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(c) cada Investidor de Varejo poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no §3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) os Investidores de Varejo interessados em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(e) caso o total das Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional II acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta de Varejo *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido, sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(f) caso o total das Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional II acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido, sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo Sem *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(g) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (e) e (f) acima, conforme o caso;

(h) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado na alínea (g) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e cancelará automaticamente tal Pedido de Reserva;

(i) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no item (h) acima, a cada Investidor de Varejo, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 67 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (h) acima e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 71 deste prospecto, e a possibilidade de rateio prevista nos itens (e) e (f) acima, conforme o caso. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração.

Disposições Aplicáveis a todos os Procedimentos de Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 67 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento aqui descrito.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta previamente à realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes, deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 97, respectivamente, bem como o item "4.1 e 4.2 Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 271 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes são destinadas à distribuição pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-simile, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações que cada Investidor Institucional deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) alocadas ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3 e por termo de aceitação, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de eventual contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM 860. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na da Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento até o limite de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", *na página 101 deste Prospecto Preliminar. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" do Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.*

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a distribuição das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com os artigos 52 e 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

[O Contrato de Distribuição será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação de forma individual e não solidária, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 69 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Distribuição, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e no Acionista Vendedor e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up* pela Companhia, seus Administradores e Acionista Vendedor, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Distribuição e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga o Acionista Vendedor, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. **Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior, particularmente nos Estados Unidos, em que a Companhia poderá estar exposta a potenciais pedidos de indenização e processos judiciais de responsabilidade, são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e podem afetar negativamente a Companhia", na página 102 deste Prospecto.**

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.]

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência a eles anexo, que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, §4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descrito.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, indicadas na seção "Informações Adicionais" a partir da página 73 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do imposto sobre operações financeiras IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Distribuição, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do imposto sobre operações financeiras IOF e/ou câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, §4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Santander	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
Citi	[•]	[•]
XP	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, de integralizar/adquirir as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM e da Oferta pela CVM, assinados e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas", na página 101 deste Prospecto.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, §3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 73 deste Prospecto.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na legislação e regulamentação aplicáveis no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela distribuição das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF e/ou câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, incluindo, observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(f) direito de retirada dos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações; e

(g) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, a partir da página 584 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão, até a data de disponibilização do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia, incluindo as Ações, serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o Código "[•]".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens "5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos", "12. Assembleia Geral e Administração", "13. Remuneração dos Administradores", "16. Transações com Partes Relacionadas", "20. Política de Negociação de Valores Mobiliários" e "21. Política de Divulgação de Informações". Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência a ele anexo, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

[A Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-Up*, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "*A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" na página 100 deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Itaú Corretora de Valores S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, [que será contratada] para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário.] {ou} [no entanto, não houve contratação de formador de mercado].

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 97 e 20, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Casa & Vídeo Brasil S.A.
Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andar
Rio de Janeiro - CEP 20.011-904
At.: Tiago de Oliveira Nascimento
Tel.: + 55(21) 4020-3636
https://www.casaevideo.com.br/investidores (neste website, clicar Documentos CVM, em seguida clicar em "Prospecto Preliminar")

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Casa & Vídeo" e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar")

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Casa & Vídeo" e clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Casa & Vídeo Brasil S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar")

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Casa & Vídeo Brasil S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações – (IPO)" e, por fim, clicar em "Prospecto Preliminar").

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, 5º e 8º andares, Leblon
22440-033, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (21) 3265-3700
http://www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Casa & Vídeo Brasil S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

Companhia

Casa & Vídeo Brasil S.A.
https://www.casaevideo.com.br/investidores (neste *website*, clicar em Documentos CVM, e em seguida clicar no título do documento correspondente).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/"Casa&Video" e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Aviso ao Mercado".

Banco Santander (Brasil) S.A.
https://www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Casa & Vídeo" e clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Casa & Vídeo", clicar no título do documento correspondente).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Casa & Vídeo Brasil S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Casa & Vídeo Brasil S.A." e, então, clicar no título do documento correspondente.

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Casa & Vídeo" e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar "Empresas", depois clicar em "Casa & Vídeo ", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 97 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO AS SEÇÕES "4.1 E 4.2 FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 271 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 22 de janeiro de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2019, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €8,3 bilhões no mundo, dos quais 53% nas Américas e 28% no Brasil. Na América Latina, em 2019, o Grupo Santander possuía cerca de 4,6 mil agências e cerca de 69 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de *Equities*, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de *Equity Research*, *Equity Sales* e *Equity Capital Markets*.

A área de *Equity Research* do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em *Sales & Trading*, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2019, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 26,3 milhões de clientes, 3.840 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 37,1 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R$858 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$68,2 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2019, possui uma participação de aproximadamente 28% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 53% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de *Equity Capital Markets* do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais do Grupo Mateus S.A. e da Rede D'Or São Luiz S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da Light S.A.

BTG Pactual

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *IPO* da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120.2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2.2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1.2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9.8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2.4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3.2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143.8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11.5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5.5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2.6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2.0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5.0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2.7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5.1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3.0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1.4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1.1 bilhões (abril de 2019), (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2.7 bilhões (abril de 2019), (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3.7 bilhões (junho de 2019), (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2.5 bilhões (julho de 2019), (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7.4 bilhões (julho de 2019), (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9.6 bilhões (julho de 2019), (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2.7 bilhões (outubro de 2019), (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (outubro de 2019), (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9.3 bilhões (dezembro de 2019), (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5.0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22.0 bilhões (fevereiro de 2020), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4.4 bilhões (julho de 2020), (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8.2 bilhões (agosto de 2020) (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6.4 bilhões (agosto de 2020), (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3.4 bilhões (setembro de 2020), (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2.2 bilhões (setembro de 2020) e (vii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5.6 bilhões (outubro de 2020).

XP

A Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, M&A, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no *Ranking* ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no *Ranking* ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; follow-*on* da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow*-on de Irani no valor de R$405 milhões; *follow*-on da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões; *follow-on* da Suzano no valor de R$6.910 milhões; *IPO* do Grupo Mateus no valor de R$4.080 milhões; *IPO* da Enjoei no valor de R$987 milhões; *IPO* da Méliuz no valor de R$584 milhões, *IPO* da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; *IPO* da Aeris no valor de R$982 milhões; e *IPO* da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões e IPO da Rede Dor São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem o seguinte relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- 1 (um) Contrato de Abertura de Crédito para Capital de Giro, celebrado com a Companhia em 11 de novembro de 2020, no valor principal de R$10,0 milhões, com vencimento em 14 de novembro de 2024, e remunerado à taxa fixa de 9,21% ao ano, com um valor em aberto de R$10,2 milhões. Tal contrato não conta com quaisquer garantias.

- 19 (dezenove) Contratos de Financiamento com Antecipação de Recebíveis de Fornecedores, celebrados entre 19 de novembro de 2020 e 05 de janeiro de 2021, no montante total de R$9,3 milhões, com vencimento entre 03 de fevereiro de 2021 e 05 de abril de 2021, e remunerados à taxa fixa de 3,12% ao mês. Tais contratos não contam com quaisquer garantias.

- Prestação de serviços de *cash management* à Companhia, contratado em 20 de março de 2020, por prazo indeterminado, sem quaisquer garantias. A tal serviço se aplicam tarifas por transação que variam de R$0,70 a R$4,20 por transação e produto utilizado.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro. Entretanto, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do conglomerado financeiro do Itaú BBA e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 104 deste Prospecto.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico descrito a seguir:

- Operação de *Confirming*, no montante de R$3.782.000,00, contratada em 01/04/2014, com prazo de vencimento em 26/01/2021 e taxa de 0,95% a.m., não existindo garantias vinculadas;

- Serviços de processamento de pagamentos na modalidade de cartão de crédito (Adquirência), contratados em 27/08/2019, com volume mensal aproximado de R$85.000.000,00. Os serviços são processados pela GetNet, sociedade integrante do conglomerado econômico do Santander, não existindo prazo de vencimento e garantias vinculadas;

- Serviço de folha de pagamento para os funcionários da Companhia, contratado em 28/10/2019, com vencimento em 28/10/2024, não existindo garantias vinculadas;

- Aplicações financeiras realizadas junto à Mesa / Tesouraria do Santander em ContaMax, no montante de R$1.050.000,00 em 19/01/2021, com diversos prazos de vencimento e sem garantias vinculadas; e

- Serviço de folha de pagamento para os funcionários da CVTRJ Trading e Distribuidora EIRELI, contratado em 28/10/2019, com vencimento em 28/10/2024, sem garantias vinculadas.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Santander e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 104 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Santander como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 104 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico descrito a seguir:

- Linha de crédito de US$9 milhões contratada pela Companhia junto ao Citibank N/A e ao Banco Citibank S/A, nos termos da Lei nº 4.131 com *swap* para Reais, para capital de giro, em 20 de fevereiro de 2020, cujo vencimento será em 20 de fevereiro de 2024, com saldo devedor em 18 de janeiro de 2021 de US$7.312 milhões, ao qual incide a taxa de CDI + 3,5% ao ano. A operação conta com a garantia de 50% de recebíveis de cartões de crédito e é amortizada trimestralmente, sem qualquer período de carência.

- Em 2020, o Citi aprovou um limite de US$2 milhões para financiamentos à importação (Finimp) de 180 dias, cujo crédito foi utilizado ao longo do ano de 2020, totalizando 15 operações ao custo médio de variação cambial + 3,91 % aa. Referidos financiamentos vencerão entre agosto e dezembro deste ano.

- Aprovado recentemente aumento do limite total em + US$10 milhões para operação de LAW 4131 para capital de giro da companhia totalizando um limite total de risco direto de US$21 milhões.

- Atualmente o Banco Citibank S.A. é um dos principais bancos parceiros da Companhia em crédito. O Citibank também é o principal parceiro em operações de câmbio da Companhia, bem como de parte de cash management de pagamentos da Companhia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 104 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Citi como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* A XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 104 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades de seu conglomerado financeiro não possui relacionamento comercial com o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Itaú BBA ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Santander

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Além disso, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio. Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara, além das informações prestadas acima, que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Santander como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 104 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Acionista Vendedor ao Citi ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderão vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor à XP ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a XP ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto, na seção "4.1 e 4.2 Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 271 deste Prospecto, as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, situação reputacional, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e o Acionista Vendedor acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4.1 e 4.2 Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 271 deste Prospecto.

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as da Companhia. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios, resultados e o valor das ações da Companhia.

O recente surto global do COVID-19 pode ter impactos de longo alcance - desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto do COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o caso da Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera, a Companhia teria uma redução do consumo dos produtos oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os seus resultados.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

As ações da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa. A Companhia não pode garantir que a cotação das ações de sua emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

As Ações nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

Antes da Oferta, as Ações não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para as Ações pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários em outros países, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender Ações de que sejam titulares, pelo preço, quantidade e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavirus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão" na página 97 deste Prospecto.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

[A emissão, a venda ou a percepção de potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus Administradores e o Acionista Vendedor se comprometeram, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de *Lock-up,* durante o período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, emitir, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo Acionista Vendedor e Administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de emissões, vendas ou uma percepção de uma possível emissão ou venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.]

[Os Investidores de Varejo Lock-up ou Investidores Private Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* e os Investidores Private *Lock-up* se comprometeram, durante o período de [45 e 90 dias], conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* e Investidores Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.]

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido com base no Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de [20]% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações inicialmente ofertadas não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 67 deste Prospecto.

Investidores que adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação será fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, e sofrerão diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição decorrente da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 108 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior, particularmente nos Estados Unidos, em que a Companhia poderá estar exposta a potenciais pedidos de indenização e processos judiciais de responsabilidade, são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e podem afetar negativamente a Companhia.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda,* inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

A Companhia e o Acionista Vendedor também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela distribuição das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela distribuição das Ações.

Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para mais informações, veja a seção “Violações de Norma de Conduta” na página 71 deste Prospecto.

[Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que estes detenham ações de emissão da Companhia, inclusive no âmbito do Plano de Opções.

Os Administradores são beneficiários do Plano de Opções, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de os Administradores deterem ações e opções de compra de ações de emissão da Companhia pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o Plano de Opções, ver a seção “Diluição” na página 108 deste Prospecto Preliminar e o item “13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” do Formulário de Referência.]

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

[A Companhia arcará com as despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção ‘‘Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição’’ na página 50 deste Prospecto Preliminar.]

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu bloco de controle, cujos interesses poderão divergir dos seus demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu atual bloco de controle, que continuará a deter a maioria do seu capital social, por meio de um acordo de acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, controlar a sua administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de seus resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares das ações ordinárias.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares de ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações.

Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

[Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das Ações, na medida em que suas remunerações são baseadas, em parte, em planos de opções de compra de Ações.

Os Administradores são beneficiários do Plano de Opções, nos termos do qual os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das Ações no mercado. O fato de uma parcela significativa da remuneração dos Administradores estar ligada ao desempenho de mercado das Ações pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o Plano de Opções, veja a seção "Diluição", a partir da página 108 deste Prospecto e o item "*13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 530 deste Prospecto.]

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, os recursos líquidos a serem captados na Oferta são estimados em aproximadamente R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para: [(i) investimentos em novas lojas; (ii) investimentos na estratégia digital da Companhia; (iii) investimentos na construção e reforço da marca da Companhia; (iv) expansão das marcas próprias de produtos; (v) aquisições para expansão do parque de lojas; e (vi) Reforço do Capital de Giro].

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
		(em R$ mil)
Investimentos em novas lojas	[•]%	[•]
Investimentos na estratégia digital da Companhia	[•]%	[•]
Investimentos na construção e reforço da marca da Companhia	[•]%	[•]
Expansão das marcas próprias de produtos	[•]%	[•]
Aquisições para expansão do parque de lojas	[•]%	[•]
Reforço do Capital de Giro	[•]%	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial, vide a seção "Capitalização", na página 107 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. O Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua estrutura de capital em 31 de dezembro de 2020 e indicam: (i) a posição naquela data;e (ii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R$[•], com base no Preço por Ação de R$[•] após a dedução das comissões e despesas estimadas.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, auditadas pelos Auditores Independentes, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como as seções 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
	Histórico	**Ajustado Pós-oferta[1]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos e financiamentos (circulante)	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	[•]	[•]
Patrimônio líquido	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, calculado com base no Preço por Ação, com a destinação de R$[•] para a conta de reserva de capital e R$[•] para o capital social.

(2) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e o patrimônio líquido nas datas indicadas.

Além do aumento de capital social descrito acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] no nosso patrimônio líquido, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R$[•]. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020.

Considerando a subscrição de [•] Ações no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$[•], e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R$[•] por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em de 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de dezembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[2]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[3]	[•]%

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a distribuição das Ações Suplementares.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 41 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade do Acionista Vendedor já foram emitidas pela Companhia.

Plano de Remuneração Baseado em Ações

Em 15 de março de 2018, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações") cujas principais características estão descritas a seguir:

Termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Ações, aprovado em Assembleia Geral, que estabelece condições gerais para a outorga de ações emitidas pela Companhia. O Plano de Ações poderá ser alterado, suspenso ou extinto, a qualquer momento, a critério da Companhia, por decisão dos acionistas reunidos em Assembleia Geral. O Plano de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que poderá servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Plano de Ações ("Comitê").

Poderão ser indicados para participar do Plano de Ações tanto os administradores como empregados da Companhia. Como órgão de administração do Plano de Ações, cabe ao Conselho de Administração: (a) determinar os beneficiários do Plano de Ações ("Participantes"); e (b) sempre de acordo com o Plano de Ações, estabelecer os termos e condições para a transferência de ações no âmbito do "Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato") do Plano de Ações. Nenhuma disposição do Plano de Ações conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado ou interromper o mandato do administrador.

Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações ordinárias representativas de, no máximo, 3% do total do capital social da Companhia ("Volume Global"), sendo certo que o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Ações não pode ultrapassar o Volume Global.

Número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando o Volume Global definido, o Conselho de Administração da Companhia deve observar os seguintes limites de outorga de ações de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Ações: (i) até 1% do total do capital social da Companhia em 2018; (ii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2019; e (iii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2020. Observado o limite do Volume Global e os limites aplicáveis a cada ano, o número de ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Condições de aquisição de ações

Para fins do Plano de Ações, a Companhia poderá usar ações existentes em tesouraria no momento da transferência das ações ao Participante.

O número de Ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia. Para que se evitem distorções, o número de Ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações poderá ser ajustado pelo Conselho de Administração de maneira adequada para refletir qualquer aumento de capital, bonificações em ações, grupamentos, desdobramentos de ações ou qualquer outra operação que possa afetar a quantidade de ações que ainda não tenha sido transferida aos Participantes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, os Contratos em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os Participantes deverão outorgar à Companhia uma opção de compra das Ações, exercível a qualquer tempo, inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

A Companhia poderá outorgar aos Participantes uma opção de venda das ações, exercível a qualquer tempo após Período de *Lock-Up* (conforme abaixo definido), inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

O Preço de Recompra será encontrado no momento do exercício das opções a partir da multiplicação do número de Ações que o Participante for titular pelo Preço de Recompra por Ação, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

- Preço de Recompra por Ação = (EV Média dos varejos comparáveis x 70% x EBITDA do Último Exercício Social – NET DEBT do Último Exercício Social)/Número de Ações da Companhia do Último Exercício Social

- "EV Média dos varejos comparáveis" significa o EV/EBITDA de 3 das 5 Empresas Definidas, apurada excluindo-se, dentre as Empresas Definidas, aquelas com maior e menor EV/EBIDTA, calculado com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado.

- "Empresas Definidas" significa as 5 companhias abertas, cujos valores mobiliários são negociados sob a nomenclatura LAME4, PCAR4, MGLU3, LREN3 e VVAR3.

Compete ao Conselho de Administração ou Comitê, se for o caso, aprovar o Preço de Recompra em qualquer operação envolvendo as Ações, assim como as demonstrações financeiras da Companhia e demais informações utilizadas para o cálculo do Preço de Recompra, inclusive os dados sobre as Empresas Definidas.

Na hipótese de a Companhia decidir negociar suas ações em bolsa de valores ou balcão, a Companhia poderá (i) a seu exclusivo critério recomprar as Ações dos Participantes considerando o preço unitário de estreia no mercado em caso de oferta pública inicial (IPO), ou (ii) a média de preço por ação dos 30 pregões anteriores, caso a Companhia já tenha ações em negociação no mercado.

Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de carência será: (i) de até 36 meses, contados da celebração dos Contratos em 2018; (ii) de até 24 meses, contados da celebração dos Contratos em 2019; e (iii) de até 12 meses, contados da celebração dos Contratos em 2020 ("Prazo de Carência"). Ou seja, somente após tais períodos de bloqueio, os Participantes receberão as suas Ações, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos.

Excepcionalmente, e como forma de alinhar o *Vesting* dos Contratos com o prazo de novos mandatos de administradores, o Prazo de Carência dos Contratos firmados em 2020 poderá ser de até 24 meses, contados da data de sua celebração, conforme definido no Contrato firmado com o Participante, respeitados sempre os objetivos e demais regras do Plano de Ações.

Forma de liquidação

A Companhia deverá transferir as Ações aos Participantes, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos, mas, genericamente, das seguintes formas:

(i) em dois lotes, cada um correspondente a 50% das Ações que tocará ao Participante, sendo que (i.a) o primeiro lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 12 meses contados do encerramento do Prazo de Carência, e (i.b) o segundo lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência; ou

(ii) em um lote único, correspondente a 100% das Ações que tocará ao Participante, que será transferido integralmente no momento do encerramento do Prazo de Carência.

A efetiva transferência das Ações para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das Ações em si não deverá garantir ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, até a data de transferência das Ações para os Participantes.

Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das Ações objeto do Contrato ao Participante.

Restrições à transferência das ações

Exceto no caso de Cláusula em sentido contrário prevista no Contrato e nas hipóteses de recompra por iniciativa da Companhia e de "Eventos de Liquidez", os Participantes não poderão alienar quaisquer Ações recebidas no âmbito do Plano de Ações durante o período de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência ("Período de *Lock-Up*").

Para fins do Plano de Ações, considera-se "Evento de Liquidez" a alteração do controle da Companhia.

Em caso de evento de liquidez ou oferta pública de ações, os participantes poderão alienar até o limite máximo de 40% das ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Ações.

É vedado aos Participantes onerar as Ações recebidas ou instituir sobre elas quaisquer gravames que possam impedir a execução do disposto no Plano de Ações.

Após receberem as Ações, os Participantes deverão observar as regras previstas nos respectivos Contratos com relação ao direito de venda conjunta (*tag-along*) e a obrigação de venda conjunta (*drag-along*).

No âmbito do Plano de Ações em vigor na data deste Prospecto, nenhuma ação ou opção foi outorgada aos Participantes do Plano de Ações, sendo que até a data deste Prospecto, há apenas uma promessa contratual de futura outorga de ações de emissão da Companhia que envolve, caso efetivamente outorgadas, na data deste Prospecto, 19.761.872 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas, de 1,91% do capital social da Companhia na data deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando (i) a emissão de [•] ações objeto da Oferta Primária; e [(ii) o exercício de todas as opções passíveis de outorga, no âmbito do Plano de Ações].

Preço por Ação[1]	R$[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (ex-tesouraria)	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia após conclusão da Oferta (ex-tesouraria)	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano de Ações	[•]
Preço de exercício no âmbito do Plano de Ações[2]	R$[•]
Quantidade total de ações após emissões acima (ex-tesouraria)	**[•]**
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020 (ex-tesouraria)	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir todos os eventos acima (ex-tesouraria)	R$[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação para os atuais acionistas para refletir todos os eventos acima	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para novos investidores para refletir todos os eventos acima[3][4]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante de todos os eventos acima[3][4]	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Com base no preço de exercício de R$[•] por ação ordinária, considerando [•].
(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão de todos os eventos descritos na tabela acima.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições/aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre o capital social da Companhia subscrito e/ou adquirido nos últimos cinco anos pela Companhia, por seus administradores, controladores ou detentores de opções:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago	Valor Pago por Ação
				(R$)	*(R$)*
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA DENOMINADA
CASA & VÍDEO BRASIL S.A.

CNPJ n°.11.114.284/0001-63
NIRE 333.0029179-2

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **Casa & Vídeo Brasil S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904, podendo por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou fechar filiais, sucursais, agências ou escritórios de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Tais estabelecimentos, porém, não terão capital próprio, sendo a contabilidade geral feita na Sede Social.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social: (i) o comércio de móveis, estruturas metálicas e mesas para eletrodomésticos e afins, ventiladores de teto, eletrodomésticos, jogos e aparelhos eletrônicos; (ii) comércio atacadista de panelas; (iii) comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (iv) representação comercial de produtos de terceiros; (v) distribuição de produtos próprios e de terceiros; (vi) agenciamento de serviços executados por terceiros; (vii) comercialização e/ou serviços de locação de jogos, brinquedos, vídeo games, discos, fitas, aparelhos de comunicação, aparelhos de reprodução de som, bebidas, imagens e programas; (viii) compra e venda de produtos usados, constantes deste objetivo social; (ix) comércio de artigos de esporte e camping, perfumaria, bazar, bombonière, produtos de decoração; prestação de serviços de informática; (x) comércio de produtos de informática, computadores e periféricos, softwares e hardwares, artigos para estética e beleza, produtos dietéticos, utilidades e produtos embalados, jogos recreativos; (xi) assistência técnica dos produtos comercializados pela empresa; (xii) instalação de aparelhos eletrodomésticos e comércio de peças de reposição utilizadas na assistência técnica; (xiv) compra, venda e locação de imóveis próprios; (xiii) prestação de serviços de suporte e assessoria nas áreas administrativa, comercial, financeira e propaganda e publicidade, loja de departamentos; manutenção e assistência técnica de aparelhos de telecomunicação; (xv) montagem e instalação de máquinas, aparelhos e equipamentos; (xvi) reparação de máquinas, aparelhos domésticos; (xvii) comércio de aparelhos médicos - hospitalares, livraria; agente credenciado de telefonia celular; (xviii) agenciamento de serviços fotográficos, gravações sonoras; (xix) agente credenciada de telefonia fixa; (xx) atuar na intermediação comercial; (xxi) atuar como estipulante de seguros em geral, produtos vitamínicos, suplementos alimentares, bebidas, xaropes concentrados, sucos, refrigerantes, águas; (xxii) oficina de reparação para uso exclusivo da própria firma; e

(xxiii) depósito para uso exclusivo da própria firma e de serviços de cobrança e fabricação de produtos derivados de cacau e de chocolates.

Artigo 4º – A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 157.107.241,15 (cento e cinquenta e sete milhões, cento e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e quinze centavos) dividido em 1.035.166.991 (um bilhão, trinta e cinco milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentas e noventa e uma) ações ordinárias, escriturais, nominativas, e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro – As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º – A Companhia poderá emitir ações, observado o limite do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 8º – Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único – O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 9º – A Companhia poderá, observado o limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CAPÍTULO III
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 10 – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos.

Parágrafo Terceiro – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo

acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 11 – As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações, ou a regulamentação aplicável, exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 12 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Primeiro – As atas das Assembleias Gerais de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 13 – Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e neste estatuto social:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(viii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do Artigo 6º deste Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste estatuto social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 14 – A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 34 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 – O Conselho de Administração será composto por no mínimo 4 (quatro) membros e no máximo 9 (nove) membros, podendo ter igual número de membros suplentes, indicados pela Assembleia Geral, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração e outro o Vice-Presidente do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Segundo – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 16 – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas e impedimentos ou vacância, pelo respectivo suplente, caso aplicável.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de vacância de cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 17 – O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou do Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por 2 (dois) Conselheiros. As reuniões deverão ser convocadas por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria, ressalvado eventuais quóruns qualificados previstos em acordo de acionistas, cabendo ao presidente da reunião, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos

conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Terceiro – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

(b) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quarto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sexto – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo terceiro, alínea "c" do Parágrafo Terceiro deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo – As atas das Reuniões do Conselho de Administração serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente do Conselho de Administração, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos Membro do Conselho de Administração.

Parágrafo Oitavo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 18 – Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário;

(iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(iv) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(v) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(vi) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(vii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(viii) estabelecer a alçada da Diretoria para aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(ix) estabelecer a alçada da Diretoria para toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais;

(x) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xi) estabelecer a alçada da Diretoria para alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(xii) estabelecer a alçada da Diretoria para aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, exceto quando se tratar de operações de antecipação de recebíveis da Companhia e operações de antecipação de recebíveis dos

fornecedores, as quais poderão ser aprovadas diretamente pela Diretoria Financeira sem aprovação do Conselho de Administração;

(xiii) estabelecer a alçada da Diretoria para a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas");

(xiv) nomeação ou destituição de auditores independentes, observado o disposto na alínea (ii) do Artigo 27; e

(xv) estabelecer a alçada da Diretoria para prestação de quaisquer garantias a terceiros, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores ou garantia locatícia de imóveis locados pelo próprio grupo econômico no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas;

(xvi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação das ações da Companhia ou incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;

(xviii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

(xix) aprovar a criação de planos de bonificação ou gratificação para empregados e administradores da Companhia de qualquer das sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, incluindo participação nos lucros e resultados, e programa de participação nos resultados; e

(xx) aprovar planos de incentivo de longo prazo que tenham os administradores da Companhia, e membros de órgãos de assessoramento à administração, como beneficiários.

Artigo 19 – O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os Comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA

Artigo 20 – A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente; um Diretor Financeiro; um Diretor de Relações com Investidores; um Diretor Comercial; um Diretor de Operações; e um Diretor de Vendas e Operações de Lojas e demais diretores sem designação especifica, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 21 – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Sexto deste Artigo.

Parágrafo Segundo – O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários, ou por outro Diretor à ser indicado previamente pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Terceiro – No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipadamente, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sexto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sexto deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 22 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

(i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e

(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

(ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal; e

(iv) representar a Companhia perante instituições financeiras.

Parágrafo Quinto – Compete ao Diretor Comercial, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área comercial da Companhia;

(ii) desenvolver e implementar estratégias de vendas da Companhia;

(iii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Sexto – Compete ao Diretor de Operações, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento operacional da Companhia;

(ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e

(iv) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Sétimo – Compete ao Diretor de Vendas e Operações de Lojas, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar e acompanhar o devido funcionamento de todas as unidades de venda;

(ii) implementar e padronizar todos os processos que forem designados para as lojas;

(iii) zelar pelo bom relacionamento com os clientes nos pontos de contato das lojas;

(iv) disseminar toda informação necessária ao bom funcionamento dos processos em loja, sendo o mais importante ponto de comunicação entre a Administração da Companhia e as Lojas; e

(v) opinar em relação ao fechamento ou contratação de novos pontos de venda.

Artigo 23 – Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(i) por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;

(iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; ou

(iv) por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos (a) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e (c) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII
CONSELHO FISCAL

Artigo 24 – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto de 03 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 34 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 25 – Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VIII
DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artigo 26 – O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será formado por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes, nos termos da regulamentação aplicável, sendo que ao menos 1 (um) será Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulação expedida pela CVM.

Parágrafo Primeiro. O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo. As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário estão definidas no seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Artigo 27 – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, além de outras atribuições constantes do regimento interno:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Artigo 28 – As atividades e os procedimentos operacionais do Comitê de Auditoria Estatutário, incluindo as atividades de seu coordenador, constarão de regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 29 – O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras na forma da lei.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Terceiro – Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 30 deste Estatuto Social.

Artigo 30 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido do exercício deverá ser alocado da seguinte forma, respeitado o previsto na Lei das Sociedades por Ações:

(i) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) as importâncias destinadas à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento) poderão ser destinados à constituição de Reserva Estatutária para Reforço de Capital, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Companhia, sendo certo que o valor total destinado à Reserva Estatutária para Reforço de Capital não poderá exceder o limite de 100% (cem por cento) do capital social;

CAPÍTULO X
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 31 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO XI
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 32 – A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

CAPÍTULO XII
DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 33 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 34 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35 – Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 36 – A Companhia indenizará e manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando diretamente ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal à luz do preceito constitucional da presunção da inocência.

Parágrafo Primeiro – Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, e despesas incorridos com a assistência jurídica, reembolsos e indenizações arcados pela Companhia, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Parágrafo Terceiro – Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos relativos a este Artigo 36, sendo certo que o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos será de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Não poderão participar desta deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

Artigo 37 – As disposições contidas no parágrafo único do Artigo 1º, parágrafo primeiro do Artigo 5º, parágrafos primeiro e segundo do Artigo 14, parágrafos segundo e terceiro do Artigo 15, inciso "v" do Artigo 18, Artigo 31 e Artigo 34, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

* * *

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ/ME n° 11.114.284/0001-63
NIRE 333.0029179-2

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Aos dias 15 do mês de janeiro de 2021, às 9:00 horas, na sede social da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, n° 100, 7°, 8° e 9° andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4° da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Marcos Duarte Santos, o qual escolheu o Sr. Alessandro Luis Faria Maciel para secretariar os trabalhos.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (ii) autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC" e "Oferta", respectivamente); (iii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e (iv) a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

5.1. a abertura de capital da Companhia e a consequente submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

5.2. a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e que será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"). Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinadas instituições financeiras (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o disposto na *Rule 144A* do *Securites Act of 1933* e no *Regulation* S, ambos editados pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC;

5.2.1. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais"). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares");

5.2.2. A quantidade de Ações a serem emitidas/alienadas na Oferta será definida posteriormente e o preço por ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding;*

5.2.3. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

5.2.4. As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Distribuição e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

5.3. A submissão do pedido de registro da Companhia junto à B3 e adesão ao Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação;

5.4. Será oportunamente aprovado pelos acionistas da Companhia, mas antes do primeiro protocolo na CVM, (i) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; e (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros independentes.

5.5. a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados e, para tanto, os administradores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à ANBIMA, podendo praticar todos e quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização da mesma.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Marcos Duarte Santos – Presidente e Alessandro Luis Faria Maciel - Secretário. **Acionista Presentes**: AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.

Mesa:

Marcos Duarte Santos
Presidente

Alessandro Luis Faria Maciel
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ/ME n° 11.114.284/0001-63
NIRE 333.0029179-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos dias [●] do mês de [●] de 2021, às [●] horas, na sede da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos [a/o] Sr[a]. [●], Presidente, e [a/o] Sr[a]. [●], Secretári[a/o].

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), no valor nominal unitário de R$[●] ([●] reais), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("Oferta"); **(ii)** a aprovação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(iii)** a aprovação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A., ("Prospecto Definitivo") e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM e dos *Offering Memoranda* da Companhia; **(iv)** a autorização para a Diretoria da

Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como, observada a forma de representação da Companhia, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e **(v)** a verificação da subscrição das Ações e a homologação do novo capital social da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do Estatuto Social, [por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições], o que segue:

5.1. Aprovar o preço de R$[●] ([●] reais) por ação objeto da Oferta ("Preço por Ação") fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), nos termos do *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A."* ("Contrato de Colocação"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta.

5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$[●] ([●] reais), o qual passará de R$[●] ([●] reais) para R$[●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 7 do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Aprovar o Prospecto Definitivo e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM, bem como os *Offering Memoranda* da Companhia.

5.4. Em razão da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do

capital social da Companhia, podendo praticar quaisquer atos perante B3, CVM, ANBIMA e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas.

5.5. Ato contínuo, verificar a subscrição de [●] ([●]) de Ações no âmbito da Oferta e, consequentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração deverá submeter, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado. As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A.*".

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, [a/o] Sr[a]. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: [●] – Presidente; e [●] – Secretári[a/o]. **Conselheiros presentes**: Marcos Duarte Santos, Cláudio José Carvalho de Andrade, Bernardo Vieira Hees e Gerard Peter Scheij.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

[●]	[●]
Presidente	Secretári[a/o]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CASA & VÍDEO BRASIL S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 11.114.284/0001-63, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A." ("Prospecto Preliminar") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A." ("Prospecto Definitivo"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2021.

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.

Nome: Ivo do Amaral Benderoth Cargo: Diretor Presidente	Nome: Tiago de Oliveira Nascimento Cargo: Diretor de Relação com Investidores e Financeiro

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações constituído e registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.007.919/0001-00, neste ato representado na forma de seu regulamento por seu administrador, **BRL Trust Investimentos Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, devidamente autorizada pela CVM para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **CASA & VÍDEO BRASIL S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.114.284/0001-63 ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A." ("Prospecto Preliminar") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A." ("Prospecto Definitivo"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2021.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Economia sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **CASA & VÍDEO BRASIL S.A.** ("**Ações**" e "**Companhia**", respectivamente), e de titularidade do Acionista Vendedor identificado no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, o BTG Pactual e o Citi, os "Coordenadores da Oferta") ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor (conforme indicado no Prospecto Preliminar) e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, qual seja, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações

Corporativo | Interno

financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, bem como seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: **(a)** as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Casa & Vídeo Brasil S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 8
Demonstrações dos resultados 9
Demonstrações dos resultados abrangentes 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstrações dos fluxos de caixa 12
Demonstrações do valor adicionado 13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14

Anexos:

- Relatório da Administração
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Casa & Vídeo Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo,

a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Reconhecimento de receita

   Conforme mencionado nas notas explicativas 1, 3 e 24, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas substancialmente por meio de suas lojas físicas e vendas diretas a terceiros, e as modalidades de pagamento aceitas pela Companhia são cheque, cartão de crédito e débito, dinheiro e boleto bancário. O alto volume de vendas e a quantidade de lojas requerem controles e processos que garantam a integridade das operações.

   Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

   Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

   Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (v) teste de corte de competência das receitas, com base em amostra de transações; e (vi) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de varejo.

   Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas adotadas pela administração, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Estoques

Conforme mencionado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía estoques no montante de R$237.273 mil, distribuídos em 215 lojas e no centro de distribuição no Estado do Rio de Janeiro, e são compostos por grande variedade de produtos, o que requer um sistema de controle e logística para gerenciamento apropriado. Além disso, o grande volume de compras e vendas de mercadorias faz com que a valorização dos estoques se torne complexa e relevante.

Devido ao montante envolvido, elevado número de entradas e saídas, bem como a quantidade de itens em estoques e em localidades distintas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques de lojas e centro de distribuição; e (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e recálculo do custo médio dos itens selecionados; (v) avaliação dos critérios utilizados pela administração para cálculo da provisão para perdas na realização dos estoques e revisão dos cálculos efetuados; e (vi) avaliação da necessidade de provisão para perdas na realização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os estoques, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques adotadas pela administração, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Building a better working world

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 18 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wilson J. O. Moraes
Contador CRC-1RJ107211/O-1

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	**163.838**	124.731	76.551	**163.887**	124.770	76.621
Títulos e valores mobiliários	5	**8.077**	1.508	1.355	**8.077**	1.508	1.355
Contas a receber de clientes	6	**52.253**	49.462	48.013	**52.448**	49.656	48.208
Estoques	7	**237.273**	166.043	139.975	**237.273**	166.043	139.975
Impostos e contribuições a recuperar	8	**48.332**	45.853	49.983	**48.394**	45.907	50.017
Outros		**10.767**	7.090	5.887	**11.234**	7.553	6.354
		520.540	394.687	321.764	**521.313**	395.437	322.530
Não circulante							
Depósitos judiciais	9	**73.931**	70.928	75.253	**73.988**	70.946	75.271
Impostos e contribuições a recuperar	8	**1.069**	-	-	**1.069**	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	**21.409**	34.630	38.676	**23.645**	36.871	40.925
Investimento	11	**9.121**	9.088	9.025	**-**	-	-
Imobilizado	12	**137.561**	87.876	76.078	**138.404**	88.750	76.983
Direito de uso – arrendamento mercantil	20	**296.047**	271.609	-	**296.047**	271.609	-
Intangível	13	**128.717**	133.739	137.876	**128.717**	133.739	137.876
Outros		**3.262**	126	126	**3.262**	126	126
		671.117	607.996	337.034	**665.132**	602.041	331.181
Total do ativo		**1.191.657**	1.002.683	658.798	**1.186.445**	997.478	653.711
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	15	**360.947**	289.903	271.782	**355.696**	284.668	266.676
Antecipação de fornecedores a pagar	16	**40.052**	42.251	24.537	**40.052**	42.251	24.537
Empréstimos e financiamentos	18	**28.564**	15.829	-	**28.564**	15.829	-
Debêntures	19	**-**	20.993	21.180	**-**	20.993	21.180
Derivativos	29.3	**964**	-	-	**964**	-	-
Impostos e contribuições a recolher	17	**63.588**	59.402	54.473	**63.627**	59.435	54.492
Arrendamento mercantil	20	**74.083**	75.365	-	**74.083**	75.365	-
Salários e encargos a recolher		**12.509**	12.894	10.722	**12.509**	12.894	10.722
Aluguéis a pagar		**16.205**	10.256	9.978	**16.205**	10.256	9.978
Dividendos a pagar		**-**	1.741	1.741	**-**	1.741	1.741
Credores - recuperação judicial	10	**-**	-	23.895	**-**	-	23.895
Adiantamento de clientes		**6.249**	7.147	3.810	**6.249**	7.147	3.810
Outros		**12.192**	8.682	14.407	**12.192**	8.679	14.407
		615.353	544.463	436.525	**610.141**	539.258	431.438
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	**47.550**	13.896	-	**47.550**	13.896	-
Debêntures	19	**-**	11.104	32.046	**-**	11.104	32.046
Impostos e contribuições a recolher	17	**134.894**	140.276	124.703	**134.894**	140.276	124.703
Arrendamento mercantil	20	**239.950**	206.776	-	**239.950**	206.776	-
Credores - recuperação judicial	10	**22.874**	32.241	26.234	**22.874**	32.241	26.234
Adiantamento de clientes		**3.917**	-	-	**3.917**	-	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	21	**5.872**	4.498	4.248	**5.872**	4.498	4.248
Outros		**45**	247	649	**45**	247	649
		455.102	409.038	187.880	**455.102**	409.038	187.880
Patrimônio líquido	22						
Capital social		**157.107**	124.107	124.107	**157.107**	124.107	124.107
Reserva de capital		**11.846**	8.037	1.982	**11.846**	8.037	1.982
Prejuízos acumulados		**(47.751)**	(82.962)	(91.696)	**(47.751)**	(82.962)	(91.696)
		121.202	49.182	34.393	**121.202**	49.182	34.393
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.191.657**	1.002.683	658.798	**1.186.445**	997.478	653.711

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	24	**1.115.697**	1.009.436	967.620	**1.115.697**	1.009.436	967.620
Custo das mercadorias vendidas	25	**(736.590)**	(661.298)	(628.269)	**(736.590)**	(661.298)	(628.269)
Lucro bruto		**379.107**	348.138	339.351	**379.107**	348.138	339.351
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas comerciais	26	**(112.682)**	(102.873)	(103.902)	**(112.682)**	(102.873)	(103.902)
Despesas gerais e administrativas	26	**(187.864)**	(181.076)	(185.107)	**(187.901)**	(181.135)	(185.147)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	**7.585**	5.148	12.409	**7.672**	5.310	12.555
Equivalência patrimonial	11	**33**	63	75	**-**	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**86.179**	69.400	62.826	**86.196**	69.440	62.857
Receitas financeiras	27	**32.813**	11.036	12.782	**32.813**	11.036	12.782
Despesas financeiras	27	**(67.541)**	(67.657)	(61.454)	**(67.545)**	(67.673)	(61.457)
Lucro antes dos impostos		**51.451**	12.779	14.154	**51.464**	12.803	14.182
Imposto de renda e contribuição social	14	**(16.240)**	(4.045)	(4.854)	**(16.253)**	(4.069)	(4.882)
Lucro do exercício		**35.211**	8.734	9.300	**35.211**	8.734	9.300
Resultado por ação - básico (em Reais)	23	**0,03**	0,01	0,01	**0,03**	0,01	0,01
Resultado por ação - diluído (em Reais)	23	**0,03**	0,01	0,01	**0,03**	0,01	0,01

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro do exercício	**35.211**	8.734	9.300	**35.211**	8.734	9.300
Outros resultados abrangentes	**-**	-	-	-	-	-
						-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**35.211**	8.734	9.300	**35.211**	8.734	9.300

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva para pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		104.107	-	(100.996)	3.111
Aumento de capital social	22	20.000	-	-	20.000
Plano de remuneração baseado em ações	22	-	1.982	-	1.982
Lucro líquido do exercício		-	-	9.300	9.300
Saldos em 31 de dezembro de 2018		124.107	1.982	(91.696)	34.393
Plano de remuneração baseado em ações	22	-	6.055	-	6.055
Lucro líquido do exercício		-	-	8.734	8.734
Saldos em 31 de dezembro de 2019		124.107	8.037	(82.962)	49.182
Aumento de capital social	22	**33.000**	**-**	**-**	**33.000**
Plano de remuneração baseado em ações	22	**-**	**3.809**	**-**	**3.809**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**35.211**	**35.211**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**157.107**	**11.846**	**(47.751)**	**121.202**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**51.451**	12.779	14.154	**51.464**	12.803	14.182
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa						
Depreciação e amortização	**16.317**	17.268	17.378	**16.348**	17.299	17.409
Amortização direito de uso – arrendamento mercantil	**73.839**	67.035	-	**73.839**	67.035	-
Provisão para perda de valores irrecuperáveis e obsolescência de estoque	**6.195**	2.037	1.207	**6.195**	2.037	1.207
Perda com baixa de imobilizado e intangível	**402**	61	19	**402**	61	19
Ajuste ao valor presente	**4.387**	3.505	2.960	**4.387**	3.505	2.960
Juros, variação monetária e desconto de fornecedores	**(10.519)**	22.698	11.114	**(10.519)**	22.698	11.114
Variação do valor justo de derivativos	**964**	-	-	**964**	-	-
Equivalência patrimonial	**(33)**	(63)	(75)	**-**	-	-
Remuneração baseada em ações	**3.809**	6.055	1.982	**3.809**	6.055	1.982
Provisão para contingências	**1.374**	250	(1.147)	**1.374**	250	(1.147)
Variações de ativos e passivos operacionais						
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	**(4.759)**	(1.493)	(9.545)	**(4.760)**	(1.492)	(9.546)
Estoques	**(77.302)**	(27.852)	10.922	**(77.302)**	(27.852)	10.922
Impostos e contribuições a recuperar	**(3.548)**	4.129	8.648	**(3.556)**	4.110	8.651
Outros ativos circulantes	**(3.677)**	(1.203)	(2.027)	**(3.681)**	(1.199)	(2.028)
Depósitos judiciais	**(3.003)**	4.325	(5.415)	**(3.042)**	4.325	(5.415)
Outros ativos não circulantes	**(3.136)**			**(3.136)**		
Fornecedores	**71.365**	17.754	(1.486)	**71.349**	17.625	(1.648)
Antecipação de fornecedores a pagar	**(2.199)**	17.714	8.740	**(2.199)**	17.714	8.740
Salários e encargos a recolher	**(385)**	2.172	(1.760)	**(385)**	2.172	(1.760)
Aluguéis a pagar	**5.949**	278	(7.810)	**5.949**	278	(7.810)
Impostos e contribuições a pagar	**(4.059)**	14.099	9.545	**(4.049)**	14.108	13.227
Outros passivos circulantes	**2.612**	(2.388)	4.628	**2.612**	(2.388)	4.628
Outros passivos não circulantes	**3.714**	(401)	(401)	**3.714**	(401)	(401)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(2.859)**	(616)	(1.342)	**(2.859)**	(616)	(1.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.018)**	-	(458)	**(3.027)**	(15)	(475)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**123.881**	158.143	59.831	**123.891**	158.112	63.469
Atividades de investimento						
Aplicações em títulos e valores mobiliários	**(26.831)**	(2.166)	(9.964)	**(26.831)**	(2.166)	(9.964)
Resgates de títulos e valores mobiliários	**20.262**	2.013	9.797	**20.262**	2.013	9.797
Aquisições de imobilizado	**(59.655)**	(22.228)	(14.108)	**(59.655)**	(22.228)	(14.108)
Aquisições de intangíveis	**(1.727)**	(2.762)	(578)	**(1.727)**	(2.762)	(578)
Redução em investimento em controlada	**-**	-	3.683	**-**	-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(67.951)**	(25.143)	(11.170)	**(67.951)**	(25.143)	(14.853)
Atividades de financiamento						
Captações de empréstimos e financiamentos	**105.451**	29.377	13.222	**105.451**	29.377	13.222
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(58.868)**	-	(13.235)	**(58.868)**	-	(13.235)
Pagamento de passivos de arrendamento mercantil	**(59.427)**	(70.063)	(51)	**(59.427)**	(70.063)	(51)
Pagamentos de debêntures	**(33.622)**	(26.889)	(18.328)	**(33.622)**	(26.889)	(18.328)
Aumento de capital	**33.000**	-	20.000	**33.000**	-	20.000
Pagamento de dividendos	**(1.741)**	-	-	**(1.741)**	-	-
Pagamento de credores - Plano de Recuperação Judicial	**(1.616)**	(17.245)	(10.370)	**(1.616)**	(17.245)	(10.370)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	**(16.823)**	(84.820)	(8.762)	**(16.823)**	(84.820)	(8.762)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39.107**	48.180	39.899	**39.117**	48.149	39.854
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**124.731**	76.551	36.652	**124.770**	76.621	36.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**163.838**	124.731	76.551	**163.887**	124.770	76.621
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39.107**	48.180	39.899	**39.117**	48.149	39.854

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas	**1.369.618**	1.235.750	1.129.121	**1.369.713**	1.235.925	1.129.284
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.312.659**	1.189.316	1.116.044	**1.312.659**	1.189.316	1.116.044
Outras receitas	**8.396**	5.220	12.768	**8.491**	5.395	12.931
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**48.563**	41.214	309	**48.563**	41.214	309
Insumos adquiridos de terceiros	**(949.128)**	(856.797)	(783.241)	**(949.135)**	(856.798)	(783.248)
Custos dos produtos. mercadorias e serviços	**(842.973)**	(755.361)	(715.836)	**(842.973)**	(755.361)	(715.836)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(106.155)**	(101.436)	(67.405)	**(106.162)**	(101.437)	(67.412)
Valor adicionado bruto	**420.490**	378.953	345.880	**420.578**	379.127	346.036
Retenções	**(90.157)**	(84.305)	(17.378)	**(90.187)**	(84.334)	(17.409)
Depreciação e amortização	**(90.157)**	(84.305)	(17.378)	**(90.187)**	(84.334)	(17.409)
Valor adicionado líquido produzido	**330.333**	294.648	328.502	**330.391**	294.793	328.627
Valor adicionado recebido em transferência	**32.846**	11.100	12.858	**32.813**	11.036	12.782
Resultado de equivalência patrimonial	**33**	64	76	**-**	-	-
Receitas financeiras	**32.813**	11.036	12.782	**32.813**	11.036	12.782
Valor adicionado total a distribuir	**363.179**	305.748	341.360	**363.204**	305.829	341.409
Distribuição do valor adicionado	**363.179**	305.748	341.360	**363.204**	305.829	341.409
Pessoal	**112.996**	107.311	102.165	**112.996**	107.309	102.165
Remuneração direta	**87.121**	82.841	78.107	**87.121**	82.841	78.107
Benefícios	**18.634**	18.765	16.733	**18.634**	18.763	16.733
F.G.T.S.	**7.241**	5.705	7.325	**7.241**	5.705	7.325
Impostos, taxas e contribuições	**128.455**	108.178	91.814	**128.476**	108.245	91.860
Federais	**66.210**	58.767	38.436	**66.231**	58.815	38.480
Estaduais	**56.329**	45.964	47.300	**56.329**	45.974	47.301
Municipais	**5.916**	3.447	6.078	**5.916**	3.456	6.079
Remuneração de capitais de terceiros	**86.517**	81.525	138.081	**86.521**	81.541	138.084
Despesas financeiras	**67.541**	67.657	61.454	**67.545**	67.673	61.457
Aluguéis	**18.976**	13.868	76.627	**18.976**	13.868	76.627
Remuneração de capitais próprios	**35.211**	8.734	9.300	**35.211**	8.734	9.300
Lucros retidos	**35.211**	8.734	9.300	**35.211**	8.734	9.300

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa & Vídeo Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Casa & Vídeo" ou "Companhia"), anteriormente denominada Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, possuindo como atividade preponderante o comércio varejista no modelo de autosserviço, sendo suas principais categorias de comercialização, os produtos de utilidade doméstica, *connect* (celulares e smartphones), eletroportáteis, cama, mesa e banho, bricolagem, conveniência, lazer, dentre outros.

Em 2020, a Companhia intensificou o plano de expansão e desenvolveu dois novos modelos de negócio ("Lojas Mini" e ".perto"). A expansão das vendas e consequente diluição de custos fixos seguem alinhadas com as projeções e a assertividade do modelo desenvolvido para projeção de novas lojas e os ajustes processuais permitiram a inauguração de 103 unidades, sendo 39 lojas (14 lojas em 2019 e 5 lojas em 2018) no modelo tradicional, 62 lojas no formato "Mini" e 2 unidades no formato ".perto".

O ano de 2020 marca também a abertura de 22 lojas no estado de Minas Gerais e consequente aceleração do processo de construção de marca no Estado. A Companhia encerra o ano de 2020 com o total de 151 lojas no modelo tradicional.

As lojas no modelo "Mini" são unidades de vendas no modelo "*store in store*" que operam na média com 9 m2 e, portanto, baixo investimento. Esse novo formato permitiu entrar em localidades de difícil colocação de espaço e aproveitar o fluxo trazido pela loja (em geral importantes redes de supermercados).

As lojas no modelo ".perto" são lojas totalmente conectadas na plataforma digiltal *Omnichannel* com venda física e digital assistida, operando na média com 200m2 e sortimento menor com foco em produtos de maior valor agregado.

Ainda em 2020 a Companhia concluiu uma parte importante da estratégia de aceleração de vendas on-line, com foco no projeto de integração dos estoques de lojas e centro de distribuição e redução de custos e prazos de entrega.

Seguindo o projeto digital, ainda em 2020, iniciou-se o piloto de "*Marketplace in*", operação que utiliza o site como vitrine de produtos complementares ao sortimento. Nessa nova modalidade de vendas a Companhia recebe comissão do volume vendido, melhorando as margens operações do canal digital.

Em 2018, a Companhia começou a operar o Cartão Private Label com a bandeira própria "Casa & Vídeo". Essa operação vem gerando incremento de vendas, aumento do ticket médio e captação de clientes novos que não possuíam crédito no mercado. Essa é uma importante ferramenta de fidelização.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 88.828 (R$ 143.821 negativo em 31 de dezembro de 2019 e R$ 108.908 negativo em 31 de dezembro de 2018). A Companhia vem melhorando significativamente sua posição de capital circulante líquido, por meio da estratégia de crescimento, melhorias operacionais, melhores margens e geração de caixa operacional positiva. Entre 2018 para 2019, houve um aumento do capital circulante líquido negativo dado o reconhecimento CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil. A administração também vem buscando a negociação com fornecedores para aumentar prazos de pagamento e permitir que seu ciclo de capital de giro siga sendo financiado.

A administração entende que possui resultado e estrutura operacional suficiente para a aceleração do ritmo de expansão realizada nos últimos meses bem como a melhoria da alavancagem operacional trazida por essa expansão com manutenção dos níveis de custos administrativos e do Centro de Distribuição. Adicionalmente, os novos modelos de negócio testados durante o ano de 2020 trarão a melhora do retorno dos investimentos que serão realizados durante o ano de 2021 em diante. Os administradores estão confiantes que essa estratégia, juntamente com todas as novas ações desenvolvidas durante o ano de 2020, permitirá o contínuo crescimento da Companhia para os próximos anos, principalmente, com a esperada melhoria dos aspectos macroeconômicos para 2021.

Covid-19

O ano de 2020 foi bastante desafiador para o segmento varejista, devido aos impactos gerados pelo Covid-19. A Companhia concentrou seus esforços na proteção da saúde dos colaboradores e clientes, além da maximização dos fluxos de caixa.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou pandemia com o surto do Coronavírus (Covid-19). A pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, isolamento, condições desafiadoras de trabalho e dificuldades da cadeia de suprimentos.

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo Covid-19 em suas operações, incluindo:

(i) Renegociação de todos os contratos de aluguel para o período de pandemia e pós pandemia. Essa renegociação resultou em R$19.653 em descontos nos pagamentos de aluguéis em 2020.

(ii) Férias coletivas e Suspensão dos contratos de trabalho durante o período de pandemia, com retorno loja a loja conforme liberação dos municípios em relação ao isolamento social e liberação do comércio. Adicionalmente nos últimos meses tivemos uma grande evolução dos processos em lojas, Centro de Distribuição e administração, o que nos permitiu uma redução de 20% nos custos com folha de pagamento.

(iii) Aceleração do projeto cliente 360 para rápida adaptação ao cenário *Ominichannel.*

(iv) Ainda durante o período de fechamento do comércio a Companhia implantou um novo modelo de negócio batizado de Casa & Vídeo Mini.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Valor de recuperação dos estoques;
(ii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente; e
(iii) Avaliação de não recuperação dos ativos não-financeiros.

A administração não identificou impactos relevantes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de janeiro de 2021.

Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Além disso, com a entrada do fundo de investimento como controlador da Companhia, diversas medidas de melhoria em governança foram colocadas em prática e continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada integral CVTRJ Trading e Distribuidora (“CVTRJ” – controlada desde 1 de outubro de 2012.

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, data na qual a Companhia obtém o controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir.

O exercício social da controlada é coincidente com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado das empresas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações: (i) participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias; e (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

3. Políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável, se aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento de exercício, a Companhia promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas demonstrações financeiras ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda, incluindo nestes os impostos sobre vendas. O cálculo para se chegar ao valor realizável líquido é feito para cada item, ou grupo de itens semelhantes.

Os estoques da Companhia em sua totalidade são apresentados no circulante, pois espera-se que no curso normal das atividades estes sejam vendidos dentro de até doze meses.

3.4 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

3.5 Arrendamentos

Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2018

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.
Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos, qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como redução do passivo de arrendamento de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais, não qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía somente arrendamentos operacionais, sendo os mais relevantes os aluguéis de imóveis relacionados ao centro de distribuição, loja física e sede administrativa.

Política contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme descrito a seguir.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando

aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

3.6 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.9 Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

3.10 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores.

3.12 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13 Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

3.14 Reconhecimento da receita

A Companhia adotou a política de apresentar a receita de contrato com cliente como uma única linha na demonstração do resultado, separadamente de outras fontes de receitas.

Venda de produtos

A partir de 1 de janeiro de 2018, a norma CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, com base em um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

(i) A identificação do contrato com o cliente;
(ii) A identificação das obrigações de desempenho;
(iii) A determinação do preço da transação;
(iv) A alocação do preço da transação; e
(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas.

A Companhia opera no varejo, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As alterações introduzidas pelo IFRS 15 / CPC 47 não trouxeram impactos relevantes para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da

receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	7% a 18%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, conforme o conceito descrito no pronunciamento técnico CPC 32 - Imposto sobre o lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.16 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o resultado por ação.

3.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, norma que substituiu o IAS 39/CPC 28 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O IFRS 9 / CPC 48 determina novos critérios para classificar os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por

meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Adicionalmente, foi determinado um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido entre perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior baseado em perdas incorridas.

A apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros sofreram alteração de acordo com os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9 / CPC 48. A tabela abaixo demonstra as mudanças na Companhia em termos da classificação de seus ativos e passivos financeiros, com base nas exigências da IFRS 9 / CPC 48:

Ativos/Passivos financeiros	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado a valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Empréstimos	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

O IFRS 9 / CPC 48 não trouxe impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

As classificações dos instrumentos financeiras são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros - Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

Passivos financeiros - Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

Passivos financeiros - Mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

3.18 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.19 Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20 Remuneração baseada em ações

O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida à demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original.

3.21 Dividendos

Dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

3.22 Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de varejo, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão. Dentro do segmento de operação, a Companhia tem diferentes canais de venda: lojas, online, Mini e .Perto.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9)

A norma CPC 48 / IFRS substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e contabilidade de *hedge*.

Receita de contratos com clientes (CPC 47 / IFRS 15)

A norma CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Substituiu as normas para o reconhecimento de receitas iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018. Não houve impactos decorrentes da aplicação da norma.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão

classificando arrendamentos como operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais uma entidade seja arrendadora.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas de 2018 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, dos passivos de arrendamento e direitos de uso dos arrendamentos foi como segue:

	1/1/2019
Ativo	
Ativos de direito de uso – imóveis	282.882
Passivo	282.882
Passivo de arrendamento	338.734
(-) Ajuste a valor presente	(55.852)
Impacto no patrimônio líquido	-

As normas e interpretações emitidas abaixo são aplicáveis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, mas não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Normas e emendas	Descrição
ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32).
CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa	As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI (somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto) independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.
CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos	As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício pós empregatício durante o período.
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	As alterações esclarecem que a Companhia deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou *joint venture* para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou *joint venture* (investimento de longo prazo).

3.25 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Os pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes (por exemplo, IFRS 17 e alterações IAS 1), de acordo com avaliação prévia da administração, não trarão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.26 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja

sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos.

Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência.

Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para riscos cíveis e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ajuste a valor presente

A Companhia, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a valor presente, reconhece que os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, são ajustados a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se a taxa média de 0,96% a.m. em 31 de dezembro de 2020 (1,21% a.m. em 2019 e 1,25% a.m. em 2018) e prazo médio de 161 dias em 2020 (169 dias em 2019 e 159 dias em 2018) , utilizando a taxa base das captações para os respectivos períodos. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”.

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente, utilizando-se a taxa média de 0,49% a.m. em 31 de dezembro de 2020 (0,59% a.m. em 2019 e 2018) e prazo médio de 63 dias em 2020 (57 dias em 2019 e 61 dias em 2018), utilizando a taxa base dos descontos dos recebíveis nos respectivos

períodos. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica “Contas a receber de clientes” e tem como contrapartida a rubrica “Receita líquida com venda de mercadorias e serviços” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa e bancos	**13.810**	11.652	8.977
Operações compromissadas	**150.077**	113.118	67.644
	163.887	124.770	76.621

As operações compromissadas foram integralmente aplicadas em instituições de primeira linha, possuem compromisso formal de recompra por parte da instituição financeira considerando o rendimento acumulado até a data de resgate, sem perda de valor, remuneradas com variação entre 50% e 98% do CDI em 2020 (70% do CDI em 2019 e 2018).

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Certificados de depósitos bancários	**8.077**	1.508	1.355
	8.077	1.508	1.355

Os certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 96% e 116% do CDI em 2020 (90% e 103% do CDI em 2019 e 70% e 99% do CDI em 2018).

A Companhia ofereceu como garantia seus certificados de depósitos bancários, no valor de R$ 8.022 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.457 em 2019 e R$1.211 em 2018), com o objetivo de cumprir exigências de garantia de dívidas.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Administradoras de cartões de crédito	**15.792**	26.247	26.447
Vendas diretas	**18.241**	10.067	6.513
Verbas a receber de fornecedores	**2.416**	1.878	2.781
Comissão - vendas de serviços	**5.553**	7.058	9.400
Outras contas a receber	**12.313**	15.319	13.997
	54.315	60.569	59.138
Ajuste a valor presente	**(1.833)**	(517)	(490)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(34)**	(10.396)	(10.440)
	52.448	49.656	48.208
Vencimento do contas a receber de clientes			
A vencer			
De 1 a 30 dias	**24.182**	17.474	22.354
De 31 a 60 dias	**8.258**	3.140	10.751
Mais de 61 dias	**8.654**	18.642	7.296
	41.094	39.256	40.401
Vencidos			
Até 30 dias	**10.192**	7.084	5.967
Entre 31 e 60 dias	**527**	472	709
Entre 61 e 90 dias	**562**	500	336
Entre 91 e 180 dias	**927**	2.916	1.342
Há mais de 181 dias	**1.013**	10.341	10.383
	13.221	21.313	18.737
	54.315	60.569	59.138

As operações com cartões de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às administradoras. As operações podem ser parceladas em até 12 meses, e são administradas por terceiros.

As operações de vendas a prazo, pré-fixadas, são ajustadas contabilmente a valor presente com base em taxas de desconto compatíveis com taxas para realização antecipada dos saldos a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída, essencialmente, por valores provenientes de atividades do negócio de venda direta ao consumidor.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2018	10.748
Adições	128
Reversões	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.440
Adições	17
Reversões	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.396
Adições	**652**
Baixas (*)	**(11.014)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**34**

(*) Baixa efetiva de valores com mais de 360 dias de vencimento e que não possuíam mais expectativa de recuperação.

7. Estoques

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Mercadorias para revenda	**225.935**	159.834	135.835
Provisão para perdas	**(656)**	(1.325)	(750)
Materiais auxiliares e almoxarifado	**4.212**	2.238	1.850
Adiantamentos a fornecedores	**7.782**	5.296	3.040
	237.273	166.043	139.975

Os estoques estão localizados nas 215 lojas (modelos tradicionais, “minis” e “.perto”) e no centro de distribuição da Companhia.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, são registradas a valor presente utilizando-se a taxa média cobrada nas antecipações a fornecedores. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas Fornecedores e Estoques e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”.

A movimentação da provisão para perdas de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2018	8.202
Adições	1.079
Baixas efetivas	(8.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	750
Adições	2.021
Baixas efetivas	(1.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.325
Adições	**5.543**
Baixas efetivas	**(6.212)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**656**

8. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
ICMS (a)	**29.926**	23.116	30.098
Imposto de renda e contribuição social	**2.867**	1.331	1.815
PIS/COFINS	**9.711**	12.891	17.182
INSS (b)	**4.968**	6.544	887
Outros	**1.991**	2.025	35
	49.463	45.907	50.017
Circulante	**48.394**	45.907	50.017
Não circulante (c)	**1.069**	-	-

(a) A Companhia está discutindo judicialmente a impossibilidade de bitributação do PIS e COFINS sobre o ICMS e o ISS devidos pela Companhia e, dessa forma, entrou com pedido para depositar judicialmente os montantes apurados destes tributos mensalmente até que a matéria seja julgada. Em 2017, após posicionamento favorável do Superior Tribunal Federal, a Companhia vem excluindo o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins pago e aguarda o trânsito em julgado do processo ou a liberação dos depósitos judiciais efetuados. Adicionalmente a companhia também discute se a base de calculo para exclusão do ICMS seja o destacado em nota fiscal (não apenas o recolhido), apesar dos precedentes favoráveis a Companhia ainda não obteve transito em julgado dessa ação motivo pelo qual não reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o impacto positivo no montante acumulado de R$ 34.271 milhões de reais referente ao tema em discussão.

(b) Em 2019, baseado no artigo 28, I, da Lei nº 8.212/91, a Companhia registrou créditos, no valor de R$4.911, referentes à contribuição previdenciária patronal sobre valores descontados de empregados a título de vale-transporte e vale-alimentação.

(c) Crédito de ICMS decorrente das aquisições de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado que está ligado à sua utilização na comercialização de mercadorias pelo ICMS. A apropriação deve ser efetuada à razão de 1/48 por mês, sendo o saldo registrado no ativo não circulante referente ao segundo ano de apropriação do crédito na apuração fiscal.

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial apenas os créditos com expectativa de recuperação.

9. Depósitos judiciais

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Fiscais (a)	**24.192**	22.925	22.625
Cíveis (b)	**2.995**	2.406	3.790
Trabalhistas	**11.643**	10.731	13.627
Trabalhistas Mobilitá (c)	**32.053**	31.530	31.823
Outros	**3.105**	3.354	3.406
	73.988	70.946	75.271

(a) A Companhia está discutindo judicialmente a impossibilidade de bitributação do PIS e COFINS sobre o ICMS e o ISS e, dessa forma, entrou com pedido para depositar judicialmente os montantes apurados destes tributos mensalmente até que a matéria seja julgada. Em 2017, após posicionamento favorável do Superior Tribunal Federal, a Companhia vem excluindo o ICMS pago da base de cálculo do PIS e Cofins e aguarda o trânsito em julgado do processo ou a liberação dos depósitos judiciais efetuados. Adicionalmente, no mesmo processo, a Companhia discute se a base de cálculo para exclusão do ICMS deve ser o destacado em nota fiscal ou o valor recolhido. O valor envolvido nessa discussão é um potencial crédito fiscal de aproximadamente R$ 34 milhões. Apesar dos precedentes favoráveis, a Companhia registrará o ativo apenas quando obtiver o trânsito em julgado dessa ação.

(b) Montante composto por R$1.638 de ações renovatórias de aluguéis e despejo e R$ 1.357 de ações consumeristas.

(c) Refere-se às ações trabalhistas em que a parte ré era a Mobilitá Licenciamentos e a Companhia foi sentenciada, por não ter havido resposta por parte da Mobilitá. Em função do artigo 60 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia vem recorrendo dessas ações sob alegação da devida aplicação da Lei, tendo o processo sido devidamente homologado na Vara Empresarial, confirmando que não há grupo econômico ou responsabilidade subsidiária. A Companhia aguarda decisão final do processo para resgate do valor.

10. Credores - recuperação judicial

A Companhia foi criada em 2009 no âmbito de um processo de recuperação judicial e alienada à uma sociedade com natureza de sociedade de credores, nos termos do art. 145 da Lei n.11.101/2005. A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do art. 60 da LRE, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobilitá (anterior controlador da Casa & Vídeo). Por força do plano de recuperação judicial, a Companhia possuí créditos remanescentes vencidos, cuja expectativa de realização é remota; dessa forma, foram reconhecidos como perda em exercícios anteriores; contudo, com ação judicial de cobrança em curso.

Também no plano de recuperação judicial, a Companhia assumiu obrigações a serem pagar em 10 anos e, portanto, as parcelas tiveram seu último vencimento em janeiro de 2020. O saldo contabilizado no longo prazo refere-se a credores incluídos no plano de recuperação judicial que, no entanto, não comprovaram seus saldos à nova administração da Casa & Vídeo. A Companhia adota a prática de reverter o passivo quando da prescrição legal da parcela. Esse saldo remanescente, na premissa que não serão comprovados pelos credores, será revertido ao longo dos 4 próximos anos.

Abaixo, encontra-se a movimentação do saldo de credores da recuperação judicial:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	61.905
Pagamentos	(10.370)
Atualização	3.120
Descontos (*)	(4.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50.129
Pagamentos	(17.245)
Atualização	2.476
Descontos (*)	(3.119)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.241
Pagamentos	**(1.616)**
Descontos	**(7.751)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.874**

(*) Descontos negociados com credores por pagamentos antecipados.

11. Investimento

O montante apresentado como investimento representa 100% do valor do patrimônio líquido da controlada CVTRJ.

Movimentação do investimento

Saldo em 1 de janeiro de 2018	12.633
Redução no valor investido na controlada (*)	(3.683)
Lucro líquido da controlada	75
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.025
Lucro líquido da controlada	63
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.088
Lucro líquido da controlada	**33**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**9.121**

(*) Redução relacionada a utilização de prejuízo fiscal da controlada para quitação de dívidas federais da Companhia.

Resumo das informações financeiras da investida CVTRJ

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Em 2020	**9.230**	**109**	**9.121**	**33**
Em 2019	9.189	100	9.088	63
Em 2018	9.107	82	9.025	75

12. Imobilizado

	Consolidado						
	Imóveis	Benfeitorias	Móveis e instalações	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação %	4%	7 a 9%	5% a 8%	8% a 10%	16,7%	-	
Saldos em 1 de janeiro de 2018	936	29.118	28.741	7.145	4.448	3.256	73.644
Aquisições	-	-	-	-	-	14.108	14.108
Transferências	-	2.521	4.474	196	1.210	(8.401)	-
Baixas	-	(5)	(14)	-	-	-	(19)
Depreciação do exercício	(31)	(4.526)	(2.863)	(1.010)	(2.320)	-	(10.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	905	27.108	30.338	6.331	3.338	8.963	76.983
Aquisições	-	-	-	-	-	22.228	22.228
Transferências	-	7.960	8.867	271	2.603	(19.701)	-
Baixas	-	(5)	(9)	-	(40)	-	(54)
Depreciação do exercício	(31)	(4.652)	(3.296)	(1.015)	(1.413)	-	(10.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	874	30.411	35.900	5.587	4.488	11.490	88.750
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**62.300**	**62.300**
Transferências	**-**	**23.324**	**16.450**	**15**	**5.490**	**(45.279)**	**-**
Baixas	**-**	**(401)**	**(1)**	**-**	**-**	**-**	**(402)**
Transferência para impostos a recuperar (Nota 8.c)	**-**	**-**	**(2.067)**	**-**	**(578)**		**(2.645)**
Depreciação do exercício	**(31)**	**(4.292)**	**(2.956)**	**(1.015)**	**(1.305)**	**-**	**(9.599)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**843**	**49.042**	**47.326**	**4.587**	**8.095**	**28.511**	**138.404**
Em 2018							
Custo total	1.080	65.138	79.539	33.011	28.040	8.963	215.771
Depreciação acumulada	(175)	(38.030)	(49.201)	(26.680)	(24.702)	-	(138.788)
Valor residual	905	27.108	30.338	6.331	3.338	8.963	76.983
Em 2019							
Custo total	1.080	73.093	88.397	33.282	30.603	11.490	237.945
Depreciação acumulada	(206)	(42.682)	(52.497)	(27.695)	(26.115)	-	(149.195)
Valor residual	874	30.411	35.900	5.587	4.488	11.490	88.750
Em 2020							
Custo total	**1.080**	**96.016**	**102.779**	**33.297**	**35.516**	**28.511**	**297.199**
Depreciação acumulada	**(237)**	**(46.974)**	**(55.453)**	**(28.710)**	**(27.421)**	**-**	**(158.795)**
Valor residual	**843**	**49.042**	**47.326**	**4.587**	**8.095**	**28.511**	**138.404**
Vida útil em anos	**25**	**11 a 15**	**12 a 20**	**10 e 12**	**6**	**-**	

A administração da Companhia, ainda focada no crescimento e desenvolvimento, no exercício de 2020 investiu R$62.300 (R$ 22.228 em 2019 e R$ 14.108 em 2018) em itens do imobilizado, dos quais R$42.533 (R$ 17.791 em 2019 e R$ 10.445 em 2018) para abertura de novas lojas, bem como mudanças nos *layouts* com foco em visibilidade do sortimento de produtos e melhorias do sistema de segurança e prevenção de perdas. Além disso, investiu na melhoria e aquisição de equipamentos de informática, melhorias de equipamentos do Centro de Distribuição, implantação do Projeto Cartão Casa & Vídeo, implantação de projetos de melhoria logística e definição de *mix* de produtos e melhorias de equipamentos de ar-condicionado nas lojas. Foram abertas 103 novas unidades em 2020 (14 unidades em 2019 e 5 unidades em 2018), sendo 39 lojas tradicionais, 62 lojas mini e 2 lojas “.perto”.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não existiam bens dados em garantia.

Redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou sua estrutura de ativos, resultados auferidos e geração de caixa e concluiu não haver indicativos que os saldos do imobilizados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

Para fins de avaliação os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). De acordo com as visões de análise utilizadas pela administração, as visões individualizadas por loja representam o mais baixo nível de avaliação do teste.

13. Intangível

	Consolidado			
	Softwares	**Marcas**	**Fundo de comércio**	**Total**
Taxas anuais de amortização	11,1%	-	10%	
Saldos em 1 de janeiro de 2018	25.997	113.636	4.324	143.957
Adições	246	-	332	578
Amortização	(5.649)	-	(1.010)	(6.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.594	113.636	3.646	137.876
Adições	282	-	2.480	2.762
Baixas	(7)	-	-	(7)
Amortização	(5.625)	-	(1.267)	(6.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.244	113.636	4.859	133.739
Adições	**123**	**-**	**1.604**	**1.727**
Amortização	**(5.334)**	**-**	**(1.415)**	**(6.749)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10.033**	**113.636**	**5.048**	**128.717**
Em 2018				
Custo total	51.613	113.636	8.905	174.154
Amortização acumulada	(31.019)	-	(5.259)	(36.278)
Valor residual	20.594	113.636	3.646	137.876
Em 2019				
Custo total	51.889	113.636	11.385	176.910
Amortização acumulada	(36.645)	-	(6.526)	(43.171)
Valor residual	15.244	113.636	4.859	133.739
Em 2020				
Custo total	**52.012**	**113.636**	**12.989**	**178.637**
Amortização acumulada	**(41.979)**	**-**	**(7.941)**	**(49.920)**
Valor residual	**10.033**	**113.636**	**5.048**	**128.717**

a) Softwares

Representam basicamente, gastos com implantação de sistema SAP e JDA, sistema para automação das lojas e sistema de banco de dados ORACLE, sistemas adquiridos de terceiros e utilizados nas operações da Companhia, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

b) Marcas

Corresponde a marca adquirida de terceiros em 2010, nos termos do Plano de Recuperação Judicial executado à época. Através desse contrato, a Companhia passou a ser a única proprietária da marca “Casa & Vídeo”.

Anualmente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1), a Companhia efetua teste de *impairment* da marca considerando as médias de *Royalties* sobre a receita

líquida projetada para os próximos cinco anos e calculadas a valor presente pela taxa CAPM (*Capital Asset Pricing Model* - taxa livre de risco) e não foi identificada necessidade de reconhecimento de redução do valor da marca.

c) Fundo de comércio

Refere-se aos valores pagos pela Companhia para garantir o aluguel de alguns imóveis considerados estratégicos para abertura de lojas. São amortizados de acordo com contrato de aluguel.

14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldos ativos (passivos)			
Prejuízo fiscal	**21.141**	22.203	18.735
Base negativa de contribuição social	**8.937**	9.318	8.070
Provisões para perda, liquidação duvidosa e contingências	**2.219**	4.061	3.795
Outras provisões	**-**	14.571	26.390
Ajuste a valor presente	**(2.107)**	(4.182)	(4.580)
Depreciação (vida útil contábil x fiscal)	**(7.243)**	(6.992)	(6.751)
Arrendamento mercantil	**963**	(1.572)	(1.163)
Custo de captação de debêntures	**-**	(844)	(1.361)
Outros	**(265)**	308	(2.210)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**23.645**	36.871	40.925

A legislação fiscal do Brasil permite que prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser utilizados para compensar lucros tributáveis futuros, com limite de utilização anual de 30% do lucro tributável. Contudo, os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não expiram.

As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido estão suportadas pelas projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões. A estimativa de realização dos saldos de ativo fiscal diferido é como segue:

	Consolidado
2021	10.113
2022	10.778
2023	1.525
2024	670
2025	559
	23.645

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**51.464**	12.804	14.181
Alíquota nominal	**34%**	34%	34%
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(17.498)**	(4.353)	(4.822)
Diferenças permanentes	**1.245**	284	(60)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	**(16.253)**	(4.069)	(4.882)
Alíquota efetiva	**32%**	32%	34%
Corrente	**(3.027)**	(15)	(475)
Diferido	**(13.226)**	(4.054)	(4.407)

15. Fornecedores

A Companhia efetua a compra de mercadoria para revenda a prazo, sendo que, durante o exercício de 2020, o prazo médio para pagamento foi de 161 dias (169 em 2019 e 159 dias em 2018). Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 eram:

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Fornecedores de mercadoria	**328.761**	267.563	252.935	**328.761**	267.563	252.935
Ajuste a valor presente	**(4.952)**	(4.631)	(4.998)	**(4.952)**	(4.631)	(4.998)
Fornecedores de imobilizado e material de expediente	**14.056**	10.280	10.817	**14.088**	10.312	10.848
Fornecedores de serviços	**17.761**	11.389	7.860	**17.799**	11.424	7.891
Fornecedores - CVTRJ	**5.321**	5.302	5.168	**-**	-	-
	360.947	289.903	271.782	**355.696**	284.668	266.676

16. Antecipação de fornecedores a pagar

A Companhia mantém convênios firmados com bancos e fundos de investimentos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus principais recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia usualmente efetua a liquidação do título na data originalmente acordada com os fornecedores. Os valores em 31 de dezembro de 2020 totalizam R$ 40.052 (R$ 42.251 e R$ 24.537 em 2019 e 2018, respectivamente).

17. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Parcelamentos fiscais (a)	**182.597**	192.747	173.726
Ajuste a valor presente - parcelamento ICMS	**(5.402)**	(8.265)	(11.612)
ICMS	**10.905**	6.223	12.193
PIS e COFINS	**1.372**	4.209	28
INSS	**3.458**	2.515	2.185
Outros	**5.591**	2.282	2.675
	198.520	199.711	179.195
Circulante	**63.627**	59.435	54.492
Não circulante	**134.894**	140.276	124.703

(a) A Companhia entrou com pedidos de parcelamento de débitos de ICMS entre os anos de 2010 e 2020 com variações pela SELIC. Adicionalmente, em 2019 e 2020, a Companhia aprovou juntamente com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro negociação especial na dívida ativa no que se refere aos parcelamentos de ICMS constituídos, com o objetivo de alongar o pagamento das parcelas do saldo devedor, alongando parte dos vencimentos, no montante total de R$ 50.213, com prazo de 103 meses, em 2019 e R$ 34.588, com prazo de 80 meses, em 2020.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deferiu pedidos de parcelamento (Resolução SEF nº 680/2013) de débitos de ICMS de 2019 e 2020, no montante de R$ 31.970 e R$ 19.770, respectivamente. Os prazos dos parcelamentos são em até 24 meses, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC.

Os parcelamentos registrados no passivo não circulante possuem os seguintes vencimentos por ano:

	2020	**2019**	**2018**
2020	**-**	-	22.350
2021	**-**	32.307	19.390
2022	**36.010**	24.244	19.709
2023	**26.545**	23.199	18.318
2024	**23.932**	20.731	15.811
2025	**19.010**	21.038	10.498
2026 em diante	**29.397**	18.757	18.627
Total	**134.894**	140.276	124.703

18. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Taxa de juros efetiva (a.a.)	Vencimento	Controladora e consolidado 2020	2019	2018
Citibank (a)	CDI + 4,30%	Jul/2022	**-**	23.674	-
Caixa Econômica Federal (b)	CDI + 3,54%	Mai/2023	**13.214**	-	-
Citibank (a)	Libor + 1,96%	Fev/2024	**32.021**	-	-
Banco BBM (c)	CDI + 2,76%	Mai/2024	**10.001**	-	-
Banco Itaú (c)	9,21%	Nov/2024	**10.123**	-	-
Banco ABC Brasil. (d)	CDI + 4,30%	Jan/2020	**-**	1.912	-
Citibank. (d)	CDI + 4,10%	Abr/2020	**-**	504	-
Citibank. (d)	CDI + 4,10%	Mai/2020	**-**	1.736	-
Citibank. (d)	CDI + 4,10%	Jun/2020	**-**	1.899	-
Citibank. (d)	3,91%	Fev/2021	**564**	-	-
Citibank. (d)	3,91%	Mar/2021	**2.404**	-	-
Citibank. (d)	3,91%	Abr/2021	**1.537**	-	-
Citibank. (d)	3,91%	Mai/2021	**4.601**	-	-
Citibank. (d)	3,91%	Jun/2021	**1.649**	-	-
			76.114	29.725	-
Circulante			**28.564**	15.829	-
Não circulante			**47.550**	13.896	-

(a) Empréstimos contraídos pela Companhia utilizados para investimento na abertura de novas lojas. O contrato possuía como garantia parcela dos direitos creditórios sobre os recebíveis de cartão de crédito da bandeira Mastercard a 50% do valor financiado.

(b) Empréstimo contraído pela Companhia utilizado para investimento na abertura de novas lojas. O contrato possui garantia de 20% do saldo devedor do empréstimo em aplicação financeira no referido banco.

(c) Empréstimos contraídos pela Companhia para liquidação das debêntures e alongamento da dívida com redução do custo financeiro. O contrato do Banco BBM possui garantia de 30% do saldo devedor do empréstimo em aplicação financeira no referido banco. O contrato com o Banco Itaú não possui garantias.

(d) FININMP - Financiamento à importação, linha de crédito para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos e serviços. Os financiamentos contraídos pela Companhia são para a aquisição de mercadorias para revenda.

Os contratos de empréstimos do Citibank e Caixa Econômica Federal preveem vencimento antecipado no caso de inobservância de certos índices financeiros neles determinados (Dívida Líquida/EBTIDA menor ou igual a 2,5, EBITDA[1]/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0 e Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões menor ou igual a 1,7). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atingiu os referidos índices financeiros.

[1] O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O cronograma de vencimento do saldo de longo-prazo é como segue:

2022	22.275
2023	18.835
2024	6.440
	47.550

19. Debêntures

Instituição financeira	Taxa de juros efetiva (a.a.)	Vencimento	Controladora e consolidado 2020	2019	2018
Banco Santander S.A.	CDI + 4,45%	Jun/2021	-	22.499	37.609
Banco Itaú S.A.	CDI + 4,25%	Jun/2021	-	9.598	15.617
			-	32.097	53.226
Circulante			-	20.993	21.180
Não circulante			-	11.104	32.046

Os custos de captação são apresentados líquidos nos saldos e totalizavam R$ 2.481 e R$4.002 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. As debêntures foram integralmente liquidadas no exercício de 2020.

20. Arrendamento mercantil

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritório, centro de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de 5 a 20 anos.

A movimentação dos direitos de uso e do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

Direito de uso	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	282.882
Adições	55.762
Amortização	(67.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	271.609
Adições	**98.277**
Amortização	**(73.839)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**296.047**
Passivo de arrendamento a pagar	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	282.882
Adições	55.762
Pagamentos	(70.063)
Apropriação de juros	13.560
Saldos em 31 de dezembro de 2019	282.141
Adições	**98.277**
Descontos (*)	**(19.653)**
Pagamentos	**(59.427)**
Apropriação de juros	**12.695**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**314.033**
Circulante	**74.083**
Não circulante	**239.950**

(*) A Companhia optou pela adoção do expediente prático previsto no CPC06 (R2), onde não é feita nenhuma reavaliação no valor do Direito de Uso e suas contraprestações, relativos aos descontos no pagamento dos arrendamentos recebidos em função da Covid-19. Desta forma, o montante dos descontos recebidos foi registrado como resultado financeiro.

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando uma taxa de desconto correspondente a taxa de juros incremental, que consideram o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado à taxa pré-fixada de emissão das debêntures, excluindo-se ajustes de garantia. Essas taxas de juros foram calculadas pelo período do arrendamento, que considera a intenção de renovação. As taxas de desconto utilizadas nos arrendamentos foram, em média, 8,12% a.a. em 2020 e 10,86% a.a. em 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

	2020	2019
Valor nominal dos pagamentos futuros	**383.687**	338.412
Ajuste a valor presente	**(69.654)**	(56.271)
	314.033	282.141

A correção do passivo é reconhecida como despesa financeira.

A parcela registrada como não circulante tem o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	
2022	72.266
2023	62.011
2024	44.028
2025	23.781
2026 em diante	37.864
Parcela registrada no passivo não circulante	239.950

A Companhia, seguindo o que emana o CPC 06 (R2), utilizou técnicas de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos de pagamentos dos arrendamentos. A seguir são apresentados, para efeitos de comparação, o fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos, considerando a aplicação de inflação projetada, atendendo as orientações das áreas técnicas da CVM (modelo fluxo nominal x taxa nominal):

Fluxo de pagamentos futuros	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
Fluxo de desembolso sem AVP	98.139	89.515	73.340	50.964	71.638
Cenário com inflação (*)	102.713	97.434	82.724	59.424	91.275

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus.

21. Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A provisão para litígios e demandas judiciais possui o seguinte detalhamento:

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Trabalhistas	**4.462**	3.354	2.682
Cíveis	**1.410**	1.144	1.566
	5.872	4.498	4.248

Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista em discussões envolvendo principalmente reclamações de horas extras, cujos valores individualmente não são significativos.

Cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível decorrentes do curso ordinário de suas operações (ações consumeristas) e ações judiciais de renovatórias e/ou despejo de lojas alugadas.

Fiscal

A Companhia não possui processos de natureza fiscal em esfera judicial ou que sejam avaliados como perda provável.

Movimentação da provisão para litígios e demandas judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.247	2.148	5.395
Adições	29	21	50
Reversões	(594)	(603)	(1.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.682	1.566	4.248
Adições	847	4	851
Reversões	(175)	(426)	(601)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.354	1.144	4.498
Adições	**1.108**	**659**	**1.767**
Reversões	**-**	**(393)**	**(393)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.462**	**1.410**	**5.872**

A Companhia possuía demandas administrativas e judiciais, cujas probabilidades de perdas são consideradas possíveis, nos seguintes montantes:

	Controladora e consolidado		
	2020	2019	2018
Trabalhistas	**12.873**	8.483	12.307
Cíveis	**3.384**	1.484	5.693
Fiscais	**11.932**	13.430	17.898
	28.189	23.397	35.898

A principal causa tributária avaliada como probabilidade de perda possível refere-se a auto de infração, no valor de R$11.896, requerendo pagamento de imposto de renda e contribuição social no ano de 2012, em razão de alegada dedução indevida de despesas.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está assim distribuído:

	Quantidade de ações ordinárias			Montantes		
Acionista	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Akagantu Fundo de investimento em Participações	1.035.166.991	817.732.642	817.732.642	157.107	124.107	124.107

Em 1 de março de 2018 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social em R$20.000, mediante a emissão de 112.976.662 ações ordinárias.

Em 3 de julho de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social em R$33.000, mediante a emissão de 217.434.349 ações ordinárias.

b) Destinação do resultado

A Companhia não constituirá reserva legal ou distribuirá dividendos até que os prejuízos acumulados sejam absorvidos. Após a absorção integral dos prejuízos, a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, artigo193). A destinação dos dividendos será efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal.

c) Plano de remuneração baseados em ações

Em 2018, 2019 e 2020, a Companhia celebrou contratos de promessa futura com executivos para distribuição de 19.761.872 ações sem preço de exercício.

O valor justo das ações foi estimado na data da outorga, com base em múltiplos de EBITDA, deduzindo a dívida líquida da Companhia no último exercício social, conforme previsto nos contratos firmados entre as partes.

Os contratos maturam a cada 12 meses e prazo para que as ações sejam efetivamente transferidas é de 4 anos da data da assinatura. No caso de evento de liquidez, a parcela já maturada (*vested*) serão transferidas aos executivos.

O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções:

Data da outorga	Período de maturação (vesting)	Quantidade de ações estimadas a serem emitidas	Valor justo das opções	Situação de maturação
Mai/18	12 meses	5.860.418	3.397	Maturado
Mai/19	12 meses	6.950.727	4.640	Maturado
Mai/20	12 meses	6.950.727	6.531	Não maturado
		19.761.872	14.568	

Os efeitos da remuneração com base em opções para compra de ações, abrangendo todas as opções concedidas e em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, são os seguintes:

	Valor justo das opções por exercício	Efeito no resultado do exercício	Efeito acumulado no patrimônio líquido
2018	1.982	1.982	1.982
2019	6.055	6.055	8.037
2020	3.809	3.809	11.846
2021	2.722		

A Companhia concede a cada beneficiário uma opção de venda sobre a totalidade das ações. Os prazos para o exercício da opção estão determinados em contratos individuais entre as partes, o preço de aquisição da Companhia no exercício das opções de venda será determinado com base em critérios de mensuração específica envolvendo múltiplos do EBITDA da Companhia.

No caso de o beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos que possam ser exercidos ou que não possam ainda ser exercidos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

23. Resultado por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2020	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**35.211**	8.734	9.300
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**1.035.166.991**	817.732.642	817.732.642
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**0,03**	0,01	0,01

b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição, que são as opções do plano de opção de compra de ações.

	2020	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**35.211**	8.734	9.300
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**1.035.166.991**	817.732.642	817.732.642
Instrumentos dilutivos - média ponderada da quantidade de ações: *Stock options*	**19.761.872**	12.811.145	5.860.418
Lucro diluído por ação - em (R$)	**0,03**	0,01	0,01

24. Receita líquida de venda de mercadorias e serviços

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Receita bruta de vendas	**1.389.254**	1.276.704	1.195.308
Ajuste a valor presente	**(8.138)**	(5.367)	(7.300)
Devoluções e descontos incondicionais	**(95.464)**	(108.237)	(91.778)
Outras receitas (*)	**27.007**	26.216	19.814
	1.312.659	1.189.316	1.116.044
Impostos sobre vendas e serviços	**(196.962)**	(179.880)	(148.424)
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	**1.115.697**	1.009.436	967.620

(*) Substancialmente referente a comissões da venda de serviços e serviços relacionados ao cartão Casa & Vídeo.

25. Custo das mercadorias vendidas

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Custo das mercadorias vendidas	**(757.432)**	(682.480)	(636.337)
Ajuste a valor presente	**24.619**	27.415	26.408
Outros	**(3.777)**	(6.233)	(18.340)
Custo das mercadorias vendidas	**(736.590)**	(661.298)	(628.269)

26. Receitas (despesas) por natureza

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Despesas comerciais			
Material de embalagem	**(2.659)**	(1.923)	(1.868)
Taxas de administração de cartões débito e crédito	**(13.485)**	(12.259)	(12.317)
Despesas com ocupação	**(28.988)**	(25.526)	(86.337)
Amortização do direito de uso - arrendamento mercantil	**(73.839)**	(67.035)	-
Provisões para devedores duvidosos	**(855)**	44	309
Outras (*)	**7.144**	3.826	(3.689)
	(112.682)	(102.873)	(103.902)
Despesas gerais e administrativas			
Salários, encargos e benefícios	**(132.346)**	(123.469)	(125.506)
Material de consumo e escritório	**(2.406)**	(1.808)	(1.813)
Manutenção e conservação	**(2.046)**	(2.586)	(2.901)
Despesas com ocupação	**(904)**	(1.234)	(2.307)
Serviços prestados	**(21.164)**	(20.289)	(21.426)
Impostos e taxas	**(826)**	(1.331)	(1.859)
Depreciação e amortização	**(16.348)**	(17.299)	(17.409)
Outras despesas administrativas	**(11.861)**	(13.119)	(11.926)
	(187.901)	(181.135)	(185.147)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receita de negociações comerciais	**-**	413	5.128
Receita de operações com cartão de crédito	**-**	-	2.000
Receita de negociações com credores	**7.951**	4.269	5.051
Outras receitas (despesas) operacionais	**(279)**	628	376
	7.672	5.310	12.555

(*) Essa rubrica é composta substancialmente pelas despesas com propaganda e publicidade e as receitas com verbas de fornecedores.

27. Resultado financeiro

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	**373**	183	153
Descontos obtidos	**2.325**	1.556	987
Descontos obtidos em arrendamento	**19.653**	-	-
Ajuste a valor presente	**7.214**	7.672	7.063
Atualização de depósitos judiciais	**2.480**	(158)	2.508
Receita com vendas parceladas	**221**	1.016	1.922
Outras receitas financeiras	**547**	767	149
	32.813	11.036	12.782
Despesas financeiras			
Juros sobre antecipações de recebíveis	**(5.784)**	(5.087)	(7.385)
Juros sobre fornecedores	**(1.333)**	(351)	(2.096)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, mútuos, credores de recuperação judicial e impostos	**(13.887)**	(11.141)	(13.804)
Comissão sobre fiança	**(236)**	(12)	(79)
Refinanciamento parcelamento fiscal	**(2.863)**	(3.346)	(3.779)
Ajuste a valor presente	**(24.827)**	(27.545)	(25.353)
Juros sobre arrendamento mercantil	**(12.695)**	(13.560)	-
Juros sobre debêntures	**(4.316)**	(6.356)	(8.492)
Outras despesas financeiras	**(1.604)**	(275)	(469)
	(67.545)	(67.673)	(61.457)
Resultado financeiro líquido	**(34.732)**	(56.637)	(48.675)

28. Transações com partes relacionadas

	Controladora		
Saldos a pagar (fornecedores)	**2020**	**2019**	**2018**
Securitização de Valores - CVTRJ (a)	**4.727**	4.727	4.727
Aluguel - CVTRJ (b)	**594**	575	441
	5.321	5.302	5.168

(a) Operações de antecipações de seus fornecedores.
(b) Locação de um imóvel utilizado como um de seus pontos comerciais.

Remuneração dos administradores

Na forma estabelecida na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), o Estatuto Social da Companhia determina que cabe à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. O valor fixado em 2020 foi de até R$3.974 (R$3.750 em 2019 e R$3.472 em 2018)

A Companhia também concede plano de remuneração baseado em ações a executivos, conforme descrito na Nota 22.

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

29.1. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas por categoria é a seguinte:

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2020	2019	2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**163.887**	124.770	76.621
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**8.077**	1.508	1.355
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**52.448**	49.656	48.208
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	**73.988**	70.946	75.271
			298.400	246.880	201455
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	**355.696**	284.668	266.676
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	-	**76.114**	61.822	53.226
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**964**	-	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	**314.033**	282.141	-
			746.807	628.631	319.902

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2020.

A administração entende que não há diferenças relevantes entre os saldos valores demonstrados pelo custo amortizado e respectivos valores justos, uma vez que os mesmos são ajustados a valor presente e provisões para realização.

29.3. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com estratégia visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

	2020	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**163.887**	124.770	76.621
Aplicações financeiras	**8.077**	1.508	1.355
Instrumentos financeiros derivativos	**(964)**	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(76.114)**	(61.822)	(53.226)
Dívida com credores da recuperação judicial	**(22.874)**	(32.241)	(50.129)
Parcelamentos fiscais	**(182.597)**	(192.747)	(173.726)
Dívida líquida	**(110.585)**	(160.532)	(199.105)
Total do patrimônio líquido	**121.202**	49.182	34.393
Índice de alavancagem (%)	**-91,24%**	-326,40%	-578,91%

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia:

i) *Risco de taxa de juros*

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado concentra-se, principalmente, nas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2020, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	Cenário I atual	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa do CDI (a.a.)	1,90%	2,38%	2,85%
Despesas com juros projetadas (*)	8.242	9.655	11.363

(*) Calculados até o término de cada contrato indexado.

ii) *Risco cambial*

O risco cambial é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, a empréstimo bancário em moeda estrangeira e a de compra de produtos importados para revenda.

Em 2020, a Companhia utilizou de instrumentos financeiros com operações de *swap* para proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações de importação de mercadorias para revenda com financiamentos bancários (Finimp) e sua linha de crédito com o Citibank, modalidade 4131. Esses instrumentos financeiros derivativos tiveram impacto passivo de R$ 964.

Em 2019 e 2018, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Sensibilidade do risco cambial:

Swap cambial	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração 25%	Cenário II - Deterioração 50%
Taxa de câmbio em 31/12/2020		5,1967	5,1967	5,1967
Taxa de câmbio estimada para o exercício 2021 (fonte: Banco Central do Brasil)		5,0000	6,2500	7,5000
Empréstimos em moeda estrangeira	Variação US$	(4.745)	(13.879)	(23.034)
Swaps (ponta ativa em moeda estrangeira)	Variação US$	3.709	12.709	21.713
Efeito líquido		(1.036)	(1.170)	(1.321)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação às aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, são procedimentos adotados a fim de minimizar os riscos de inadimplência. A Administração da Companhia considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia mantém operações de cartão de crédito *private label* cujo risco de crédito é totalmente garantido contratualmente pelo administrador da bandeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A Companhia utiliza políticas de caixa mínimo, controle de gestão de estoque, prazo de pagamento com fornecedores e política de nível de alavancagem na gestão operacional do caixa e adicionalmente todos os investimentos são realizados conforme análise e determinação dos respectivos retornos e origens adequadas.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das demonstrações financeiras e a data contratual do vencimento.

	Consolidado					
	Total em 31/12/2020	**Menos de 3 meses**	**Entre 3 e 6 meses**	**Entre 6 e 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**
Fornecedores e aluguéis a pagar	371.901	322.327	48.990	584	-	-
Empréstimos e financiamentos	76.114	6.818	12.170	9.576	22.275	25.275
Arrendamentos	314.033	18.798	18.780	36.507	72.266	139.928
	762.047	347.943	79.940	46.667	94.541	165.203

	Consolidado					
	Total em 31/12/2019	**Menos de 3 meses**	**Entre 3 e 6 meses**	**Entre 6 e 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**
Fornecedores e aluguéis a pagar	294.924	262.021	32.818	85	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.725	4.533	6.245	5.051	13.896	-
Debêntures	32.097	5.200	5.007	10.786	11.104	-
Arrendamentos	282.141	20.225	19.067	36.073	55.949	120.390
	638.887	291.979	63.137	51.995	80.949	120.390

	Consolidado					
	Total em 31/12/2018	**Menos de 3 meses**	**Entre 3 e 6 meses**	**Entre 6 e 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**
Fornecedores e aluguéis a pagar	276.654	247.688	28.134	832	-	-
Debêntures	53.226	5.955	5.629	9.596	21.715	10.331
	329.880	253.643	33.763	10.428	21.715	10.331

29.4. Mudanças nas atividades de financiamento

	2020							
	31/12/2019	Pagamento / baixa de Principal	Juros pagos	Novas captações	Variação cambial	Valor justo	Juros	31/12/2020
Passivo de arrendamento	282.141	(79.081)	-	97.589	-	-	13.384	314.033
Empréstimos e financiamentos	29.725	(58.868)	(2.859)	105.451	-	-	2.665	76.114
Debêntures	32.097	(31.975)	(1.647)	-	-	-	1.525	-
Total líquido	343.963	(169.924)	(4.506)	203.040	-	-	17.574	390.147

	2019							
	31/12/2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Variação cambial	Valor justo	Juros	31/12/2019
Passivo de arrendamento	-	(70.063)		338.644	-	-	13.560	282.141
Empréstimos e financiamentos	-	-	(616)	29.377	-	-	964	29.725
Debêntures	53.226	(22.625)	(4.264)	-	-	-	5.760	32.097
Total líquido	53.226	(92.688)	(4.880)	368.021	-	-	20.284	343.963

	2018							
	1/1/2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Variação cambial	Valor justo	Juros	31/12/2018
Debêntures	63.106	(11.369)	(6.959)	-	-	-	8.448	53.226
Total líquido	63.106	(11.369)	(6.959)	-	-	-	8.448	53.226

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto à algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, além de apólice de Responsabilidade Civil, e são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R$
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Incêndio	150.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Impacto de Veículos Terrestres e Queda de Aeronaves	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Danos elétricos	500.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Derrame Acidental de Chuveiros Automáticos de Combate a Incêndio (Sprinklers)	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Fidelidade	100.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Despesas e/ou perdas de aluguéis	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Roubo e Furto de Valores em Trânsito Fora do Estabelecimento	50.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens Mediante Arrombamento	50.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Chuva de Granizo e Fumaça.	1.000.000
Companhia	Responsabilidade civil	5.000.000
Sócios	Responsabilidade civil Administradores	20.000.000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

A Casa&Video é uma das maiores redes de lojas de departamentos dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, conforme dados da GFK. Tem 8,2% de Market share do mercado carioca[2] considerando as cestas onde atua e é líder no segmento de portáteis e climatização. É a 2ª marca em *top of mind* do segmento no mercado fluminense e tem a maior consideração de compra do Grande Rio[3].

Com atuação por meio de lojas físicas, e-commerce e televendas, a Companhia possui um portfólio de mais de 7 mil produtos, incluindo utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, decoração, organização e climatização, entre outros.
Em 2020, a Companhia intensificou o plano de expansão e desenvolveu dois novos modelos de negócio ("Lojas Mini" e ".perto"). A expansão das vendas e consequente diluição de custos fixos seguem alinhadas com as projeções e a assertividade do modelo desenvolvido para projeção de novas lojas e os ajustes processuais permitiram a inauguração de 103 unidades, conforme abaixo:

• **Lojas no modelo tradicional:** São lojas que operam na média com 555m2 de salão de vendas. Nessas unidades o baixo investimento em Capex, parcialmente financiado pelo Capital de Giro, permite um retorno do investimento em um período menor que a duração média da dívida da Companhia. Ao longo dos últimos dois anos a Companhia ajustou seus processos e desenvolveu um modelo estatístico para projeção de vendas em lojas novas com maior nível de precisão. Essas ações permitiram a maior expansão da história da Companhia em 2020 com a inauguração de novas 39 lojas (14 lojas em 2019 e 5 lojas em 2018). Dessas 39 novas lojas tradicionais, 32 foram inauguradas nos últimos quatro meses do ano. Adicionalmente, o ano de 2020 marca também a abertura de 22 lojas no estado de Minas Gerais e consequente aceleração do processo de construção de marca no Estado. A Companhia encerra o ano de 2020 com o total de 151 lojas no modelo tradicional.

• **Lojas no modelo "Mini":** São unidades de vendas no modelo "store in store" que operam na média com 9m2. Durante o fechamento do comércio que ocorreu devido a necessidade de isolamento social trazida pelo Covid-19, a Companhia pilotou a primeira unidade no modelo "Mini" inaugurada em abril de 2020. O baixo investimento, parcialmente financiado pelo Capital de Giro e baixo custo operacional permitiu intensificar a inaugurações de lojas nesse formato. A Companhia encerra o exercício de 2020 com 62 lojas no formato "Mini". Essa nova unidade de negócios permitiu entrar em localidades de difícil colocação de espaço e aproveitar o fluxo trazido pela loja (em geral importantes redes de supermercados).

• **Lojas no modelo ".perto":** Em 2020 a Companhia inaugurou 2 unidades nesse formato. São lojas totalmente conectadas na plataforma Omnichannel com venda física e digital assistida, operando na média com 200m2 e com no máximo 14% do sortimento usual da Companhia. O baixo investimento em Capex e o capital de giro financiado permite a expansão acelerada desse novo modelo de negócios sem impactos relevantes no fluxo de caixa da Companhia. Esse novo modelo de negócios apresenta resultados importantes para a proposta de valor da Companhia, considerando que os principais produtos selecionados para compor o sortimento desse novo modelo, aliados à venda digital assistida (que representa 10% da venda da unidade), compondo o restante do sortimento, geram retornos acima da média de investimentos da Companhia.

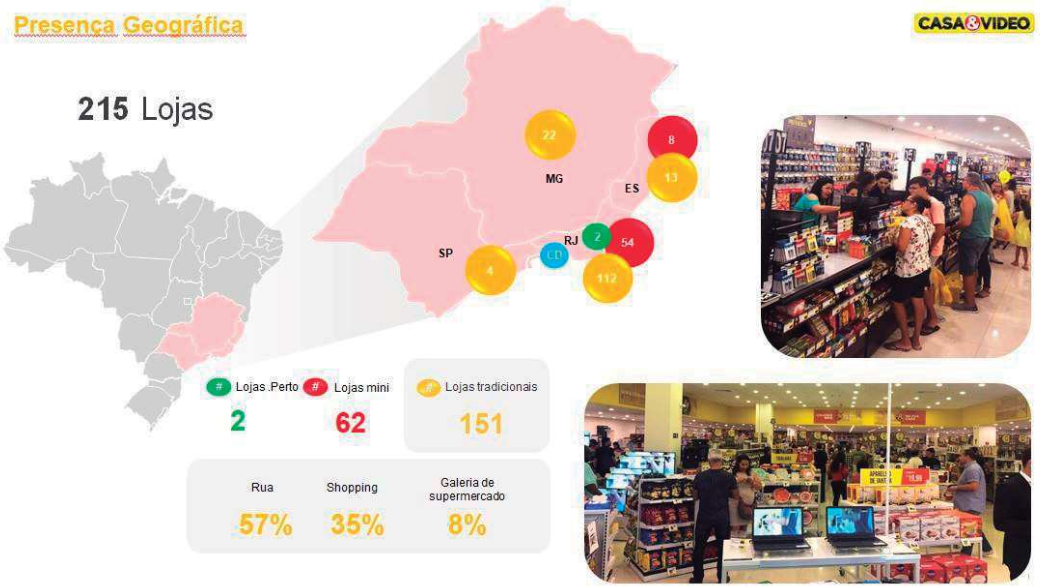
Ainda em 2020 a Companhia concluiu uma parte importante do plano de aceleração das vendas on-line. A conclusão das primeiras fases do projeto permitiu a integração total dos estoques de lojas e centro de distribuição, reduzindo os custos e prazos de entrega aos consumidores, bem como a melhoria da conexão dos consumidores com o site. Essas ações permitiram mudanças relevantes nas vendas do canal, que em 2020 atingiu R$ 52 milhões (R$ 24 milhões em 2019), um crescimento de 115% quando comparado a 2019.

Durante o evento da Black Friday de 2020, mostrando a assertividade da estratégia omni adotada pela Companhia associada à nossa capilaridade de lojas, cerca de 80% da venda digital passou por uma das lojas físicas (seja via o ship from store, seja pelo pick up store).

[2] GFK, 2020 FY, Cestas de Telefonia, Eletroportáteis, Climatização, Informática e Eletronicos. Dados até nov/20
[3] PESQUISA CONTRATADA JUNTO A MOSAICLAB, 1070 CASOS, DEZ/19

Seguindo o projeto digital, ainda em 2020, marcando o término da segunda fase do projeto de digitalização da Companhia, iniciou-se o piloto da operação de "Marketplace in", operação que utiliza o site como vitrine de produtos complementares ao nosso sortimento. Nessa nova modalidade de vendas recebemos comissão do volume vendido melhorando as margens operações do canal digital.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas lojas, com base em 31 de dezembro de 2020:



A Companhia busca oferecer soluções para atender às mais diversas necessidades de seus clientes com foco em equipar a casa da família brasileira, com produtos de qualidade de grandes marcas, a preços competitivos, por meio de canais de venda físicos e digitais integrados, com alta conveniência. O modelo de atendimento é de autosserviço, que visa oferecer bom nível de serviço com baixo custo operacional, pilar fundamental para sustentar uma proposta de valor baseada em preço competitivo, mas de forma rentável.

Durante os exercícios sociais de 2018 a 2020, a Companhia apresentou resultados operacionais/financeiros expressivos, considerando o aumento das vendas total, "mesmas lojas" e canal digital, ganho de rentabilidade, controle de despesas operacionais e dos estoques, e consequentemente aumento de EBITDA[4]. Adicionalmente, demonstrou capacidade ímpar de execução do processo de expansão geográfica a baixo custo e alta eficiência, inaugurando 41 lojas no período de 1 ano.

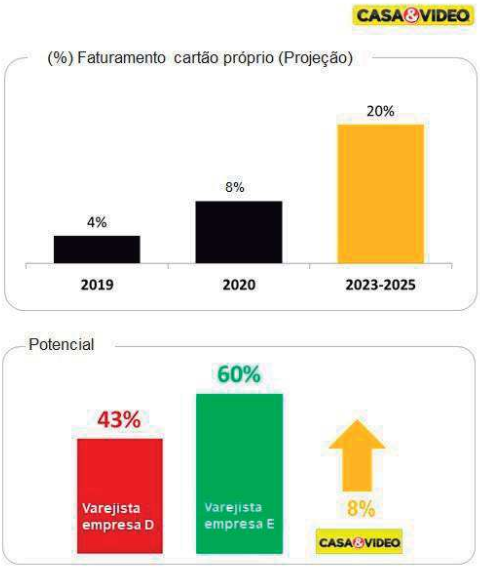
Inaugurações	1T20	2T20	3T20	4T20	Total 2020
Loja Convencional	2	3	10	24	39
Loja .Perto	0	0	0	2	2
Total	**2**	**3**	**10**	**26**	**41**

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas e rentabilidade. A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 7,5% no período entre 2017 e 2020, , alcançando R$ 1.115,7 milhões em vendas e R$ 176,4 milhões em Ebitda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma margem de EBITDA de 15,8% sobre receita líquida, a melhor margem histórica da companhia.

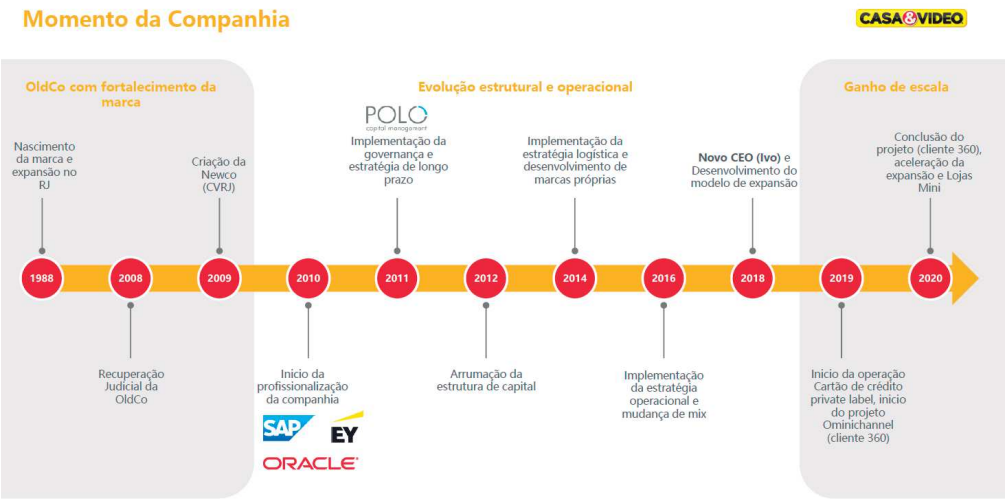
[4] O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

No ano de 2020, a receita líquida e EBITDA da Companhia aumentaram em 10,5% e 14,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2019, numa demonstração de resiliência de nosso negócio mesmo diante de um cenário crítico ocasionado pela pandemia da Covid-19. Destaca-se, além da resiliência das lojas físicas, controle de rentabilidade da venda e eficiência de estoque o crescimento de 115,3% em vendas nos canais digitais e a implementação de 62 lojas no formato mini (quiosques em supermercados, malls, ou hubs de transporte). Além disso, foram inauguradas 39 lojas no formato tradicionais e 2 lojas do formato Casa&Video.perto

Em dezembro de 2018, a Companhia ainda começou a operar o Cartão Private Label com a bandeira própria "Casa & Vídeo". Essa operação vem gerando incremento de vendas, aumento do ticket médio e captação de clientes novos que não possuíam crédito no mercado. Em 2020 ultrapassamos a marca de 400 mil cartões emitidos. Essa é uma importante ferramenta de fidelização, visto que as taxas de recorrência dos clientes do cartão próprio são muito acima dos comparáveis de outras bandeiras utilizadas pela Companhia Em 2020 as vendas do cartão totalizaram 8% da venda total da companhia e seguem em crescimento expressivo. No último trimestre de 2020 correspondeu a 11% do total de vendas.



A Companhia foi criada em 2009 no âmbito de um processo de recuperação judicial e alienada nos termos do art. 145 da Lei n.11.101/2005. A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do art. 60 da LRE, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobilitá (Mobilitá; Lar e Lazer e Paraibuna) antigas detentoras da marca. Durante os anos de 2010 e 2018, tendo a Polo Capital como investidora, a Companhia estabeleceu seus pilares de proposta de valor e estratégia, de forma a tornar-se sustentável, eficiente, rentável e com gestão disciplinada de caixa. No ano de 2019 foram incorporados ao conselho de administração Bernardo Hees e Gerard Scheij, profissionais com ampla experiência como executivos ou conselheiros em companhias de distintos segmentos e geografias, dentre elas diversos varejistas brasileiros.



O ano de 2020 foi bastante desafiador para o segmento varejista, devido aos impactos gerados pelo Covid-19. A Companhia concentrou seus esforços na proteção da saúde dos colaboradores e clientes, além da maximização dos fluxos de caixa. Para isso utilizou da sua resiliência histórica em períodos de crise para o desenvolvimento de novas frentes de negócio. A combinação do cuidado com os colaboradores e clientes com a gestão efetiva do Capital de Giro e das despesas e do aprimoramento do processo de expansão (considerando canais de venda atuais e os desenvolvidos ao longo desse exercício), permitiu a entrega do melhor resultado histórico da Companhia.

DESTAQUES DE 2020

- LUCRO LÍQUIDO DE R$ 35,2 MILHÕES VS R$ 8,7 MILHÕES EM 2019, CRESCIMENTO DE 303,1%;
- CRESCIMENTO DE VENDA FULL STORE DE 10,5%;
- EBITDA CRESCEU 14,7% (R$ 176,4 MILHÕES VS R$ R$ 153,8 MILHÕES EM 2019);
- ATINGIMENTO HISTÓRICO DA MARGEM EBITDA AJUSTADA DE 15,8% VS 15,2% EM 2019;
- E-COMMERCE CRESCEU 115,3%;
- DÍVIDA LIQUÍDA S/ EBITDA DE 0,63x VS 1,04x EM 2019;
- POSIÇÃO DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS TOTAL DE R$ 172,0 MILHÕES VS R$ 126,3 MILHÕES EM 2019;
- ABERTURA DE 39 LOJAS TRADICIONAIS, 2 LOJAS .PERTO E 62 CASA & VIDEO MINI;
- DILUIÇÃO DE CUSTO FIXO.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Abaixo encontram-se os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os últimos três exercícios sociais:

P&L	2020	2019	2018	Var. 2020/2019
Receita Bruta	1.312.659	1.189.316	1.116.044	10,4%
Receita Líquida	1.115.697	1.009.436	967.620	10,5%
Lucro Bruto	379.107	348.138	339.351	8,9%
Margem Bruta %	34,0%	34,5%	35,1%	*-0,5 p.p.*
Lucro Líquido	**35.211**	**8.734**	**9.300**	**303,1%**
Margem Líquida %	3,2%	0,9%	1,0%	*2,3 p.p.*
(+/-) Impostos sobre o lucro	16.253	4.069	4.882	299,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	34.732	56.637	48.675	-38,7%
(+) Depreciação e Amorização	90.187	84.334	17.409	6,9%
EBITDA	**176.383**	**153.774**	**80.266**	**14,7%**
Margem EBITDA %	15,8%	15,2%	8,3%	*0,6 p.p.*

Endividamento	2020	2019	2018
Empréstimos	76.114	29.725	-
Debêntures	-	32.097	53.226
Derivativos	964	-	-
Credores da recuperação judicial	22.874	32.241	50.129
Parcelamentos Fiscais	182.597	192.747	173.726
Divida Bruta	**282.549**	**286.810**	**277.081**
Caixa e titulos de valores mobiliários	(171.964)	(126.278)	(77.976)
Divida líquida	**110.585**	**160.532**	**199.105**
EBITDA	176.383	153.774	80.266
Dívida líquida s/ EBITDA	0,63 x	1,04 x	2,48 x

Indicadores de Balanço	2020	2019	2018
Patrimonio Líquido	121.202	49.182	34.393
Patrimonio Líquido s/ passivo total	10,2%	4,9%	5,3%
Disponibilidade de caixa	187.726	152.525	104.423
NCG	(88.828)	(143.821)	(108.908)
WC	158.475	160.876	151.238
(%) Passivo de curto prazo	51,4%	54,1%	66,0%

OPORTUNIDADES NO MERCADO BRASILEIRO

Segundo dados da GFK 5, de 2016 a 2020, o mercado brasileiro de telefonia, eletroportáteis, informática e eletroeletrônicos cresceu a uma taxa nominal média de 10,2% ao ano. Em 2020, o varejo brasileiro demonstrou grande robustez, com crescimento de 19,9% comparado a 2019. O varejo físico do RJ, entretanto, apresentou crescimento mais tímido (média de 2,6% ao ano, sendo 4,6% em 2020). Nesse sentido, é importante reforçar que a solidez e resiliência da performance de vendas da Casa&Video é ainda mais destacada, considerando que até 2018 cerca de 98% da receita da companhia estava baseada em lojas físicas no mercado do RJ, e hoje ainda mais de 80% estão baseadas ali. A base de vendas da companhia foi construída num ambiente econômico de baixo crescimento, e o modelo se provou sustentável ainda assim. Uma eventual melhoria macroeconômica e no cenário de consumo seria uma alavanca adicional de resultado às que serão expostas nesse documento. Além disso, nossa expectativa é que um modelo de negócios que se provou competitivo e resiliente em um mercado de baixo crescimento macroeconômico e de consumo, como o estado do RJ, aplicado a novas geografias com ambiente de consumo mais propício também performe num nível superior de vendas/m².

CRISE, VACANCIA MERCADO E OPORTUNIDADE DE BAIXO CUSTO DE EXPANSÃO

Um segundo aspecto em que o cenário de crise econômica se apresenta como oportunidade para o modelo de negócios Casa&Video é a alta vacância do real estate derivada do cenário econômico e mortalidade de varejistas. O cenário de alta oferta de imóveis comerciais pressiona o preço, de forma a baratear o custo de expansão. Não tem sido incomum a identificação de pontos praticamente prontos para receber uma loja, com baixíssimo investimento e obra necessários, e a um baixo custo. Esse cenário torna ainda mais óbvio e rentável uma das principais avenidas de crescimento da companhia.

CENÁRIO CONCORRENCIAL NO VAREJO FÍSICO E DIGITAL

Adicionalmente, não há paralelo de sortimento no universo onde a Casa&Video se posiciona. Os concorrentes nacionais dão ênfase a outras categorias, menos relevantes no nosso negócio, e concorrentes de mesmo posicionamento tem hoje atuação regional, menor escala ou força de marca.

No 2º semestre de 2020, a pandemia da COVID-19 e o consequente fechamento de lojas físicas em várias localidades forçaram uma mudança súbita de hábito do consumidor, ampliando a relevância dos meios digitais no nosso segmento. Com os esforços de modernização do canal digital da companhia e sua integração com as lojas físicas, cerca de 70% das vendas feitas no nosso site no 4º trimestre de 2020 tiveram a modalidade de "retirada em loja" ou "ship from store". Em nossa visão, isso valida e reforça a relevância da loja física mesmo em um consumidor cada vez mais digitalizado, o que sustenta um modelo de negócios omnicanal, com uma expansão geográfica de lojas físicas eficaz e de baixo custo operacional.

Ainda no tema de canais digitais, não enxergamos nenhum player com posicionamento similar à Casa&Video, que seja focado no universo "equipar a casa" com preços competitivos e grande escala. A baixa penetração das categorias de utilidades domésticas no e-commerce representa, ao nosso ver, uma oportunidade a ser explorada, principalmente se considerada a integração e capilaridade da loja física como ponto de retirada / mini centro de distribuição (que elimina a barreira do custo do frete), fortalezas do modelo de negócios Casa&Video.

[5] Dados até nov/20

VANTAGENS COMPETITIVAS

ALTA EFICIENCIA NA GESTÃO DE ESTOQUES E DO CAPITAL DE GIRO

Desenvolvemos um modelo com altíssima eficiência de estoques que possibilita capital de giro financiado. Essa performance foi obtida através de alguns pilares:

1. Processo de compras baseado em dados, que utilizam modelagem estatística para previsão de demanda e referencia para os alvos de estoque por tipo de produto
2. Alta frequência de distribuição e fracionamento de cargas no CD, minimizando a necessidade de grandes coberturas de estoque em loja
3. Inteligencia alimentando distribuição, de forma a determinar os alvos ótimos de envio de estoque loja, acelerando o giro
4. Governança do sortimento ativo: limite de sku's definido por categoria e papel, além de ciclo anual quali de revisão do sortimento com base em performance de giro e rentabilidade
5. Processo de *markdown* automatizado, que acelera escoamento de itens inativos a partir do *aging* e cobertura de estoque remanescente
6. Governança do processo de colocação de pedidos e recebimento no CD, atrelados aos alvos de estoque determinados a partir da dinâmica da cadeia de abastecimento de cada categoria de produtos.
7. Cultura orientada ao melhor equilíbrio entre carregamento de estoques e potencial de vendas, solidificada ao longo de 8 anos e que hoje permeia as áreas de compras, logística e planejamento comercial

Comparação com concorrente mais próximo

	Varejista empresa A	CASA&VIDEO
Dias de Estoque	126	90
Dias de Fornecedores	159	178
Dias de financiamento	**32**	**88**
Ganho de capital com capital de giro	**665.911**	**160.876**
Ganho de capital por loja	**392**	**1.436**

Base: Demonstrações Financeiras de 2019

BAIXO CUSTO OPERACIONAL E DE ABERTURA DE LOJAS, COM INVESTIMENTO PARCIALMENTE FINANCIADO PELO CAPITAL DE GIRO

Uma loja Casa&Video custa menos para ser inaugurada e operada do que a dos competidores, e é sustentada graças a um modelo de autosserviço com grande otimização de processos, inteligência na alocação de quadro e cultura arraigada de disciplina de despesas que permeia toda a organização.

Capex per Store	
Average Capex	R$ 1.25 mm
Working Capital	R$ 598k
Net Capex	R$ 652k

Comparação com concorrente mais próximo

	Varejista empresa A	CASA&VIDEO
Numero de lojas	1639	112
m2 médio por loja	738	615
Vendas por loja (em milhões)	8.546	10.619
Vendas por m2 (em reais)	R$ 11.585,19	R$ 17.262,73
Numero médio de funcionários por loja	17	15
Custo médio de capex por loja (em milhões)	3.177	1.253

(*) Base demonstrações financeiras de dez/2019

UNICIDADE DO SORTIMENTO OFERTADO

Nosso território de sortimento e *recall* de marca está associado a perfil bem único, sem paralelo entre os competidores nacionais. Há baixa intersecção de sortimento, e onde há, esse sortimento tem baixa relevância para esses concorrentes. Em pesquisas realizadas nos estados do RJ, MG (Belo Horizonte) e SP (Capital, Campinas, Santos, São Jose dos Campos) nos anos de 2019 e 2020, os concorrentes comparáveis são players regionais, com força de marca localizada e baixa escala.

ACIONISTAS COM GRANDE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E EXPERIENCIA COMPROVADA EM SEGMENTOS DISTINTOS

Desde 2010 passamos por um processo de transformação e amadurecimento da proposta de valor e pilares da estratégia, com a concepção de um modelo de negócios sólido e resiliente, bem disseminado pela organização. Menor número de acionistas garante coesão, maturidade do plano estratégico, alinhamento, e consequente desdobramento consistente da estratégia para guiar com velocidade a execução. Desde então, além dos pilares da estratégia, foram implementadas revoluções na adoção de ferramentas modernas de gestão, uma cultura única de tomada de decisão baseada em dados, revisões nos processos de supply chain, gerenciamento de categorias, pricing, meritocracia, implementação dos pilares da cultura organizacional e o aprimoramento da governança corporativa.

Além de acionistas há 10 anos no controle, em 2019 promovemos um reforço do nosso conselho de administração com a vinda de dois executivos de peso, Bernardo Hees (ex CEO Global da Kraft Heinz e Burguer King, Presidente do Conselho de Administração da Avis Budget) e Gerard Scheij (ex CEO do Atacadão, C&A Brasil e co-founder e executivo da "Picnic"), aportando conhecimento de mercado e visão de negócios ao já qualificado time de conselheiros.

Para a execução das ações previstas no planejamento estratégico concebido por nossos acionistas, bem como para a gestão executiva de nossa Companhia, contamos com uma equipe de administração profissional, composta por executivos qualificados e experientes, com um equilíbrio entre pessoas com longa trajetória na empresa e recrutados no mercado, alinhados por um plano de incentivo de longo prazo, e que, à luz do histórico recente da Companhia, demonstrou ser capaz de conciliar expansão acelerada da operação com níveis saudáveis de rentabilidade

ESTRATÉGIAS DA COMPANHIA

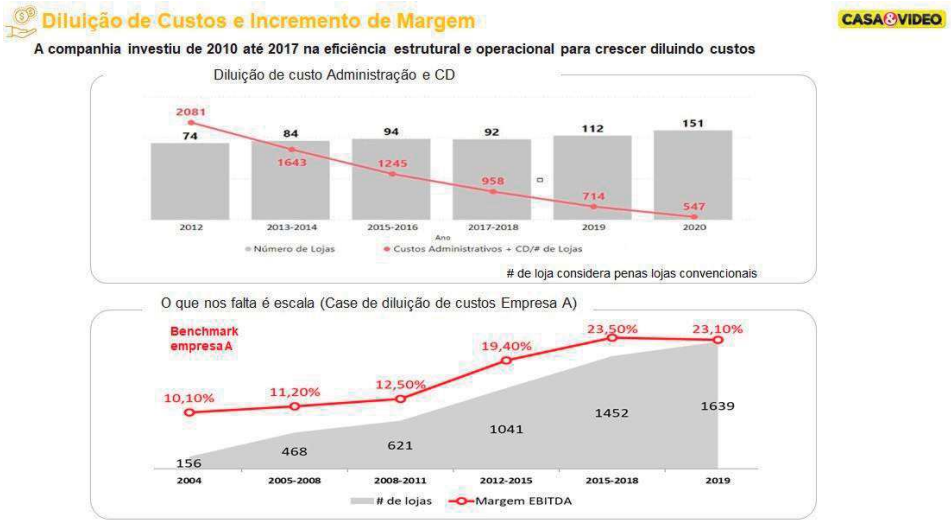
Acreditamos que os 5 pilares a seguir serão determinantes na expansão da companhia com manutenção e melhoria dos níveis de rentabilidade já observados

EXPANSÃO GEOGRÁFICA COM ADENSAMENTO APOIADA EM DADOS

A companhia atingiu níveis de eficiência e rentabilidade através de melhorias de processo e inteligência. Tem agora estrutura de custo fixo que suporta um parque de lojas muito maior, parque de lojas este que gerará uma diluição dos custos em relação a receita, aumentando a rentabilidade.

O processo para seleção de pontos foi amadurecido ao longo dos últimos 2 anos, e tem por base uma estimativa de vendas para cada ponto potencial construída a partir de critérios do atual parque, passando por variáveis de demografia, consumo, renda e características do imóvel. Além da etapa "quanti", todos os potenciais pontos passam por uma etapa de avaliação qualitativa feita num processo de funil de aprovação, que conta com Gerente de Real Estate, Gerente Regional e Diretor de Lojas. 100% das lojas submetidas ao conselho de administração para aprovação tem a validação do Diretor de Lojas.

Temos uma oportunidade geográfica de cerca de 297 municípios mapeados com características e porte para receber uma loja de modelo tradicional, totalizando 653 lojas apenas considerando o raio geográfico e escala do atual CD, além de mais de 216 municípios com potencial para receber uma loja do modelo Casa&Video.perto. O adensamento de regiões retroalimenta a eficiência operacional via logística (diluição dos fretes) e investimento em marketing (diluição do custo de mídia)



O investimento médio de uma nova loja é cerca de 60% menor que o de o concorrente mais próximo[6], e com capital de giro financiado, o investimento liquido torna-se cerca de 80% menor que o desse mesmo concorrente

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E OMNICANALIDADE

As vendas do e-commerce cresceram 115,3% em 2020 se comparadas a 2019, graças não só ao fortalecimento do hábito de compra via internet, mas também aos investimentos realizados pela companhia em navegabilidade, prazo de entrega e conveniência (retirada em loja e *ship from store*). Mesmo no período com lojas reabertas, as vendas do canal digital cresceram 96,1%. No último trimestre de 2020, 70% das compras do site passaram pela modalidade "retirada em loja" ou *ship from store*, o que comprova a aderência do consumidor a essa forma de comprar e a fortaleza que constitui ser uma operação omni. Os novos investimentos no canal e no aperfeiçoamento de um ambiente *omni* com melhor nível de serviço suportarão nossa proposta de valor, sendo relevante no digital com o apoio e a conveniência da loja física.

[6] Benchmark empresa A, cf. demonstrações financeiras de 2019

MODELOS ALTERNATIVOS

Para cidades abaixo de 50 mil habitantes, criamos o modelo Casa&Video.perto. Trata-se de uma loja de ~200m² de salão de vendas, com cerca de 1000 SKU's em oferta, selecionados a partir da performance de giro por período do ano. A loja tem investimento ainda mais baixo (cerca de um terço de uma loja normal) e custo operacional também menor (quadro de 5 operadores, versus 15 numa loja tradicional), além de altíssimo giro de estoque a partir de um processo inteligente de seleção de sortimento. São equipadas com *devices* que funcionam como terminais de venda do sortimento não disponível no estoque físico ("prateleira infinita")

Além da loja física tradicional, em 2020 criamos e inauguramos 62 unidades do modelo Mini, quiosques localizados em pontos de alto fluxo como supermercados, shopping centers ou terminais de transporte. Os quiosques vendem o sortimento de celulares e tablets, além de 20 a 30 SKU's de outras categorias. São equipados com *devices* para venda do restante do sortimento via "prateleira infinita".

A expansão combinada dos modelos permitirá um aumento de capilaridade a um baixo custo / m², penetração em mercados pouco explorados, aceleração da construção da marca fora dos estados do RJ e ES, e diluição dos custos fixos.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DE AUTORIDADE DO "MORAR NA CASA"

A partir de pesquisas de mercado realizadas nos anos de 2019 e 2020, identificamos as linhas de produtos que constituem fortaleza da Casa&Video em termos de lembrança de marca e associação pelo consumidor. O território de sortimento definido norteará nosso posicionamento, e combina não só a lembrança e associação de marca instantânea, mas grande oportunidade de diferenciação e rentabilidade, além de baixo nível de concorrência em players nacionais ou com presença digital, especialmente para o nosso target de consumidor.

Nos apropriaremos e nos especializaremos no território de sortimento que denominamos "morar na casa", criando não só sortimento amplo (nos tornando um *marketplace in* de nicho), mas um ecossistema de serviços e *content marketing* que sustente esse posicionamento e ofereça proposta única de valor para o nosso consumidor.

Em 2020 foi criada uma estrutura dedicada de Market-place in, que tem o desafio de representar a maior parte das vendas digitais da empresa em 3 anos. O Market-place in permite ampliação infinita do sortimento com foco em "equipar a casa", com itens e fornecedores que permitirão alto nível de diferenciação e é parte fundamental da estratégia de posicionamento da marca. Além disso, parceiros 3P[7] conectados a nossa estrutura permitirão a venda de itens de alto volume no e-commerce, que econômica ou logisticamente não se justificariam como venda própria.

AMPLIAÇÃO DA PARTICPAÇÃO DE MARCAS PRÓPRIAS E SORTIMENTO EXCLUSIVO

Como apoio ao pilar de autoridade do território de sortimento "morar na casa", é parte essencial do plano a ampliação da já consolidada estrutura de marcas e importação própria. Temos hoje 6 marcas próprias nas categorias de Cozinha, Sala de Jantar, Lavanderia e Organização, Decoração, Ferramentas e Brinquedos, que somadas representam aproximadamente 7% do faturamento da companhia e rentabilidade acima dos similares "não marca própria".
Em 2019 e 2020 foram feitos investimentos na estruturação da área e em ferramentas para modernização da cadeia de abastecimento, com performance recorde de vendas e participação na companhia. Entendemos que há oportunidade de ampliar sortimento, potencializando uma estrutura de *sourcing* e importação já instalada

[7] 3P: third-party seller

NOSSO PROPÓSITO

"Existimos para tornar acessíveis os sonhos dos nossos clientes"

VALORES

PÉ NO CHÃO

Somos humildes. Reconhecemos que não somos perfeitos e estamos sempre dispostos a escutar, aprender e melhorar. Gostamos de soluções simples e pragmáticas, não simplórias. Acreditamos que menos complexidade gera mais agilidade e adaptabilidade.

DONOS DO NEGÓCIO

Somos obcecados por alcançar resultados positivos e atingir máxima eficiência operacional. Agimos como donos do negócio, controlando nossas despesas, assumindo a responsabilidade e colaborando como protagonistas para a solução. Contribuímos no que é necessário independente de sermos solicitados. Recompensamos os melhores resultados, reforçando que os fins não justificam os meios. Desenvolvemos, reconhecemos e valorizamos a nossa gente pelos resultados entregues e pela forma como colaboram para o alcance dos objetivos.

FANÁTICOS POR FATOS E DADOS

Fugimos do achismo. Tomamos decisões racionais nos baseando em fatos e dados e não em opiniões. Analisamos de forma objetiva as situações antes de chegarmos a uma conclusão e tomarmos uma decisão. Somos ousados, assumimos riscos controlados e erramos pequeno para acertarmos grande.

GENTE DO BEM

Somos éticos e empáticos. Não pegamos atalhos. Fazemos o correto sempre, mesmo que seja a opção mais difícil. Acreditamos no respeito a diversidade e promovemos um ambiente livre de preconceitos. Tratamos o outro da forma como queremos ser tratados.

FOCADOS NO CLIENTE

Colocamos o cliente no centro das nossas decisões. Buscamos conhece-lo de perto para criarmos um relacionamento de longo prazo. Trabalhamos incansavelmente para oferecer soluções e preços conectados com seus desejos.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2020 foi muito desafiador e gerou incríveis resultados. Nós, da Casa&Video, somos gratos a nossos clientes e fornecedores pela parceria e confiança, a nossos talentosos colaboradores pelo empenho e dedicação e a nossos acionistas pelo apoio e estímulo.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Casa & Vídeo Brasil S.A. sociedade anônima com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Assembleia 100, Centro, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 11.114.284/001-63 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a instrução da CVM nº 381/037, a Companhia consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei nº 9.295/46 e alterações posteriores, inclusive o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços e não terem participado de função de gerência da Companhia.

Em relação ao artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 cabe informar que não houve contratações que não de auditoria no exercício de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Ivo do Amaral Benderoth
Diretor Presidente

Tiago Nascimento
Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Casa & Vídeo Brasil S.A. sociedade anônima com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Assembleia 100, Centro, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 11.114.284/001-63 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Ivo do Amaral Benderoth
Diretor Presidente

Tiago Nascimento
Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Casa & Vídeo Brasil S.A. sociedade anônima com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Assembleia 100, Centro, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 11.114.284/001-63 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Ivo do Amaral Benderoth
Diretor Presidente

Tiago Nascimento
Diretor de Relação com Investidores

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 18
3.7 - Nível de Endividamento 19
3.8 - Obrigações 20
3.9 - Outras Informações Relevantes 21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 68
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 71
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 89
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 90
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 91
4.7 - Outras Contingências Relevantes 93

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 94

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 95

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 100

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 104

5.4 - Programa de Integridade 106

5.5 - Alterações significativas 111

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 112

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 113

6.3 - Breve Histórico 114

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 116

6.6 - Outras Informações Relevantes 117

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 118

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 134

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 135

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 136

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 149

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 150

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 157

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 158

7.8 - Políticas Socioambientais 159

7.9 - Outras Informações Relevantes 160

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 161

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 162

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 163

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 164

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 165

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 166

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 169

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 177

9.2 - Outras Informações Relevantes 178

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 179

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 211

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 214

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 215

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 218

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 221

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 222

10.8 - Plano de Negócios 223

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 225

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 226

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 227

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 228

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 239

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 244

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 248

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 249

12.7/8 - Composição Dos Comitês 253

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 255

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 256

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 257

12.12 - Outras informações relevantes 258

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 262

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 271

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 274

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 278

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 283

13.6 - Opções em Aberto 284

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 285

13.8 - Precificação Das Ações/opções 286

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 287

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 288

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 289

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 290

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 291

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 292

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 293

13.16 - Outras Informações Relevantes 294

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 301

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 303

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 304

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 309

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 310

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 311

15.3 - Distribuição de Capital 313

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 314

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 315

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 316

15.7 - Principais Operações Societárias 317

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 319

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 320

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 322

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 323

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 326

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 327

17.2 - Aumentos do Capital Social 328

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 329

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 330

17.5 - Outras Informações Relevantes 331

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 332

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 333

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 334

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 335

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 336

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 337

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 338

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 339

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 340

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 341

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 342

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 343

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 344

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 345

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 346

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 347

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 348

20.2 - Outras Informações Relevantes 349

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 350

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 353

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 355

21.4 - Outras Informações Relevantes 356

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ivo do Amaral Benderoth**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Tiago de Oliveira Nascimento**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Ivo do Amaral Benderoth, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 659905795, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Física ("CPF") sob o nº 776.875.905-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares, Edifício City Tower, Centro, CEP 20011-904, na qualidade de Diretor Presidente da Casa & Vídeo Brasil S.A., sociedade anônima com sede na Rua da Assembleia, nº 100, Salas 701, 801 e 901, Localizadas no 7º, 8º e 9º andares do Edifício City Tower - Centro - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 11.114.284/0001-63 ("Companhia"), declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Ivo do Amaral Benderoth
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Tiago de Oliveira Nascimento, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 109939/O-0, expedida pelo CRC/RJ em 03/02/2010, inscrito no CPF sob o nº 108.155.517-38, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares, Edifício City Tower, Centro, CEP 20011-904, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Tiago de Oliveira Nascimento
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	23/10/2020
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS); (ii) revisão limitada das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de junho de 2020, preparadas de acordo com o NBC TG 21 / IAS 34 - Demonstração Intermediária.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O total da remuneração paga aos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 539.683.
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve troca de auditor.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve troca de auditor.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Wilson José Ozório Moraes	23/10/2020	042.430.277-22	R. Praia de Botafogo, 370, 5º ao 10º Andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (21) 21782446, e-mail: wilson.moraes@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido evidenciadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	121.202.000,00	49.182.000,00	34.393.000,00
Ativo Total	1.186.445,00	997.478.000,00	653.711.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.115.697.000,00	1.009.436.000,00	967.620.000,00
Resultado Bruto	379.107.000,00	348.138.000,00	339.351.000,00
Resultado Líquido	35.211.000,00	8.734.000,00	9.300.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.035.166.991	817.732.642	817.732.642
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,117084	0,060144	0,042059
Resultado Básico por Ação	0,030000	0,010000	0,010000
Resultado Diluído por Ação	0,03	0,01	0,01

3.2 - Medições Não Contábeis

a. Valor das medições não contábeis

A Companhia apresentou nos últimos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as seguintes medições não contábeis:

(*Valores expressos em milhares de Reais, exceto %*)	**Exercício social encerrado 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
EBITDA	176.383	153.774	80.266
Margem EBITDA	15,81%	15,23%	8,30%
Dívida Bruta	282.549	286.810	277.081
Dívida Líquida	110.585	160.532	199.105
Divida Líquida/EBITDA (x)	0,63x	1.04x	2,48x
Margem Bruta	33,98%	34,49%	35,07%
Margem Líquida	3,16%	0,87%	0,96%

1) EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, tampouco devem ser considerados isoladamente e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, fluxo de caixa de operações e outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as IFRS ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias e, portanto, a apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

EBITDA e Margem EBITDA, não pretendem representar recursos disponíveis para dividendos ou outros usos discricionários, tendo em vista que esses recursos são necessários para serviço de dívida, despesas de capital (capex), necessidades de capital de giro e outros compromissos e contingências.

3.2 - Medições Não Contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16, que introduziu um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço do arrendatário. A norma IFRS 16 são efetivas para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2019 e alteram o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Este requer que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. O IFRS 16 requer que os arrendamentos sejam reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso. O passivo do arrendamento representa os pagamentos futuros do arrendamento que são alocados ao passivo. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do prazo. O ativo de direito de uso é depreciado pelo menor entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento. Dada a opção da Companhia de usar o método de adoção retrospectivo modificado, as informações comparativas de 2018 não foram reformuladas e são relatadas de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4.

2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de empréstimos e financiamentos, debentures, derivativos, dívida remanescente das obrigações contraídas junto aos credores da recuperação judicial na constituição da Companhia e saldo de parcelamentos fiscais contraídas junto ao Governo do Estado.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3) Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida/EBITDA é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Dívida Líquida/EBITDA não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

4) Margem Bruta

A Margem Bruta é um indicador percentual não contábil que procura medir a rentabilidade comercial da Companhia antes das despesas operacionais. O cálculo é efetuado pelo lucro bruto dividido pela Receita Líquida da companhia.

5) Margem Líquida

A Margem Líquida é um indicador percentual não contábil que procura medir o nível de lucro líquido da Companhia. O cálculo é efetuado pelo Lucro Líquido dividido pela Receita Líquida da Companhia.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

3.2 - Medições Não Contábeis

As tabelas abaixo apresentam, respectivamente, a conciliação do EBITDA e da Margem EBITDA, da Dívida Bruta e da Dívida Líquida, de Dívida Líquida/EBITDA, Margem Bruta e da Margem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

1) EBITDA e Margem EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Valores expressos em milhares de Reais)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	35.211	8.734	9.300
(+) Imposto de renda e contribuição social	16.253	4.069	4.882
(+) Resultado financeiro	34.732	56.637	48.675
(+) Depreciação e amortização	90.187	84.334	17.409
EBITDA	**176.383**	**153.774**	**80.266**
(÷) Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	1.009.436	967.620
Margem EBITDA (%)	**15,81%**	**15,23%**	**8,30%**

2) Dívida Bruta e Dívida Líquida[1]

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Valores expressos em milhares de Reais)	**2020**	**2019**	**2018**
(+) Empréstimos e Financiamentos	76.114	29.725	
(+) Debêntures	-	32.097	53.226
(+) Derivativos	964	-	-
(+) Dívida com credores da Recuperação Judicial	22.874	32.241	50.129
(+) Parcelamentos Fiscais	182.597	192.747	173.726
Dívida Bruta	282.549	286.810	277.081
(-) Caixa e Equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	(171.964)	(126.278)	(77.976)
Dívida Líquida	**110.585**	**160.532**	**199.105**

3) Dívida Líquida/EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Valores expressos em	**2020**	**2019**	**2018**

[1] Não é considerado na dívida bruta da Companhia o saldo passivo de arrendamento mercantil no valor de R$ 314,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R$282,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

3.2 - Medições Não Contábeis

milhares de Reais)			
Dívida Líquida	110.585	160.532	199.105
EBITDA	176.383	153.774	80.266
Dívida Líquida/EBITDA (x)	**0,63x**	**1,04x**	**2,48x**

4) Margem Bruta

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Valores expressos em milhares de Reais)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro Bruto	379.107	348.138	339.351
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	1.009.436	967.620
Margem Bruta	**33,98%**	**34,49%**	**35,07%**

5) Margem Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Valores expressos em milhares de Reais)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro Líquido	35.211	8.734	9.300
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	1.009.436	967.620
Margem Líquida	**3,16%**	**0,87%**	**0,96%**

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas não contábeis utilizadas como métricas de desempenho operacional por sua Administração. A Companhia acredita que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de "*rating*" e analistas financeiros as utilizam como indicador para avaliar o nosso desempenho operacional e financeiro. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e identificar capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA e Margem EBITDA como medida de

3.2 - Medições Não Contábeis

desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Os índices de endividamento (Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA) são importantes indicadores para a Companhia, pois objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Em relação ao Dívida Líquida/EBITDA, a Companhia acredita ser uma medida importante para sinalizar a viabilidade e saúde financeira de seu negócio. A análise do Dívida Líquida/EBITDA revela se a Companhia tem conseguido gerar capital suficiente para ser lucrativa no final do período.

Com a Margem Bruta a Companhia consegue identificar o aumento ou redução da rentabilidade das atividades comerciais que pode ser ocasionada por diversos fatores, como exemplo: aumento ou redução do preço de aquisição com fornecedores, mudanças de sortimento de produtos e variações nas alíquotas de produtos inclusos no regime de substituição tributária de ICMS.

No tocante a Margem Líquida o objetivo dessa medição é identificar a rentabilidade real final da companhia sob o volume de vendas gerados no período, inclusive comparar a evolução com períodos anteriores e realizar a comparação com companhia do mesmo segmento

Apesar de os índices acima tratarem de medidas não contábeis, estes são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, o que permite uma maior comparabilidade a negócios semelhantes aos da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram emitidas em 18 de janeiro de 2021.

Não foram verificados eventos subsequentes às referidas demonstrações financeiras, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a. Regras sobre retenção de lucros	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 29 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal ("Reserva Legal"), até que o seu valor atinja 20% do capital social; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social; e (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral Ordinária") determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 33 do Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% do capital social; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social; e (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral Ordinária determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 33 do Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% do capital social; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social; e (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral Ordinária determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a.i. Valores das retenções de lucros	Não aplicável, considerando que até a data deste Formulário de Referência ainda não ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.	Reserva de Retenção de Lucros: R$8.734.000,00 destinado à compensação de prejuízo acumulado.	Reserva Retenção de Lucros: R$9.300.000,00 destinado à compensação de prejuízo acumulado.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, considerando que até a data deste Formulário de Referência ainda não ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 100%.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 100%.
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovação por deliberação da Assembleia Geral.	quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovação por deliberação da Assembleia Geral.	quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovação por deliberação da Assembleia Geral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2020.	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2019.	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2018.
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	35.211.000,00	8.734.000,00	9.300.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	29,051500	17,758500	27,040400
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	35.211.000,00	8.734.000,00	9.300.000,00
Data da aprovação da retenção	15/01/2021	22/07/2020	11/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos últimos três exercícios sociais não houve distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.065.243.000,00	Índice de Endividamento	0,89784400	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		15.795.000,00	39.441.000,00	0,00	0,00	55.236.000,00
Empréstimo	Quirografárias		2.978.000,00	8.109.000,00	0,00	0,00	11.087.000,00
Financiamento	Quirografárias		10.755.000,00	0,00	0,00	0,00	10.755.000,00
Total			29.528.000,00	47.550.000,00	0,00	0,00	77.078.000,00

Observação

Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia é parte de contratos financeiros que contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um inadimplemento ou de um vencimento antecipado, conforme o caso, de dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas.

Não obstante, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e que não tenham sido evidenciadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em ações de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, incluindo, mas não limitado aos impactos do COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia e à análise posterior da administração e/ou dos auditores independentes de seus resultados operacionais e posição financeira com respeito às informações apresentadas no item 10.9 deste Formulário de Referência. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nas ações de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um "efeito adverso" ou um "efeito negativo" para a Companhia, "afetará adversamente" a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia, suas filiais, suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção "4.1. Fatores de Risco".

Não obstante a subdivisão desta seção "4.1. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

a) Riscos relacionados à Companhia

A extensão e forma em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, impactará as atividades da Companhia, bem como a percepção de seus efeitos, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, na reputação, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia e, finalmente, a capacidade de operar suas atividades.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo *zika* vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado em geral, incluindo no setor da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo, considerando que diversos países foram impactados por uma segunda onda de contágio, resultando na imposição de novas restrições às atividades econômicas, circulação de pessoas e horário de funcionamento de estabelecimentos.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e *spreads* de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers*[1] seis vezes em oito pregões em março de 2020 e o valor dos ativos listados na bolsa, em geral, reduziu significativamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa.

As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e resguardar a economia podem não ser suficientes ou adequadas para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais a fim de tentar controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada e, em certos casos, suspensão das atividades de empresas em diversos setores, incluindo o da Companhia, ou ligados à ela, como, por exemplo, de seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e, mesmo com o relaxamento de algumas delas em alguns estados e municípios, espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo, a exemplo de outros países. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor em geral, bem como a demanda por produtos e serviços.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes de tal magnitude que possam fornecer à Companhia uma orientação quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia da COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos.

Especificamente, a Companhia não pode prever os efeitos diretos e/ou indiretos que a pandemia da COVID-19 causará em suas atividades, sua reputação, em seus resultados operacionais e em sua situação financeira, sendo que tais efeitos poderão incluir, sem limitação, o impacto adverso (i) na situação financeira e resultados operacionais da Companhia, assim como sobre as tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto no capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez da Companhia, (ii) nas atividades futuras da Companhia, (iii) na reputação da Companhia e sua capacidade de atender à demanda de seus clientes em tempo adequado e com a qualidade esperada, (iv) nas despesas da Companhia ou no acesso da Companhia a capital e financiamentos; (v) nas contingências ou prejuízos relevantes da Companhia relacionados à pandemia da COVID-19; (vi) nas alterações de decisões relacionadas a aspectos contábeis em decorrência de informações novas ou revisadas; (vii) no montante total da redução da demanda por bens e serviços e nas interrupções dos canais de vendas, especificamente aqueles afetados por medidas de distanciamento social; (viii) na cadeia de fornecedores da Companhia; (ix) na proporção dos custos em relação à receita da Companhia; (x) nas incertezas econômicas e sociais

[1] O **Circuit Breaker** é um mecanismo que trava toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado, seja ele de crise ou de temor, tendo como principal objetivo proteger e acalmar a volatilidade excessiva do Mercado Financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

gerais, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, e (xi) na capacidade da Companhia de cumprir obrigações no âmbito de seu endividamento.

Desde o início da pandemia da COVID-19, as atividades da Companhia foram afetadas adversamente pelo novo ambiente econômico e social. Com relação às lojas físicas da Companhia, até a data deste Formulário de Referência, todas as lojas foram fechadas por determinados períodos entre março e junho de 2020, a fim de cumprir os decretos municipais e estaduais que buscaram reduzir a taxa de contágio por COVID-19 entre a população, mas não há garantias de que a Companhia não será obrigada a fechar novamente as lojas físicas no futuro. Na data deste Formulário de Referência, aproximadamente 3% (três por cento) das lojas físicas estão fechadas em cumprimento às exigências de decretos municipais e estaduais. Além disso, as medidas implementadas para mitigar a disseminação da COVID-19 afetaram adversamente a circulação de consumidores nas lojas da Companhia que permaneceram abertas durante a pandemia da COVID-19, mas com horário reduzido de funcionamento, bem como afetaram adversamente a receita gerada por tais lojas. Os resultados da Companhia para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 refletem um impacto significativo da perda de receita de operações de atividades físicas de varejo e os resultados futuros da Companhia também podem ser significativamente afetados.

Adicionalmente, determinadas lojas da Companhia (nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Mesquita, São Gonçalo e Niterói) que possuíam restrições de funcionamento durante o período de abril a junho, as quais representam cerca de 43% do parque total de lojas, ficaram em funcionamento por meio de liberação judicial durante esse período, contudo ficaram restritas (ii) às vendas de produtos relacionados à saúde e alimentação (parte do sortimento disponível nas lojas físicas foi considerado essencial pelo poder judiciário) e (ii) para retirada de produtos adquiridos nos meios digitais. Não é possível afirmar, contudo, que referida liberação judicial para funcionamento será mantida e/ou que não será revogada ou alterada no futuro ou, ainda, que novas medidas restritivas venham a ser anunciadas pelas respectivas autoridades locais, de modo a causar novas interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia, o que poderá afetar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

As lojas físicas da Companhia sofreram redução na circulação de consumidores em decorrência da redução do tráfego nas ruas, além de mudanças nos hábitos de compra dos consumidores no geral. A Companhia não pode estimar os impactos que a pandemia da COVID-19 terá sobre a demanda, o desemprego, as atividades econômicas e/ou a duração do ambiente econômico atual. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a disseminação da doença diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) redução da disponibilidade financeira de seus clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de varejo, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados.

A pandemia causada pela COVID-19 acarretou e ainda poderá acarretar impactos de longo alcance, incluindo fechamentos de fábricas e interrupções nas cadeias de fornecimento locais, regionais e globais, ameaçando a produção de vários bens e a interrupção da cadeia de peças e/ou fornecimento para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de fornecimento global continua ameaçada e alguns produtores não retomaram o patamar de fornecimento de peças e/ou matérias-primas. Como consequência dessas interrupções, as empresas cuja cadeia de fornecimento depende de produtores externos, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, poderão enfrentar redução em sua receita.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como novas medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de trabalho à distância para seus funcionários administrativos, na qual foi determinada uma escala de rodízio dos funcionários da administração sendo que, na data deste Formulário de Referência, 40% (quarenta por cento) do quadro de funcionários operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 afeta negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode precipitar ou agravar outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco".

A extensão dos impactos da pandemia depende do desenvolvimento de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a aplicação de vacina contra a COVID-19 em níveis satisfatórios e escala mundial e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas operações, resultados operacionais e condição financeira da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e estratégias de crescimento da Companhia dependem de fatores críticos, dentre os quais a capacidade da Companhia de: (i) adaptar as ofertas de seus produtos e serviços às mudanças nas demandas dos consumidores e nos hábitos de compra, especificamente em meio a circunstâncias adversas, como as criadas pela pandemia da COVID-19, (ii) aprimorar a experiência do cliente por meio de plataformas de atendimento digital, (iii) abrir novas lojas físicas e expandir sua cobertura geográfica, (iv) identificar locais adequados para alugar em condições favoráveis, (v) fortalecer sua plataforma de logística e distribuição para apoiar a expansão de seus negócios, o fornecimento de estoque para suas lojas e uma melhor experiência de compra para seus clientes; (vi) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias em tempo hábil para a construção e operação de suas lojas, (vii) gerenciar custos de construção e desenvolvimento de novas lojas, (viii) oferecer um variado e amplo leque de produtos que atendam às necessidades de seus clientes, especificamente à luz das circunstâncias adversas criadas pela pandemia da COVID-19, (ix) aumentar as vendas e a rentabilidade de suas operações, (x) manter o valor de sua marca em relação aos seus concorrentes do setor de varejo, (xi) gerenciar suas atividades de financiamento e o investimento de seus recursos financeiros, e (xii) desenvolver alto nível de relacionamento com seus clientes permitindo, assim, a construção e exploração de sua marca em outras unidades da federação, (xiii) manter os níveis de custos atuais da Administração e do Centro de Distribuição da Companhia para incremento da margem de lucro operacional, (xiv) desenvolver novos produtos e marcas para incremento da margem bruta da Companhia, e (xv) adquirir e integrar novas Companhias em linha com a estratégia de expansão física de seu parque de lojas ou alternativamente em relação a essa estratégia.

Em decorrência da pandemia da COVID-19 e do atual ambiente econômico, a Companhia não pode garantir que alcançará os objetivos mencionados acima e, portanto, poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento. Qualquer falha na implementação de sua estratégia de crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia opera suas vendas por meio de determinados canais e plataformas (lojas físicas, website e televendas) e acredita que a integração de tais canais é essencial para o sucesso de seu negócio. A Companhia pode não conseguir manter as sinergias esperadas entre seus canais de vendas ou aprimorá-los, os quais poderão entrar em competição, se tornar economicamente inviáveis e/ou ser objeto de autuações, o que poderá resultar em impacto adverso relevante nos seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

As atividades da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e plataformas digitais (*website* e televendas). A Companhia pode não conseguir operar em vários canais de forma integrada e complementar em termos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento, caso em que sua estrutura e competitividade poderão ser negativamente afetadas, o que pode causar um impacto adverso relevante os resultados e nas operações da Companhia.

Além disso, caso a Companhia não consiga atrair e reter membros da equipe ou contratar terceiros com as habilidades especializadas necessárias para manter suas plataformas de vendas ou não conseguir implementar em tempo hábil melhorias na tecnologia voltada para o cliente, sua capacidade de competir e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Além disso, se o *website* da Companhia ou outros sistemas de tecnologia voltados para o cliente não funcionarem conforme projetados, a experiência do cliente poderá ser negativamente afetada, resultando em perda de confiança e de satisfação do cliente e, por conseguinte, em perda de vendas, o que poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados operacionais.

Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades de varejo multicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à esta modalidade, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para sua situação financeira e resultados operacionais. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na abertura e operação de novas lojas físicas, o que poderá prejudicar seus planos de expansão e afetar adversamente suas vendas, seus resultados operacionais e suas perspectivas.

O crescimento da Companhia está ligado à sua capacidade de abrir e operar novas lojas, bem como de identificar e tirar proveito de novas oportunidades de negócios, que dependem de vários fatores. Esses fatores incluem, entre outros, a capacidade de identificar locais adequados para novas lojas, a capacidade da Companhia de negociar locações em condições aceitáveis, a capacidade da Companhia em administrar os custos de construção e desenvolvimento de novas unidades, a retificação de qualquer imprevisto de engenharia ou ambiental com as instalações alugadas, dificuldades na obtenção de novas autorizações ou renovação das autorizações existentes por parte dos proprietários dos imóveis, bem como dificuldade na tratativa de novas locações ou renovação de locações já existentes, aumento na concorrência das locações dos imóveis, bem como nas outorgas das autorizações para os proprietários dos imóveis, aumentando os custos com aluguéis, alterações decorrentes de leis e regulamentações governamentais existentes e/ou futuras, bem como a capacidade da Companhia e de seus locadores em obter todas as licenças e autorizações governamentais necessárias, de forma tempestiva, para a construção e operação das lojas, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamentos em condições aceitáveis para abrir e operar novas lojas, o aumento de vendas da Companhia em suas atuais lojas, o desenvolvimento e a eficiência contínuos da plataforma da Companhia de logística e distribuição a custos aceitáveis para atender às demandas dos clientes e para contratar, além de treinar e manter pessoal qualificado para as lojas da Companhia, especificamente para cargos de gerência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma vez tomada a decisão de abrir uma nova loja, reformas e preparações poderão sofrer atrasos, interrupções ou envolver aumento de custos ou custos imprevistos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, e a Companhia poderá não conseguir financiamentos em termos aceitáveis para abrir novas lojas na medida do necessário. A Companhia também poderá enfrentar dificuldades em oferecer a mercadoria certa que atenda às necessidades e preferências dos clientes em novas regiões. Além disso, as novas aberturas de lojas também poderão envolver custos acrescidos, além da contratação, treinamento e manutenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente no nível gerencial. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados em que já existem lojas da Companhia, poderá ocorrer uma redução nas vendas líquidas das lojas já existentes nesses mercados em razão do deslocamento de vendas. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de abrir e operar novas lojas poderá ser afetada pelos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19. A Companhia poderá não conseguir integrar satisfatoriamente novas lojas em suas atuais operações ou não conseguir obter as licenças e autorizações governamentais necessárias para a abertura de lojas. A não abertura de novas lojas em tempo hábil e de forma econômica, de acordo com planos estratégicos da Companhia, poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia e gerenciamento informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a falta de integração e redundância nestes sistemas ou a incapacidade da Companhia de acompanhar e investir no desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas poderão afetar adversamente a Companhia. Falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso em nossos negócios.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas e centros de dados, incluindo sistemas de ponto de venda em lojas, sistemas de logística e de comunicação e *softwares* utilizados para controle de estoque e para gerar relatórios comerciais e de desempenho financeiro. Os sistemas de processamento operacional em tempo real são necessários para garantir níveis adequados de estoque e atendimento ao cliente, além de ser importante ferramenta para administração dos recursos e controle dos ativos tangíveis e intangíveis relevantes da Companhia. Além disso, os sistemas que processam os meios de pagamento empregados pela Companhia são indispensáveis para suas operações, vendas realizadas em lojas físicas e por meio de seus canais digitais.

A Companhia pode não ser capaz de obter recursos disponíveis no futuro para manter o nível de investimento necessário para respaldar a melhoria ou atualização de sua infraestrutura de tecnologia, a mitigação de interrupções, de ineficiência ou erros de processamento, o que pode acarretar uma perda de sua competitividade frente a seus principais concorrentes, bem como uma incapacidade da Companhia em conseguir acompanhar a evolução do setor e as necessidades dos clientes.

Os sistemas de informação da Companhia poderão sofrer falhas, interrupções ou ineficiências devido a fatores que estão além de seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus e *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar manutenções, reparos ou atualizações de forma adequada e tempestivamente e, se eventuais falhas, interrupções ou ineficiências nos sistemas integrados da Companhia se prolongarem e causarem a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, poderão resultar na perda de dados pela Companhia ou em sua incapacidade de realizar transações comerciais e, portanto, a Companhia poderá deixar de auferir receitas de vendas, o que poderá afetá-la de forma significativamente negativa. Além disso, quaisquer interrupções significativas que afetem a plataforma digital da Companhia (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) poderão causar danos à sua reputação, demandar recursos para os reparos necessários e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Como consequência da pandemia da COVID-19, a Companhia aumentou rapidamente o número de funcionários trabalhando de maneira remota, o que pode causar um aumento da indisponibilidade dos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas no sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Quaisquer falhas dos sistemas ou *software* ou problemas decorrentes de vírus ou *malwares*, também poderão afetar negativamente e de forma inesperada a disponibilidade e precisão do processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar suas atividades e resultados operacionais.

Além disso, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente as tecnologias que emprega e, para fazê-lo, além de incorrer em despesas adicionais substanciais, poderá enfrentar problemas de integração, o que poderá afetá-la negativamente. Os *softwares* utilizados pela Companhia para processamento de suas transações muitas vezes precisam interagir com *softwares* ou sistemas operacionais de terceiros. Desta forma, eventuais incompatibilidades ou indisponibilidades desses *softwares* ou sistemas operacionais, ou ainda, quaisquer limitações em sua utilização, podem impedir o correto processamento das transações realizadas pelos clientes da Companhia, o que pode ocasionar prejuízos, conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

Por fim, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que o inadimplemento das contraprestações pecuniárias pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, a Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter o ritmo atual do crescimento de vendas, o que poderá impactar adversamente sua situação e resultados financeiros.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas nas atuais lojas da Companhia são: (i) a capacidade da Companhia de prever e endereçar as novas tendências de consumo em tempo hábil, inclusive em relação à manutenção dos níveis de estoque e logística adequados em cada uma de suas lojas; (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a capacidade da Companhia de manter e aumentar a confiança e a lealdade do cliente para que os clientes não prefiram as lojas dos concorrentes em relação às lojas da Companhia; (iv) o impacto que as aberturas de novas lojas pode ter nas atuais lojas localizadas nos mesmos mercados geográficos; (v) as condições comerciais e econômicas em geral e nas regiões onde as lojas da Companhia estão localizadas, incluindo fatores que impactam significativamente nos gastos do consumidor; (vi) as mudanças nas políticas de crédito, publicidade e *marketing* da Companhia; (vii) as táticas de vendas utilizadas pelos concorrentes da Companhia, como preços abaixo do padrão de mercado; (viii) a capacidade e eficiência de distribuição da Companhia e (ix) a concorrência. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia depende da ampliação e evolução dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependem de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo dos clientes da Companhia, podendo impactar o ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, os volumes de vendas da Companhia podem diminuir em decorrência de pandemias, incluindo as respostas do governo a pandemias, que podem afetar o comportamento do consumidor.

A Companhia não tem controle sobre os fatores listados acima e seus esforços para gerenciá-los poderão ser insuficientes para evitar a queda no desempenho de vendas nas suas atuais lojas, o que poderá afetar adversamente a Companhia de forma relevante. Caso a Companhia não seja

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

capaz de crescer e manter um crescimento anual satisfatório em relação às suas vendas, sua situação e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser negativamente afetados por flutuações sazonais nas vendas de seus produtos e na oferta de seus serviços.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade, com tendência de redução nas vendas em geral no primeiro semestre em razão dos eventos de fim de ano. Portanto, os resultados operacionais da Companhia historicamente flutuam entre trimestres, com vendas e rentabilidade geralmente mais fortes no último trimestre. Outros fatores que também podem causar essas flutuações trimestrais incluem: a desaceleração da economia brasileira; a suspensão de qualquer uma das atividades da Companhia ou das atividades dos fornecedores da Companhia; as práticas de preços dos concorrentes da Companhia; os tipos e o conjunto de produtos vendidos; o nível de despesas com publicidade e promoção; fatores macroeconômicos que afetem a confiança e os gastos do consumidor; e demais fatores de risco descritos nessa seção. A maioria das despesas operacionais da Companhia, como custos de ocupação e mão-de-obra, não são variáveis. Sendo assim, se as vendas em certos trimestres estiverem abaixo das expectativas, a Companhia poderá não conseguir reduzir proporcionalmente as despesas operacionais de tal trimestre e, portanto, esse déficit de vendas poderá ter um efeito negativo relevante no lucro líquido da Companhia para tal trimestre e para o exercício.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre, a Companhia incorre em investimentos e despesas adicionais, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Uma falha nas projeções de demanda da Companhia, ou redução não prevista de demanda, em relação aos produtos que venderá durante o primeiro trimestre de cada ano, pode forçar a Companhia a se desfazer do estoque excedente a preços consideravelmente inferiores ao valor de mercado ou renegociar prazos de pagamento com fornecedores, além de não recuperar o alto investimento em produtos, serviços e suas despesas com pessoal e publicidade para o período. Por conseguinte, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Para mais informações sobre a sazonalidade e suas consequências, vide subitem “d” do item 7.3 deste Formulário de Referência.

Falhas em avaliar e monitorar os riscos associados à fraude de cartão de crédito poderão prejudicar a Companhia e sua reputação, resultar na aplicação de multas e sanções administrativas e/ou em ações judiciais, afetando-a, portanto, de forma adversa e relevante.

Em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente a metade das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. De acordo com as políticas de cartão de crédito atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por operações fraudulentas de cartão de crédito na modalidade “cartão não-presente” em suas lojas virtuais. Atualmente, a Companhia assume o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, haja vista que realiza operações na modalidade “cartão não-presente” em suas lojas virtuais e não possui seguro contra esse risco. Além disso, a Companhia está sujeita ao aumento das perdas decorrentes desse tipo de fraude na medida em que aumenta o volume de suas vendas, sobretudo online. A falha da Companhia em monitorar operações fraudulentas realizadas por meio de cartão de crédito poderá prejudicar a sua reputação, podendo resultar em questionamentos de órgãos regulatórios, aplicação de multas e/ou sanções administrativas, bem como ajuizamento de ações judiciais, sendo certo que a ocorrência de qualquer destes eventos poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante, tanto em sua reputação como em seus negócios, operações e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de emissores de cartões de crédito para parte de suas vendas e quaisquer alterações nas políticas ou taxas aplicadas por tais emissores poderá ter um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente a metade das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. Para executar determinadas vendas por meio de cartões de crédito, a Companhia depende das políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo as taxas cobradas por tais emissoras. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartões de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Parte das vendas da Companhia são feitas a clientes por meio de planos de pagamento a prazo com parcelas mensais. A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamento aos seus titulares de cartões de crédito. Qualquer alteração nas políticas dos emissoras de cartão de crédito com relação a planos de parcelamento ou taxas de juros mais altas pode causar um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

As atividades da Companhia dependem de sua reputação, conforme percebida por clientes, fornecedores e distribuidores. A falta de eficácia das campanhas de propaganda e* marketing, *e nos esforços efetivos de publicidade e para manutenção da reputação da Companhia poderá afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os esforços de propaganda e *marketing* da Companhia desempenham um papel crucial na manutenção do trânsito de clientes em suas lojas e plataformas digitais. A falta de esforços efetivos de publicidade para atrair novos clientes ou reter os atuais, a falha das campanhas de propaganda e *marketing* em alcançar as metas e objetivos esperados ou a interpretação incorreta das respostas dos consumidores às atividades promocionais da Companhia, existentes ou futuras, poderá ter impactos negativos nas suas vendas e rentabilidade, não gerar a desejada valorização da marca da Companhia e, portanto, afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A reputação das principais marcas da Companhia ("Casa & Video", "Casa & Video Mini" e ".Perto", "Casa do chef", "Ogza", "Anji bambu", "Bolder", "Cazza") é fundamental para a capacidade da Companhia de manter sua posição no setor de varejo, bem como de atrair e reter clientes, fornecedores, distribuidores e profissionais qualificados e estabelecer parcerias. A não detecção, prevenção ou remediação, pela Companhia, de problemas que gerem risco à sua reputação e/ou às suas marcas ou a falha da Companhia em lidar adequadamente com a publicidade ou percepções negativas pode afetar adversamente sua reputação, seus negócios, seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Problemas que podem representar um risco à reputação ou às marcas da Companhia incluem (i) a incapacidade de fornecer uma experiência de *e-commerce* e entrega em domicílio que atenda às expectativas dos consumidores; (ii) a falha de medidas de segurança cibernética para proteção contra violações de dados; (iii) a responsabilização pelo produto e recolhimentos (*recalls*) de produtos; (iv) a atividade da Companhia em seus canais de mídia social; (v) o mau desempenho operacional ou problemas reputacionais das marcas de terceiros, patrocinados pela Companhia, (vi) o não cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis; (vii) acidentes; (viii) fraudes; e (ix) os demais riscos referidos nesta seção "4.1. Fatores de Risco" deste Formulário de Referência. Além disso, informações sobre a Companhia que podem ser negativas à sua reputação ou à sua marca podem ser publicadas de forma instantânea em plataformas de mídia social a qualquer momento. O dano pode ser imediato, sem que a Companhia tenha a oportunidade de reparação ou correção.

Se a reputação da Companhia e/ou sua marca forem prejudicadas, se ocorrerem eventos que resultem na redução da confiança dos clientes na Companhia ou redução da afinidade destes com a marca da Companhia, a marca pode ter seu valor reduzido, os clientes da Companhia poderão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

se recusar a continuar comprando produtos da Companhia, empregados em potencial poderão não estar mais dispostos a trabalhar para a Companhia, parceiros de negócios poderão ser desencorajados de buscar negócios futuros com a Companhia e, por conseguinte, as atividades e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos para a Companhia.

A Companhia acredita que suas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou afetar sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Há também o risco, inclusive por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionado a ativos de propriedade intelectual que, podem ser onerosos e demorados, ou seja, qualquer demanda que verse sobre propriedade intelectual pode ter um efeito negativo no resultado operacional da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que conseguirá proteger seus direitos de propriedade intelectual, ou que terceiros não infringirão ou se apropriem indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Caso a Companhia não obtenha os registros pendentes, bem como consiga proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos negativos para a Companhia.

Falhas, deficiências ou inadequação dos modelos, métodos de gestão e procedimentos de gerenciamento de riscos, bem como má conduta ou erros humanos podem aumentar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, bem como a materialização dos riscos já mapeados e afetar a Companhia de forma adversa.

Os controles, sistemas, políticas e procedimentos da Companhia relacionados com os seus negócios podem parar de funcionar adequadamente ou ficar indisponíveis devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora do controle da Companhia, como eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, ataques cibernéticos ou divulgação não autorizada de informações.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam os custos da Companhia e causam prejuízos, como também geram conflitos com seus clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso para a Companhia.

Ademais, o conjunto de metodologias, políticas, processos e métodos utilizados pela Companhia no monitoramento, mensuração e gestão de riscos podem não ser totalmente eficazes ou podem não ser suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, bem como a materialização dos riscos já mapeados. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público, os quais podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

A Companhia pode incorrer, ainda, em prejuízos decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de processos internos, sistemas, erros humanos ou mesmo de eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo, além de ocorrências que não sejam corretamente identificadas e tratadas pelos modelos afetos ao risco operacional, o que pode afetar adversamente, de forma significativa, a Companhia e sua reputação.

Os contratos financeiros da Companhia contam com cláusulas restritivas. O não cumprimento dessas cláusulas pode causar o inadimplemento ou vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia, o que pode ter um efeito negativo para a Companhia e seu planejamento financeiro.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como decretação de falência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, alteração de controle, alteração da composição acionária, entre outras. A realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, uma vez que seja liquidada e as ações da Companhia transferidas aos investidores, implica em alteração da composição acionária da Companhia. Na medida em que não seja capaz de obter as autorizações necessárias das instituições financeiras, a Companhia poderá ter um impacto adverso negativo em sua situação financeira, considerando que parte de seus contratos de financiamento podem ser declarados antecipadamente vencidos.

Ademais, determinados contratos de empréstimos celebrados pela Companhia preveem vencimento antecipado no caso de inobservância de certos índices financeiros neles determinados como, por exemplo, a proporção de Dívida Líquida/EBITDA, a proporção de EBITDA/Resultado Financeiro e a proporção de Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões. Para mais informações acerca dos *covenants* financeiros que devem ser observados pela Companhia, vide item 10.1 "f" deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia não cumpra com as cláusulas previstas em tais contratos financeiros, e caso não sejam capazes de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu planejamento financeiro. Ainda, alguns dos instrumentos de dívida possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado, de modo que estes instrumentos poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência de alguma hipótese de vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia e suas controladas (*cross default* e *cross acceleration*). Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos junto a instituições financeiras ou pode enfrentar restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sua situação financeira. Para mais informações sobre as obrigações previstas nos contratos financeiros descritos acima, veja o item 10.1(f)(iv) do Formulário de Referência.

A Companhia pode enfrentar desafios com relação à manutenção ou renovação de seus atuais contratos de locação e/ou à celebração de novos contratos de locação em termos e condições

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

favoráveis para suas lojas físicas e centro de distribuição, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados.

A Companhia loca todos os imóveis das lojas físicas, sua sede administrativa e centro de distribuição. Tendo em vista a importância estratégica da localização das lojas físicas e do centro de distribuição da Companhia, se um número significativo de contratos de locação for rescindido ou não for renovado em termos razoáveis, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados de forma relevante.

Uma redução na atratividade das localizações em que as lojas físicas da Companhia estão localizadas, e/ou o surgimento de condições econômicas adversas em áreas próximas a tais locais podem afetar negativamente as vendas em tais lojas físicas da Companhia e resultar na necessidade de alteração da localização de tais lojas, por meio da celebração de novos contratos de locação.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá celebrar contratos de locação em termos e condições favoráveis para a Companhia, incluindo eventuais contratos referentes a imóveis adicionais que sejam necessários ao plano de expansão da Companhia, principalmente porque as áreas desejáveis para novas lojas ou transferência de atuais lojas poderão não estar disponíveis a um custo razoável e a Companhia não pode garantir que conseguirá celebrar tais novos contratos de locação em termos e condições favoráveis para a Companhia.

Os contratos de locação da Companhia são celebrados geralmente por prazos que variam de 5 a 10 anos. A Companhia e os proprietários desses imóveis podem não chegar a um acordo sobre a renovação de tais contratos de locação. Nestes casos, a Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei do Inquilinato") permite a renovação dos contratos de locação, desde que celebrados por escrito e com prazo específico de pelo menos cinco anos, ou de contratos cuja soma dos prazos ininterruptos de vigência seja de cinco anos, por um prazo adicional de cinco anos, desde que a Companhia ajuíze ação judicial entre 1 ano e 6 meses antes do término da vigência do contrato de locação e desde que a Companhia tenha atuado na mesma linha de negócios por, pelo menos, três anos ininterruptos, devendo estar, ainda, em estrito cumprimento dos termos e condições do contrato. A Lei do Inquilinato também prevê que o locador não é obrigado a renovar o contrato de locação se, entre outras condições, (i) as autoridades competentes considerarem que devem ser realizadas obras significativas no local que transformariam significativamente o local ou no caso de tais obras aumentarem o valor do negócio ou do imóvel ou (ii) o imóvel for utilizado pelo locador ou transferido para uma entidade comercial, que já exista há mais de um ano, e que seja detida pelo locador ou por seu cônjuge, seus ascendentes ou seus descendentes. Além disso, alguns dos contratos de locação da Companhia não possuem expressamente as cláusulas de preferência e não estão registrados e averbados nas matrículas dos imóveis aplicáveis junto aos cartórios de registro de imóvel competentes. Nesse caso, em eventual alienação do imóvel pelo locador, o novo adquirente poderá requisitar a posse do imóvel, momento em que o locatário terá o prazo de 90 dias para desocupar o imóvel.

Consequentemente, na hipótese de (i) os contratos de locação dos imóveis em que estão localizadas as lojas físicas, sede administrativa e centro de distribuição da Companhia serem rescindidos antes do término da sua vigência, (ii) a Companhia não conseguir renovar os referidos contratos de locação, (iii) os eventuais novos proprietários dos referidos imóveis exigirem que a Companhia desocupe o imóvel, (iv) a Companhia renovar tais contratos de locação em condições desfavoráveis, a Companhia poderá ser obrigada a fechar ou alterar a localização das lojas físicas, sede administrativa ou centro de distribuição ou (v) a Companhia pode incorrer em ajustes de valor de mercado para pagamentos de aluguel, que podem resultar em um aumento inesperado nos custos da Companhia. Estes fatores podem afetar negativamente a Companhia de forma relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a declaração da pandemia da COVID-19 pela OMS levou diversos governos, incluindo no Brasil, a impor políticas de isolamento que resultaram no fechamento do comércio em diversas localidades, além da redução de circulação de pessoas, impactando no volume de vendas físicas e nas relações de aluguel da Companhia.

Tendo em vista que as localizações de imóveis representam um fator importante na estratégia de vendas da Companhia, se um número significativo de contratos de locação das lojas físicas, da sede administrativa e centro de distribuição da Companhia atualmente em vigor não for renovado ou se a Companhia não conseguir celebrar novos contratos de locação para suas lojas físicas, sede administrativa e centro de distribuição em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente negativa.

A existência de ônus ou restrições jurídicas sobre os imóveis ocupados pela Companhia pode impactar negativamente em suas operações, podendo ensejar o encerramento dos contratos de locação e a desocupação dos referidos imóveis utilizados para o regular funcionamento das operações da Companhia.

Parte dos imóveis ocupados pela Companhia à título de locação estão sujeitos a ônus e restrições jurídicas registrados perante as respectivas matrículas imobiliárias. Na hipótese de inadimplemento das obrigações que geraram as respectivas garantias pelos respectivos imóveis, os credores poderão proceder à excussão da garantia, situação em que os imóveis poderão ser alienados em leilão ou a propriedade poderá ser consolidada em nome do próprio credor para satisfação da dívida, ocasionando a transferência da propriedade a terceiros com quem a Companhia não possui qualquer relação.

Nesse sentido, a continuidade da operação da Companhia nos imóveis, na hipótese de excussão das garantias, demandará negociação de novos termos e condições contratuais dos contratos de locação com os novos proprietários ou o encerramento dos contratos de locação já existentes, podendo resultar em situações não favoráveis à Companhia ou, até mesmo, ensejar a desocupação dos referidos imóveis e, consequentemente, impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 3.7, 10.1(f), e 18.5 deste Formulário de Referência

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro. Esta captação de recursos adicionais poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

Os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia opte por captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. As emissões de ações da Companhia podem ser feitas com a dispensa do direito de preferência dos acionistas da Companhia ou, ainda, podem deixar de exercer qualquer direito ou prerrogativa que tenham em relação a emissão de novas ações da Companhia, podendo ter sua participação acionária na Companhia diluída. Ademais, a Companhia poderá realizar a emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

Os investimentos necessários nas operações da Companhia podem ser maiores do que o estimado, o que pode impactar negativamente a alavancagem financeira da Companhia e, consequentemente sua situação financeira e seus negócios.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a operação de lojas físicas, bem como a otimização, o incremento e a melhoria de sua plataforma digital, o que poderá demandar recursos financeiros substanciais. A implementação desses planos de investimentos poderá exigir recursos adicionais e em proporção extraordinária não prevista pela administração da Companhia em razão de diversos fatores, tais como, mas não se limitando a, valor de locação, obras, instalação de estrutura operacional e instalação e operação de sistemas de tecnologia da informação e logística, entre outros, o que pode obrigar a Companhia a ter que realizar captações adicionais, aumentando substancial e adversamente a sua alavancagem financeira. O aumento da alavancagem financeira da Companhia pode: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos seus recursos para efetuar o pagamento de suas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia; (ii) limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em seu negócio; (iii) limitar a sua capacidade de captar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital; (iv) posicionar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que possuam menor nível de endividamento. Todos estes fatores podem afetar adversamente a situação financeira, os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O centro de distribuição ou centros operacionais da Companhia poderão sofrer danos materiais, sofrer redução, suspensão ou interrupção das operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia opera um único centro de distribuição localizado no estado do Rio de Janeiro. A maior parte dos produtos que são vendidos pela Companhia, é distribuída por meio desse centro. Se as operações do centro de distribuição da Companhia forem reduzidas, suspensas ou interrompidas devido a (i) reduções significativas em sua infraestrutura de transporte; (ii) redução da capacidade da Companhia de operar em caso de desastres naturais, incêndios, quedas de energia, furto ou roubo, acidentes, falhas de sistema, greves, restrição à circulação de pessoas em decorrência de pandemias (como a pandemia da COVID- 19) ou qualquer outra ocorrência imprevista ou (iii) qualquer outro motivo, a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas pode ser afetada de maneira significativamente adversa.

Além disso, a Companhia pretende abrir novas lojas no âmbito de sua estratégia de crescimento, o que poderá exigir da Companhia a reorganização ou expansão de seu atual centro de distribuição ou o desenvolvimento de centros de distribuição adicionais quando toda a capacidade do atual centro de distribuição for atingida, especialmente dado que a Companhia pretende expandir as operações para outras regiões do Brasil. Se a Companhia não conseguir encontrar locais adequados para novos centros de distribuição em novos mercados ou integrar centros de distribuição novos ou expandidos, ou serviços de operações de logística em seu processo de controle de estoque, a Companhia poderá não conseguir entregar estoque para suas lojas em tempo hábil, o que poderá ter um efeito negativo relevante em suas vendas e na sua estratégia de crescimento.

Adicionalmente, quaisquer mudanças, problemas ou interrupções na infraestrutura logística que a Companhia ou seus fornecedores utilizam para entregar produtos às lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega em tempo hábil ou com sucesso dos produtos que são vendidos pela Companhia e afetar negativamente as suas operações e a sua imagem. Dentre outros fatores, a rede de distribuição por meio do transporte rodoviário adotada pela Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo e à disponibilidade de combustível e, portanto, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Além disso, pode ser necessária a pulverização de seu centro de distribuição de acordo com as estratégias de dimensionamento dos negócios a serem adotados e, caso a Companhia não consiga implementar novos centros de distribuição de modo a atender suficientemente as novas necessidades de suas lojas, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente adversa se algum de seus transportadores terceirizados não puder cumprir suas obrigações de entrega para a Companhia

A Companhia contrata transportadores terceirizados para entregar determinados produtos dos seu centro de distribuição às suas lojas físicas ou a seus clientes que adquirem produtos na plataforma digital. Se algum desses transportadores não cumprir suas obrigações de entrega em tempo hábil (em decorrência de uma falha na cadeia de suprimentos da Companhia, desastres naturais, acidentes, greves, protestos, medidas tomadas para combater a COVID-19 ou outros fatores que estejam fora do controle da Companhia), os tempos de resposta poderão aumentar, a Companhia poderá enfrentar escassez de estoque nas lojas físicas ou o uso dos serviços *on-line* da Companhia pode diminuir e, por conseguinte, as atividades, situação financeira, reputação e resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados de maneira significativa.

Os produtos são transportados do centro de distribuição às lojas da Companhia e aos endereços indicados pelos clientes por meio de vias terrestres. A infraestrutura e o sistema de transporte terrestre brasileiro são subdesenvolvidos e, portanto, podem não operar com eficiência nem atender às necessidades dos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Parte dos produtos vendidos pela Companhia é importada diretamente pela Companhia ou indiretamente por seus fornecedores. Qualquer limitação à capacidade da Companhia e/ou de seus fornecedores de importar produtos poderá restringir a oferta de seus produtos. Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores, importa produtos poderão afetar adversamente seus negócios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os produtos importados e comprados diretamente pela Companhia no mercado externo representaram, aproximadamente, 7% (sete por cento) dos produtos vendidos pela Companhia. Além disso, produtos que a Companhia adquire de fornecedores no mercado interno podem ser importados por tais fornecedores ou depender de insumos ou matérias-primas importados. Qualquer limitação na capacidade da Companhia de importar tais produtos ou da capacidade de seus fornecedores de importar produtos, matérias-primas ou insumos poderá restringir a oferta de produtos pela Companhia.

No ano de 2020, por exemplo, a pandemia da COVID-19 causou impactos na importação de alguns dos produtos oferecidos pela Companhia e poderá afetar a produção nacional de outros produtos que dependem do mercado externo.

Adicionalmente, flutuações cambiais relacionadas ao real e às moedas dos países dos quais a Companhia e seus fornecedores importam produtos, matérias-primas e insumos poderão resultar em aumento do custo dos produtos vendidos pela Companhia. Nessa hipótese, a Companhia não pode garantir que conseguirá vender seus produtos em condições e preços aceitáveis por seus clientes e, portanto, o volume das vendas da Companhia poderá sofrer impactos adversos relevantes. Flutuações cambiais também poderão afetar as compras de produtos importados financiadas via contratos de empréstimos destinados à importação, haja vista que o valor devido no âmbito de tais empréstimos varia de acordo com a oscilação da moeda estrangeira aplicável.

Falhas nos programas de segurança cibernética ou na prevenção ou identificação de ataques cibernéticos aos sistemas de informação e base de dados da Companhia podem resultar em acesso indevido a dados pessoais e/ou informações confidenciais e/ou sensíveis, o que pode afetar adversamente a Companhia.

Atualmente, a maioria das vendas da Companhia é diretamente debitada das contas de cartão de crédito e débito de seus clientes. A Companhia depende de criptografia eletrônica de terceiros e tecnologias de autenticação de terceiros para transmitir com segurança informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem expor falhas na tecnologia utilizada pela Companhia para proteger os dados pessoais fornecidos por clientes durante as compras.

A Companhia mantém dados pessoais e outras informações sensíveis de seus clientes em seus sistemas, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida. Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia. Tais ataques, interrupções ou falhas podem resultar em tempo de inatividade dos servidores ou operações da Companhia, perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia. Falhas nos sistemas de segurança cibernética da Companhia ou falhas na prevenção ou identificação destes ataques podem ter um impacto adverso relevante para a Companhia e sua reputação. Devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram e, desta forma, a vulnerabilidade a ataques cibernéticos pode também aumentar.

Tais ataques, interrupções, ou falhas podem resultar na violação, pela Companhia, da legislação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em vigor aplicável ao tratamento de dados pessoais, incluindo os princípios estabelecidos pela Constituição e as regras da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conforme alterada ("Marco Civil da Internet").

Além disso, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, ou "LGPD"), em vigor desde o dia 18 de setembro de 2020, incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados devem ser comunicadas à Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). Nos termos da LGPD, a comunicação deverá ser feita, conforme definido pela ANPD, e deverá mencionar, no mínimo: (i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; (ii) as informações sobre os titulares envolvidos; (iii) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; (iv) os riscos relacionados ao incidente; (v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e (vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou minimizar os efeitos do prejuízo.

A violação, pela Companhia, das disposições da LGPD pode resultar em autuações, sanções públicas, supressão de dados e suspensão das atividades de processamento de dados. Ademais, podem ser aplicáveis as sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da companhia, grupo ou conglomerado no Brasil, referente ao seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50 milhões por infração. Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada por danos decorrentes do não cumprimento também por parte de suas subsidiárias.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da completa estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em impactos e custos relevantes, além de afetar negativamente os negócios da Companhia, sua marca e sua reputação.

Qualquer falha do sistema de segurança da Companhia para prevenção a fraudes no comércio eletrônico pode acarretar perdas financeiras e ter um impacto negativo sobre sua reputação e sua marca, afetando a Companhia de maneira significativamente negativa.

A transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em sistemas conectados a redes públicas é uma preocupação para o comércio eletrônico, a comunicação *on-line* e a tecnologia da informação, de modo que quaisquer falhas em evitar violações de segurança em tais transmissões poderá impactar negativamente a reputação e as marcas da Companhia.

A Companhia está sujeita a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como poderá ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito, nos termos das regras dos respectivos arranjos de pagamento, (i) por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao seu sistema de segurança e mecanismos antifraude; ou (ii) por compras não reconhecidas ou não autorizadas por portadores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de cartão (*chargeback*), em especial aquelas concluídas por via eletrônica (*e-commerce*), hipóteses em que a Companhia poderia ser obrigada a efetuar a devolução dos recursos aos titulares que poderiam aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Ademais, seus sistemas de informação estão expostos a vírus, *software* maliciosos (*malware*) e outros problemas, como, por exemplo, ataques cibernéticos e fraudes em transações concluídas por via eletrônica (cujo risco poderá ser acentuado com o trabalho remoto durante a quarentena decretada em decorrência da pandemia da COVID-19), que podem interferir nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, resultados de operações e perdas financeiras da Companhia.

A Companhia poderá ter seu resultado afetado por movimentos grevistas que impeçam a comercialização de seus produtos, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia tem a principal parcela de seu faturamento proveniente de suas lojas físicas, sendo esta sua principal via de distribuição, utilizando-se, consequentemente, de empregados da Companhia para desenvolver suas operações.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos e protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves, paralisações trabalhistas ou outras interrupções trabalhistas em qualquer uma das instalações da Companhia ou fornecedores terceirizados da Companhia que impeçam a distribuição de seus produtos por meio dos canais comerciais vinculados às suas operações podem afetar adversamente o negócio da Companhia, sua reputação e seu faturamento.

A Companhia poderá estar exposta a responsabilidades decorrentes de acidentes que ocorram em suas dependências, o que pode causar danos materiais e à imagem de suas lojas e marcas, além de poder resultar em responsabilidade civil.

As lojas físicas da Companhia, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas, como, por exemplo, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusação de suspeita de furto inadequada, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos colaboradores, clientes e frequentadores. Adicionalmente, o centro de distribuição da Companhia também está sujeito a acidentes em suas dependências, na medida em que os colaboradores da Companhia podem, da mesma forma, ser vítimas de escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, entre outros. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode sofrer perdas, redução da circulação de clientes e danos à sua reputação em razão de desconfiança e insegurança geradas ou, ainda, as operações do centro de distribuição podem ser interrompidas para apuração dos fatos ou prestação das medidas de socorro necessárias, causando perdas à Companhia. Além disso, acidentes podem submeter a Companhia à responsabilidade civil e/ou à obrigação de ressarcimento de vítimas, inclusive por meio de pagamento de indenização, o que poderá ter um efeito negativo relevante nos seus negócios, imagem e situação financeira.

A Companhia poderá ser negativamente afetada pelo vencimento, obsolescência, quebra, roubo ou furto de seu estoque.

A Companhia armazena seus produtos em seu centro de distribuição. Produtos com excesso de estoque no centro de distribuição da Companhia poderão se tornar obsoletos até que sejam usados para reabastecer os suprimentos de alguma de suas lojas. Além disso, o manuseio e armazenamento incorretos dos produtos pode resultar em sua quebra ou mau funcionamento, afetando adversamente a receita da Companhia. A Companhia também está sujeita a furtos e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

roubos do estoque no seu centro de distribuição e dentro de suas lojas. A perda de produtos, em decorrência de qualquer um desses eventos, poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos, incluindo ações civis públicas, podem causar efeitos adversos para a situação financeira da Companhia e sua imagem.

A Companhia pode vir a ser parte em processos judiciais, seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, entre outras, assim como em processos administrativos. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis em sua totalidade, ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou que impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, podendo levar à perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, afetando-a inclusive em aspectos reputacionais.

Adicionalmente, os administradores da Companhia, de suas controladas ou coligadas são e podem vir a ser parte ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos judiciais, arbitrais e administrativos seja nas esferas cível, tributária, regulatória, trabalhista, ambiental, concorrencial, criminal, entre outras, assim como em processos administrativos e procedimentos arbitral, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e negócios da Companhia direta ou indiretamente.

Ainda, a Companhia foi criada por uma Unidade Produtiva Isolada, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("LRE"), para receber o acervo líquido da recuperação judicial do grupo Mobilitá (operação de varejo de lojas e venda pela Internet), com a proteção do artigo 60 da LRE, ou seja, sem sucessão nas obrigações do Grupo Mobilitá (Mobilitá Comércio, Indústria e Representações Ltda., Lar e Lazer Comércio e Representações Ltda. e Paraibuna Participações Ltda.), existindo processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários, que discutem a responsabilidade da Companhia por sucessão. Em 31 de dezembro de 2020, as contingências derivadas do acervo líquido do Grupo Mobilitá recebido pela Companhia envolvem processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários, que envolvem o montante total aproximado de R$ 41 milhões, R$ 1.8 milhões e R$ 32 milhões, respectivamente. A Companhia não pode garantir que os resultados de tais processos serão favoráveis em sua totalidade, ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes dos referidos processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente a Companhia, inclusive em aspectos reputacionais.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos, vide seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, o enfraquecimento de sua cultura organizacional e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia e sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, *marketing* e serviços aos clientes, inclusive nas novas localidades, fruto da estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados, e garantir que sejam compromissados com a cultura organizacional e marca da Companhia. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações (incluindo em suas novas localidades), poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro, também à dificuldade na contratação de novas apólices. Do mesmo modo, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente parar cobrir perdas sofridas pela Companhia. Esses fatos poderão causar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente, conforme limites de cobertura previstos em suas apólices, para cobrir danos decorrentes de sinistros, como por exemplo incêndios, acidentes, roubo de estoque, entre outros. A quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas atuais apólices de seguro da Companhia pode ser inadequada ou insuficiente, podendo implicar em reembolso menor do que o esperado. Além disso, certos tipos de riscos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro da Companhia, como, a título ilustrativo, guerra, força maior, caso fortuito ou interrupções de certas atividades (incluindo certos riscos que podem ocorrer em decorrência dos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19). Ainda, a Companhia não tem como garantir que as seguradoras com as quais mantém apólices não vão falir ou entrar em dificuldades financeiras.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, não cobertos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que pode comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou, em caso de dificuldades financeiras da seguradora, que será realizado, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros. No caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio e o não pagamento pela Companhia dos prêmios dos seguros por ela contratados cumulado com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora na hipótese de inadimplemento em relação ao pagamento do prêmio.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, que no término da vigência de suas atuais apólices de seguro conseguirá renová-las em termos favoráveis e suficientes ou que conseguirá contratar com as mesmas companhias de seguro ou seguradoras semelhantes no futuro. Além disto, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venham a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima poderá afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares das ações de sua emissão, o que poderá afetar adversamente o preço desses valores mobiliários.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação vigente poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando adversamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre as políticas e o histórico de destinação de resultados da Companhia, veja os itens 3.4, 3.6 e 3.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia elabora estimativas e premissas relacionadas à preparação de suas demonstrações contábeis e quaisquer mudanças nessas estimativas e premissas, bem como a adoção de novas práticas contábeis podem ter efeito material adverso sobre seus resultados operacionais.

As estimativas e premissas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis da Companhia estão sujeitas a incertezas significativas decorrentes da avaliação subjetiva conduzida por sua administração. A avaliação é considerada subjetiva pois depende de presunções em relação a determinadas variáveis, as quais estão fora do controle da Companhia. Caso qualquer uma dessas estimativas e premissas sofra mudanças ou se mostrem incorretas, os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados de maneira adversa.

Ademais, caso seja necessária a adoção de novas normas e interpretações contábeis as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia podem ser substancialmente impactadas, uma vez que podem vir a serem alterados entendimentos vigentes em exercícios fiscais anteriores. Desta maneira, os resultados da Companhia, assim como o seu balanço patrimonial podem vir a serem modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores. Por exemplo, em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no pronunciamento CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, introduz um modelo único de arrendamento, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. Para mais informações acerca de alterações nas práticas contábeis da Companhia e seus impactos, vide item 10.4 deste Formulário de Referência. Novas alterações nas normas e práticas contábeis podem afetar a forma como a Companhia elabora suas demonstrações financeiras e reconhece seus resultados, o que pode ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de evitar que membros de sua administração, empregados e/ou terceiros, agindo ou não em seu nome, bem como eventuais representantes e parceiros, atuem em situações contrárias à legislação aplicável e à regulação, incluindo em atos que se qualificam como corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, improbidade administrativa e outras condutas similares no Brasil ou em outras jurisdições, o que pode expor a Companhia, os membros de sua administração e empregados a sanções judiciais, financeiras e administrativas, impactando de maneira adversa a Companhia, podendo gerar danos à sua imagem.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 ("Lei Anticorrupção"), Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei nº 9.613/98 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), que impõem responsabilidade às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e prestadores de serviços. As sanções aplicáveis aos responsabilizados incluem: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de suas ações.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados, parceiros, representantes ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a Companhia, sua reputação e o preço de negociação de suas ações.

As políticas e procedimentos da Companhia podem não ser capazes de impedir ações voluntárias ou inadvertidas dos seus administradores, empregados e/ou terceiros, bem como eventuais representantes e parceiros que, agindo ou não em seu nome, enquadrem-se nas definições aplicáveis de corrupção, vantagem indevida ou outras práticas ilícitas, as autoridades reguladoras competentes terão o poder e a autoridade para impor multas e outras penalidades à Companhia, além do dever de buscar a reparação pelos danos eventualmente decorrentes dos atos ilícitos.

Além disso, os negócios e reputação da Companhia poderão ser afetados caso a Companhia, administradores, empregados e/ou terceiros figurem como réus ou investigados por práticas de corrupção, fraude, improbidade, crimes econômicos, condutas anticompetitivas, dentre outras. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não possui meios de verificar de forma independente as informações ou declarações disponibilizadas por suas contrapartes sobre a correta aplicação de leis e regulamentos, o que pode não ser eficaz na prevenção de que suas contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com a Companhia para ato de corrupção. Se a Companhia, qualquer de suas subsidiárias, administradores, empregados e/ou terceiros, bem como eventuais representantes e parceiros, agindo ou não em seu nome, vierem a ser associados, ou mesmo acusados de estarem associados ou de estarem envolvidos em casos de corrupção, de forma direta ou indireta, a reputação da Companhia poderá ser negativamente afetada e/ou a sujeitará a multas, sanções e/ou obrigações legais, podendo qualquer uma delas ter um efeito material adverso relevante para a Companhia. Os danos à reputação da Companhia, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os negócios, os resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como sobre o preço de negociação dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes atuais ou futuros, o que pode resultar em perda de participação de mercado da Companhia e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia compete com outros varejistas por clientes, empregados, produtos, serviços e outros aspectos importantes de seus negócios. Alguns concorrentes têm maior presença no mercado do que a Companhia em determinadas linhas de negócios, e incluem outros varejistas de eletroeletrônicos, produtos alimentícios, instrumentos de informática e telefonia, artigos recreativos, médicos, de uso pessoal e brinquedos, operações de comércio eletrônico, revendedores regionais e locais, varejistas tradicionais e *outlet*, negócios de comércio eletrônico e vendas de catálogos, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio varejista.

A Companhia também compete com varejistas on-line, comerciantes de massa, lojas de eletroeletrônicos, lojas especializadas em artigos para a casa, saúde e estética e outros varejistas, incluindo supermercados, drogarias, varejistas com desconto e lojas tradicionais de eletroeletrônicos, produtos alimentícios, instrumentos de informática e telefonia, artigos recreativos, médicos, de uso pessoal e brinquedos. Mudanças nos preços e outros termos negociados, bem como condições ou práticas contratuais desses concorrentes poderão afetar negativamente e de forma relevante as vendas e os resultados da Companhia.

Além disso, o aumento da concorrência poderá resultar em margens brutas reduzidas, em queda da posição de capital de giro da Companhia e em perda de participação de mercado, sendo certo que qualquer uma das referidas consequências poderá afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Pressões competitivas intensas de um ou mais dos concorrentes da Companhia podem afetar os preços ou a demanda por seus produtos e serviços. Os concorrentes da Companhia podem ser capazes de dedicar mais recursos do que a Companhia no investimento e no desenvolvimento de negócios. Os concorrentes da Companhia podem ser adquiridos por, receber investimentos de ou entrar em relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e bem financiadas em certas linhas de negócios, aumentando sua competitividade e, consequentemente, sua participação de mercado, o que poderá causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações e resultados da Companhia, na medida em que ela poderá não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o consumo de determinados produtos do gênero alimentício ou assistência médica por ela comercializados, o que pode afetar negativamente a imagem da Companhia e sua situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Determinados produtos do gênero alimentício ou de assistência médica vendidos nas lojas da Companhia podem causar reações adversas nos consumidores. A venda destes produtos representou aproximadamente 4,7% da receita líquida da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sua imagem. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra a Companhia, sob as alegações, entre outras, de que os produtos estavam adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas.

Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos consumidores com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nas lojas da Companhia. Qualquer alegação dessa natureza contra as marcas da Companhia ou produtos vendidos em suas lojas pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros.

A Companhia depende de provisões de crédito para parte de suas vendas e a redução no acesso ao crédito por seus clientes poderá afetar o volume de vendas e os resultados da Companhia.

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do setor da Companhia.

O aumento do desemprego e das taxas de juros pode restringir ainda mais a disponibilidade de crédito ao consumidor no Brasil. De acordo com o IBGE, a taxa média do desemprego no Brasil em 2019 era de 11,9%, e a taxa SELIC meta encerrou o ano de 2019 em 4,5% ao ano. No ano de 2020, a taxa média do desemprego no Brasil foi de 13,3%, segundo o IBGE, e a taxa SELIC meta encerrou o período em 2,0% ao ano. Como consequência da pandemia da COVID-19, a taxa de desemprego aumentou recentemente e a taxa SELIC sofreu redução para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica. Os volumes de vendas e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito ao consumidor diminuir ou se as políticas implementadas pelo governo brasileiro restringirem o acesso dos clientes a oportunidades de financiamento.

Além disso, no passado, o governo brasileiro implementou medidas para limitar a demanda doméstica impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e ao setor de varejo e aumentando as taxas de juros. Reduções na disponibilidade de financiamento e de políticas de crédito mais rígidas que a Companhia possa ser forçada a impor em resposta a essas mudanças ou a mudanças semelhantes por outras empresas de cartão de crédito poderão afetar negativamente as vendas da Companhia. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou condições econômicas globais desfavoráveis que afetem a economia brasileira podem reduzir significativamente a renda disponível e os gastos dos consumidores, em especial entre os segmentos de baixa renda, que têm menos acesso ao crédito do que os segmentos de maior renda, bem como possibilidades mais limitadas de refinanciar dívidas. Os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados se o Governo Federal implantar políticas restritivas à obtenção e à extensão de crédito causando a redução de demanda pelo consumidor.

A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas, o que pode ter um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia.

A Companhia possui receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que sua Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência) seja eficaz para garantir que situações de potencial conflito de interesse serão excetuadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores da Companhia ou administradores da Companhia.

As situações de conflito de interesses em razão de transações com partes relacionadas podem causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados. Para maiores informações a respeito das transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. Os acionistas controladores da Companhia detêm a maioria do capital votante e têm o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por eles detidas e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia).

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital social da Companhia por eles detido.

c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas, além daqueles descritos no item “(b)” acima.

d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja sua controlada e/ou coligadas.

e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios da Companhia poderão ser negativamente afetados por ações de e riscos associados a terceiros que forneçam produtos, matérias-primas e insumos à Companhia ou realizem a entrega dos produtos da Companhia a clientes.

Em 31 de dezembro de 2020, praticamente a totalidade dos produtos vendidos pela Companhia provêm de terceiros fornecedores e a Companhia também conta com terceiros para atender aos pedidos de seus clientes e entregar produtos diretamente a seus clientes. A Companhia não tem contratos de longo prazo com seus fornecedores ou terceiros em que estes se comprometam a lhe fornecer produtos em termos aceitáveis. A Companhia também não pode controlar o fornecimento, o *design*, a função ou o custo de muitos dos produtos que oferece para venda. Alguns dos produtos que a Companhia oferece são fornecidos exclusivamente para a Companhia e podem ser difíceis de substituir. Além disso, terceiros podem não cumprir as promessas de entrega que fizeram aos clientes da Companhia. Interrupções na disponibilidade de produtos ou serviços adquiridos por meio de terceiros ou problemas de qualidade que demandem que Companhia realize recolhimentos (*recalls*), voluntários ou obrigatórios, de produtos fornecidos à Companhia por terceiros, podem resultar na insatisfação do cliente, prejudicar a reputação da Companhia e afetar negativamente as vendas da Companhia.

O abastecimento global (*global sourcing*) dos produtos vendidos pela Companhia é um fator importante no seu desempenho financeiro. A capacidade da Companhia de encontrar fornecedores qualificados e acessar produtos em tempo hábil e de maneira eficiente pode estar fora do controle da Companhia, especialmente no que diz respeito a bens adquiridos fora do Brasil, particularmente na China. A instabilidade política, a instabilidade financeira de fornecedores, as restrições comerciais, as tarifas, as variações nas taxas de câmbio, a capacidade e os custos de transporte, a inflação e outros fatores relacionados ao comércio exterior estão fora do controle da Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada caso seus fornecedores adotem práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores cumprirão as leis tributárias, trabalhistas, socioambientais e/ou anticorrupção a que estão sujeitos. Diante da fragmentação da cadeia de fornecimento, é possível que tais terceiros utilizem práticas irregulares e condições de segurança impróprias para reduzir o custo de produção de seus produtos que são fornecidos à Companhia.

A Companhia permite que terceiros ofereçam seus produtos por meio dos canais de comércio eletrônico da Companhia. Dentro desse modelo, a Companhia atua como intermediário nas operações de vendas e, portanto, não supervisiona o cumprimento de obrigações por tais terceiros em relação aos clientes. Se tais terceiros não cumprirem suas obrigações perante os clientes, as classificações de atendimento aos clientes da Companhia poderão ser negativamente afetadas e a Companhia poderá ser alvo de sanções impostas por órgãos reguladores e sujeita a um número crescente de processos civis e fiscais, entre outras consequências. A Companhia também poderá ser responsabilizada por terceiros que oferecem ou vendem produtos falsificados e/ou ilegais na plataforma da Companhia.

A materialização de qualquer um dos riscos mencionados acima poderá afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, consequentemente, a atratividade da Companhia perante seus clientes, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais, a situação financeira e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia. A Companhia também poderá estar sujeita a multas e/ou sanções impostas pelas autoridades públicas competentes. Além disso, a Companhia poderá ter que responder solidariamente, em processo judicial, pelos atos irregulares cometidos por fornecedores e parceiros de negócios.

A contratação de terceiros pela Companhia para prestação de quaisquer serviços relacionados às suas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

construções civis ou disposição final de resíduos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pela sua reparação. Nesse cenário, a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais, incluindo medidas para reparação do dano ambiental. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados ou fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores, o que poderá causar impactos adversos em seus resultados, bem como em sua reputação e na confiança de seus clientes em suas marcas.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores. Qualquer um desses incidentes poderá acarretar a obrigação de pagamentos de indenização pela Companhia para a parte prejudicada e poderá afetar negativamente e de maneira relevante a imagem, as atividades e a situação financeira da Companhia. Reivindicações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos em face da Companhia por consumidores alegando entrega indevida. Além disso, a Companhia depende de serviços de logística prestados por terceiros, como os correios e empresas de entrega regional, para a entrega de produtos. Qualquer desgaste no relacionamento entre a Companhia e estes terceiros ou, ainda, desgastes na prestação desses serviços decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, greves, medidas impostas no combate à pandemia da COVID-19 ou outros fatores fora do controle da Companhia poderão impedi-la de atender a demanda de seus clientes, o que afetaria a Companhia de forma significativamente negativa.

Qualquer risco relacionado à entrega de produtos adquiridos da Companhia, seja real ou percebido, poderá resultar na perda de confiança do consumidor na segurança e eficácia dos serviços de entrega da Companhia. Portanto, qualquer reivindicação em face da Companhia poderá ter um efeito negativo relevante sobre sua imagem, suas atividades e sua situação econômica, e poderá criar uma obrigação de indenizar tal consumidor, o que afetaria de forma significativamente negativa a Companhia.

A Companhia contrata armazenamento dos dados e informações produzidos em suas operações diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Eventuais interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação pelos responsáveis pelo armazenamento desses dados ou informações poderão acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser, direta ou indiretamente, afetados por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente a Companhia.

As operações digitais da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Os dados e informações gerados em suas operações são processados e armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Caso estes servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, falha humana ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seu faturamento.

A falta de qualidade e confiabilidade nos fornecedores da Companhia poderá resultar em escassez de produtos, matérias-primas e insumos de que a Companhia precisa para suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

atividades, o que poderá causar um impacto adverso relevante em suas vendas e afetar sua reputação perante seus clientes.

A Companhia depende de fornecedores para a obtenção dos produtos que vende aos seus clientes. Se os fornecedores não atenderem aos critérios de qualidade e documentação fiscal, a Companhia poderá enfrentar escassez e desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos. A Companhia também poderá enfrentar escassez e desabastecimento no fornecimento de produtos, matérias-primas e insumos em decorrência da incapacidade de seus fornecedores em fornecer produtos nos volumes e nos termos e condições exigidos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19. Qualquer escassez ou desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos enfrentada pela Companhia poderá impactar de maneira adversa e relevante sua oferta de produtos e sua reputação perante seus clientes.

O descumprimento, pelos fornecedores da Companhia, dos atuais acordos comerciais firmados e a incapacidade da Companhia de prorrogar tais acordos e/ou celebrar novos acordos e manter boas relações comerciais com fornecedores poderão impedir que a Companhia obtenha os produtos que oferece a seus clientes, ou que os consiga em condições comerciais favoráveis.

A Companhia não celebra contratos ou acordos de longo prazo com seus fornecedores e não pode garantir que seus fornecedores continuarão a lhe vender seus produtos, nem que o farão nas condições atuais ou que conseguirá estabelecer novos relacionamentos ou estender os relacionamentos existentes com seus fornecedores, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, a Companhia está exposta ao risco de um aumento nos custos com fornecedores, caso, por exemplo, seus fornecedores alterem suas políticas comerciais ou ocorra uma interrupção na cadeia de fornecimento, como a que se verifica em decorrência da pandemia da COVID-19.

Ademais, a Companhia adquire produtos de fornecedores localizados em diversas regiões do Brasil e no exterior, portanto depende de sua habilidade de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com fornecedores para continuar fornecendo os produtos atuais e também para introduzir novos produtos que atendem às demandas de qualidade e inovação, da Companhia e do mercado. Essas relações comerciais são também importantes na medida em que visam o acesso ao produto com desconto ou outra forma de compensação para garantir um preço competitivo ao consumidor. A perda dessas relações comerciais ou o impedimento de formar novas relações pode ter um impacto adverso no posicionamento da Companhia no mercado, nos seus custos operacionais e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.

A Companhia poderá ser responsabilizada por obrigações trabalhistas de terceiros que lhe prestam serviços, podendo sofrer impactos adversos à sua reputação e a seus resultados financeiros.

De acordo com as leis trabalhistas vigentes na data deste Formulário de Referência, se as empresas que prestam serviços à Companhia (inclusive nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros) não cumprirem com suas obrigações de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, e a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, podendo ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas movidos por trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços, ficando sujeita à eventual obrigação de pagamento de condenações judiciais, multas e outras penalidades, o que poderá afetar negativamente a situação financeira e a reputação da Companhia.

f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia poderá não conseguir adaptar-se às mudanças nos hábitos de consumo de seus clientes, o que poderá afetar adversamente suas vendas e sua situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O sucesso no desempenho operacional da Companhia depende do fornecimento a seus clientes de uma seleção de produtos e serviços a preços competitivos que atendam, em tempo adequado, às necessidades e hábitos de compra dos clientes. Para tanto, a Companhia precisa adaptar-se rapidamente às mudanças e tendências, às inovações tecnológicas e às preferências de seus clientes. Se a Companhia não interpretar ou antecipar corretamente a demanda por produtos e serviços que vende ou os hábitos e gostos de compra de seus clientes, poderá enfrentar estoques excessivos de alguns produtos ou oportunidades perdidas de produtos e serviços que não oferecer. A Companhia poderá não conseguir antecipar ou responder rapidamente às mudanças de hábitos de seus consumidores, e qualquer falha poderá afetar adversamente suas vendas, sua situação financeira, seus negócios e resultados.

Adicionalmente, podem ocorrer alterações nos hábitos de consumo dos clientes da Companhia, em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia da COVID-19. Caso haja alteração de hábito, a Companhia não pode garantir que será eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses hábitos, ocasionando um impacto adverso em suas receitas.

O negócio da Companhia está sujeito a flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos seus consumidores.

A Companhia vivencia flutuações sazonais em suas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre. Historicamente, a Companhia gera mais vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, que inclui as semanas que antecedem e imediatamente após a *black friday* e a temporada de vendas de natal. Consequentemente, uma redução na confiança dos consumidores nas semanas que antecedem e imediatamente após a *black friday* e a temporada de vendas de natal pode ter um impacto significativo no negócio da Companhia. Além disso, no quarto trimestre a Companhia geralmente aumenta as despesas com colaboradores e publicidade, devido à previsão de volumes de vendas maiores. A sazonalidade também influencia os padrões de compra da Companhia, já que a Companhia compra a mercadoria para atividades sazonais antes de uma estação, o que impacta diretamente os fluxos de caixa, níveis de contas a pagar e estoque da Companhia. Ademais, a sazonalidade afeta o nível de capital de giro da Companhia, pois geralmente a Companhia incorre em mais estoques durante o período que antecede os eventos sazonais, sendo que um impacto relevante na redução do volume de vendas, pode gerar um descasamento dos fluxos de caixa pelo vencimento dos pagamentos aos fornecedores da Companhia pelos estoques adquiridos antes das altas estações de vendas. Se a Companhia calcular mal a demanda da quantidade de produtos que venderá ou da variedade de produtos durante o quarto trimestre, as vendas líquidas da Companhia podem cair e, consequentemente, prejudicar o seu desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do quarto trimestre não forem altas o suficiente para recuperar totalmente as despesas com colaboradores e publicidade da Companhia ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a sazonalidade pode afetar a logística de entrega de produtos no prazo estabelecido, especialmente na plataforma digital, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais trimestrais da Companhia também poderão variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na variedade de produtos da Companhia, bem como as datas em que o feriado de páscoa geralmente cai (em março ou abril). Como resultado dessas flutuações sazonais e trimestrais, a Companhia acredita que a comparação dos seus resultados operacionais entre diferentes trimestres dentro de um único ano não é necessariamente válida. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais que a Companhia relatar no futuro podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá ser responsabilizada por violações a direitos do consumidor, podendo sofrer restrições e penalidades, incluindo o pagamento de multas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Os direitos do consumidor estão protegidos em diversos instrumentos legais como a Constituição Federal, a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada ("Código de Defesa do Consumidor"). A legislação consumerista imputa ao fornecedor (no caso à Companhia) o ônus da prova na eventual demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em quaisquer processos envolvendo relações de consumo.

Os direitos do consumidor são protegidos por meio de ações individuais ou coletivas. As ações coletivas podem ser ajuizadas por autoridades federais ou estaduais, por funcionários ou organizações públicas, como o Ministério Público ou Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON") ou por grupos de direitos do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a imagem da Companhia e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

O atendimento inadequado ao cliente, afetando negativamente sua experiência, pode impactar adversamente a Companhia.

Uma experiência negativa do cliente (em função de determinado evento ou percepção) em algum serviço, produto ou posicionamento da Companhia, bem como eventuais notícias a respeito da Companhia, podem afetar seu relacionamento com a Companhia, além de poder influenciar outros clientes a encerrarem o relacionamento, ou impactarem o início de um relacionamento com a Companhia, afetando adversamente os seus negócios e a capacidade de atendimento dos objetivos estratégicos no médio e longo prazo.

A evolução tecnológica e digital, o mercado cada vez mais competitivo e a facilidade de disseminar informações e opiniões em redes sociais, entre outros motivos, aumentou consideravelmente a relevância e a escalabilidade da opinião do cliente sobre as empresas e seu poder de escolher produtos e serviços.

A Companhia não pode garantir que eventos internos ou externos não resultem em uma experiência negativa para o cliente, nem que as ações mitigatórias e contingenciais serão efetivas para reduzir o seu efeito negativo.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente a participação da Companhia no mercado e sua receita líquida.

O setor de varejo no Brasil é caracterizado por uma concorrência intensa e crescente. A concorrência é caracterizada por muitos fatores, dentre os quais se destacam: (i) a variedade de produtos; (ii) qualidade; (iii) o número de lojas; (iv) propaganda e posicionamento da marca; (v) preços e descontos; (vi) atendimento e localização das lojas; e (vii) reputação. A Companhia enfrenta intensa competição de pequenos varejistas que frequentemente podem se beneficiar do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Além disso, a Companhia compete com um grande número de redes multinacionais de varejo de mercadorias em geral, assim como com hipermercados que oferecem aos seus clientes bens duráveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alguns desses competidores têm acesso a capital próprio significativo ou a fontes maiores de financiamento a custos menores quando comparados aos da Companhia. Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns dos concorrentes da Companhia podem realizar investimentos em *marketing* substancialmente maiores do que os da Companhia. Se suas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se for incapaz de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores, ou se não conseguir administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, os consumidores finais acreditarem que os produtos dos competidores são mais atraentes, então as vendas, a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Ademais, a expansão da operação da Companhia para novos mercados, com a abertura de lojas em cidades em que atualmente não possui lojas, pode fazer com que a Companhia venha a enfrentar novos concorrentes. Da mesma maneira, a Companhia pode vir a enfrentar novos concorrentes que expandam suas operações para mercados em que atua. Nesta situação, em conjunto com os fatores citados anteriormente, a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. Além disso, a Companhia depende da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e de seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração em tal crescimento pode afetar adversamente suas vendas e seus resultados operacionais.

As companhias do setor de varejo têm apresentado frequente volatilidade em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador e se a Companhia não conseguir acompanhar as mudanças no setor poderá ser adversamente afetada.

A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, *marketing*, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em ter a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas.

A Companhia poderá enfrentar obstáculos no processo de transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Tais desafios poderão limitar o crescimento da plataforma digital da Companhia e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados. Se a Companhia não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente traz, necessariamente, a possibilidade de impactos de queda da receita líquida, dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como de alta volatilidade de suas ações.

O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos, o que pode ter um efeito negativo nos resultados da Companhia.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente as vendas, resultado operacional e situação financeira da Companhia.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas, e fechamento temporário generalizado de lojas), da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e renda. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego.

A Companhia depende do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizadas suas lojas e seu centro de distribuição para a entrega das mercadorias. Quaisquer problemas ou interrupções na infraestrutura logística, como aumento no preço de combustíveis ou, ainda, um aumento no trânsito que cause atraso ou demora substancial nas entregas, poderão afetar negativamente a imagem da Companhia e seus negócios.

A distribuição de mercadorias parte do centro de distribuição localizado no município de Queimados, no estado do Rio de Janeiro. O sistema de transporte e infraestrutura no país está em desenvolvimento e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os negócios da Companhia e outros *players* do setor varejista. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes da cidade em que está localizado o centro de distribuição da Companhia ou em suas operações devido a greves, desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar sua capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em suas vendas, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

Ademais, quaisquer mudanças, problemas ou interrupções na infraestrutura logística que a Companhia ou seus transportadores terceirizados e fornecedores utilizam para entregar produtos às lojas, centro de distribuição e diretamente aos clientes, conforme aplicável, podem impedir a entrega em tempo hábil ou com sucesso dos produtos que são vendidos pela Companhia e afetar negativamente as suas operações. Dentre outros fatores, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços e à disponibilidade de combustível e, portanto, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Por exemplo, o desempenho operacional da Companhia foi afetado adversamente pela crise dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em 2018, já que seus negócios dependem diretamente do funcionamento da estrutura rodoviária no país para transporte dos seus produtos, e quaisquer eventos similares no futuro poderão impactar o desempenho da Companhia novamente.

Além disso, um aumento geral no trânsito de rua, além do tráfego já existente, poderá afetar ainda mais a infraestrutura logística da Companhia e, caso normas locais rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições nas entregas de produtos para as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

lojas ou clientes da Companhia em determinadas horas do dia, a capacidade da Companhia de distribuir produtos em tempo hábil poderá ser afetada.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços públicos podem afetar adversamente a Companhia.

As operações da Companhia consomem quantidades consideráveis de energia e outros serviços públicos. Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na receita operacional e potencialmente afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá repassar o aumento do custo de energia elétrica e serviços públicos para os seus consumidores.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários ao funcionamento de suas lojas e centro de distribuição poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro, entre outras consequências. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde, o que pode ter um efeito negativo para a Companhia.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação do centro de distribuição e lojas físicas. Se a Companhia não obtiver ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de lojas e centros de distribuição, independentemente da obrigação de reparar eventuais danos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de lojas e centros de distribuição, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades e resultados operacionais da Companhia. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás em tempo hábil com relação a determinadas lojas físicas, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal loja específica, enquanto registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças, outorgas e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação do centro de distribuição devido à falta de registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás poderá prejudicar a capacidade da Companhia de distribuir mercadorias às lojas, o que pode resultar em uma redução nas vendas e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os custos da Companhia para fazer negócios podem aumentar em decorrência de mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis ou regulamentos federais, estaduais ou municipais, o que pode ter um impacto negativo para a Companhia e seu negócio.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que regem vários aspectos do seu negócio. Nos últimos anos, foram adotadas novas leis e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

regulamentos e foram ampliadas as aplicações de certas leis, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados, assim como regulamentos existentes relacionadas às atividades da Companhia podem mudar como resultado de uma variedade de fatores, incluindo eventos políticos, econômicos ou sociais. Mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis e regulamentos federais, estaduais ou municipais que regulam: (i) o salário mínimo ou seus requisitos; (ii) outros direitos trabalhistas; (iii) planos de saúde; (iv) proteção de dados e segurança cibernética; (v) a venda de alguns produtos; (vi) transporte; (vii) logística; (viii) transparência da cadeia de suprimentos; (ix) tributos; (x) custos de energia; ou (xi) questões ambientais, entre outros, podem aumentar os custos de negócios da Companhia e ter um impacto negativo em suas operações e resultados financeiros.

Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.

O Governo Federal implementa, regularmente, mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam a Companhia e seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento dos pagamentos de impostos e contribuição para a previdência social, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter seus resultados caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre a Companhia, suas subsidiárias e suas operações.

Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentaram o custo dos créditos e contribuíram para aumentar a inadimplência, o mesmo pode vir a ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal, tampouco assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A LGPD regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Ainda, a LGPD autorizou a criação da ANPD, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD, a qual na data de elaboração deste Formulário de Referência já teve seu Conselho Diretor nomeado e caminha para a efetiva estruturação pelo Poder Público.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto com relação aos artigos que discorrem sobre as sanções administrativas previstas na lei, os quais somente entrarão em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010 de 10 de junho de 2020.

Quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em caso de violação de suas disposições, a Companhia estará sujeita de forma isolada ou cumulativa, às seguintes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; obrigação de divulgação de incidente; (b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (c) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período,; (d) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; e (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50 milhões por infração.

Cabe ressaltar que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, antes da entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor e Ministério Público, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

A Companhia armazena dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. A Companhia não pode garantir a segurança dos dados devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica, diante da ainda atual estruturação da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, se sujeitando a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

Alterações na legislação tributária aplicável à Companhia poderão aumentar a carga tributária da Companhia, inclusive por meio de novos tributos, afetar regimes tributários especiais, benefícios fiscais e decisões futuras das autoridades fiscais competentes, o que poderá ter um efeito negativo sobre o fluxo de caixa, a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive em decorrência da ratificação ou alteração de tratados fiscais. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de tributos vigentes e a criação de tributos, tanto temporários quanto permanentes, cujas receitas são destinadas a finalidades governamentais específicas. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode afetar negativamente e de forma relevante a sua rentabilidade e aumentar os preços de seus produtos e serviços, restringir sua capacidade de fazer negócios em seus atuais mercados e afetar adversamente seus resultados financeiros.

A pandemia da COVID-19 e a declaração de estado de calamidade pública poderão resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível redução nas receitas fiscais no Brasil e um aumento na demanda por gastos públicos em setores-chave. Nesse cenário, os governos federal, estadual e municipal brasileiros poderão implementar alterações legislativas que imponham, ainda que temporariamente, tributos adicionais sobre as operações da Companhia. Qualquer uma dessas medidas poderá afetar negativamente as atividades e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, existem discussões sobre a imposição de novos tributos (incluindo empréstimos compulsórios, tributos sobre patrimônio pessoal significativo e um tributo sobre operações digitais) e a revogação da atual isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Além disso, tramitam no Congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, está uma mudança abrangente no regime de tributação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sobre o consumo no Brasil, que extinguiria três tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal em favor da criação de um tributo único sobre o consumo. A implementação de uma reforma tributária ou de alterações nas leis, regulamentações e demais normas aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis à Companhia poderão afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet e tais mudanças podem afetar os negócios da Companhia adversamente.

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma modificação nas leis e regulamentos que regem o comércio eletrônico e a Internet ou a alteração nas suas interpretações poderá restringir as atividades da Companhia ou aumentar seus custos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade, bem como a solvência dos clientes da Companhia.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em outro país que não o Brasil.

j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Descumprimento da legislação e da regulamentação ambiental pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ao meio ambiente e a terceiros. A edição de normas ambientais de conteúdo mais rígido pode gerar aumento de gastos da Companhia, podendo causar impacto adverso em sua condição financeira.

A Companhia está sujeita a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção do meio ambiente, estabelecendo requisitos para autorização e licenciamento ambiental de atividades específicas, assim como padrões para descarte de efluentes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, implantação de sistemas de logística reversa e proteção de áreas especialmente protegidas.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas (tais como multas de até R$50 milhões e suspensão total ou parcial de atividades) e criminais, além de obrigar a Companhia a reparar ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Na esfera civil, os danos ambientais implicam a responsabilidade solidária e objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos agentes ou de seu envolvimento direto, havendo apenas necessidade de comprovação do nexo entre a atividade exercida e os danos verificados.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente. Assim, qualquer sanção ou obrigação poderá reduzir o capital da Companhia disponível para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as leis ambientais aplicáveis não se tornarão mais restritivas com o tempo, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais rígidas das leis ambientais existentes ou, ainda, divergentes da interpretação adotada pela Companhia. Nesse cenário, a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos adicionais para cumprir com as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Desastres e eventos imprevisíveis poderão causar interrupções nas operações da Companhia e, portanto, afetar adversamente seus resultados operacionais.

Desastres e eventos imprevisíveis, incluindo guerras, pandemias (como a pandemia da COVID-19), atividades de terrorismo e desastres naturais, tais como inundações, incêndios e secas severas poderão afetar negativamente os preços dos produtos oferecidos pela Companhia, suas operações e as operações dos seus fornecedores e prestadores de serviço. Esses eventos também poderão afetar negativamente o consumo ou resultar em instabilidade política e/ou econômica. Desastres e eventos imprevisíveis poderão resultar no fechamento temporário ou permanente das lojas e/ou centro de distribuição da Companhia, atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir produtos para suas lojas e seus consumidores finais, reduzir a demanda por seus produtos e diminuir suas vendas, o que poderá ter um efeito significativamente negativo nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem causar impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, o negócio da Companhia é suscetível às variações climáticas, que podem demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados, podendo afetar adversamente a Companhia.

Condições climáticas adversas podem interferir na disponibilidade da matéria-prima utilizada na produção dos produtos comercializados pela Companhia, podendo afetar o fluxo de recebimento das mercadorias, bem como interferir na logística do recebimento desses produtos, a depender, inclusive, de ações que venham a ser adotadas para a redução das emissões atmosféricas. Podem, ainda, interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

Ainda, eventual instabilidade climática pode aumentar o preço ou a tributação de alguns produtos, de modo que a Companhia pode não ser capaz de repassar esse aumento aos seus clientes, o que pode impactar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

O descumprimento de obrigações legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos pela Companhia e/ou terceiros a ela vinculados poderá sujeitar a Companhia a penalidades administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados, afetando seus negócios e imagem.

A Companhia está sujeita às disposições da Lei Federal n. 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos decorrentes das atividades da Companhia poderão gerar impactos ao meio ambiente durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências da Companhia ou, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos, podendo também ser obrigada a reparar eventuais danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina também que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de equipamentos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, lâmpadas, produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro estruturem e implementem sistema de logística reversa, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

Os importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, ainda que não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

A contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos não isenta a Companhia da responsabilidade por eventuais danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos gerados por suas atividades.

O descumprimento de obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa de embalagens poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 7.404/2010, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal. Caso a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia seja autuada pelo inadequado gerenciamento dos resíduos sólidos ou por danos ambientais dele decorrentes, ainda que causados por terceiros a ela vinculado, poderá ter seus resultados financeiros e operacionais, bem como sua imagem adversamente afetados.

k) Riscos relacionados a questões macroeconômicas

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as operações da Companhia. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios, resultados e o valor das ações da Companhia.

O recente surto global da COVID-19 teve e pode continuar a ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de lojas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. A pandemia da COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o caso da Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown,* cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera, haveria uma redução do consumo dos produtos oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os resultados da Companhia.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil.

As ações da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando seus investidores de maneira negativa.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação de tais ativos, além de poder dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

Condições macroeconômicas poderão afetar negativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.

Como fornecedora de produtos e serviços que atua para atender às necessidades de clientes comerciais e consumidores, os resultados e desempenho operacionais da Companhia dependem das condições econômicas brasileiras e mundiais e de seu impacto nos gastos empresariais e de consumidores. Aumentos nos níveis de desemprego, nos custos de energia e *commodities*, nos custos de assistência médica, bem como taxas de juros e impostos mais altos, mercados de crédito mais restritos, menor disponibilidade de crédito ao consumidor, flutuação nos mercados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financeiros, menor confiança do consumidor, não criação de novas pequenas empresas e outros fatores podem resultar em queda nos gastos empresariais e de consumidores. O desempenho comercial e financeiro da Companhia poderá continuar sendo adversamente afetado e a capacidade da Companhia de gerar fluxo de caixa poderá ser adversamente impactada pelas condições econômicas atuais e futuras, se houver uma nova queda nos gastos empresariais e de consumidores ou se tais gastos permanecerem estagnados.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, podendo ter impacto adverso no preço das ações de emissão da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las na quantidade, ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia. Adicionalmente, o preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, por motivos relacionados ao desempenho operacional e financeiro da Companhia e por questões macroeconômicas, nacionais e internacionais, que podem não ser controlados pela Companhia inclusive pelos impactos da pandemia da COVID-19, o que pode vir a afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Os negócios, condição financeira e resultados da Companhia dependem, substancialmente, da economia brasileira, que, em sua história, já passou por diversas intervenções do Governo Federal e por ciclos econômicos voláteis.

O Governo Federal poderá intervir na economia brasileira e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram, no passado, em controles de preços e salários, desvalorização do Real, bloqueio ao acesso a contas bancárias, controles sobre remessas de fundos para o exterior, intervenção do Banco Central para afetar as taxas básicas de juros, entre outras. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, além de não as prever. A Companhia poderá vir a ser negativamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- variação cambial;
- expansão ou contratação da economia brasileira e/ou internacional, conforme medida pelas taxas de crescimento do produto interno bruto;
- inflação;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- taxas de juros;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- reduções salariais e dos níveis econômicos;
- aumento do desemprego;
- políticas cambiais, sanitárias, monetária e fiscal;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- racionamento de água e energia;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- outros fatores políticos, sociais, diplomáticos e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza em relação à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro e às diretrizes da política econômica pode criar instabilidade na economia brasileira e contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros. Como exemplo, de 2013 a 2016, a deterioração dos resultados fiscais dos governos federal, estadual e municipal causaram um aumento sem precedentes nos valores da dívida bruta, bem como da relação desse indicador em relação ao produto interno bruto, inclusive levando o Brasil à perda do grau de investimento na avaliação das agências classificadoras de risco, reduzindo o fluxo de capitais estrangeiros para o país e contribuindo para um menor nível de atividade econômica.

A Companhia pode não prever quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias e outras políticas serão adotadas no futuro pelo governo, ou se essas políticas resultarão em consequências adversas para a economia brasileira e para a Companhia.

A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades, resultados operacionais e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras.

Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, incluindo a Operação Lava Jato. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e político do Brasil. Alguns integrantes do governo e do poder legislativo, bem como executivos de grandes empresas públicas e privadas, estão sob acusações de corrupção por supostamente aceitarem subornos em troca de contratos de concessão do governo com empresas dos setores de infraestrutura, petróleo, gás e construção, entre outros. Esses subornos supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizados ou divulgados publicamente, resultando no enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência, vários políticos, incluindo integrantes do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, enquanto outros ainda estão sob investigação por conduta antiética e ilegal identificada durante essas investigações.

O eventual desfecho dessas e de outras investigações permanece incerto, mas essas investigações já afetaram negativamente a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não há garantia de que essas investigações em andamento não levarão a mais instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra membros e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Na data deste Formulário de Referência, o Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por conduta inadequada, após alegações apresentadas pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, segundo o qual o Presidente do Brasil teria tentado influenciar a nomeação de membros da Polícia Federal em benefício próprio e de sua família. Se a investigação determinar que o Presidente do Brasil interferiu indevidamente nas nomeações, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial processo de impeachment ou julgamento pelo Supremo Tribunal Federal poderão ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil e nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia. À medida que o apoio ao impeachment do Presidente do Brasil ganha força e que aumentam as especulações sobre uma intervenção militar no Brasil, a instabilidade política no Brasil tem se intensificado e poderá continuar a desestabilizar o ambiente político e econômico brasileiro.

Não há garantia de que o Presidente do Brasil conseguirá aprovar as reformas prometidas em sua campanha, nem sobre quais políticas ele adotará ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater as taxas de inflação têm e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2020, 2019 e 2018 foi de 4,52%, 3,75% e 2,95%, respectivamente.

No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros de mercado. Da mesma forma, entre 2015 e 2020, a taxa básica de juros no Brasil, estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC meta, e determinada pelo Comitê de Política Monetária, ou COPOM, variou entre 2,00% e 14,25% ao ano. Desde 29 de julho de 2015, a taxa SELIC meta permaneceu em 14,25% ao ano, pico do período mencionado, até 19 de outubro de 2016, quando o COPOM determinou a redução da taxa para 14,00% ao ano. Em suas reuniões seguintes, o COPOM determinou uma sequência de cortes na taxa SELIC meta, com uma redução da taxa para 6,75% ao ano em 7 de fevereiro de 2018, e, em 21 de março de 2018, com uma nova

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

redução para 6,50% ao ano. O COPOM manteve a taxa SELIC meta de 6,50% ao ano em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa era de 6,50% ao ano. O COPOM reconfirmou a taxa de 6,50% ao ano em 6 de fevereiro de 2019, mas em 1º de agosto de 2019 reduziu a taxa SELIC meta para 6,00% ao ano e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC meta era de 4,50% ao ano. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa para 4,25% ao ano e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC meta em 3,75% ao ano em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia do COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa em maio, junho e agosto de 2020, com a taxa SELIC meta em 2,00% ao ano na data deste Formulário de Referência.

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais. Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução no poder de compra dos clientes. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

Variações nas taxas de juros poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 2,75% a.a., 4,40% a.a. e 6,40% a.a., respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP substituída em 1º de janeiro de 2018 pela taxa de longo prazo, ou TLP, foi de 1,83% a.a., 5,57% a.a. e 6,98% a.a., respectivamente. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI. O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

A desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. De acordo com a taxa Ptax do Banco Central do Brasil, ou BCB, em 2018, o real desvalorizou-se em 15,6% de R$3,27 por US$1,00 no início do ano para R$3,87 por US$1,00 no final de 2018. Em 2019, o real desvalorizou-se em 4,2%, de R$3,86 por US$1,00 no início do ano para R$4,03 por US$1,00 no final de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano era de R$5,19 por US$1,00. Em decorrência da pandemia do COVID-19, o real desvalorizou significativamente em relação ao dólar americano, refletindo as baixas taxas de juros, um cenário econômico em deterioração e a crise política brasileira.

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados às despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sofrer queda.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, o risco de inadimplemento (*default*) de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócio da Companhia, destaca-se a saída do Reino Unido da União Europeia ("*Brexit*"), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Em 31 de dezembro de 2020, o Reino Unido saiu formalmente da União Europeia, firmando um acordo com o bloco econômico, o qual contém as diretrizes sobre a relação entre eles a partir de 2021.

O *Brexit* pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará a partir de 2021. Além disso, não há como determinar se o acordo firmado entre o Reino Unido e a União Europeia será devidamente cumprido ou não será aditado. Os efeitos do *Brexit*, e outros que a Companhia não pode prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Ademais, a Companhia está sujeita a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, China, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, China, Irã e Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de *commodities* e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os custos operacionais da Companhia e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

Além disso, a eleição presidencial nos Estados Unidos ocorreu em 3 de novembro de 2020. Campanhas, eleições e transições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. O mandato do presidente eleito Joseph R. Biden se iniciou em 20 de janeiro de 2021. Não é possível assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

A pandemia do COVID-19 acrescentou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades ao redor do mundo têm adotado medidas para tentar conter a disseminação da doença desde que o vírus se espalhou pelo mundo. As restrições provavelmente permanecerão em vigor se o contágio não diminuir. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e poderá diminuir o interesse dos investidores em ativos no Brasil, o que afetou negativamente o preço de mercado dos títulos da Companhia (incluindo valores mobiliários), restringindo o acesso aos mercados de capitais e, como consequência, o financiamento das operações da Companhia no futuro.

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado operacional.

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 levou à redução da liquidez, problemas no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a concessão de empréstimos mais cautelosa.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente os da Europa, intensificaram as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode afetar a capacidade da Companhia e de outras instituições financeiras brasileiras de obter financiamento no mercado de capitais internacional, restringindo o mercado de crédito.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições econômicas no Brasil e os impactos resultantes, como o comprometimento da capacidade de pagamento dos clientes do sistema bancário, teria um impacto direto sobre os negócios da Companhia, limitando a capacidade de alcançar as estratégias e afetar os resultados operacionais.

A capacidade dos clientes da Companhia de fazer pagamentos pontuais poderá ser negativamente afetada por restrições de liquidez no Brasil.

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo. Por sua vez, o Brasil teve sua classificação de risco de dívida soberana reduzida pelas três principais agências de classificação de crédito com sede nos Estados Unidos, a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch. A Standard & Poor's reduziu a classificação de risco da dívida soberana do Brasil de BBB- para BB+ em setembro de 2015, posteriormente reduzindo-a para BB em fevereiro de 2016 e para BB- com perspectiva estável em janeiro de 2018, considerando a formulação de políticas menos oportunas e eficazes e um risco de maior incerteza política após as eleições de 2018 no Brasil. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em BB- com uma perspectiva estável. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil de então Baa3 em análise e a reduziu em fevereiro de 2016 para Ba2 com perspectiva negativa, considerando a perspectiva de deterioração adicional do endividamento do Brasil em meio a uma recessão e um ambiente político desafiador. Posteriormente, em abril de 2018, a Moody's classificou a perspectiva soberana do Brasil como estável. Em maio de 2020, a Moody´s reafirmou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em Ba2 com uma perspectiva estável. Em setembro de 2020, s Moody's manteve a classificação de crédito do Brasil em Ba2a com uma perspectiva estável. A Fitch rebaixou a classificação de risco soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, considerando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior do que o esperado e rebaixou ainda mais a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou ainda mais a classificação de risco soberano do Brasil para BB- com perspectiva estável. Desde maio de 2020, a Fitch mantém a classificação do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa, considerando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia do COVID-19. A continuidade da atual recessão e da incerteza política no Brasil poderão levar a novos rebaixamentos das classificações de risco do país. Qualquer rebaixamento adicional nas classificações de risco soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e poderá afetar negativamente a Companhia e o preço de negociação das ações de sua emissão.

Esses eventos podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de obter financiamentos nos mercados de capitais brasileiro e internacional, bem como enfraquecer a recuperação e o crescimento das economias brasileira e/ou estrangeira, resultando em maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Riscos de mercado

Visão Geral

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. O risco de mercado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa da exposição a certos riscos – risco de taxa de juros, risco cambial, risco de crédito e risco de liquidez, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia:

(i) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado concentra-se, principalmente, nas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 31 de dezembro de 2020, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
	atual	**25%**	**50%**
Taxa do CDI (a.a.)	1,90%	2,38%	2,85%
Despesas com juros projetadas (*)	8.242	9.655	11.363

(*) Calculados até o término de cada contrato indexado. Em milhares de Reais.

Na data do encerramento das demonstrações financeiras de 2020, a posição do balanço em exposição ao risco (em relação aos passivos) e benefício (em relação aos ativos) de taxa de juros totalizou:

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivos	**77.078**
(+) Empréstimos e Financiamentos	76.114
(+) Debêntures	-
(+) Derivativos	964

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Ativos	**8.077**
Títulos e valores mobiliários	8.077

(ii) Risco cambial

O risco cambial é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, a empréstimo bancário em moeda estrangeira e a de compra de produtos importados para revenda.

Sensibilidade do risco cambial:

Swap cambial	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário I - Deterioração 25%**	**Cenário II - Deterioração 50%**
			(Em milhares de Reais)	
Taxa de câmbio em 31/12/2020		5,1967	5,1967	5,1967
Taxa de câmbio estimada para o exercício 2021 (fonte: Banco Central do Brasil)		5,0000	6,2500	7,5000
Empréstimos em moeda estrangeira	Variação US$	(4.745)	(13.879)	(23.034)
Swaps (ponta ativa em moeda estrangeira)	Variação US$	3.709	12.709	21.713
Efeito líquido		(1.036)	(1.170)	(1.321)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

	(Em milhares de Reais)					
	Total em 31/12/2020	**Menos de 3 meses**	**Entre 3 e 6 meses**	**Entre 6 e 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**
Fornecedores e aluguéis a pagar	371.901	322.327	48.990	584	-	-
Empréstimos e financiamentos	76.114	6.818	12.170	9.576	22.275	25.275
Arrendamentos	314.032	18.798	18.780	36.507	72.266	139.928

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

762.047	347.943	79.940	46.667	94.541	165.203

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Companhia como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos. Para informações sobre os processos de natureza trabalhista dos quais a Companhia era parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.6 abaixo.

Processo nº 0000408-67.2012.5.01.0082	
Juízo	82ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância
Data de instauração	12/04/2012
Partes no processo	D.D.S (Autor) Casa & Vídeo Rio De Janeiro S.A (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.380.872,40
Principais fatos	Empregado pleiteia o reconhecimento de Equiparação Salarial, visto alegar exercer atividades em paridade a outros empregados que percebem remuneração maior que a sua. Consequentemente, tal pleito gera reflexos e diferenças em todas as obrigações remuneratórias percebidas pelo ex-empregado durante o contrato de trabalho, sendo estes no FGTS, salário e verbas rescisórias. Alega o Reclamante em sua peça de ingresso que trabalhou de 01/07/2004 a 08/01/2010, quando foi dispensado, mas que permaneceu laborando sem solução de continuidade até 01/10/2010. Segundo narrativa contida na inicial, o autor foi compelido pela Reclamada a ser inserido como sócio de sociedade empresária denominada NBT Infra Consultoria em Infraestrutura ME. O vínculo empregatício no período subjacente foi deferido na sentença. Pediu, ainda, a condenação ao pagamento de diferenças salariais, contudo a tese defensiva de inaplicabilidade das normas coletivas ao reclamante foi acolhida e, logo, improcedente o pedido. Outros pleitos formulados dizem respeito à jornada de trabalho, a saber, horas extras, adicional de sobreaviso e intervalo intrajornada, sendo certo que a sentença deferiu o pagamento de horas extras, com base na prova testemunhal produzida, fixando a jornada laboral como sendo de segunda a sexta-feira das 09hs às 19:30hs, com uma hora de intervalo intrajornada. Foram deferidas horas extras a partir da 8ª hora diária e 44ª semanal, com adicional de 50% e divisor 220, observada a evolução salarial, autorizada a dedução dos valores já quitados a este título.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	O pedido de adicional de sobreaviso foi julgado improcedente. A Companhia efetuou o pagamento do valor líquido apontado como incontroverso, de R$ 370.992,50, quando da interposição do Agravo de Petição, sendo que o valor total da execução corresponde a R$ 1.346.141,80 e acréscimos legais incidentes a título de correção monetária e atualização mensais. Atualmente, se encontra pendente a remessa dos autos à segunda instância para julgamento do Agravo de Petição.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Processo com diferença salarial a título de equiparação no montante de R$7 mil mensais, gerando além do impacto econômico, aqueles relacionados à revisão do exercício das atividades relacionadas à função dos empregados.
Valor Provisionado	Em que pese tratar-se de um caso relevante em razão da matéria (sucessão), a Companhia não provisionou valores para esta contingência.

Processo nº 0101314-45.2017.5.01.0323	
Juízo	3ª Vara do Trabalho de São Joao de Meriti/RJ
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19/10/2017
Partes no processo	N.S.O (Autor) Expresso Locata Ltda. - Me / Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A. (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.126.360,00
Principais fatos	Ação ajuizada por menor, filho de empregado da primeira reclamada que exercendo a função de motorista, sofreu acidente em atividade laboral, vindo a óbito. Pedidos danos materiais, pensionamento vitalício e dano moral. A Companhia é subsidiariamente responsável, visto a qualidade de tomadora dos serviços. Trata-se de processo movido pelo espólio do ex-colaborador da Primeira Reclamada – Expresso Locata Ltda., o qual veio a óbito no exercício de suas funções. O empregado manuseava a alavanca que movimenta a rampa do automóvel, quando foi imprensado por um transporte coletivo que colidiu na lateral direita do caminhão onde Giovani estava, levando-o a óbito imediatamente. Foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos, sob fundamento de que o acidente ocorreu por fato de terceiro, ficando comprovada a responsabilidade exclusiva do motorista do ônibus que colidiu com o caminhão, em transação extrajudicial firmada com a Viação Beira Mar, que assumiu a indenização de R$ 450.000,00 em favor dos autores da ação. Contudo, a ação envolve interesse de filho menor do *de cujus*, e o Ministério Público do Trabalho não foi intimado a intervir no feito, razão pela qual

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	interpôs Recurso Ordinário, pugnando pela nulidade dos atos praticados. A tese recursal do MPT foi acolhida e o acórdão determinou a reabertura da instrução processual e posterior prolação de nova sentença. Foi designada pauta especial para tentativa de conciliação, porém não houve acordo e, atualmente, o processo se encontra fora de pauta, aguardando o retorno das atividades presenciais, quando será designada audiência de instrução.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Alta monta indenizatória requerida e direito sensível.
Valor Provisionado	Em que pese tratar-se de um caso relevante em razão da matéria (sucessão), a Companhia não provisionou valores para esta contingência.

Processo nº 0000015-07.2013.5.01.0051	
Juízo	51ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
Instância	2ª Instância
Data de instauração	09/08/2011
Partes no processo	S.G.S (Autor) Mobilitá Licenciamentos de Marcas e Participações Ltda. / Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A. / Imago - Cooperativa de Informática Ltda. / HT4S Consultoria e Sistemas S.A. / Tecnotime Consulting e Training S.A. (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.903.857,45
Principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada por S.G.S em face de Mobilitá - Com. Ind. E Representações Ltda. (1ª Reclamada), Casa & Vídeo Rio De Janeiro Ltda. (2ª Reclamada), Imago - Cooperativa De Informática Ltda. (3ª Reclamada), Ht4b - Consultoria E Sistbflas Ltda. (4ª Reclamada), Ht4s - Consultoria e Sistemas S.A. (5ª Reclamada) e Tecnotime Consulting e Training S.A. (6ª Reclamada). Em síntese, pleiteia o autor: a condenação da 1ª e 2ª Reclamada em caráter solidário; a responsabilidade subsidiária da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª rés; Declaração judicial, para fins de proteção aos créditos trabalhistas do autor, diante da nulidade suscitada quanto à sua contratação e quanto à sucessão efetiva da ré em relação ao contrato de trabalho e respectivos créditos do autor provenientes, inclusive, do período trabalhado para a 1ª ré; Declaração judicial da inaplicabilidade dos efeitos da ação de recuperação judicial da ação em questão, mantendo-a até o final, inclusive para fins de execução; Declaração judicial da relação de emprego no período de 13/12/2001 a 07/04/2011, firmada inicialmente com a 1ª ré e em seguida com a 2ª ré, tomadoras diretas dos serviços do autor; Reconhecimento e declaração judicial da nulidade do pagamento das parcelas salariais e ainda, a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	declaração judicial dos salários complessivos e seus efeitos jurídicos; Declaração judicial da existência do grupo empresarial/econômico de fato envolvendo todas as rés, gerando os seus devidos efeitos jurídicos; Declaração da rescisão imotivada (cód. 01) do contrato, com a data da ruptura efetiva em 07/04/2011; Projeção do aviso prévio para todos os fins, inclusive, para a baixa na CTPS; Anotação na CTPS da admissão pela 1ª Ré (13/12/2001) e baixa pela T Ré (06/05/2011), face à projeção do aviso prévio; Anotações na CTPS quanto aos cargos e a evolução salarial; Aplicação de multa diária, na hipótese de descumprimento da obrigação de fazer (anotações e baixa na CTPS); pagamento de todas as verbas rescisórias; Declaração judicial da confirmação das remunerações mensais (reajustes e diferenças salariais); horas extraordinárias e seus reflexos; adicional de sobreaviso; PLR; Declaração e reconhecimento da aplicação da responsabilidade objetiva das rés e da inversão do ônus da prova; Danos morais; Pagamento, a título de perdas e danos, das importâncias gastas pelo autor para o transporte de sua residência-empresa-residência; entre outros. Em 30/09/2013, foi proferida sentença julgando os pleitos autorais parcialmente procedentes, declarando a nulidade dos contratos firmados pelas rés entre si e com o autor com o objetivo de fraudar direitos trabalhistas, julgando ainda procedente o pedido de reconhecimento de emprego entre o autor e a primeira ré, entre 13/12/2001 a 02/11/2009 e com a segunda ré entre 03/11/2009 e 06/05/2011), com a condenação ao pagamento de todas as verbas rescisórias. A condenação foi arbitrada em R$ 130.000,00. A Casa & Vídeo, a Mobilitá, a IMAGO e o autor, interpuseram recursos ordinários. Em 02/07/2014, foi proferida decisão monocrática certificando a deserção do Recurso Ordinário da Casa & Vídeo e a intempestividade do recurso autoral. Ambos interpuseram agravo interno. Em 14/04/2015, foi publicado acórdão negando provimento ao agravo interno da Casa & Vídeo e dando provimento ao recurso autoral, prosseguindo-se no julgamento do feito. Após conhecido o recurso autoral, foi proferido novo acórdão, em 17/11/2015, dando provimento ao apelo recursal e alterando o valor da condenação para R$ 150.000,00. A Companhia interpôs Recurso de Revista ao qual foi negado seguimento em 24/06/2016. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em sede de Recurso de Revista este que se encontra pendente de julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Alta monta indenizatória e constituição de grupo econômico inexistente, atribuindo à Companhia, responsabilidades que não lhes são próprias, visto decisão de afastamento da sua responsabilidade, proferida nos autos do processo de Recuperação Judicial da primeira reclamada, Mobilitá Licenciamentos de Marcas e Participações Ltda.
Valor Provisionado	Em que pese tratar-se de um caso relevante em razão da matéria (sucessão), a Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico “possível”.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0134400-66.2008.5.17.0132	
Juízo	Vara do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Instância	2ª Instância
Data de instauração	30/10/2008
Partes no processo	SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Autor) Mobilitá Licenciamentos de Marcas e Participações Ltda. / Lar e Lazer Comercio e Representações Ltda. / LCG Administradora de Imóveis Ltda. / Casa & Vídeo Rio De Janeiro S.A. (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.886.745,86
Principais fatos	Trata-se de uma ação de cumprimento ajuizada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO NO EST DO ESP SANTO em face de LAR E LAZER COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. O Sindicato-autor ajuizou a ação reivindicando a condenação da empresa no cumprimento da obrigação de abster-se de exigir labor nos domingos e feriados, sob pena de multa, bem como no pagamento das horas extraordinárias e verbas correlatas a cada um dos trabalhadores envolvidos e vantagens estipuladas pela Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria. Em sentença, a 2ª Vara do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim/ES extinguiu o processo, sem análise do mérito, por inépcia da inicial, o que foi objeto natural de irresignação pelo sindicato por meio do recurso próprio. Em 3 de novembro de 2009, a 1ª turma do Tribunal Regional do Trabalho, por unanimidade, conheceu do recurso, para extinguir o processo, sem análise do mérito, e deu provimento parcial ao apelo do sindicato para afastar a inépcia da petição inicial da decisão que extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, por não apresentar a lista de substituídos; passar à análise da questão de fundo, para condenar a reclamada no pagamento das horas laboradas por seus empregados, aos domingos, com acréscimo de 100%, mais R$ 10,00 referentes ao almoço e vale-transporte por empregado, por domingo trabalhado; tudo limitado ao período de 04/11/2007 (data apontada na inicial) a 31/12/2008 (termo final da vigência da CCT 2007/2008) e como se apurar em liquidação, autorizando-se a dedução de valores pagos a idêntico título, para se evitar o enriquecimento sem causa dos empregados da ré; determinar que a ré se abstenha de exigir o labor aos domingos, salvo devida pactuação, a partir da publicação do acórdão, sob pena de cominação de multa de R$ 15.000,00, a ser cobrada a partir do trânsito em julgado desta decisão; condenar a reclamada ao pagamento de multa convencional de 50% do salário de cada funcionário que laborou aos domingos, sem prévia pactuação, nos termos do parágrafo primeiro, desde 04/11/2007 a 31/12/2008 (limite da vigência da norma convencional), a ser revertida em favor de cada trabalhador prejudicado, como se apurar em liquidação, excluindo aqueles domingos que coincidirem com o

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	caput da Cláusula 24ª, por se tratar de norma incondicional; bem como condenar a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Transitada em julgado a condenação imposta à LAR E LAZER. Em 16/03/2013, foram homologados os cálculos apresentados pela perícia realizada em execução, com a fixação do valor de R$ 1.886.745,86. Em 23/11/2016, uma vez frustradas as tentativas de execução da empresa LAR E LAZER, foi requerida pelo Sindicato/Autor a declaração da existência de grupo econômico entre a ré e a Companhia, com a condenação desta de forma solidária. Em 29/01/2018, não foi admitida a Exceção de Pré- Executividade oposta pela Companhia e em 01/03/2018, apresentada petição pela Companhia informando que a efetiva empresa que integrava o grupo econômico das executadas era a empresa LCG Administradora de Imóveis. Em 07/03/2019, foram oferecidos embargos à execução pela Companhia com garantia do juízo através da apólice de seguro garantia pelo valor executado, acrescido de 30%, na forma da lei. Em 05/05/2020, foram rejeitados os Embargos à Execução opostos pela Companhia e em 14/05/2020, foi interposto agravo de petição pela Companhia, renovando a discussão acerca de sua suposta responsabilidade, bem como acerca dos critérios equivocados de apuração dos valores apurados pela perícia e homologados pelo Juízo. Em 24/09/2020, proferido acórdão pela 2ª Turma do TRT/ES, rejeitando as preliminares suscitadas e, no mérito, dando provimento, mas apenas de forma parcial para limitar o valor da multa ao montante da obrigação principal, considerando-se a situação de cada substituído. Nesse sentido, foi mantida a condição de responsável solidária da Companhia. Em 28/10/2020, opostos embargos de declaração pela Companhia, que, entretanto, foram rejeitados. Publicado acórdão em 17/12/2020, razão pela qual está em curso o prazo para interposição de recurso de revista ao TST.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Alta monta indenizatória e constituição de grupo econômico inexistente, atribuindo à Companhia, responsabilidades que não lhes são próprias, visto decisão de afastamento da sua responsabilidade, proferida nos autos do processo de Recuperação Judicial da primeira reclamada, Mobilitá Licenciamentos de Marcas e Participações Ltda. Esse processo, além de trazer a sensível discussão acerca da responsabilidade da Companhia pelo passivo trabalhista das empresas MOBILITA e LAR E LAZER, o que por si só já gera impactos em casos semelhantes, pois consolida o entendimento que vem prevalecendo no TRT/ES. Possui uma relevante expressão pecuniária, por envolver vários

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	trabalhadores abarcados pelos efeitos da decisão proferida em sede de ação de cumprimento proposta pelo Sindicato. Nesse caso, houve uma importante decisão proferida em execução em favor da Companhia, pois determina que se limite o valor da multa ao montante da obrigação principal, considerando-se a situação de cada substituído. Ainda assim, o valor envolvido é expressivo. De qualquer sorte, entendemos que o impacto desse processo é essencialmente pecuniário.
Valor Provisionado	Em que pese tratar-se de um caso relevante em razão da matéria (sucessão), a Companhia não provisionou valores para esta contingência.

(ii) Tributários

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos. Para informações sobre os processos de natureza tributária dos quais a Companhia era parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.6 abaixo.

Processo Administrativo nº 16682.722410/2017-70	
Juízo	Receita Federal do Brasil
Instância	Administrativa
Data de instauração	20.12.2017
Partes no processo	Receita Federal do Brasil-RFB (autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A (réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11.931.776,67
Principais fatos	Autos de infração lavrados para exigir, com acréscimos de multa de ofício de 75% e juros de mora, diferença de IRPJ e CSLL verificada no ano-calendário de 2012, em razão de suposta dedução indevida de despesa com a amortização do ágio referente à incorporação de KOHAV Participações Ltda. pela Companhia. Tendo em vista a glosa do ágio, a fiscalização entendeu, ainda, que houve pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL no decorrer do referido ano-calendário, razão pela qual também exigiu multa isolada de 50% sobre estimativas que, supostamente, deixaram de ser recolhidas. Protocolada impugnação. Decisão de 1ª instância parcialmente favorável. A parcela da decisão de 1ª instância julgada favoravelmente à empresa é definitiva, já que contra ela não foi interposto recurso de ofício (fazendário). Contra a parcela desfavorável da decisão de 1ª instância, interpusemos recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Aguarda-se decisão de 2ª instância.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso a Companhia venha a ser responsabilizada, poderá ainda recorrer ao judiciário e, em sendo condenada, poderá ter que arcar os pagamentos
Valor Provisionado	Não há, em razão do prognóstico “possível”

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº E-04/211/015088/2019	
Juízo	SEFAZ/RJ
Instância	Administrativa
Data de instauração	23/05/2019
Partes no processo	Receita Estadual SEFAZ/RJ (autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A (réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 51.604.262,07
Principais fatos	Trata-se de auto de infração de cobrança de cobrança de débitos de ICMS, FECP e MULTA por não recolher, bem como, não escriturar, na EFD, o ICMS e o FECP, provenientes de operações de saída com mercadorias sujeitas ao regime normal de tributação. Em 21/08/2019, a Companhia apresentou Impugnação. Em 28/11/2019, o julgamento foi convertido em diligência. Em 30/11/2020, a 2ª Turma da Junta de revisão Fiscal julgou parcialmente procedente o auto de infração objetivando a cobrança de ICMS, FECP e Multa, reduzindo o valor principal cobrado em R$ 351.553,64, passando de R$ 29.499.149,82 para R$ 29.136.596,60. Em sede defesa a Companhia apresentou a jurisprudência formada pelo Tema n. 1.099 do STF, onde foi julgado a não incidência de ICMS na circulação de mercadorias entre estabelecimentos. Não obstante, caso seja pago o ICMS exigido, os correspondentes créditos serão aproveitados pelos estabelecimentos de destino, razão pela qual não haveria efeito financeiro na Companhia.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso a Companhia venha a ser responsabilizada, poderá ainda recorrer ao judiciário e, em sendo condenada, poderá ter que arcar os pagamentos.
Valor Provisionado	Não há, em razão do prognóstico “remoto”

Processo Administrativo nº E-04/211/015090/2019	
Juízo	SEFAZ/RJ
Instância	Administrativa
Data de instauração	23/05/2019
Partes no processo	Receita Estadual SEFAZ/RJ (autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A (réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.443.713,30
Principais fatos	Trata-se de auto de infração de exigíveis ICMS e MULTA, por creditar-se indevidamente do ICMS relativo à entrada de mercadorias sujeitas ao regime de ST, no estabelecimento distribuidor ou atacadista. Julgamento convertido em diligência para que o fiscal Autuante verificasse diversos pontos divergentes. Aguarda-se a conclusão da diligência e o julgamento pela Junta de Revisão Fiscal.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso a Companhia venha a ser responsabilizada, poderá ainda recorrer ao judiciário e, em sendo condenada, poderá ter que arcar com os pagamentos.
Valor Provisionado	Não há, em razão do prognóstico "possível"

(iii) Outros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré em Ações Civis Públicas não sigilosas, individualmente relevantes, abaixo descritas. Para informações sobre os demais processos os quais a Companhia era parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto/repetitivos, vide item 4.6 abaixo.

Processo nº 0100308-22.2019.5.01.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância
Data de instauração	01/04/2019
Partes no processo	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.293.925,76
Principais fatos	Alegação de descumprimento dos termos previstos em Convenção Coletiva de Trabalho no tocante à forma remuneratória e concessão de folgas relacionadas aos domingos e feriados trabalhados. A Entidade Sindical laboral, pleiteia ainda, pagamento de multa prevista no instrumento coletivo em seu favor. Trata-se de Ação Civil Pública em que o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro requer: "Direitos previstos em convenção coletiva para o trabalho em domingos e feriados"; "Folgas previstas em convenção coletiva para o trabalho aos domingos ente março de 2014 e setembro de 2014 de 2018"; "Folgas previstas em convenção coletiva para o trabalho em feriados ente março de 2014 e a presente data", "Multa por descumprimento da convenção coletiva – Cláusula de penalidade", "Honorários Advocatícios" e "Correção monetária e juros de mora". A ação foi distribuída na 3ª Vara do Trabalho, porém, foi proferido despacho determinando a remessa dos autos ao juízo da 48ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, *por prevento*. O juízo da 48ª Vara do Trabalho acolheu a prevenção em razão do processo 0100204-89.2019.5.01.0048, extinto sem resolução do mérito, por desistência da ação, requerida pelo Sindicato/Autor. Em 11/09/19 foi realizada audiência realizada com intenção da reclamada em conciliar e em 28/11/19 com requerimento de suspensão do feito por 90 dias para tentativa de acordo. Audiência de instrução por videoconferência designada (10/02/2021 10:00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	VT48RJ - 48ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro).
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Risco de cumprimento retroativo das obrigações pecuniárias salariais e indenizatórias pleiteadas na ação.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico "possível".

Processo nº 0100745-04.2019.5.01.0055	
Juízo	55ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância
Data de instauração	17/07/2019
Partes no processo	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO (Autor)Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 205.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Urgência *In Audita Altera Pars* promovida pelo Ministério Público Do Trabalho em que requer: em caráter liminar, a imposição de medida liminar à ré CASA E VIDEO RIO DE JANEIRO S.A., de obrigação de fazer consistente em realizar o correto enquadramento dos cargos de gestão, nos termos do artigo 62, inciso II e § único, da CLT, de modo que os empregados que não exerçam, efetivamente, atividade de gerência e chefia façam as devidas anotações dos controles de suas respectivas jornadas de trabalho, sob pena de multa diária correspondente a R$ 5.000,00, por empregado; e em caráter definitivo. Houve a manutenção da liminar requerida, condenando-se a ré ao cumprimento da obrigação de fazer acima especificada, sob pena de aplicação da astreinte ali postulada. A condenação da ré a pagar indenização, por dano moral coletivo, no importe de R$ 200.000,00, com destinação em bens/equipamentos/implementação de projetos para entidade sem fins lucrativos ou entidades públicas a serem oportunamente indicadas pelo Ministério Público do Trabalho. Em dezembro de 2020 foi homologado acordo nos seguintes principais termos: Compromete-se a ré (i) a realizar o correto enquadramento dos cargos de gestão, nos termos do artigo 62, inciso II e § único, da CLT, de modo que os empregados que não exerçam, efetivamente, atividade de gerência e chefia façam as devidas anotações dos controles de suas respectivas jornadas de trabalho, sob pena de multa diária correspondente a R$ 1.000,00,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	por empregado, reversível a quaisquer dos fundos destinados à reparação de direitos difusos e/outras instituições convenientes sem fins lucrativos, de notória prestação de serviços sociais e ou instituições públicas e privadas que tenham como objetivo a defesa e fiscalização dos direitos sociais); (ii) a destinar a quantia de R$ 30.000.00, em 05 parcelas iguais e sucessivas no valor de R$ 6.000.00, ao Instituto Nacional do Câncer (INCA), a começar em 25/01/2021 e a terminar no dia 25/05/2021, em bens ou materiais que a Instituição necessitar no mês em que a parcela for vencer.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Risco de condenação por dano moral coletivo e obrigação de fazer com consequente adequação do quadro laboral de confiança de gestão no tocante às atividades atribuídas e a forma remuneratória aplicada.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico "possível".

Processo nº 0002496-86.2013.5.01.0262	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de São Gonçalo/RJ
Instância	2ª Instância
Data de instauração	09/12/2013
Partes no processo	PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (Autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 30.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho/MPT em face da Companhia, com pedido de dano moral por revistas pessoais. Alega o Ministério Público do Trabalho no exercício de suas atribuições fiscalizatórias, por meio da ação civil pública promovida judicialmente, que a Companhia praticava revistas íntimas, de forma irregular, levando seus empregados a possível constrangimento no referido procedimento interno. Em 29/08/2014 os pedidos autorais para aplicação de multa coercitiva em caso de violação à intimidade ou à dignidade dos empregados foram julgados procedentes em parte. Em 28/09/2015, interposto recurso ordinário pelas partes e 28/02/2018, publicado acórdão negando provimento ao recurso da MPT e dado parcial provimento ao recurso da Companhia, para excluir da condenação a imposição de multa diária. Em 05/04/2018, opostos embargos de declaração pelo MPT e rejeitados pela 5 turma do TRT/RJ em 04/09/2018. Em 05/11/2018, interposto recurso de revista pelo MPT e denegado seguimento ao recurso em 07/02/2019.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Interposto agravo de instrumento em recurso de revista em 29/04/2019, com a interposição de contrarrazões ao recurso de revista e de contraminuta ao agravo de instrumento pela Companhia em 25/112019. Aguardando o remesso dos autos para o Tribunal Superior do Trabalho.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Adequação dos procedimentos internos de prevenção e perda.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico "remoto".
Chance de perda	Possível para R$ 105.000,00 e remoto para R$ 2.145.000,00
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Alta monta indenizatória, vez que os procedimentos acionados, atualmente se encontram em total consonância aos preceitos legais.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico "possível".

Processo nº 0011126-38.2015.5.01.0432	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Macaé/RJ
Instância	2ª Instância
Data de instauração	30/05/2016
Partes no processo	Procuradoria do Trabalho do Município de Cabo Frio (Autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.250.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho que visa a condenação da Reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações "Devolução da CTPS – anotar obrigatoriamente na CTPS de seus empregados, no prazo de 48 horas, especificamente, a data de admissão, a remuneração, a rescisão contratual, e as condições especiais, se houver; Pagamento das verbas rescisórias- Pagar as verbas rescisórias dentro do prazo legal, quando da extinção dos contratos de trabalho, sem quaisquer atrasos, incorreções ou omissões, incluindo a multa do FGTS na hipótese de dispensa sem justa causa, por culpa recíproca ou força

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	maior; Fornecer aos empregados dispensados, quando dos contratos de trabalho, a via do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT devidamente preenchida e quitada e demais documentos necessários para o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS e para concessão do Seguro Desemprego – SD, no prazo previsto no § 6º do artigo 477 da CLT, sem quaisquer atrasos, incorreções ou omissões; Agendar e participar da homologação das rescisões contratuais dos empregados com mais de 1 ano de serviço perante o sindicato da categoria profissional ou o Ministério do Trabalho, de modo que a homologação da rescisão seja realizada no prazo previsto no art. 477 parágrafo 6º. Da CLT; Descanso semanal remunerado – Organizar mensalmente escala de revezamento nos serviços que exijam trabalho aos domingos, conforme disposto no Art. 67, parágrafo único, da CLT, assegurando que o repouso coincida, pelo menos 1 (uma) vez no período máximo de 3 (três) semanas, com o domingo; Conceder aos empregados um dia de descanso semanal de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, conforme disposto no art. 67 caput da CLT; Divulgação da decisão em lugar visível de todas as suas dependências; e pagar a quantia de R$ 1.550.000,00 a título de indenização pelos danos morais coletivos já causados aos trabalhadores; Concessão de tutela antecipada; e Multas astreintes para o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, objeto da referida demanda, no valor de R$ 200.000,00 em relação a cada obrigação descumprida, por evento, e em relação a cada trabalhador; e no valor de R$ 500.000,00 em relação ao item III.2.7 da inicial." A Companhia contestou o pedido e arguiu a ilegitimidade do Ministério Público, uma vez que a Ação Civil Pública está baseada em fatos isolados, e se referiram a pouquíssimos empregados da Ré, não podendo ser caracterizada como de interesse coletivo indisponível**,** contestou especifica e veementemente cada uma das postulações e produziu farta prova documental. Em 28/08/2019, foi publicada a sentença que julgou procedente em parte a ação, ficando a Companhia obrigada a cumprir imediatamente as obrigações enumeradas nos pedidos, tal como formulados, sob pena de multa de R$ 5.000,00, fixada por evento e por empregado (art. 536, §1º, do CPC), além do pagamento de indenização, no valor de R$ 100.000,00, por danos morais coletivos. Em 01/07/2019, o Ministério Público do Trabalho opôs Embargos de Declaração. Em 08/07/2019, a Companhia interpôs Recurso Ordinário. Entretanto, paralelamente, à interposição do Recurso Ordinário, em 11/07/2019, a Companhia protocolou petição dirigida ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, visando atribuir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário. Em 06/08/2019, foi deferida a liminar postulada pela Companhia para conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pela requerente nos autos da ACP nº0011126-38.2015.5.01.0432, sobrestando-se, por ora, o cumprimento da tutela de urgência deferida na sentença proferida na referida ação. Em 09/08/ 2019**,** o MPT interpôs Agravo Interno contra a decisão que deferiu a liminar que concedeu efeito suspensivo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Em 28/08/2019, foram julgados procedentes em parte os embargos de declaração do MPT apenas para sanar omissão contida na sentença para registrar no dispositivo o imediato cumprimento das obrigações impostas na sentença. Em 17/09/2019, o Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 04/10/2019, a Companhia apresentou contrarrazões ao Recurso Ordinário do MPT. Em 23/01/2019, a Companhia se manifestou sobre o Agravo Interno interposto pelo Ministério Público do Trabalho, nos autos do pedido de concessão de efeito suspensivo ao Recurso Ordinário. O processo encontra-se suspenso, aguardando a decisão do Agravo Interno interposto pelo Ministério Público.
Chance de perda	Possível para R$ 105.000,00 e remoto para R$ 2.145.000,00
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Alta monta indenizatória, vez que os procedimentos acionados, atualmente se encontram em total consonância aos preceitos legais.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico "possível".

Processo nº 0100428-10.2019.5.01.0571	
Juízo	1ª Vara do Trabalho de Queimados/RJ
Instância	2ª Instância
Data de instauração	03/05/2019
Partes no processo	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE NOVA IGUAÇU E REGIÕES (Autor); Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 101.000,00
Principais fatos	Alega a entidade sindical em representação da categoria de através da Ação Civil Pública promovida judicialmente, que a Companhia praticava irregularidade no tocante a exigência de trabalho extraordinário dos empregados, pleiteando indenização por dano moral coletivo, visto o desrespeito aos termos legais de duração da Jornada de trabalho diária/semanal, refletindo na concessão irregular do intervalo de descanso entre uma jornada e outra. Trata-se de Ação de Cumprimento ajuizada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE NOVA IGUAÇU E REGIÕES que visa: (i) a antecipação Parcial da Tutela em caráter

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	preventivo e mandamental para a não exigência de trabalho em feriados de todos os trabalhadores ativados na ré e dentro da base territorial do autor sob pena de pagamento de multa no importe de R$. 100.000,00 a ser revertido aos cofres do autor e aos trabalhadores prejudicados na proporção de 50% respectivamente; (ii) a condenação da Companhia ao cumprimento da obrigação legal de não exigir trabalho dos seus empregados nos feriados, sob pena de pagamento de multa no importe de R$ 100.000,00 por cada feriado a ser revertido 50% ao autor e 50% aos trabalhadores prejudicados. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido. A Companhia contestou o pedido e arguiu questão prejudicial do mérito pela perda do objeto, em razão da Portaria 604/2019 e da Medida Provisória 905, de 11 de novembro de 2019. No mérito, sustentou que a Portaria 604/2019 autoriza as atividades do comércio em geral a trabalhar aos domingos e feriados, em caráter permanente, independentemente de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho. Da mesma forma, as medidas provisórias 881/2019 e 905/2019 também autorizam o trabalho em feriados, independentemente de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho. Em 02/07/2020, foi publicada a sentença que julgou procedente a ação para determinar que à ré se abstenha de convocar ou utilizar empregados das filiais de Queimados para o trabalho em feriados civis e religiosos, municipais, estaduais ou nacionais, enquanto não houver convenção coletiva autorizadora ou lei superveniente que regulamente a matéria de forma diversa. Fixada, ainda, a multa a ser aplicada em caso de descumprimento em R$ 1.000,00, por feriado desrespeitado e para cada empregado convocado, a ser destinada ao FAT -Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 15/072020, a Companhia interpôs Recurso Ordinário, visando a reforma da sentença. O processo aguarda o julgamento do Recurso Ordinário.
Chance de perda	Provável para R$ 2.000,00 e remoto para R$ 99.000,00
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Condenação à obrigação de não fazer, proibindo a abertura, durante os feriados, das lojas estabelecidas na região representada pela entidade sindical, assim como o Centro de Distribuição; Impacto remoto vez que cumprimos as obrigações remuneratórias designadas legalmente aos empregados.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico “remoto”.

Processo nº 0100745-04.2019.5.01.0055	
Juízo	55ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Data de instauração	17/07/2019
Partes no processo	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO (Autor)Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 205.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Urgência *In Audita Altera Pars* promovida pelo Ministério Público Do Trabalho em que requer: em caráter liminar, a imposição de medida liminar à ré CASA E VIDEO RIO DE JANEIRO S.A., de obrigação de fazer consistente em realizar o correto enquadramento dos cargos de gestão, nos termos do artigo 62, inciso II e § único, da CLT, de modo que os empregados que não exerçam, efetivamente, atividade de gerência e chefia façam as devidas anotações dos controles de suas respectivas jornadas de trabalho, sob pena de multa diária correspondente a R$ 5.000,00, por empregado; e em caráter definitivo. Houve a manutenção da liminar requerida, condenando-se a ré ao cumprimento da obrigação de fazer acima especificada, sob pena de aplicação da astreinte ali postulada. A condenação da ré a pagar indenização, por dano moral coletivo, no importe de R$ 200.000,00, com destinação em bens/equipamentos/implementação de projetos para entidade sem fins lucrativos ou entidades públicas a serem oportunamente indicadas pelo Ministério Público do Trabalho. Em dezembro de 2020 foi homologado acordo nos seguintes principais termos: Compromete-se a ré (i) a realizar o correto enquadramento dos cargos de gestão, nos termos do artigo 62, inciso II e § único, da CLT, de modo que os empregados que não exerçam, efetivamente, atividade de gerência e chefia façam as devidas anotações dos controles de suas respectivas jornadas de trabalho, sob pena de multa diária correspondente a R$ 1.000,00, por empregado, reversível a quaisquer dos fundos destinados à reparação de direitos difusos e/outras instituições convenientes sem fins lucrativos, de notória prestação de serviços sociais e ou instituições públicas e privadas que tenham como objetivo a defesa e fiscalização dos direitos sociais); (ii) a destinar a quantia de R$ 30.000.00, em 05 parcelas iguais e sucessivas no valor de R$ 6.000.00, ao Instituto Nacional do Câncer (INCA), a começar em 25/01/2021 e a terminar no dia 25/05/2021, em bens ou materiais que a Instituição necessitar no mês em que a parcela for vencer.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Risco de condenação por dano moral coletivo e obrigação de fazer com consequente adequação do quadro laboral de confiança de gestão no tocante às atividades atribuídas e a forma remuneratória aplicada.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico “possível”.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0002496-86.2013.5.01.0262	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de São Gonçalo/RJ
Instância	2ª Instância
Data de instauração	09/12/2013
Partes no processo	PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (Autor) Casa & Vídeo Rio de Janeiro (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 30.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho/MPT em face da Companhia, com pedido de dano moral por revistas pessoais. Alega o Ministério Público do Trabalho no exercício de suas atribuições fiscalizatórias, por meio da ação civil pública promovida judicialmente, que a Companhia praticava revistas íntimas, de forma irregular, levando seus empregados a possível constrangimento no referido procedimento interno. Em 29/08/2014 os pedidos autorais para aplicação de multa coercitiva em caso de violação à intimidade ou à dignidade dos empregados foram julgados procedentes em parte. Em 28/09/2015, interposto recurso ordinário pelas partes e 28/02/2018, publicado acórdão negando provimento ao recurso da MPT e dado parcial provimento ao recurso da Companhia, para excluir da condenação a imposição de multa diária. Em 05/04/2018, opostos embargos de declaração pelo MPT e rejeitados pela 5 turma do TRT/RJ em 04/09/2018. Em 05/11/2018, interposto recurso de revista pelo MPT e denegado seguimento ao recurso em 07/02/2019. Interposto agravo de instrumento em recurso de revista em 29/04/2019, com a interposição de contrarrazões ao recurso de revista e de contraminuta ao agravo de instrumento pela Companhia em 25/112019. Aguardando o remesso dos autos para o Tribunal Superior do Trabalho.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Adequação dos procedimentos internos de prevenção e perda.
Valor Provisionado	A Companhia não provisionou valores para esta contingência, tendo em vista o prognóstico “remoto”.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em que pese tratar-se de casos relevantes em razão da matéria, em 31 de dezembro de 2020, não há valores provisionados para os processos descritos no item 4.3 acima totalizam, em razão dos prognósticos avaliados pelos advogados contratados pela Companhia.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Tendo em vista que não existem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte nos seguintes processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia:

Processos trabalhistas	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 12.872 mil
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Reclamações trabalhistas diversas, na maioria dessas relacionadas a supostas horas extras trabalhadas e não pagas pela Companhia, devendo-se ressaltar a existência de banco de horas. Incluiu nesse total as ações que discutem a suposta responsabilização da Companhia pelo passivo pelo passivo do grupo Mobilitá, sob argumento de grupo econômico.
Valor Provisionado	R$ 4.462 mil

(ii) Tributários

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte dos seguintes de processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

Processos Tributários	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 24.956 milhões
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Cancelamento extemporâneo de notas fiscais emitidas em contingência.
Valor Provisionado	Não há, em razão do prognóstico "possível", em função da ausência de jurisprudência. Contudo, em sede de defesa, a Companhia apresentou a ausência de prejuízo aos cofres públicos, bem assim, as falhas apontadas no processo fiscalizatório do Estado.

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte nos seguintes processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza cível, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia:

Processos cíveis	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.384 mil
Prática do emissor ou de sua	Reclamações diversas de natureza consumerista que nem sempre são de responsabilidade direta da Companhia, respondendo, contudo, de forma

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

controlada que causou tal contingência	solidária, tais como, produtos com defeito, demora no estorno de compra com cartão de crédito, demora na entrega de produto, dentre outros.
Valor Provisionado	R$ 1.410 mil

(iv) Outros

Todos os processos que possam ser considerados relevantes em conjunto em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2020 foram descritos nos subitens "i", "ii" e "iii" acima.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6 acima totalizam R$ 5.872 mil.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC: o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de janeiro de 2021 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://investidores.casaevideo.com.br), na seção "Governança Coorporativa/ Estatuto e Políticas".

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

• Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios;

• Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

(i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das *commodities*;

(ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

• Riscos de *Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas;

• Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e a sua utilização efetiva e eficiente de recursos;

• Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos, por meio da:

(i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;

(ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;

(iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;

(iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;

(v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;

(vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e

(vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados em instâncias de administração seguirá os critérios de probabilidade, relevância e impacto para definição da instancia de aprovação e acompanhamento do plano de ação. Os riscos de baixa probabilidade,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

relevância ou impacto financeiro serão discutidos em reuniões mensais entre os membros do Comitê de Controle de Riscos. Após referidas reuniões, o Diretor Presidente será responsável por definir as ações a serem tomadas para cada um dos riscos levantados e o Diretor Financeiro será responsável por implementá-las. Os riscos levantados com alta probabilidade, relevância e impacto, serão discutidos em reuniões semestrais entre os membros da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração ("Reuniões"). Após referidas Reuniões, o Conselho de Administração será responsável por definir as ações a serem tomadas para cada um dos riscos levantados e o Diretor Presidente será responsável por implementá-las.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera os seguintes instrumentos:

Questionários de risco: A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

Ciclos de entrevistas: Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;

Auditorias de processos: A Diretoria avalia ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e presta contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação. Durante estes processos, matrizes de riscos são criadas e atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação de possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente;

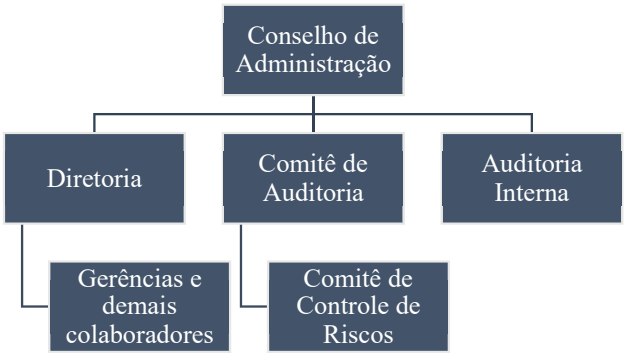
O tratamento dos riscos elencados na matriz de riscos resulta em ações, para assegurar o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos da Companhia.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021 e entrou em vigor na referida data. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



Conselho de Administração: órgão responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de risco e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria: órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*, acompanhar as atividades do Comitê de Controle de Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento deste é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Comitê de Controle de Riscos: órgão de assessoramento subordinado ao Comitê de Auditoria, que o auxilia na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração da Companhia, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ele reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Trata-se de um comitê que pode ser formado por membros da Diretoria Estatutária, área de Controladoria e Finanças, Representante do Departamento Jurídico e Representante da Auditoria Interna, subordinado ao Comitê de Auditoria.

Auditoria Interna: atuando de forma independente e objetiva, a Área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e aos seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores: Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

Linhas de Defesa

- 1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos): Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.

- 2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos): Comitê de Controle de Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ele reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos, bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.

- 3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo): Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

• Eficiência e efetividade operacional;

• Confiança nos registros de dados e informações;

• Conformidade; e

• Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://investidores.casaevideo.com.br), na seção "Governança Coorporativa/ Estatuto e Políticas".

Referida política tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e parâmetros definidos pela política mencionada.

No processo de gestão de riscos são feitas análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

- Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

  (i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

  (ii) *Riscos de Crédito*: definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira.

  (iii) *Riscos de Liquidez*: possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

perdas.

- Riscos de *Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

- Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos.

- Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui estratégias específicas para proteção de riscos patrimoniais. Este risco, caso identificado, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia se utiliza de mecanismos para proteção de exposição de seus passivos captados no exterior, todos os instrumentos são registrados contabilmente conforme pronunciamento contábil de instrumentos financeiros, onde o impacto contábil reflete o valor justo de liquidação dos ativos de proteção na data de encerramento das demonstrações financeiras, sendo que tais instrumentos de proteção objetivam a conversão das dívidas de dólar para reais, de forma que a Companhia não tenha seus fluxos de caixa impactados pela variação cambial. Em 2020, a Companhia utilizou de instrumentos financeiros com operações de *swap* para proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações de importação de mercadorias para revenda com financiamentos bancários (FINIMP) e sua linha de crédito de repasse externo junto ao Citibank, no âmbito da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Esses instrumentos financeiros derivativos tiveram impacto passivo de R$ 964 mil reais.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção. Uma vez que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, aplicam-se ao gerenciamento de tais riscos os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gerenciamento de Riscos, e a definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento tem por premissa a manutenção dos riscos, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Os parâmetros de proteção e o gerenciamento dos riscos de mercado se dá pelo monitoramento da exposição dos passivos a moedas estrangeiras, índice de alavancagem, concentração de aplicações por instituição financeira, cronograma de liquidez de aplicações associado às previsões de fluxo de caixa e acompanhamento das perspectivas macroeconômicas como curva futura do dólar, cupom cambial, juros futuros e conjuntura político-econômica.

Com relação ao risco de liquidez, o controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Ademais, a Companhia se utiliza de políticas de caixa mínimo, controle de gestão de estoque, prazo de pagamento com fornecedores e política de nível de alavancagem na gestão operacional de seu caixa e, adicionalmente, todos os investimentos são realizados conforme análise e determinação dos respectivos retornos.

Além disso, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação às aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, são procedimentos adotados pela Companhia a fim de minimizar os riscos de inadimplência. A Companhia também mantém operações de cartão de crédito *private label* cujo risco de crédito é totalmente garantido contratualmente pelo administrador da bandeira.

No âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não há instrumento financeiro derivativo com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco. Todas as operações de derivativos devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 15 de janeiro de 2021, estabelece que as áreas responsáveis serão o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Controle de Riscos.

A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos da Companhia foi estruturada e busca abranger todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma multidisciplinar (riscos gerais e riscos de mercado).

Para mais informações sobre a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia, vide item 5.1, subitem “b.iii”, deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas.

Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações tais como atualização e redistribuição do controle de alçadas de aprovação de pedidos e requisições, segregação dos ambientes sistêmicos evitando usuários com acessos não necessários para o desenvolvimento de suas atividades, automatização controlada do registro de notas fiscais, sistema automatizado de conciliação de recebíveis e desenvolvimento de diversos relatórios de validação das avaliações das políticas contábeis, que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 15 de janeiro de 2021, tem como principal objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e defesa da concorrência, e implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanhará as atividades das áreas de contabilidade e *compliance*, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

Para mais informações sobre a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia, vide item 5.1, subitem “b.iii”, deste Formulário de Referência.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Controladoria, Departamento Jurídico e Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Controle de Riscos, que, conforme classificação de risco/impacto definida na Política de Gerenciamento de Riscos, são reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avalição de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de Controladoria, Departamento Jurídico e Auditoria Interna.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento às exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da Companhia; e c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2020, item 7, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, tão logo a Companhia tenha acesso à versão final da carta preparada pelos auditores independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que integram o seu programa de integridade.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma:

Representantes da companhia em contato com administração pública:

É parte do Programa de Integridade que a Companhia concentre os pontos de contato com a administração pública no mais alto nível da Diretoria Executiva ou responsáveis Técnicos classificados como Colaboradores Relevantes. Esses representantes possuem expresso conhecimento em relação às práticas anticorrupção e sanções informadas no Código de Conduta Ética Corporativa, cuja última versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de janeiro de 2021 ("Código de Conduta").

Detecção de fraudes e ilícitos

Com o objetivo de esclarecer, orientar e favorecer a transparência, a Companhia possui um canal direto de comunicação entre seu parceiro e a Diretoria: o Canal Confidencial Casa &Vídeo ("Canal Confidencial").

O Canal Confidencial é um meio de comunicação direto que visa garantir o cumprimento do Código de Conduta da Companhia. Através dele é possível registrar ocorrências, fraudes, omissões, e etc., sem a necessidade de identificação, bem como denúncias diretas sobre a observância dos Princípios Empresariais, Normas de Conduta Ética e Conflitos de Interesse. Além disso, o Canal Confidencial é uma ferramenta importante na prevenção e impactos provocados por fraudes e outras atividades que possam gerar danos à imagem da Companhia.

O uso do Canal Confidencial é indicado a todos Associados, Colaboradores, Agentes da Administração Pública e Fornecedores. Ele poderá ser acessado tanto pelo telefone (21) 2505-7950, quanto pela internet, através do site http://canalconfidencial.casaevideo.com.br/relatar.php, para que o caso seja analisado pelo Comitê de Ética.

A política adotada está em consonância com aspectos de aprimoramento do processo de Governança Corporativa da Companhia, oferecendo estímulo à utilização responsável e confidencial pelos *stakeholders* da Companhia, com garantia de confidencialidade.

A Companhia não tolerará qualquer tipo de retaliações aos denunciantes de boa-fé e buscará, de todas as formas, prevenir este tipo de conduta. Tais retaliações serão punidas, nos termos do Código de Conduta.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade, sendo tais políticas adaptadas anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência:

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a qualquer pessoa natural que mantiver qualquer vínculo empregatício com a Companhia, ou que nela atuar enquanto administrador, membro de órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, ou membro do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Colaborador"), inclusive pessoas naturais ou jurídicas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, consultores, instituições financeiras, analistas de Valores Mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, trabalhadores terceirizados e fornecedores que contratados pela Companhia, suas controladas ou coligadas ("Fornecedores e Prestadores de Serviços"). A leitura e assimilação do Código de Conduta é dever de todos. Cada gestor é responsável pela supervisão e adoção dos procedimentos, e deverá constituir e manter canais para ouvir e agir em caso de violações da política e das práticas éticas dos negócios da Companhia. O Código de Conduta tem por objetivo de oferecer uma compreensão clara sobre os comportamentos que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia. Devem estar presentes na prática diária das atividades da Companhia e expressar o compromisso e o respeito quanto ao atendimento cordial e eficiente a todos os clientes, eles são a razão da existência da Companhia; conduta honesta e transparência diante de situações de conflito de interesses, tanto nas relações pessoais como nas profissionais; informação adequada, precisa e correta dos documentos mantidos e divulgados internamente ou nos diferentes meios de comunicação; cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis ao negócio; e imediata manifestação sobre qualquer violação comprovada do Código de Conduta. Nesse sentido, o documento endereça as principais diretrizes relativas ao relacionamento da Companhia e de seus Colaboradores com Fornecedores e Prestadores de Serviços, clientes, concorrentes, e prevê regras relacionadas a situações de conflito de interesses, ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes, à proteção de informações confidenciais, aos contatos com a imprensa, à responsabilidade socioambiental da Companhia, bem como as medidas disciplinares aplicáveis nos casos de violação ao Código de Conduta.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

A implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do Código de Conduta são de responsabilidade da área de Auditoria Interna e Diretoria da Companhia, que atua com o auxílio dos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico. Estas áreas atuam de forma a promover a disseminação e consolidação de uma cultura ética, bem como prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui Código de Conduta formalmente aprovado, conforme descrito na seção 5.4.(a).i acima.

5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

  Os princípios do Código de Conduta aplicam-se a todos os Colaboradores da Companhia, inclusive Fornecedores e Prestadores de Serviço. A leitura e assimilação do Código de Conduta é dever de todos. Cada gestor é responsável pela supervisão e adoção dos procedimentos, e deverá constituir e manter canais para ouvir e agir em caso de violações da política e das práticas éticas dos negócios da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

  A Companhia deve oferecer treinamentos voltados ao aprimoramento das competências necessárias para o dia a dia de seus negócios, sendo tais treinamentos aplicáveis a todos os Colaboradores.

  Serão coordenados pelo Comitê de Ética treinamentos periódicos aos empregados sobre a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta, bem como dirimir todas as dúvidas eventualmente levantadas por eles.

  Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, no processo de integração e/ou 1 (uma) vez ao ano.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

  Os Colaboradores que praticarem tais violações estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no Código de Conduta: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do Colaborador; ou (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, no caso de Fornecedores e Prestadores de Serviços, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis

  Caberá ao Conselho de Administração a definição das penalidades que serão aplicadas no caso concreto, por infrações ao presente Código de Conduta e às demais políticas internas da Companhia, levando-se em consideração a gravidade da infração, a reincidência do infrator e os danos provocados à Companhia e/ou aos demais colaboradores. Quando se tratar de infração cometida por administradores da Companhia, a definição das penalidades competirá ao Comitê de Ética.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

  O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 15 de janeiro de 2021.

  O Código de Conduta pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (www.casaevideo.com.br/investidores), e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

5.4 - Programa de Integridade

Com o objetivo de esclarecer, orientar e favorecer a transparência, a Companhia criou um canal direto de comunicação entre seu parceiro e a Diretoria: o Canal Confidencial.

O Canal Confidencial é um meio de comunicação direto que visa garantir o cumprimento do Código de Conduta da Companhia. Através dele é possível registrar ocorrências, fraudes, omissões, e etc., sem a necessidade de identificação, bem como denúncias diretas sobre a observância dos Princípios Empresariais, Normas de Conduta Ética e Conflitos de Interesse. Além disso, o Canal Confidencial é uma ferramenta importante na prevenção e redução dos impactos provocados por fraudes e outras atividades que possam gerar danos à imagem da Companhia.

O uso do Canal Confidencial é indicado a todos os Colaboradores e Fornecedores e Prestadores de Serviços da Companhia. Ele poderá ser acessado tanto pelo telefone 0800 727 0357 quanto pela internet através do site http://www.canalconfidencial.com.br/casaevideo, para que o caso seja analisado pelo Comitê de Ética.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

  O Canal de Denúncias da Companhia é administrado internamente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

  O uso do Canal Confidencial é indicado a todos os Colaboradores e Fornecedores e Prestadores de Serviços da Companhia. Ele poderá ser acessado tanto pelo telefone (21) 2505-7950 quanto pela internet através do site http://canalconfidencial.casaevideo.com.br/relatar.php, para que o caso seja analisado pelo Comitê de Ética.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

  Todas as comunicações feitas ao Canal Confidencial da Companhia serão confidenciais. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal Confidencial. Ressaltando que qualquer a retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação ao Código de Conduta da Companhia, sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

  As comunicações feitas ao Canal Confidencial serão analisadas pelo Comitê de Ética.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias as quais participa. Contudo, a Companhia não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

No entanto, não são aceitos vínculos societários, próprios ou por intermédio de familiares com fornecedores ou concorrentes de Associado ou Colaborador que ocupa cargo com poder de influenciar transações e com acesso a informações privilegiadas.

5.4 - Programa de Integridade

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta e não há expectativa de aumento ou redução na exposição da Companhia a tais riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	03/09/2009
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

A Casa & Vídeo Brasil S.A. "CVBR" é uma sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, possuindo como atividade preponderante o comércio varejista no modelo de autosserviço, constituindo suas principais categorias de comercialização, os produtos de utilidade doméstica, *connect* (celulares e smartphones), eletroportáteis, cama, mesa e banho, bricolagem, conveniência, lazer, dentre outros.

A marca Casa&Video foi criada em 1988, no Rio de Janeiro, enquanto a história da Casa & Vídeo Brasil S.A se inicia em fevereiro de 2009, quando o Grupo Mobilitá formado pelas empresas – Mobilitá Comércio, Indústria e Representações Ltda.; Lar e Lazer Comercio e Representações Ltda. e Paraibuna Participações Ltda., ajuizou pedido de recuperação judicial processado pela 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia de Credores e referendado pelo Administrador Judicial e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, previa, na forma do artigo 60 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("LRE"), a alienação judicial a uma sociedade com natureza de sociedade de credores, conforme o disposto no artigo 145 da LRE. Assim, propositalmente foi criada uma Unidade Produtiva Isolada – a Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., cuja razão social foi recentemente alterada para Casa & Vídeo Brasil S.A., constituída para receber o acervo líquido do grupo Mobilitá, em especial, a operação de varejo de lojas e venda pela internet. Além disso, o Centro de Distribuição, as lojas, o fundo comércio e a marca, passaram a ser de propriedade da Casa & Vídeo.

A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do artigo 60 da LRE, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobilitá, antigo detentor da marca.

Após um período de estruturação financeira, a partir do final do ano de 2017, a Companhia entendeu que estava na hora de expandir a sua participação no mercado. A ampliação do número de pontos de venda ajudou a empresa a consolidar sua participação de mercado no Rio de Janeiro e alavancar a presença nos demais estados da região Sudeste do país.

A Companhia lançou, em dezembro de 2018, um cartão com sua marca (*private label*), com objetivo de consolidar o uso do cartão entre seus clientes ao longo do referido ano e seguintes. Além de enfatizar a facilidade de parcelamento das compras, a Casa & Vídeo aplica ofertas específicas para os detentores do cartão, o que vem gerando incremento de suas vendas, aumento do ticket médio e captação de clientes novos que não possuíam crédito no mercado. Em 2020, a Companhia ultrapassou a marca de 400 mil cartões emitidos. Essa é uma importante ferramenta de fidelização, visto que as taxas de recorrência dos clientes do cartão próprio são muito acima dos comparáveis (Visa e Mastercard).

Em julho de 2019, a Casa & Vídeo atingiu o marco de cem lojas, reforçando o seu plano de expansão. Ao longo dos últimos dois anos, a Companhia ajustou seus processos e desenvolveu um modelo estatístico para projeção de vendas em lojas novas com altíssimo nível de precisão, o que permitiu a maior expansão da história da Companhia em 2020, encerrando o ano com 151 lojas no modelo tradicional.

Em 2020, a Companhia intensificou o plano de expansão e desenvolveu dois novos modelos de negócio: (i) "Lojas Mini" e (ii) ".Perto".

A expansão das vendas e consequente diluição de custos fixos seguem alinhadas com as projeções e a assertividade do modelo desenvolvido para projeção de novas lojas e os ajustes processuais permitiram a inauguração de novos modelos de negócio.

As lojas no modelo "Mini", são unidades de vendas no modelo "*store in store*" que operam na média com 9 m^2. Durante o fechamento do comércio que ocorreu devido a necessidade de isolamento social trazida pela COVID-19, a Companhia pilotou a primeira unidade no modelo "Mini" inaugurada em abril de 2020, o baixo investimento parcialmente financiado pelo capital

6.3 - Breve Histórico

de giro, o alto *ticket* médio com baixo custo operacional permitiu intensificar a inaugurações de lojas nesse formato.

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com 61 lojas no formato "Mini", essa nova unidade de negócios permitiu entrar em localidades de difícil colocação de espaço e aproveitar o fluxo trazido pela loja (em geral importantes redes de supermercados). As lojas no modelo ".Perto", são unidades totalmente conectadas na plataforma *omnichannel* com venda física e digital assistida, operando na média com 200 m^2 e com no máximo 14% do sortimento total ativo da companhia com estoque da loja. O baixo investimento em Capex e o capital de giro financiado permite a expansão acelerada desse novo modelo de negócios sem impactos relevantes no fluxo de caixa da Companhia. Esse novo modelo de negócios apresenta resultados importantes para a proposta de valor da Companhia, considerando que os principais SKUs (*stock keeping unit*) selecionados para compor o sortimento desse novo modelo, aliados à venda digital assistida (que representa 10% da venda da unidade) compondo o restante do sortimento, geram retornos acima da média de investimentos da Companhia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

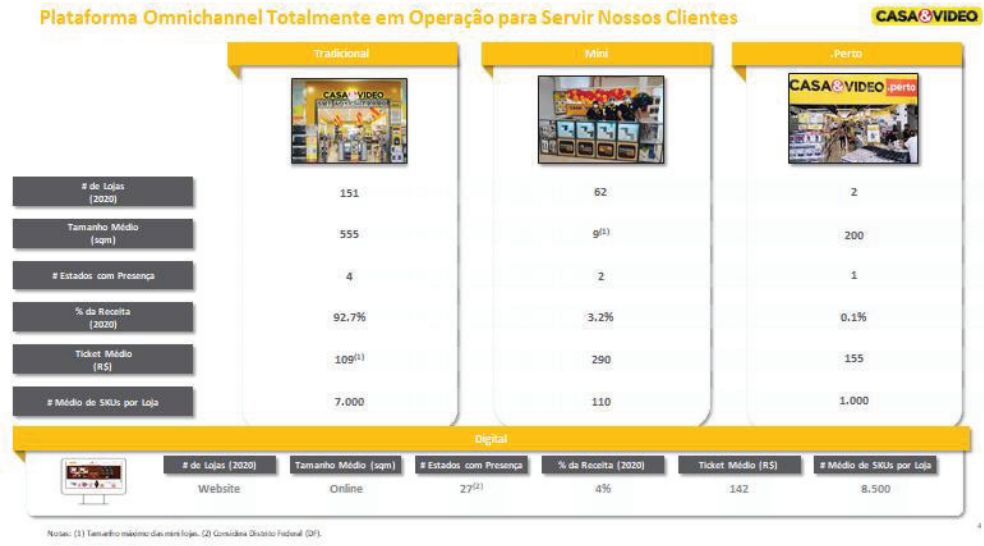
6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

A Casa & Video Brasil S.A. ("Companhia") é uma das maiores redes de lojas de departamentos dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme dados da *Growth for Knowledge* - GFK ("GFK"), com 8,2% de *market share*[1] no Estado do Rio de Janeiro[4] considerando o portfólio de produtos que oferece, e é líder no segmento de portáteis e climatização[2]. É a 2ª marca em *Top of Mind* do segmento no mercado do Estado do Rio de Janeiro e tem a maior consideração de compra na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro[3]. Com atuação por meio de lojas físicas, *e-commerce* e televendas, a Companhia possui um portfólio de mais de 7 mil produtos, incluindo utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, itens de decoração, itens de organização e de climatização, entre outros. Uma marca construída há mais de 30 anos, a Companhia atende públicos de diferentes classes, contando com uma base de cerca de 7,5 milhões de clientes ativos nos últimos 24 meses, oferecendo soluções para equipar suas casas, com um amplo *mix* de produtos de qualidade e de marcas conhecidas, a preços baixos, por meio de canais de venda físicos e digitais integrados, possibilitando conveniência e diversificação de serviços.



A Companhia opera com alta rentabilidade ao passo que inaugurou mais de 120 lojas desde 2018, com uma alavancagem líquida de 0,63x EBITDA em 31 de dezembro de 2020. Atualmente, a Companhia trabalha com três formatos de lojas físicas: (i) as lojas tradicionais que contam com tamanho médio de 555 m^2, uma capacidade de até 7 mil unidades de manutenção de estoque ("SKUs"), alto sortimento de produtos e um *ticket* médio de R$109,00; (ii) as lojas no formato Casa&Video.perto ("Lojas.Perto"), projetadas para cidades com menos de 70 mil habitantes, que contam com um tamanho médio de, aproximadamente, 200m², cerca de 1 mil SKU's e ticket médio de R$155,00; e (iii) lojas no formato Casa&Video Mini ("Lojas Mini"), que são quiosques em pontos de alta circulação de pessoas, como supermercados, shopping centers ou terminais de transporte, um tamanho médio de 9 m2, cerca de 110 SKU's e ticket médio de R$290,00.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 215 pontos de venda (151 lojas tradicionais, 62 Lojas Mini e 2 Lojas.Perto), com forte presença geográfica nos Estados do Rio

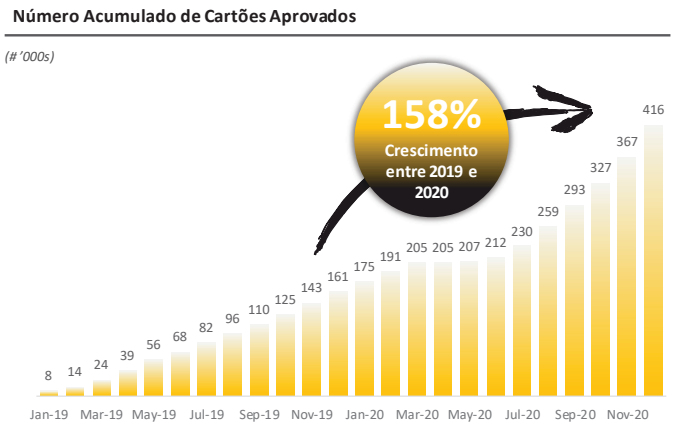
[1] Fatia de mercado.
[2] GFK, 2020 FY, Cestas de Telefonia, Eletroportáteis, Climatização, Informática e Eletrônicos. Dados até novembro de 20
[3] Pesquisa contratada junto a Mosaiclab, com 1.070 casos, realizada em dezembro de 2019.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de Janeiro e do Espírito Santo, além de início de expansão para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, conforme indicado na figura a seguir.

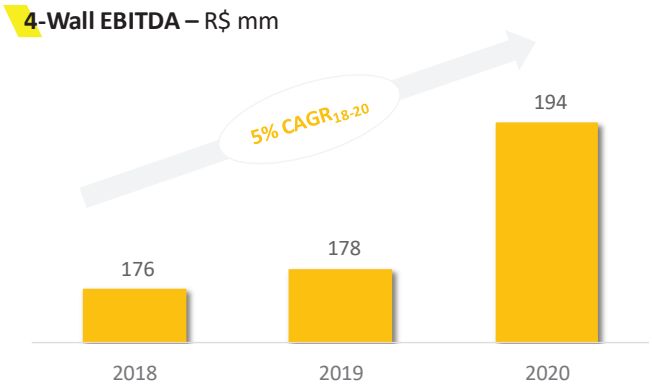
Em conjunto com a operação de lojas, a Companhia oferece serviços financeiros e crédito aos seus clientes desde dezembro de 2018 por meio de um cartão *private label* ("Cartão C&V"), em parceria com uma financeira que assume a inteligência e responsabilidade do risco de crédito, enquanto a Companhia opera a impressão e processo de coleta de informações para aprovação do Cartão. O Cartão C&V teve, ao longo de 2020, relevante expansão de base (mais de 400 mil cartões ativos em dezembro de 2020), mais do que dobrando a utilização do Cartão C&V nas vendas da Companhia, comparado ao mesmo período de 2019 (passando de 4% para 8%) – em média, os cartões possuem ticket 28% maior do que compras por outros meios de pagamento.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Durante os exercícios sociais de 2018 a 2020, a Companhia apresentou resultados operacionais e financeiros expressivos, considerando o aumento das vendas totais nas lojas físicas e das vendas pelos canais digitais, ganho de rentabilidade e controle de despesas operacionais e dos estoques, o que resultou em um aumento do EBITDA de 14,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, a Companhia demonstrou capacidade ímpar de execução do processo de expansão geográfica de suas lojas, inaugurando 104 lojas no ano de 2020 (40 no modelo tradicional, 2 no modelo Lojas.Perto e 62 Lojas Mini).

A Companhia, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas e rentabilidade. A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 7,4% no período entre 2018 e 2020. O EBITDA apresentou 14,7% de crescimento em 2020 quando comparado com 2019, alcançando R$1.115,7 milhões e R$176,4 milhões, respectivamente, representando uma margem de EBITDA de 15,8% sobre receita líquida, a melhor margem histórica da Companhia. Parte deste crescimento de EBITDA é dado pela excelência na operação de lojas, conforme observado nos resultados das lojas físicas apresentados



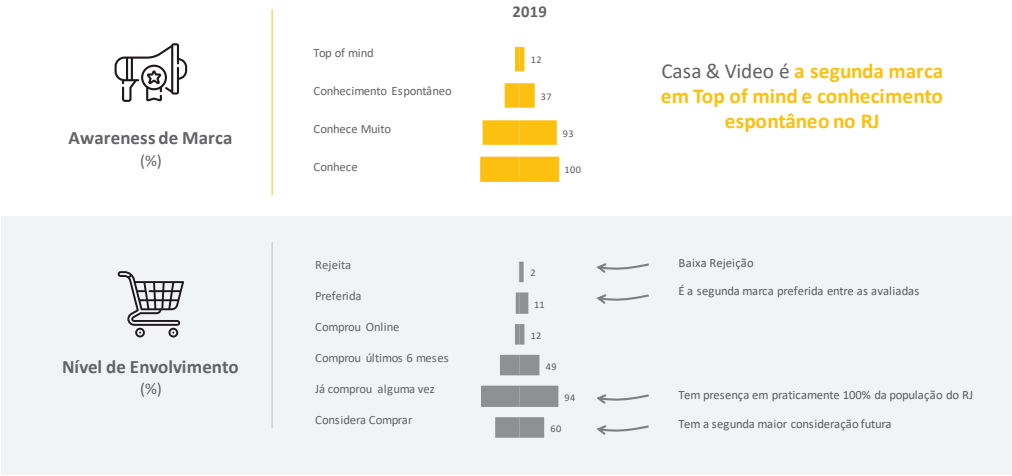
no gráfico abaixo.

No ano de 2020, a receita líquida e o EBITDA da Companhia aumentaram em 10,5% e 14,7%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2019, em uma demonstração de resiliência do negócio mesmo diante de um cenário crítico ocasionado pela pandemia da Covid-19. Destaca-se, além da resiliência das lojas físicas, o controle de rentabilidade da venda e eficiência de estoque e a abertura de 62 Lojas Mini (quiosques em supermercados, shopping

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

centers, ou terminais de transporte). Adicionalmente, foram inauguradas 40 lojas no formato convencional (sendo uma mudança de ponto) e 2 Lojas.Perto.

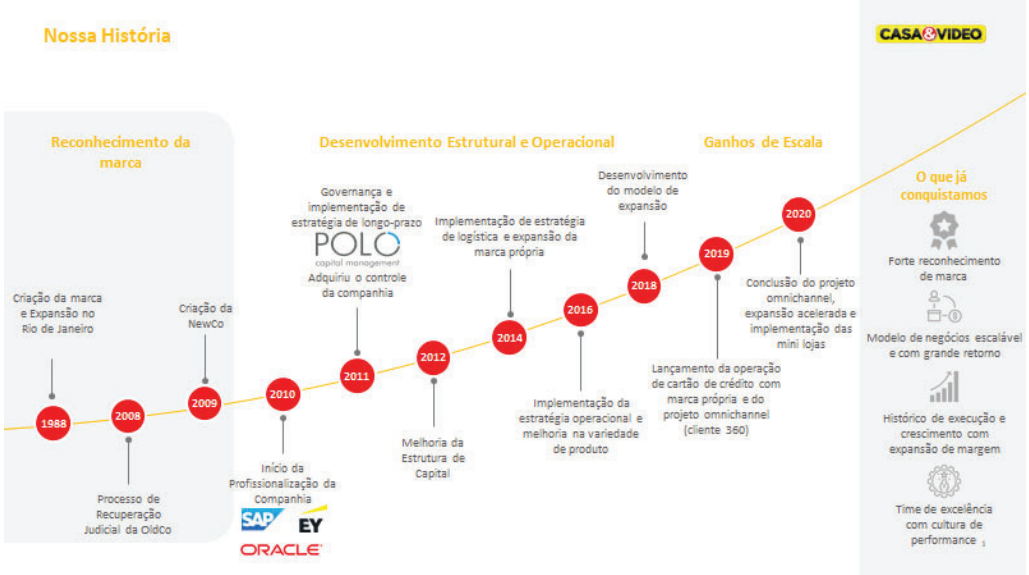
A Companhia acredita que o reconhecimento de sua marca e o nível de engajamento de seus clientes são resultados do seu profundo conhecimento de sua base de clientes, composta por, predominantemente, mulheres com mais de 30 anos (60% dos clientes) e pertencentes às classes sociais B e C (88% dos clientes). Anualmente, a Companhia tem, aproximadamente, 60 milhões de visitantes em suas lojas, sendo cerca de 7,5 milhões de clientes ativos (com 1 milhão de clientes com frequência de compra mensal). A Companhia conta com mais de 10 milhões de clientes cadastrados em seus sistemas.



Fonte: Pesquisa contratada junto a Mosaiclab, com 1.070 casos, realizada em dezembro de 2019.

A marca Casa&Video foi criada em 1988, no Rio de Janeiro, enquanto a Companhia foi criada em 2009 no âmbito de um processo de recuperação judicial e alienada, nos termos do artigo 145 da Lei nº 11.101/2005 ("Lei de Recuperação de Empresas"). A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do artigo 60 da Lei de Recuperação de Empresas, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobilitá (Mobilitá; Lar e Lazer e Paraibuna) antigas detentoras da marca. A partir de 2011, tendo a Polo Capital como investidora, representada pelos seus sócios fundadores no Conselho de Administração da Companhia desde então, a Companhia estabeleceu seus pilares de proposta de valor e estratégia, de forma a tornar-se sustentável, eficiente, rentável e com gestão disciplinada de caixa. Recentemente foram incorporados ao conselho de administração o Sr. Bernardo Hees e o Sr. Gerard Scheij, profissionais com ampla experiência como executivos ou conselheiros em companhias de distintos segmentos e países, dentre elas diversas varejistas brasileiras. Conforme observado no gráfico abaixo, a Companhia conseguiu entregar nos últimos anos uma série de projetos que fortalecem e compravam (i) o contínuo reconhecimento de marca, (ii) a escalabilidade do modelo de negócios, (iii) o crescimento e a expansão de margem, e (iv) um time experiente e alinhado na cultura do negócio.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

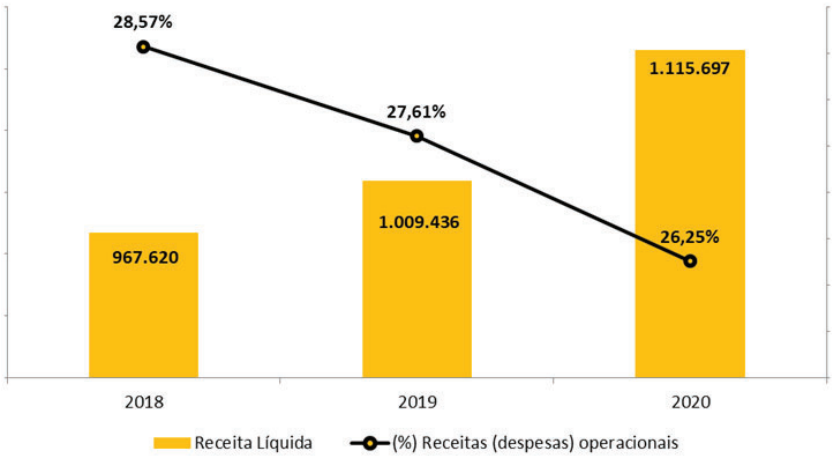


Operação logística para suportar o acelerado crescimento

Além das lojas descritas anteriormente, a Companhia possui um Centro de Distribuição ("CD") que serve suas lojas. Com 43.500 m2 de área construída e capacidade de expandir em 8.000 m2 adicionais, o CD fica localizado no Estado do Rio de Janeiro, o que possibilita que também atenda com velocidade os estados de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

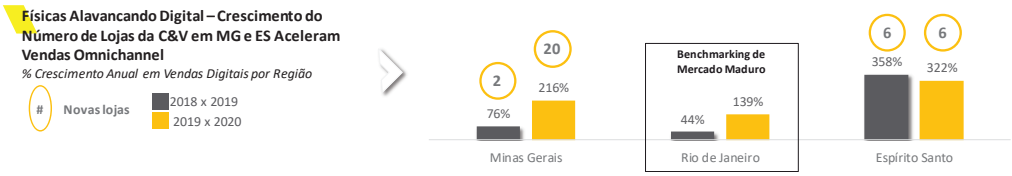
O modelo de negócio da Companhia, usando as lojas como "mini CDs", permite o crescimento e ganho de eficiência operacional por meio de uma estratégia de multicanal. O atual CD e a abertura de novas lojas alavancam a capacidade logística da Companhia para escalar suas vendas por meio da *omnicanalidade*. Como demonstra o gráfico abaixo, o crescimento das operações ajuda a diluir os custos da Companhia.



Receitas (despesas operacionais) s/ Receita líquida: é a divisão do grupo de despesas e receitas operacionais da companhia dividido pela Receita Líquida da Companhia.

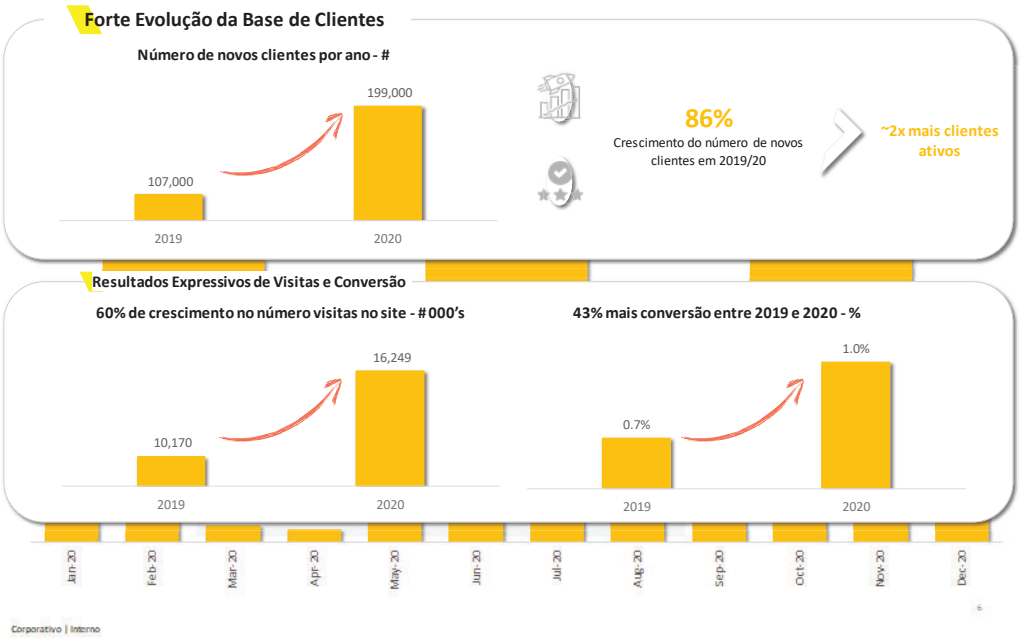
Canais físicos e digitais atuando em conjunto

Parte fundamental da estratégia da Companhia é desenvolver lojas físicas em paralelo à infraestrutura digital. Atualmente, 100% das lojas são pontos de retirada de produtos vendidos por meios digitais. As lojas físicas da Companhia criam uma infraestrutura que permite, em 66% das cidades onde opera, a capacidade de "*ship from store*" (entrega da loja na casa do cliente) e 100% das compras digitais podendo ser trocadas nas lojas presenciais. A Companhia atua no *e-commerce* de venda direta (modelo 1P) desde 2010, adicionalmente vende seus produtos nos principais *marketplaces* do Brasil e também possui *sellers* no seu *marketplace in* (modelo 3P). A evidência das sinergias entre canais físicos e digitais é comprovada pelos dados abaixo, mostrando que as vendas de "*omnichannel*" cresceram nas cidades em que ocorreu expansão das operações físicas da Companhia.

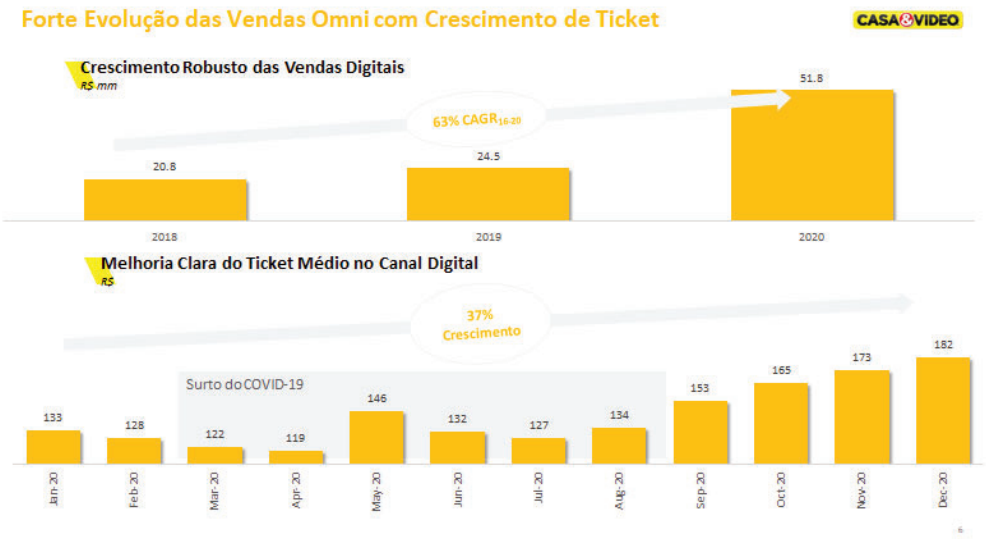


A estratégia *omnichannel* tem sido eficaz também na captura de novos clientes e na capacidade de converter engajamento digital em vendas, expandindo o número de clientes ativos e conversão, conforme abaixo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

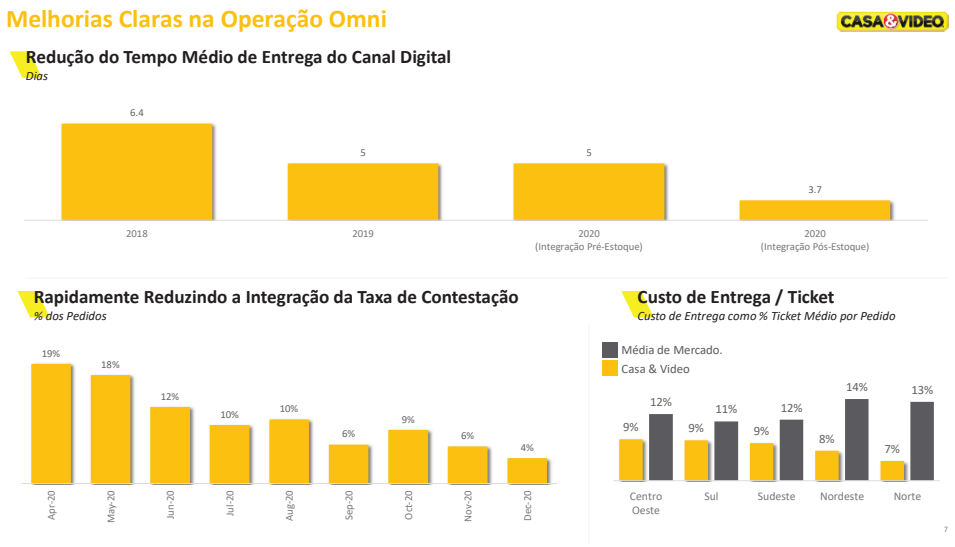


Dessa forma, o modelo digital tem sido um importante vetor de crescimento para a Companhia nos últimos anos, com fortes indicadores econômicos e operacionais, conforme tabela abaixo:



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O expressivo crescimento das operações *omnichannel* derivam também do ganho de eficiência e melhoras operacionais, conforme abaixo.



Fonte: Relatório EBIT

OPORTUNIDADES NO MERCADO BRASILEIRO

Segundo dados da GFK[4], de 2016 a 2020, o mercado brasileiro de telefonia, eletroportáteis, informática e eletroeletrônicos, cresceu a uma taxa nominal média de 10,2% ao ano. Em 2020, o varejo brasileiro demonstrou grande robustez, com crescimento de 19,9% comparado a 2019, mesmo em um cenário desafiador por conta da pandemia. O varejo físico do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, apresentou crescimento mais tímido no mesmo período (média de 2,6% ao ano, sendo 4,6% em 2020). Nesse sentido, fica evidenciada a solidez e a resiliência da performance de vendas da Companhia, considerando que até 2018 cerca de 98% de sua receita estava baseada em lojas físicas no mercado carioca e, atualmente, mais de 80% continuam baseadas em referida região. A base de vendas da Companhia foi construída em um ambiente econômico de baixo crescimento e, ainda assim, o modelo se provou sustentável. A Companhia entende que um modelo de negócios que se provou competitivo e resiliente em um mercado de baixo crescimento macroeconômico, de consumo e com a maior carga tributária de ICMS do país, como o apresentado no Estado do Rio de Janeiro, aplicado a novas regiões com ambiente de consumo mais propício, tende a performar em um nível superior de vendas por m².

Crise, vacância, mercado e oportunidade de baixo custo de expansão.

Um segundo aspecto em que o cenário de crise econômica se apresenta como oportunidade para o modelo de negócios da Companhia é a alta vacância dos imóveis derivada do cenário econômico e falência de varejistas. A alta oferta de imóveis comerciais pressiona o preço do aluguel, de forma a baratear o custo de expansão. Não tem sido incomum a identificação de pontos praticamente prontos para receber uma loja, com baixíssimo investimento e obra necessários, e a um baixo custo. Esse cenário torna ainda mais óbvio e rentável uma das principais estratégias de crescimento da Companhia.

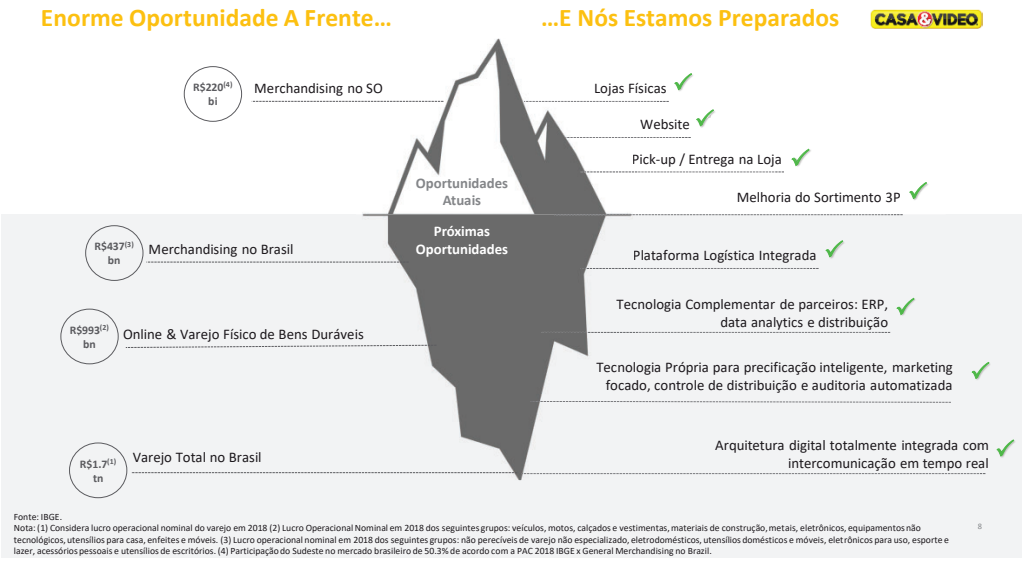
[4] Dados até novembro de 2020

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Cenário concorrencial no varejo físico e digital

Adicionalmente, o sortimento de produtos oferecidos pela Companhia é único. Os grandes varejistas nacionais dão ênfase a outras categorias, menos relevantes no negócio da Companhia, e concorrentes de mesmo posicionamento tem uma atuação regional, com menor escala ou menor força de marca. No 2º semestre de 2020, a pandemia da COVID-19 e o consequente fechamento de lojas físicas em várias localidades forçaram uma mudança súbita de hábito do consumidor, ampliando a relevância dos meios digitais no segmento de atuação da Companhia. Com os esforços de modernização de seu canal digital e sua integração com as lojas físicas, no 4º trimestre de 2020, cerca de 66% das vendas da Companhia realizadas por meio de seu site tiveram a modalidade de retirada em loja (store pickup) ou foram distribuídos por uma loja próxima (*ship from store*). Na visão da Companhia, isso valida e reforça a relevância da loja física em apoio aos canais digitais, mesmo com um consumidor cada vez mais digitalizado, o que sustenta um modelo de negócios *omnicanal*, com uma expansão geográfica de lojas físicas eficaz e de baixo custo operacional. Para mais informações sobre os impactos do COVID-19, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Ainda no tema de canais digitais, a Companhia não enxerga nenhum concorrente com posicionamento similar à Companhia que seja focado no nicho "equipar a casa" com preços competitivos e grande escala. A baixa penetração das categorias de utilidades domésticas no e-commerce representa uma oportunidade a ser explorada, principalmente se considerada a integração e capilaridade da loja física como ponto de retirada e minicentro de distribuição (que elimina a barreira do custo do frete), pontos fundamentais do modelo de negócios adotado pela Companhia.



VANTAGENS COMPETITIVAS

Modelo de negócio altamente escalável.

De forma geral, o modelo de negócio da Companhia é altamente escalável em função: (i) da capacidade de utilizar geração de caixa própria para financiar parte de sua expansão e crescimento; (ii) baixo custo da abertura de novas lojas. A soma desses fatores permite uma expansão rápida, diluindo custos em uma base mais ampla de geração de receita, aumentando a

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

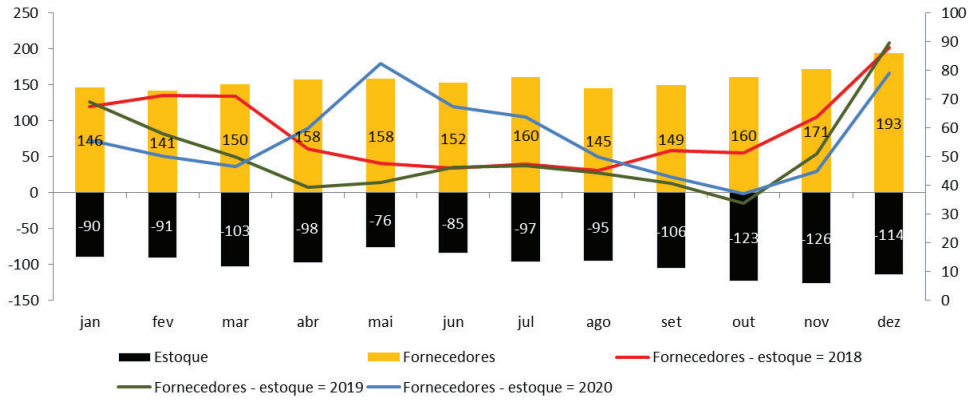
sinergia entre nossas lojas físicas (também utilizadas como mini CDs) e canais digitais, contribuindo para geração de caixa e permitindo maior competitividade com melhores preços, conforme ilustrado na figura abaixo. Adicionalmente, esses fatores trazem agilidade à Companhia para reagir, rapidamente, a qualquer alteração de mercado ou mudança comportamental de seus clientes. O efeito da adição de lojas, aliado ao ganho de eficiência logística, resulta em um ganho de escala relevante com alavancagem operacional.

Alta eficiência na gestão de estoques e do capital de giro.

A Companhia desenvolve um modelo com eficiência de estoques, o que possibilita capital de giro financiado, indiretamente, pelo fornecedor, considerando a diferença das datas de entrada do produto nas lojas, velocidade das vendas aos clientes e data de pagamento aos fornecedores. Essa performance é obtida por meio de alguns pilares: (i) processo de compras baseado em dados, que utiliza modelagem estatística para previsão de demanda e referência para os alvos de estoque por tipo de produto; (ii) alta frequência de distribuição e fracionamento de cargas nos centros de distribuição, minimizando a necessidade de grandes coberturas de estoque em loja; (iii) inteligência alimentando distribuição, de forma a determinar os melhores alvos de envio de estoque para cada loja, acelerando o giro; (iv) governança do sortimento ativo: limite de SKUs definido por categoria e papel, além de ciclo anual qualitativo de revisão do sortimento com base em performance de giro e rentabilidade; (v) processo de markdown5 automatizado, que acelera escoamento de itens inativos a partir da idade média dos itens em estoque (aging) e cobertura de estoque remanescente; (vi) governança do processo de colocação de pedidos e recebimento no centro de distribuição, atrelados aos alvos de estoque determinados a partir da dinâmica da cadeia de abastecimento de cada categoria de produtos; (vii) cultura orientada ao melhor equilíbrio entre carregamento de estoques e potencial de vendas, solidificada ao longo de 8 anos e que hoje permeia as áreas de compras, logística e planejamento comercial. O processo de distribuição adotado pela Companhia busca garantir o fornecimento tempestivo e adequado de produtos, a preços atrativos e que gerem rentabilidade para a Companhia. A eficiente gestão do capital de giro da Companhia faz com que não haja necessidade de se financiar no curto prazo com capital de terceiros, permitindo que a dívida corporativa seja negociada com prazos mais longos e, consequentemente, em melhores condições. A evolução mensal das métricas de capital de giro da Companhia, conforme o gráfico a seguir, evidencia sua capacidade de se alavancar operacionalmente.

[5] Redução nos preços para que se aumente o fluxo de vendas sem gerar prejuízos.

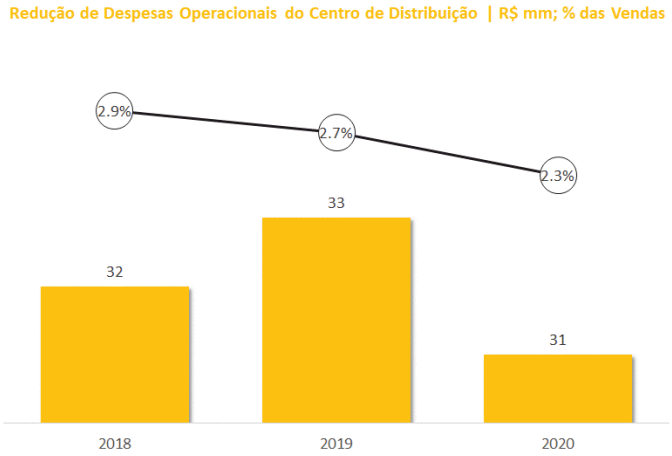
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Baixo custo operacional e de abertura de lojas, com investimento parcialmente financiado pelo capital de giro.

O baixo custo operacional de abertura de novas lojas, parcialmente financiadas pelo capital de giro e pelas condições geradas pela Companhia graças a um modelo de autosserviço nas lojas, com grande otimização de processos, inteligência na alocação dos produtos e cultura arraigada de disciplina financeira que permeia toda a Companhia. Esses fatores garantem à Companhia agilidade e flexibilidade na abertura de novas lojas, podendo responder rapidamente a qualquer identificação de novos pontos de potencial expansão e acompanhar os dinamismos das cidades onde atua.

Em adição ao baixo custo operacional e de abertura de lojas, o efeito da adição de lojas, aliado ao ganho de eficiência logística, resulta em um ganho de escala relevante para Companhia, conforme observado no gráfico abaixo.



Mix único de produtos.

O mix de produtos oferecido pela Companhia está associado a um perfil único, estruturado para atender todas as classes sociais. É resultado dos anos de atuação da Companhia no varejo e de utilização de ferramentas tecnológicas que permitem utilização de análise de dados e modelagem

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

estatística para previsão de demanda e referência para os alvos de estoque por tipo de produto, além de ciclo anual qualitativo de revisão do sortimento com base em performance de giro e rentabilidade. A experiência da Companhia e de sua administração no ramo do varejo, aliada ao uso de tecnologia de ponta, proporciona um sortimento customizado de produtos.

A Companhia entende que o sortimento de seus produtos não encontra paralelos entre os competidores nacionais, com os quais há baixa intersecção de sortimento. Nos poucos produtos em que tal intersecção ocorre, são de baixa relevância para os concorrentes da Companhia, já que não são foco para as suas operações. Com base em pesquisas realizadas pela Companhia no estado do Rio de Janeiro e em algumas cidades de Minas Gerais (Belo Horizonte) e São Paulo (Capital, Campinas, Santos, São José dos Campos) nos anos de 2019 e 2020, a Companhia entende que os concorrentes comparáveis são players regionais, com força de marca localizada e baixa escala. O mix completo de produtos oferecido pela Companhia garante que ela não tenha competidores diretos (com a mesma força de atuação em todas as categorias ao mesmo tempo), o que a torna a melhor solução de conveniência para seus clientes e garante um alto giro de estoque. A Companhia atua nas seguintes categorias: (i) eletroportáteis, (ii) conexão, (iii) utilidades domésticas, (iv) manutenção da casa, (v) entretenimento, e (vi) categoria de bombonier e outros itens de conveniência (checkout).

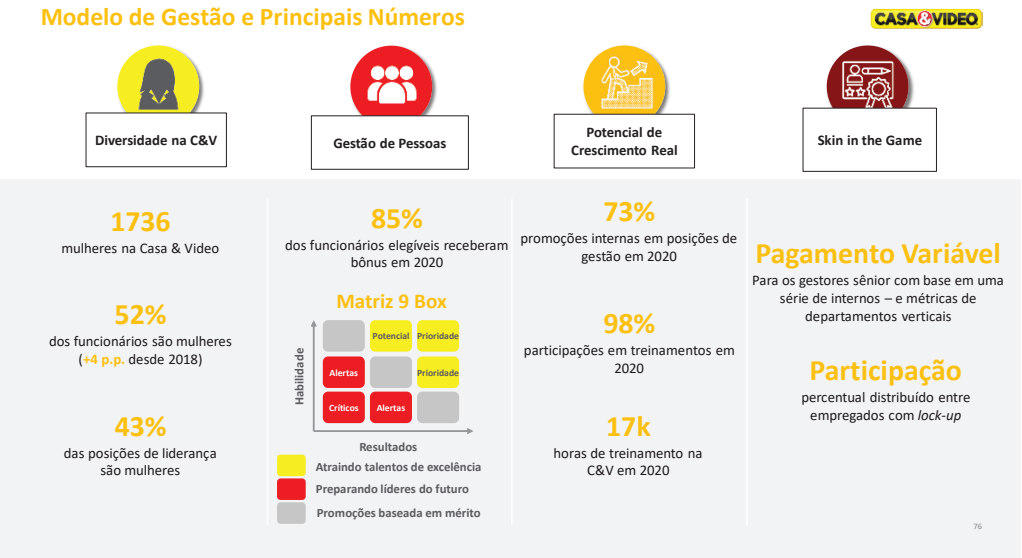
Acionistas com grande alinhamento estratégico e experiência comprovada em segmentos distintos.

Desde 2010, a Companhia passa por um processo de transformação e amadurecimento em sua governança, estratégia e disciplina de caixa, dentre outros, adotando a concepção de um modelo de negócios sólido e resiliente, bem disseminado pela organização. Desde então, além dos pilares da estratégia, foram implementadas revoluções na adoção de ferramentas modernas de gestão, uma cultura única de tomada de decisão baseada em dados, revisões nos processos da cadeia de fornecimento, gerenciamento de categorias, precificação, valorização do quadro de funcionários e administradores, transmissão e consolidação cultura organizacional e o aprimoramento da governança corporativa.

Além da Companhia contar com acionistas que estão há mais de 10 anos no controle, recentemente consolidou um reforço em seu conselho de administração com a chegada do Sr. Bernardo Hees (ex CEO Global da Kraft Heinz e Burguer King, Presidente do Conselho de Administração da Avis Budget) e do Sr. Gerard Scheij (ex CEO do Atacadão, C&A Brasil e cofundador e executivo da "*Picnic*"), aportando conhecimento de mercado, experiência e visão de negócios à, já qualificada, administração da Companhia.

Para a execução das ações previstas no planejamento estratégico concebido por seus acionistas, bem como para sua gestão executiva, a Companhia conta com uma equipe de administração profissional, composta por executivos qualificados e experientes, com um equilíbrio entre pessoas com longa trajetória na Companhia e recrutados no mercado, alinhados por um plano de incentivo de longo prazo, e que, à luz do histórico recente da Companhia, demonstrou ser capaz de conciliar expansão acelerada da operação com níveis saudáveis de rentabilidade.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



ESTRATÉGIAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que os 5 pilares a seguir serão determinantes na expansão de seus negócios com manutenção e melhoria dos níveis de rentabilidade já observados.

Expansão geográfica com adensamento apoiada em dados.

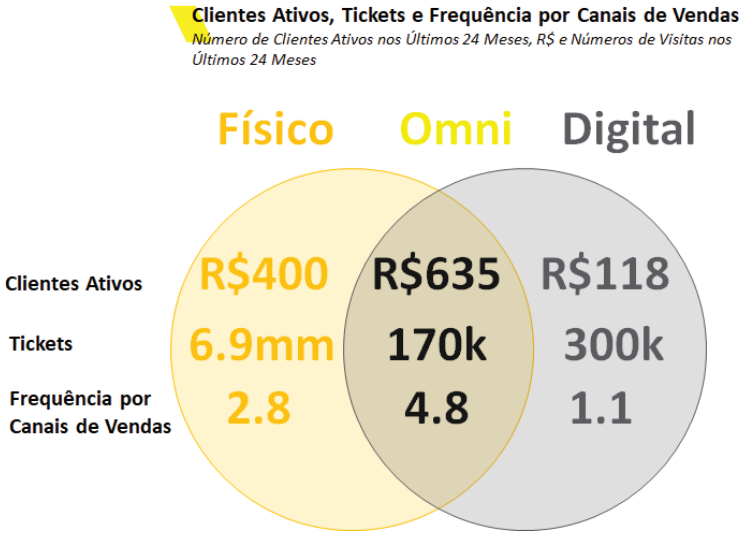
A Companhia, por meio da adoção de melhorias em seus processos e a utilização e análise de dados, atingiu bom níveis de eficiência e rentabilidade, com uma estrutura de custos fixos que suporta a expansão do parque de lojas, o que tende a gerar uma diluição dos custos em relação a receita, aumentando a rentabilidade. O processo para seleção de pontos de abertura de lojas foi amadurecido ao longo dos últimos dois anos, e tem por base uma estimativa de vendas para cada ponto potencial calculada a partir de critérios do atual parque de lojas, passando por variáveis de demografia, consumo, renda e características do imóvel. Em um segundo momento, todos os potenciais pontos passam por uma etapa de avaliação qualitativa feita em um processo de funil de aprovação, que conta com a participação da alta gerência.

A Companhia possui um conjunto de, aproximadamente, 297 municípios mapeados que entende apresentar características e porte adequados para receber uma loja de modelo tradicional, totalizando um potencial de 653 lojas considerando apenas o raio geográfico e escala do atual centro de distribuição no sudeste do país. Adicionalmente, identificou mais de 216 municípios com potencial para receber uma Loja.Perto. O adensamento de regiões retroalimenta a eficiência operacional via logística (diluição dos fretes) e investimento em marketing (diluição do custo de mídia).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Transformação digital e omnicanalidade.

As vendas do *e-commerce* cresceram 115,3% em 2020, quando comparadas a 2019, graças não só ao fortalecimento do hábito de compra via internet, mas também aos investimentos realizados pela Companhia em navegabilidade, prazo de entrega e conveniência (retirada em loja e *ship from store*). Mesmo no período com lojas reabertas, as vendas, no segundo semestre de 2020, do canal digital cresceram 96,1%. No último trimestre de 2020, 70% das compras do site passaram pela modalidade "retirada em loja" ou *ship from store*, o que comprova a aderência do consumidor a essa forma de adquirir produtos. Os novos investimentos no canal digital e no aperfeiçoamento de um ambiente *omnichannel*, incluindo melhor nível de serviço, suportarão a proposta de valor da Companhia, sua expansão e crescimento orgânico, sendo relevante investir no canal digital sempre contando com o apoio e a conveniência das lojas físicas.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Diversidade de modelos de lojas físicas.

Para cidades abaixo de 70 mil habitantes, criamos o modelo Loja.Perto, que conta com, aproximadamente, 200m² de salão de vendas, com cerca de 1 mil SKU's, selecionados a partir da performance de giro a cada período do ano. A loja demanda investimento baixo (cerca de um terço de uma loja tradicional) e apresenta um custo operacional menor (quadro de 5 operadores, versus 15 numa loja tradicional), além de um altíssimo giro de estoque a partir de um processo inteligente de seleção de sortimento. São equipadas com dispositivos que funcionam como terminais de venda do sortimento não disponível no estoque físico, ou seja, o cliente tem acesso ao estoque total da Companhia, já que eventual indisponibilidade de um determinado produto pode ser suprida pelo centro de distribuição ou por outra loja física ("prateleira infinita"). Além da loja física tradicional e da Loja.Perto, em 2020 a Companhia desenvolveu um novo formato: Lojas.Mini. Foram inauguradas 62 unidades nesse modelo que consiste em quiosques localizados em pontos de alto fluxo como supermercados, shopping centers ou terminais de transporte. Os quiosques vendem o sortimento de celulares e tablets, além dos principais itens de outras categorias de eletro e utilidades domésticas, com sortimento máximo de 110 SKUs. Também contam com dispositivos para venda do restante do sortimento via "prateleira infinita". A expansão combinada dos diferentes modelos de lojas físicas permitirá um aumento de capilaridade a um baixo custo por m², penetração em mercados pouco explorados, aceleração da construção e consolidação da marca fora dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além da consequente diluição dos custos fixos.

Posicionamento estratégico e inovador com mix de produtos "morar na casa".

A partir de pesquisas de mercado realizadas pela Companhia nos anos de 2019 e 2020, a Companhia identificou as linhas de produtos que constituem seu núcleo de venda em termos de lembrança de marca e associação pelo consumidor. A área de atuação do sortimento de produtos norteará o posicionamento da Companhia, combinando a lembrança e associação instantânea à marca, e configurará uma grande oportunidade de diferenciação e rentabilidade, além de apresentar baixo nível de concorrência considerando os players nacionais ou aqueles que possuem sólida presença digital.

A Companhia se especializou na área de atuação que denomina "morar na casa", composto por utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, itens de decoração, itens de organização e de climatização, entre outros. Dessa forma, foi possível criar um sortimento amplo de produtos e ao mesmo tempo um mercado de nicho, suportado por um um ecossistema de serviços e marketing de conteúdo (*content marketing*) que ofereça proposta única de valor para o consumidor.

Em 2020, foi criada uma estrutura dedicada de *Marketplace in*, que tem o desafio de representar a maior parte das vendas digitais da empresa nos próximos 3 anos. O Marketplace in permite ampliação infinita do sortimento com foco em "equipar a casa", com itens e fornecedores que permitirão alto nível de diferenciação e é parte fundamental da estratégia de posicionamento da marca. Além disso, a Companhia entende que parceiros 3P[6] conectados a sua estrutura permitirão a venda de itens de alto volume no e-commerce, que, econômica ou logisticamente, não se justificariam como venda própria.

Ampliação da participação de marcas próprias.

Como complemento ao mix de produtos "morar na casa", parte essencial da estratégia da Companhia, baseia-se na busca pela ampliação do alcance da marca e da importação própria.

[6] 3P: venda de terceiros (*third-party seller*)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atualmente, a Companhia trabalha com seis marcas próprias nas categorias de Cozinha, Sala de Jantar, Lavanderia e Organização, Decoração, Ferramentas e Brinquedos, que, somadas, representam, aproximadamente, 7% do seu faturamento e possuem rentabilidade acima dos similares de marcas de terceiros. Em 2019 e 2020 foram feitos investimentos na estruturação da área e em ferramentas para modernização da cadeia de abastecimento, com performance recorde de vendas e participação na Companhia. A Companhia entende que há oportunidade de ampliar o sortimento, potencializando uma estrutura de desenvolvimento de produtos (*sourcing*) e importação já instalada.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os principais pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia são contemplados nos fatores de risco mencionados abaixo e, para uma descrição completa, favor avaliar todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A Companhia possuí um único segmento operacional, o segmento de varejo, que é utilizado pela administração da Companhia para fins de análise e tomada de decisão. Dentro do segmento de operação, a Companhia tem diferentes canais de venda, lojas físicas no modelo tradicional, online, lojas "Mini" e ".Perto".

a. Produtos e serviços comercializados

Segmento	Descrição
Segmento de Varejo	Comércio varejista de produtos e utilidades domésticas, celulares, eletroportáteis, ferramentas, organizadores e climatizadores.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Valores expressos em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
Segmento	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	100%	1.009.436	100%	967.620	100%
Receita Total	**1.115.697**		**1.009.436**		**967.620**	

c. **Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

Valores expressos em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
Segmento	Lucro/Prejuízo	% do total	Lucro/Prejuízo	% do total	Lucro/Prejuízo	% do total
Lucro líquido	35.211	100%	8.734	100%	9.300	100%
Lucro/Prejuízo total	**35.211**		**8.734**		**9.300**	

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

A Companhia não possui processo de produção.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia entende que seu processo de distribuição engloba todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para seus clientes em todos os canais de venda em que opera. A Companhia atua com um centro de distribuição posicionado estrategicamente num raio acessível e com alta frequência de visitas à todas as suas lojas, com o objetivo de sempre disponibilizar os produtos que seus clientes desejam, independente da modalidade de retirada.

c. Características dos mercados de atuação

A Companhia está entre os líderes no Estado do Rio de Janeiro em conhecimento de marca na percepção do consumidor[1]. A Companhia atua no mercado de varejo por meio de uma plataforma *Omnichannel*[2] (multicanais) no formato multicategorias e possui uma extensa variedade de produtos com as seguintes classificações[3]: ar e ventilação; artigos pessoais; automotivo; bebê; beleza e saúde; brinquedos; cama, mesa e banho; casa e decoração; casa e vídeo kits[4]; conveniência; eletrodomésticos; eletroportáteis; artigos eletrônicos; artigos de escritório; materiais de esporte e lazer; ferramentas e jardinagem; jogos eletrônicos; informática; limpeza e organização; malas, mochilas e acessórios; artigos de *pet shop*; serviços; telefonia; utilidades domésticas.

A estratégia de multicanais (*omnichannel* ou *multicanalidade*) da Companhia é composta por mais de 200 lojas situadas em locais de grande tráfego como shopping centers, proximidades de supermercados e ruas com grande fluxo de pessoas. Além disso, a Companhia desenvolveu um canal digital integrado composto por uma plataforma de comércio digital que combina seu *website*, aplicativo de celular e *marketplaces*[5]. Tais canais de venda funcionam de forma integrada, ágil e eficiente para oferecer a melhor solução e experiência aos seus clientes.

Participação em cada um dos mercados e condições de competição nos mercados

A Companhia detém 37% do mercado de eletroportáteis do Rio de Janeiro e 8% do mercado de smartphones do mesmo Estado, principais cestas de atuação da empresa auditadas pela GFK.

(i) Setor de atuação

Visão Geral do Mercado de Consumo e Varejo no Brasil

O crescimento do setor de varejo no país está relacionado ao (i) crescimento do PIB nacional, (ii) a evolução do nível de renda do consumidor que, entre os anos de 2012 e 2019[6] cresceu 15,3% em termos reais, à queda da inflação que partiu de 10,7% em 2015 para 4,4% em 2020[7], (iii) evolução do nível de emprego do brasileiro, ao aumento da intenção de consumo das famílias

[1] Estudo realizado por consultoria de Marketing com 2,1 mil respondentes entre 2017 e 2019.
[2] Estratégia de varejo que combina diferentes canais de venda para oferecer a melhor experiência de compra. seja no ambiente físico seja no digital.
[3] Website da Companhia com acesso em 29 de dezembro de 2020.
[4] Produtos agrupados, como: kit arara e cabides, kit banheiro, kit travesseiros, kit de lâmpadas, etc.

[5] *Shopping center* virtual com produtos próprios e de terceiros
[6] IPEA – Carta Conjuntura.
[7] IBGE – SNIPC e BCB – Relatório Focus.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(que foi de 73,3 em 2016 para uma média de 86,4 entre 2017 e 2019[8]) e (iv) à manutenção das taxas de juros em níveis controlados e baixos[9], que saíram do patamar de 13% a.a. em 2015 para 3% a.a. no ano de 2020.

Nos últimos anos, após recuperação da crise ocorrida entre 2014 e 2016, que afetou negativamente o setor, o varejo brasileiro apresentou crescimento relevante, saindo de um volume de vendas de R$1,4 trilhão em 2015 para R$1,7 trilhão em 2018[10], devido à melhoria do panorama econômico.

A retomada da economia foi impulsionada, a partir de 2017, por um conjunto de fatores internos e externos que permitiram um ambiente fértil para o desenvolvimento das atividades de varejo no Brasil. Em relação aos fatores internos, vale destacar a agenda político-econômica reformista. Essa agenda contemplava reformas fiscais e previdenciárias, controle da inflação, um amplo programa de privatizações, novas concessões públicas e redução da taxa de juros. Essas ações acarretaram o aumento da atividade econômica do país, com o consequente aumento no número de pessoas na força de trabalho, melhoria da renda e poder de compra da população, além do aumento do crédito disponível no mercado. Segundo dados da GFK 11, de 2016 a 2020, o mercado brasileiro de telefonia, eletroportáteis, informática e eletroeletrônicos cresceu a uma taxa nominal média de 10,2% ao ano. Em 2020, o varejo brasileiro demonstrou grande robustez, com crescimento de 19,9% comparado a 2019.

A partir desse cenário, a retomada da atividade econômica ganhou força e foi impulsionada, inclusive por fatores externos. Esses fatores são, principalmente, o aumento da liquidez global desde a crise de 2008, por meio de políticas fiscais e monetárias expansionistas realizadas pelos principais bancos centrais dos países desenvolvidos. A melhoria do ambiente de negócios global e o aumento da liquidez resultaram em mais investimento estrangeiro direto, de US$41,7 bilhões em 2015 para US$63,6 bilhões em 2019 segundo dados do Banco Central do Brasil, que acelerou a recuperação da atividade econômica no país.

Para 2020, devido ao surgimento da pandemia do COVID-19, os impactos decorrentes das medidas de isolamento social e a consequente queda na atividade econômica resultou em um impacto negativo para o setor varejista. As determinações de fechamento temporário de lojas físicas e a interrupção parcial da cadeia produtiva afetaram de forma acentuada, porém pontual, o comércio varejista brasileiro.

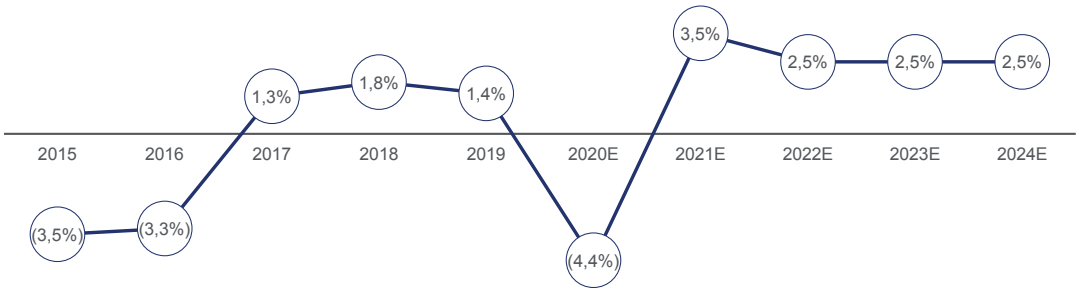
Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

No gráfico abaixo, que mostra a evolução do PIB histórico e suas projeções para os próximos anos, é possível visualizar os impactos decorrentes da crise de 2015 e 2016, a retomada econômica a partir de 2017, assim como a retração causada pela pandemia do COVID-19 em 2020. As projeções refletem a mediana das expectativas dos analistas ouvidos pelo Banco Central do Brasil.

Crescimento Anual do PIB[12] (%)

[8] Confederação Nacional do Comércio – Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF).
[9] BCB – Relatório Focus.
[10] IBGE – Pesquisa Anual do Comércio.
[11] Dados até nov/20
[12] Dados anuais históricos e projetados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

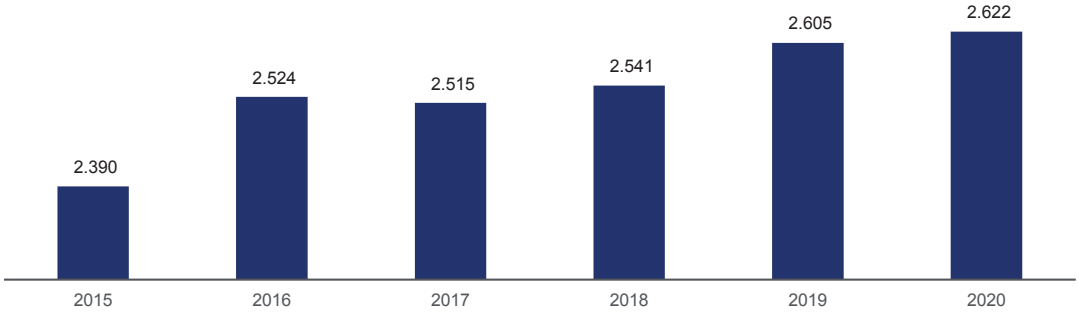


Fonte: IBGE (Histórico) e Relatório Focus (Projetado)

Crescimento do Nível de Renda do Consumidor

O rendimento médio do brasileiro é um fator importante para o consumo, pois à medida que este cresce, passa a funcionar como uma alavanca de consumo e possibilita que indivíduos tenham acesso a uma maior quantidade de bens e serviços. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, desde que se iniciou a retomada econômica em 2017, o nível de renda médio mensal em termos reais apresenta tendência de crescimento, que se manteve mesmo após o início da pandemia e atingiu em 2020 o valor mais alto dos últimos 6 anos.

Evolução do Rendimento Médio[13][14] (R$)



Fonte: IPEA – Carta Conjuntura (2020)

Redução da Inflação

Outra variável que afeta a negativamente a capacidade do consumidor de adquirir produtos é a inflação. Em situações como a de hiperinflação, o receio do consumidor quanto à perda de valor da moeda resulta na diminuição de sua disposição para consumir e investir. Apesar do enfoque no controle da inflação nos últimos anos, o Brasil já passou por momentos de hiperinflação, quando o salário do trabalhador sofria desvalorização significante e, por sua vez, o apetite de compras era menor.

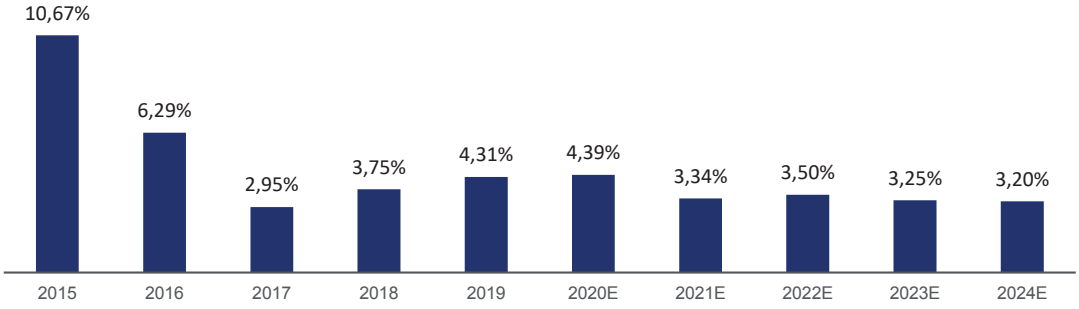
Observando o cenário atual do Brasil, a manutenção da inflação acumulada dos últimos 12 (doze) meses em patamares mais baixos do que os históricos é um fator positivo para o apetite do consumidor brasileiro. Para os próximos anos, estima-se uma taxa de inflação anual abaixo do patamar de 4% (quatro por cento) ao ano, o que reforça a perspectiva positiva para o setor de

[13] Em termos reais a preços de dezembro de 2015.
[14] Considera dados de 2020 até setembro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

varejo. No gráfico abaixo são apresentados os valores históricos acumulados dos últimos doze meses e também a mediana das expectativas futuras de inflação segundo analistas ouvidos pelo Banco Central do Brasil.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)[15] (%)



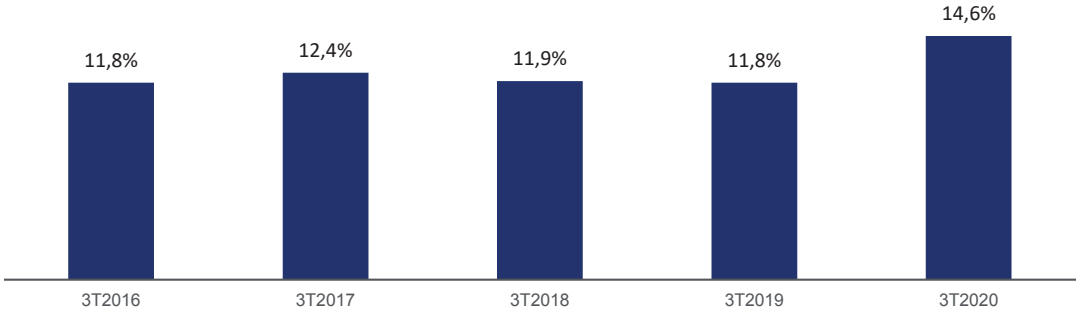
Fonte: IBGE – SNIPC (Histórico) e BCB – Relatório Focus (Projeção)

Mudança na Taxa de Desemprego

A evolução da taxa de desemprego do brasileiro também afeta o varejo nacional. Desde o início de 2017, o número de brasileiros desempregados seguia em ritmo de queda. Os impactos causados pelas políticas de distanciamento social, especialmente as reduzidas horas de abertura do comércio, acarretaram um retrocesso, principalmente, a partir do segundo trimestre de 2020. Ao final do terceiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego no Brasil estava acima de 14% (quatorze por cento), maior que há três anos e mais de 2p.p. acima do apresentado no primeiro trimestre do ano.

Os dados abaixo apresentam as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho brasileira demonstrados pela taxa de desemprego, ou desocupação, ou seja, as pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e procuram encontrar emprego.

Taxa de Desocupação (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (2020)

[15] Dados anuais históricos e projetados.

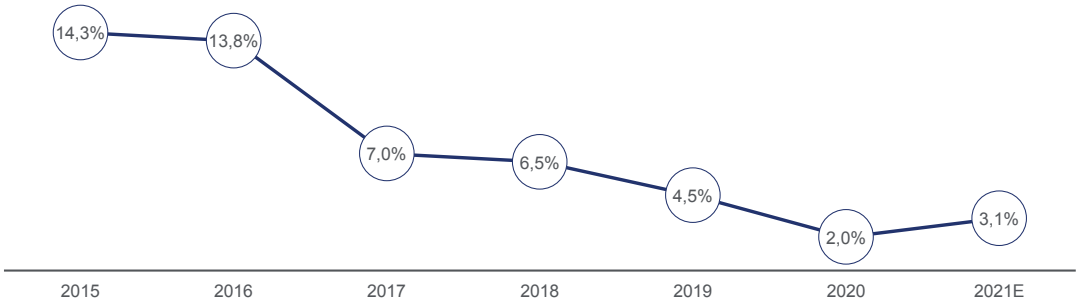
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Progressão da Taxa de Juros

Concomitante ao nível de desemprego, a taxa de juros é outra variável com impacto relevante no apetite de compra do consumidor. Desde 2015, a taxa básica de juros do Brasil ("SELIC") seguiu ritmo de queda constante para patamares historicamente baixos, o que pode ser considerado benéfico para o setor do varejo e o consumo em geral. Isso decorre do fato de não ser apenas um sinalizador do controle da inflação e do custo da dívida pública, mas também influencia de forma considerável o aumento do volume de crédito utilizado no país.

Abaixo o gráfico com evolução da meta da taxa SELIC no Brasil acumulada para os últimos doze meses.

Taxa SELIC (%)



Fonte: Banco Central do Brasil (Histórico) e Relatório Focus (Projeção)

O Cenário Atual do Comércio Brasileiro

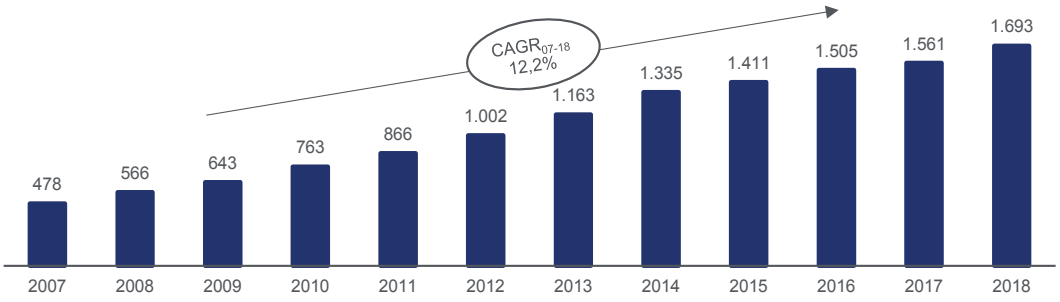
A importância do comércio no Brasil fica clara com a participação deste setor no PIB e também na vida dos brasileiros, empregando cerca de 26% dos trabalhadores com carteira assinada no país, segundo dados do IBGE.

Além da relevância na economia nacional, o tamanho do comércio varejista brasileiro vem evoluindo ao longo dos anos. Entre 2007 e 2018, o *CAGR*[16] da receita operacional líquida do setor foi de 12,2%[17] maior que o ritmo de crescimento do PIB nacional para o mesmo período, sem considerar o comércio de veículos, peças e motocicletas e atacadista. Em 2018, o comércio varejista nacional apresentou um volume de vendas de R$1,7 trilhão segundo a Pesquisa Anual de Comércio do IBGE, como mostra o gráfico abaixo.

Vendas do Comércio Varejista Brasileiro (R$ bilhões)

[16] Crescimento anual médio composto entre 2007 e 2018
[17] Pesquisa Anual de Comércio realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



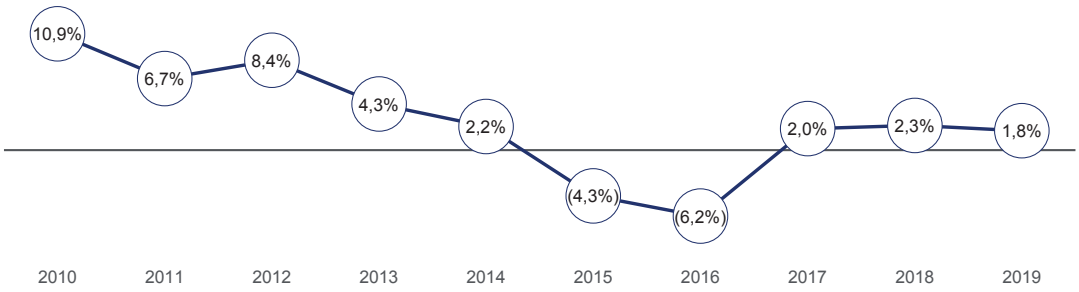
Fonte: IBGE – Pesquisa Anual do Comércio (2018)

Temas Atuais no Setor de Varejo Brasileiro

De acordo com a segmentação estabelecida pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo ("SBVC"), o varejo brasileiro se divide em varejo restrito (sem as atividades de concessionárias de veículos e lojas de material de construção) e o varejo ampliado.

Nesse contexto, tendo em vista que a Companhia atua no segmento de varejo restrito, destaca-se a tendência de retomada desse segmento nos últimos 3 anos, decorrentes dos temas econômicos apresentados anteriormente, como demonstra o gráfico abaixo.

Evolução Anual das Vendas do Varejo Restrito (%)



Fonte: SBVC – O Papel do Varejo na Economia Brasileira (2020)

Apesar da solidez e robustez desse setor no Brasil, ainda existe um espaço relevante para crescimento, que é impulsionado por novas tendências. Dentre as principais tendências moldando o setor de varejo hoje pode-se destacar:

(i) A evolução da *muticanalidade*, resultado de um comportamento do consumidor que está mais conectado, informado e exigente e que anseia por diversos pontos de contato para eventos de consumo cada vez mais rápidos. Essa evolução se traduz na forma com que os consumidores se relacionam com as empresas e marcas. É impulsionado pelo desejo de acessar produtos e serviços em diferentes canais, de acessar produtos e serviços de forma rápida e imediata e comparar os mesmos com outras empresas. Dentre as principais ferramentas utilizadas para a integração dos canais de atendimento para atingir-se a *multicanalidade* no varejo destacam-se: a interconexão da rede de lojas e do canal digital, transformação das lojas em plataformas de apoio ao canal digital e a otimização das entregas com "clique e retire" (que permite o cliente comprar online e solicitar a entrega em casa ou retirar o produto na rede de lojas).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(ii) O crescimento do varejo online ("comércio eletrônico"), reforçado pelo aumento no número de usuários da internet, pelas facilidades de financiar e parcelar as compras e pelo ambiente cada vez mais seguro para esse canal.

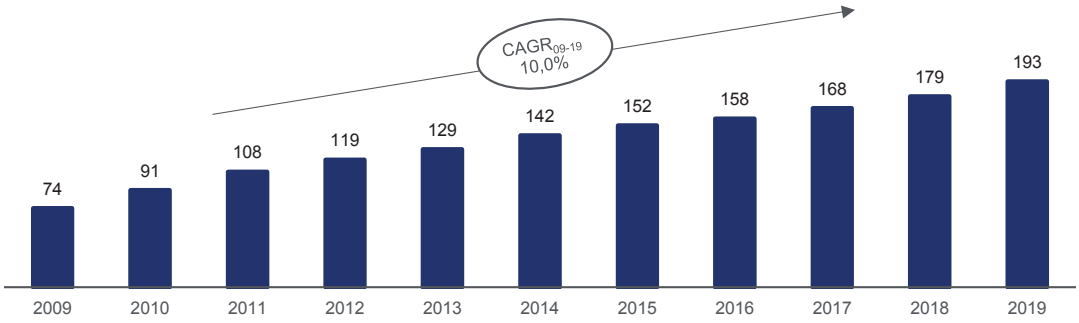
(iii) A expansão física para o interior do Brasil, considerando que as lojas físicas: (a) compõem um dos pilares da estratégia de *multicanalidade* por estabelecerem um canal direto e próximo com o cliente, (b) funcionam como uma plataforma logística avançada e (c) permitem a melhoria do tempo de entrega dos produtos dos canais digitais. O interior do Brasil apresenta uma oportunidade ímpar de crescimento para os varejistas, visto a baixa penetração dos grandes varejistas e, por consequência, menor grau de competição. Além disso, esse mercado é composto por mais de 110 milhões de pessoas e, de acordo com um estudo realizado pelo Boston Consulting Group em 2014, o volume de consumo no interior do Brasil era de US$492 bilhões em 2012 com expectativa de chegar em US$633 bilhões em 2020.

(iv) A ampliação do volume de crédito e expansão dos meios de pagamento disponíveis. Isso decorre de um aumento do número de empresas fornecendo soluções de crédito e financiamento, impulsionadas por uma política do Banco Central e do governo Federal de descentralização do setor financeiro. Essas políticas ampliam a competição e, além de aumentar o crédito disponível, diminuem as taxas de juros disponíveis para o consumidor.

Evolução dos shopping centers

É importante mencionar a evolução positiva do setor de shopping centers nos últimos anos, pois, apesar do crescimento do canal digital, os shopping centers continuam sendo um canal relevante aos varejistas. Segundo dados da ABRASCE[18] analisados pela SBVC, o faturamento combinado dos shopping centers no Brasil foi de R$193 bilhões em 2019 contra R$74 bilhões em 2009, indicando um *CAGR* de 10,0% entre os anos de 2009 e 2019. O gráfico abaixo mostra a evolução do faturamento dos shopping centers nacionais.

Faturamento dos Shopping Centers no Brasil (R$ bilhões)



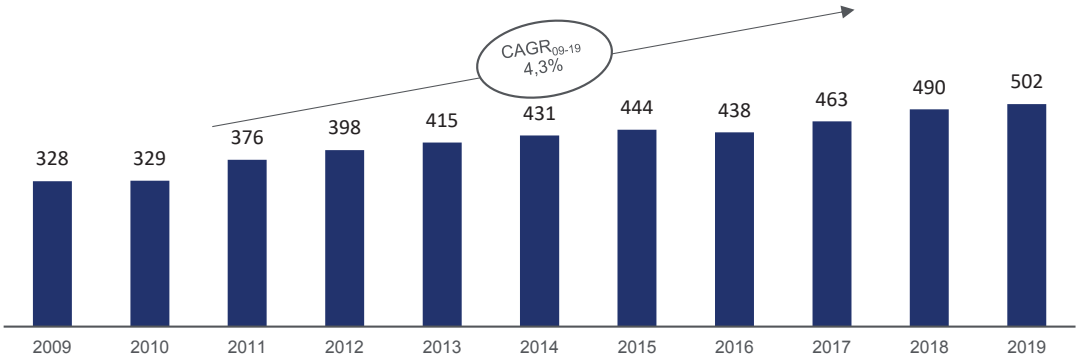
Fonte: ABRASCE via SBVC – O Papel do Varejo na Economia Brasileira (2020)

O aumento do faturamento desses centros comerciais também está relacionado à evolução do tráfego de consumidores no local. Dados da ABRASCE compilados pela SBVC mostram que em 2019 foram mais de 500 milhões de visitas aos shopping centers no Brasil, segundo o gráfico abaixo.

Visitas Mensais nos Shopping Centers no Brasil (milhões de pessoas)

[18] Associação Brasileira de Shopping Centers.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

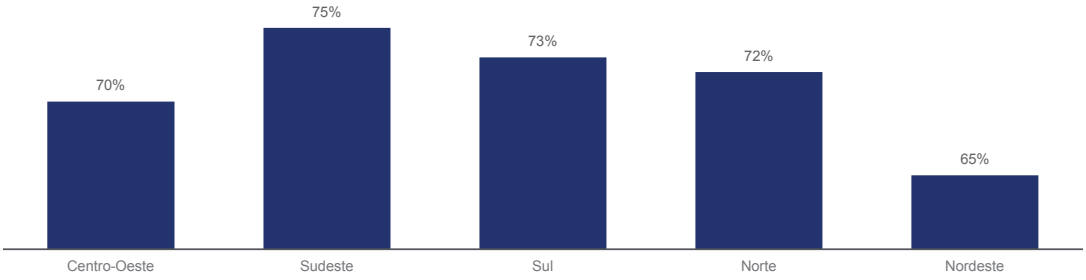


Fonte: ABRASCE via SBVC – O Papel do Varejo na Economia Brasileira (2020)

Comércio Eletrônico e Penetração da Internet no Brasil

Em 2019, o número de usuários de internet no Brasil atingiu 71% da população total do país, resultando em cerca de 133,8 milhões de usuários de internet, segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação ("Cetic"). Desses usuários, 99% utilizam internet no celular, 42% no computador, 37% na televisão e 9% em aparelhos de videogame. As conexões dos domicílios são 44% via cabo ou fibra ótica, 27% conexão móvel via modem ou chip 3G/4G e 6% através de DSL[19].

Penetração de Usuários de Internet por Estado do Brasil (%)



Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019

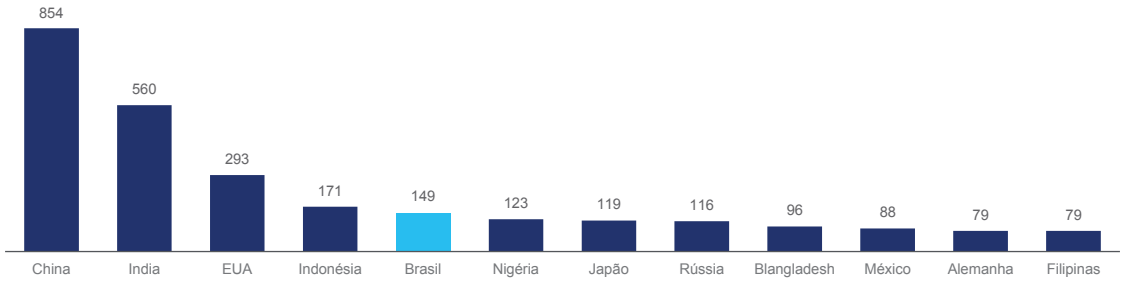
Dentre as principais atividades realizadas com o uso da internet, as atividades de comunicação[20] são as mais comuns. Além disso, houve um significativo crescimento nas compras pela internet evidenciando a tendência do crescimento do comércio eletrônico e hábito de compras online por parte dos consumidores brasileiros.

Apesar do crescimento rápido e constante do uso da internet no Brasil, os níveis brasileiros de penetração permanecem abaixo dos níveis de mercados maduros, como Reino Unido (94,8% de penetração) e Estados Unidos (76,2%) e até mesmo de países emergentes, como a China (89,4%)[21]. Assim, há um potencial relevante de crescimento do comércio eletrônico se a penetração da internet no Brasil atingir níveis mais altos como os dos países citados acima. O gráfico abaixo mostra o número de usuários de internet em 2019 para os países selecionados.

[19] Digital subscriber line.
[20] Mensagens de texto, chamadas por voz ou por vídeo, redes sociais, e-mails, entre outras atividades.
[21] Statista para dezembro de 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Número de Usuários de Internet (milhões)

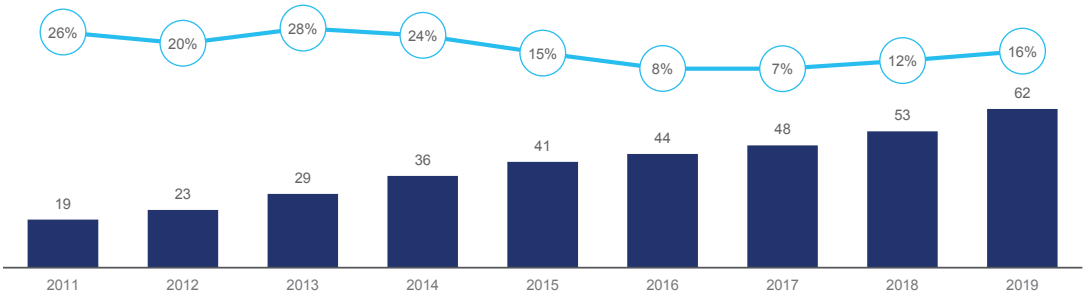


Fonte: Statista

O Brasil se mostra um mercado atraente para o comércio digital, já possuindo uma grande base de clientes potenciais (mais de 140 milhões usuários da internet), que estão, cada vez mais, migrando para as compras online. Dessa forma, o Brasil se posiciona como um dos principais mercados potenciais de comércio eletrônico em termos de usuários online, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Indonésia e Índia.

Em 2019, o comércio eletrônico avançou 16,3% e registrou faturamento de R$61,9 bilhões no Brasil. A expectativa de crescimento do setor em 2019 era de, inicialmente, 15%, segundo a projeção da e-Bit/Nielsen. Entretanto, devido à recuperação da economia brasileira no segundo semestre e à maior quantidade de produtos disponíveis, o crescimento foi maior que o esperado. O gráfico abaixo mostra a mudança ano após ano do faturamento do comércio eletrônico nacional.

Evolução do Faturamento de Comércio Eletrônico no Brasil (R$ bilhões e %)



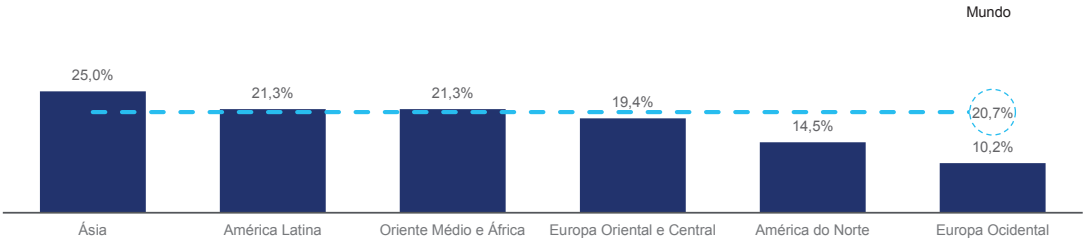
Fonte: e-Bit/ Nielsen – Webshoppers41

No mundo, nos últimos anos, o crescimento do comércio eletrônico também foi significativo e apresentou crescimento médio de 20,7%, segundo a consultoria de mercado eMarketer. Em 2019, as vendas de comércio eletrônico representaram 14% de todas as vendas no varejo em todo o mundo, segundo a SBVC. O gráfico abaixo indica a evolução projetada em maio de 2019 do comércio varejista eletrônico por região do mundo para o ano completo de 2019 e demonstra a América Latina com taxa de crescimento de 21,3% em relação a 2018, superando a média global.

Crescimento das Vendas de Comércio Eletrônico Mundialmente[22] (2019E, %)

[22] Dados da eMarketer analisados pela SBVC no relatório "O Papel do Varejo na Economia Brasileira" de 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: eMarketer

Cenário Competitivo

De acordo com o IBGE - Pesquisa Anual de Comércio, 2014, o Brasil registrava 1,3 milhão de empresas no comércio varejista, evidenciando a fragmentação do setor devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes. Dessa forma, as principais características que evidenciam a concorrência no varejo referem-se à qualidade e à diversidade dos produtos oferecidos, ao atendimento, aos preços praticados, ao *layout* das lojas, às marcas oferecidas, à capacidade de concessão de crédito aos clientes e à quantidade de serviços acessórios oferecidos.

Nesse contexto, as grandes redes de varejo multicategoria nacionais, tais como Lojas Americanas e Magazine Luiza, e hipermercados que comercializam itens do portfólio da Companhia são considerados os principais concorrentes da Companhia.

Maior Presença no Interior do País

A intensificação do ambiente competitivo e a subpenetração de varejistas fora das grandes regiões metropolitanas do país criam uma ampla oportunidade de crescimento no interior do Brasil. De acordo com um estudo do Boston Consulting Group ("BCG"), o volume de consumo no interior do Brasil era de US$492 bilhões em 2012 com expectativa de chegar em US$633 bilhões em 2020.

O Estudo do BCG demonstra ainda que as cidades do interior oferecem oportunidades de crescimento tanto para bens de consumo quanto serviços, especialmente para setores como serviços financeiros, vestuário e automóveis que atuam exclusivamente nas principais cidades do Brasil.

Cerca de 1,4 mil cidades com mais de 5 mil habitantes não possuem presença física de qualquer uma das 20 maiores redes de supermercados do país. Além disso, apesar de todos os municípios do país possuírem serviços financeiros, cerca de 5,5 mil cidades não possuem um banco com serviços financeiros *premium* para clientes de alta renda, de acordo com o estudo da BCG.

De acordo com o IBGE, a população do Brasil em julho de 2019 era de aproximadamente 210 milhões de pessoas. Desse total, cerca de 110 milhões de pessoas residiam fora de regiões metropolitanas. Isso evidencia o tamanho do mercado potencial dessa região que é pouco servida pelos grandes varejistas e a necessidade da presença física de varejistas que desejam conquistar esse mercado.

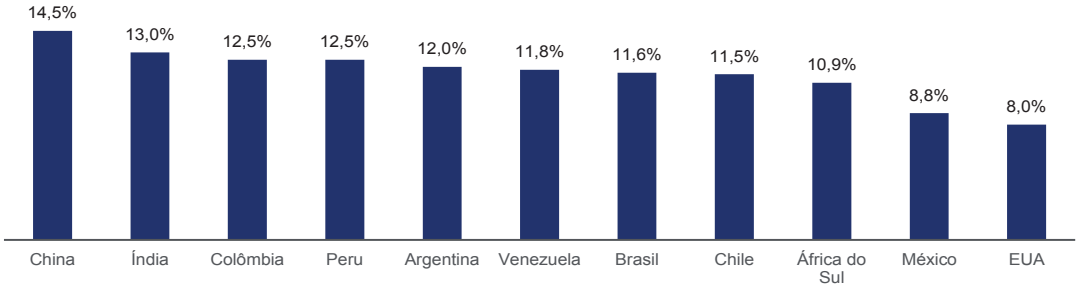
Crescimento e Investimento na Logística Nacional

Com o crescimento das vendas do comércio varejista eletrônico e físico apresentados na seção anterior, espera-se que a busca por espaços em centros de distribuição e os investimentos na logística nacional também sejam maiores. Segundo dados da consultoria de mercado logístico

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Armstrong & Associates divulgados publicamente, o Brasil já se destaca frente à outras nações no mundo quanto ao percentual de representatividade da logística no PIB nacional. O gráfico abaixo mostra esses valores para 2019 entre países selecionados.

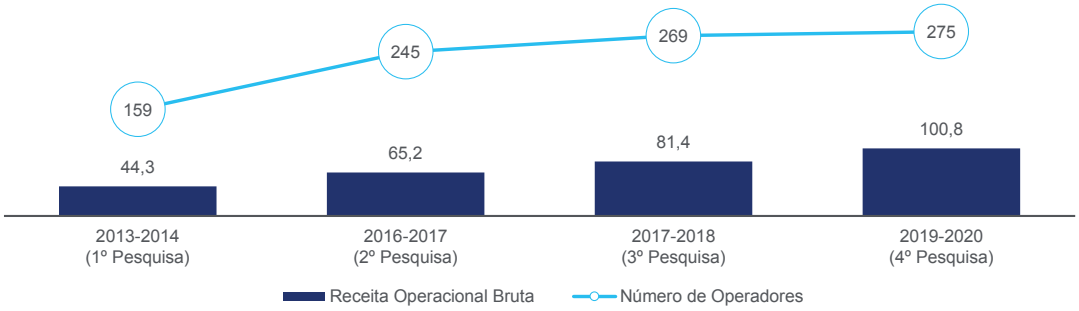
Representatividade da Logística no PIB das Nações (%)



Fonte: Armstrong & Associates – Global 3PL Market Size Estimates

Atualmente, mais de 25,6% das empresas já utilizam plataformas digitais para as vendas e 28,2% possuem planos ne venda por comércio eletrônico nos próximos 2 anos[23]. O aumento do investimento no setor logístico fica mais claro quando observamos o crescimento no número de operadores e o aumento da receita operacional bruta de tais empresas no Brasil – que duplicou desde a primeira pesquisa da ABOL em 2013-2014 – alcançando o valor de mais de R$100 bilhões de reais em 2019. Abaixo gráfico com o número de operadores logísticos (linha com círculos) e as respectivas receitas operacionais brutas (colunas).

Número e Receita Operacional Bruta de Operadores Logísticos no Brasil (# e R$ bilhões)



Fonte: Associação Brasileira de Operadores Logísticos – Perfil dos Operadores Logísticos no Brasil (2020)

Expansão do Potencial de Captação de Crédito

Nos últimos doze meses a partir de novembro de 2020, as operações de crédito do setor não financeiro alcançaram R$11,7 trilhões e R$4,0 trilhões para o sistema financeiro nacional (SFN), segundo nota de Estatísticas Monetárias e de Crédito do Banco Central do Brasil. O crescimento no setor não financeiro foi de 14,6% em doze meses, com crescimento do crédito ampliado às empresas e famílias[24].

[23] Estudo do Perfil dos Operadores Logísticos no Brasil em 2020 pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos ("ABOL")
[24] Banco Central do Brasil via Nota de Estatísticas Monetárias e de Crédito

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além do aumento do volume, houve diminuição no Indicador do Custo do Crédito (ICC)[25], que se situou em 16,9% ao ano em novembro de 2020, menos 3,9p.p. em relação ao ano anterior. O *spread* geral[26] do ICC ficou em 12,0p.p. para novembro, menos 2,8p.p. com o ano anterior em comparação.

Os dados indicados acima mostram que mesmo com a incerteza causada pelas medidas de isolamento adotadas durante a pandemia, a diferença entre a taxa média cobrada nos empréstimos e a taxa de captação dos recursos diminuíram em relação ao período anterior e, por consequência, o custo do crédito também decresceu. Parte desse efeito se deve à menor taxa básica de juros como medida do Banco Central.

d. Eventual sazonalidade

O calendário promocional da Companhia está estabelecido de tal forma a diluir o peso das datas tradicionais de vendas do varejo (*Black friday* e Natal), que, naturalmente, tornam a performance de vendas altamente dependente do último trimestre do exercício social. A Companhia promove o evento proprietário "Liquidação Maluca" 3 (três) vezes ao ano, nos meses de fevereiro, março e julho, além do "Aniversário Casa &Vídeo" em setembro de cada ano. Graças ao *recall* de tais marcas junto ao consumidor e estratégia de mídia empregada pela Companhia, a venda nessas datas é cerca de 25% acima de um período normal. O comportamento sazonal histórico do sortimento vendido pela Companhia se dá conforme a tabela abaixo.

Percentual de Faturamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Período	2019	2020	Média 2020/2019
1º Trimestre	23,7%	23,7%	23,7%
2º Trimestre	21,7%	16,8%	19,2%
3º Trimestre	24,1%	26,8%	25,4%
4º Trimestre	30,5%	32,8%	31,7%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Adicionalmente, cerca de 7% do faturamento anual da Companhia com base nos referidos exercícios sociais, está alocada em categorias com comportamento de alta volatilidade em virtude da sazonalidade. São elas: ventiladores de mesa e de teto, ar-condicionado, esporte e lazer (produtos para a praia e atividades *outdoor*) e brinquedos, cuja concentração ocorre nos períodos de verão no Brasil.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos necessidade de certificação em poucos negócios onde a Companhia atua, tais como brinquedos e "Forno e Fogão" (Inmetro), sendo baixo o risco de regulamentação sobre o sortimento vigente. Não obstante, as relações com os demais fornecedores da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

25 Referente ao custo médio de toda a carteira de crédito do sistema financeiro nacional (SFN)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia possui atualmente cerca de 433 fornecedores ativos, sendo o maior deles responsável por aproximadamente 9% da receita anual da Companhia. A Companhia considera o risco de dependência de fornecedores baixo, pela amplitude de seu sortimento e alta diluição de risco, com alternativas diversas de fornecimento a cada solução e produto que entrega aos seus clientes, dada a competitividade e opções de produtos e fornecedores disponíveis no mercado. Assim, a Companhia entende que não há dependência de poucos fornecedores.

iii. Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Na data deste Formulário de Referência, aproximadamente 7% da receita atual da Companhia é composta por produtos importados, cujo custo está diretamente atrelado ao dólar. Todavia, tais produtos representam alto nível de diferenciação e comportamento inelástico, não representando um risco a sustentabilidade do nível de vendas, o fator de variação de preço de insumos. As demais linhas de produtos estão expostas às mesmas variações que todos os outros concorrentes do mesmo segmento.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, que a Companhia não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não possuía ou possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total e possuí apenas 1 (um) segmento.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades de varejo da Companhia não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, as atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

Do ponto de vista de licenciamento, as atividades exercidas em nossas lojas dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvarás sanitário e de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada loja (ALUF); (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada loja (AVBC). Em alguns munícipios e estados, a Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente as licenças e autorizações para desenvolver seus negócios.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. A incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

A Companhia possui todas as licenças relevantes que entende como necessárias para operar, observado que, apesar de possuir um procedimento interno para regularização da documentação exigida, para aproximadamente 4% das suas lojas físicas, a Companhia ainda está em fase de obtenção e/ou de renovação das suas licenças de funcionamento, alvarás sanitários e autos de vistoria expedidos pelo Corpo de Bombeiros competente.

A Companhia envida os melhores esforços para a obtenção das licenças e da renovação das já existentes em prazos adequados, bem como para cumprir o disposto na regulamentação sanitária. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que a obtenção dessas licenças e das suas renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terá todas as licenças exigidas.

Em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus e da correspondente pandemia de COVID-19, em diversas localidades, foi estendido o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Além disso, visando a prevenção, o controle e a mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565/2020 que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

No âmbito do setor de varejo estamos também sujeitos a um conjunto de regras de proteção do consumidor. Essas regras estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados em nossas operações, entre os quais está o direito à informação prévia, clara e precisa sobre produtos e serviços oferecidos no mercado, com especificação correta de características, atributos, estruturas, qualidade, preços e riscos que eles representam, em outros. Os consumidores também têm o direito ao acesso e de modificar as informações pessoais recolhidas sobre eles e armazenadas em bancos de dados privados. As regras de proteção do consumidor também têm um impacto na maneira em que fazemos propaganda.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto à maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020.

Logística Reversa

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A PNRS estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que é o "conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos."

Um dos instrumentos para aplicar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto é o sistema de logística reversa. A PNRS define logística reversa como o "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada".

Tendo em vista a necessidade de implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a PNRS estabelece que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens em geral, de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, dentre outros itens, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.

No tocante à logística reversa de embalagens em geral, o § 1º do artigo 33 da PNRS estabelece que são obrigados a estruturar e implementar sistema de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

O Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral foi assinado no dia 25/11/2015 e tem como objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens. As embalagens podem ser compostas de papel e papelão, plástico, alumínio, aço, vidro, ou ainda pela combinação destes materiais, como as embalagens cartonadas longa vida, por exemplo.

O acordo contempla apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis e parcerias com o comércio para a instalação de pontos de entrega voluntária. Ele também apresenta a possibilidade de celebração de acordos entre os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos municipais e as entidades signatárias.

Quanto à logística reversa de pilhas e baterias, o art. 4º da Resolução CONAMA n. 401/2008 estabelece que os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores. Para as pilhas e baterias não contempladas nesta Resolução, deverão ser implementados, de forma compartilhada, programas de coleta seletiva pelos respectivos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e pelo poder público.

Assim, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias devem disponibilizar aos consumidores locais para o recebimento das pilhas e baterias inservíveis. Os consumidores que desejam descartar suas pilhas devem levá-las até o ponto de entrega mais próximo.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os Pontos de Entrega armazenam as pilhas recebidas e, ao atingir determinada quantidade, encaminham o material para o sistema de coleta e triagem. Dos pontos de entrega e de triagem e consolidação o material é transportado para empresas de reciclagem.

Ainda, o processo de logística reversa das lâmpadas inclui o gerenciamento das seguintes etapas: coleta, transporte, triagem, consolidação e tratamento na indústria de reciclagem.

Em 27 de novembro de 2014, foi firmado Acordo Setorial entre a União (por intermédio do Ministério do Meio Ambiente), a Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação ("Abilumi"), a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação ("Abilux"), a Confederação Nacional do Comércio ("CNC") e as empresas fabricantes, importadoras, comerciantes e distribuidoras das lâmpadas objeto desse instrumento[1], para a implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista.

Assim, constitui objeto do presente acordo a implantação com abrangência nacional da logística reversa de lâmpadas que após seu uso foram descartadas por geradores domiciliares podendo ser estendidas aos geradores não domiciliares de resíduos mediante condições estabelecidas na Cláusula Décima Segunda do referido acordo[2]. Não são objeto do presente acordo as lâmpadas LEDs, incandescentes e halógenas, bem como as embalagens vazias das lâmpadas descartadas.

Por fim, quanto à logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, em 31 de outubro de 2019, foi assinado um acordo setorial entre a União (Ministério do Meio Ambiente), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a Associação Brasileira da Distribuição de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação (ABRADISTI), a Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO NACIONAL) e a GREEN ELETRON - Gestora para Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos Nacional.

.

Em relação ao conceito de produtos eletroeletrônicos, tanto o Decreto n. 10.240/2020 quanto o acordo setorial conceituam como "equipamentos de uso doméstico cujo funcionamento depende de correntes elétricas com tensão nominal de, no máximo, duzentos e quarenta volts.". Ainda, vale destacar que acordo setorial traz em seu anexo V a lista dos produtos objetos do acordo, dentre os quais destacam-se os seguintes: celular portátil, carregador em geral, baterias externas, *tablets* e telefones em geral.

Apesar da Companhia não ser signatária dos acordos setoriais mencionados, o Decreto Federal n. 9.177/2017, com as alterações promovidas pelo Decreto Federal n. 10.240/2020, estabelece que os fabricantes, importadores, distribuidores e os comerciantes de produtos, resíduos ou embalagens sujeitos à logística reversa na forma da PNRS, ainda que não signatários dos acordos setoriais, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.

Nesse sentido, devido às atividades desenvolvidas pela Companhia, ela está sujeita à logística reversa de eletroeletrônicos, embalagens em geral, pilhas e baterias e lâmpadas.

---

[1] A relação das empresas signatárias desse acordo setorial pode ser encontrada no seguinte link: https://sinir.gov.br/images/Empresas/EMPRESAS_ADERENTES_AO_ACORDO_SETORIAL_DE_L%C3%82MPADAS_FLUORESCENTES.pdf.

[2] CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS REPONSABILIDADES DOS GERADORES NÃO DOMICILIARES DE RESÍDUOS: Quando houver acordo com a anuência prévia da ENTIDADE GESTORA responsável, formalizado mediante instrumento jurídico próprio que estabeleça o recebimento, pelo SISTEMA, das lâmpadas descartadas pelo gerador não domiciliar, este gerador poderá incorporar seus pontos de entrega ao SISTEMA, observado os termos acordados com a entidade gestora sobre as condições técnicas, custeio, e cronograma de implantação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Note-se que, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente, descumprir obrigação prevista no sistema de logística reversa implantado nos termos da PNRS, consoante as responsabilidades específicas estabelecidas para o referido sistema, sujeita o infrator às penalidades previstas em lei, que variam de multas de R$ 5.000,00 a R$ 50.000.000,00.

Responsabilidade Ambiental

Nos termos da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Assim, o responsável por qualquer atividade que cause danos ao meio ambiente, incluindo aqueles que, cientes dos danos, não tomarem medidas preventivas, podem ser responsabilizados nas esferas (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal. As três esferas de responsabilidade mencionadas acima são distintas e independentes porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas, não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano.

Conforme definido no Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, as sanções impostas contra eventuais infrações administrativas incluem advertência, multa de até R$ 50.000.000,00, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente é tratada, especialmente, pela Política Nacional do Meio Ambiente. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados por sua ação ou omissão.

A responsabilidade civil ambiental é solidária, o que significa dizer que qualquer parte, direta ou indiretamente envolvida com as causas dos danos, pode ser obrigada a responder individualmente pela totalidade da recomposição, podendo posteriormente buscar indenização das outras partes responsáveis em ação de regresso. Portanto, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventual conduta irregular de terceiros contratados para realização de atividades secundárias em seus empreendimentos, como a supressão de vegetação ou a disposição de resíduos.

A responsabilidade civil é também objetiva, ou seja, não depende da demonstração de culpa, mas apenas da relação entre a atividade exercida e os danos verificados (nexo de causalidade).

Adicionalmente a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Apesar de não haver referência expressa na lei, segundo tese firmada pelo Supremo Tribunal

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Federal a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse da Companhia ou para seu benefício ou de suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de condenação de pessoas jurídicas às penas de multa e restritivas de direito. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser, alternativa, isolada ou cumulativamente de: (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política ambiental, porque entende que as suas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, além de não estar sujeita a um controle ambiental rigoroso.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta e o direito de uso exclusivo no Brasil, pelo prazo determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (depositante) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Ainda, importante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

A Companhia conduz seus negócios especialmente por meio da marca nominativa e mista (logotipo) "Casa & Vídeo", registrada no Brasil, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), nas classes Ncl(9) 35 (Processo INPI 901064564), 9:25 (Processo INPI 814662943) e 40 : 15 (Processo INPI 816542520).

Para mais informações sobre as marcas da Companhia, vide item 9.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que é titular de direitos sobre diversos nomes dos domínios, incluindo https://www.casaevideo.com.br, que se encontra registrados junto ao Registro.Br em nome da Companhia.

A Companhia utiliza programas de computador e tecnologia de titularidade de terceiros, devidamente licenciados por seus titulares.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

b. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. Divulgação de informações sociais e ambientais

A Companhia não possui certificação ambiental e não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório específico, porque a Companhia entende que suas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, além de não estar sujeita a um controle ambiental rigoroso. Não obstante, o Código de Conduta da Companhia possui diretrizes que orientam seus colaboradores a adotarem boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

d. O link direto de onde essas informações podem ser encontradas no site da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

e. Se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

f. Se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

A Companhia entende que suas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, além de não estar sujeita a um controle ambiental rigoroso.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente. Para informações sobre recentes alterações na estrutura societária da Companhia, vide item 15.7 deste Formulário de Referência

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 8.1 a 8.3 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros 9.1.a, 9.1.b e 9.1c deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Barra do Piraí	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Valença	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Vassouras	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Paraty	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Itatiaia	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Piraí	Alugada
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
MÓVEIS E INSTALAÇÕES	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
COMPUTADORES	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
IMÓVEL COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Barra Mansa	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Angra dos Reis	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Nova Friburgo	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Cabo Frio	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Resende	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Teresópolis	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Araruama	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Três Rios	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Itaperuna	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Magé	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Belford Roxo	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Volta Redonda	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Petrópolis	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio das Ostras	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Maricá	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Queimados	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Saquarema	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Mesquita	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	SP	Campinas	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Teófilo Otoni	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Cachoeiro de Itapemirim	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Vitória	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Vitória	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Linhares	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Divinópolis	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Guarapari	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Conselheiro Lafaiete	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Barra da Tijuca	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Santa Luzia	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Rio Bonito	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Paraíba do Sul	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Itabira	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Búzios	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Governador Valadares	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Betim	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Contagem	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Ubá	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	São João Del Rei	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	MG	Bom Despacho	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	Serra	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	São Pedro da Aldeia	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Areal	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Magé	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	ES	São Mateus	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Mangaratiba	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Miguel Pereira	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
CONTRATOS DE ALUGUEL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Brasil	RJ	Belford Roxo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“ANJI” -, marca mista registrada na NCL(10) 08 Processo: 908814674	06/06/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA & VIDEO”, marca mista registrada na classe 9:25 - Processo: 814662943	28/02/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA&VÍDEO.Perto”, marca mista registrada na NCL(11) 35 Processo 920415725	Aguardando INPI	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“CASA & VIDEO MINI”, marca mista registrada na NCL(9) 35 - Processo: 900954426	03/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(11) 21 - - Processo: 913978698	19/01/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CAZZA”, marca mista registrada na NCL(10) 24 - Processo: 909776113	11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“MAX GARANTIA”, marca mista registrada na NCL(9) 36 - Processo: 903254808	22/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“MAX PROTEÇÃO”, marca mista registrada na NCL(9)36 - Processo: 900806419	17/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: www.casaevideo.com.br		A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“CASA & VIDEO” - marca nominativa registrada na classe 40: 15Processo: 816542520	04/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(10) 21 - Processo: 910463905	27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(11) 21 - - Processo: 913978698	09/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(11) 21 - Processo: 913978663	09/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CAZZA”, marca mista registrada na NCL(8) 21 - Processo: 826428240	05/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CAZZA”, marca mista registrada na NCL(8) 24 - Processo: 826428258	05/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“casaevideo.com.br”, marca mista registrada na NCL(9) 35 - Processo: 901064416		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA&VIDEO.COM”, marca mista registrada na NCL(7) 35 – Processo: 823325725		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA & VIDEO”, marca mista registrada na NCL(9) 35 - Processo: 901064564	11/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(10) 21 - Processo: 840456654	19/01/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(10) 21 - Processo: 911745610	19/01/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“&”, marca mista registrada na classe NCL(11) 35 -Processo: 917391373	11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“BOLDER”, marca mista registrada na NCL(10) 07 - Processo: 908814879	07/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	“CASA DO CHEF”, marca mista registrada na NCL(11) 21 - Processo: 913978590	09/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CVTRJ TRADING E DISTRIBUIDORA EIRELI	11.553.431/0001-00	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio atacadista, comércio varejista, emissora, administradora e/ou gestora de cartões de crédito e débito, correspondente não bancário; Intermediação de serviços e/ou de negócios, estipulante e/ou de subestipulante de seguros diversos, Promover a divulgação de Planos Privados de Assistência à Saúde, promoção de vendas, Compra e venda de recebíveis, dentre outros.	100,000000
31/12/2020	0,360000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,690000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	9.121.000,00		
31/12/2018	-28,560000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa que será destinada a importação própria e desenvolvimento de marcas próprias em atividades de atacado, comercializando produtos com baixa concorrência e entrega de proposta de valores.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvadas, são derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS"), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contêm os termos "AH" e "AV", que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa: (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (http://www.casaevideo.com.br/investidores) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Os comentários a seguir podem conter declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Companhia, devido a diversos fatores relacionados aos seus negócios, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste Formulário de Referência.

A pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, cujos impactos têm sido sentidos na economia global, incluindo a economia brasileira, em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais e a interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões brasileiras onde a Companhia opera resultou no fechamento temporário de suas lojas. Diante dessa adversidade, a Companhia tomou diversas medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Companhia. Essas medidas foram descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo.

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia continuou a expansão do seu portfólio de lojas e, especificamente em 2020, desenvolveu dois novos formatos de negócio, com (i) lojas em formato de quiosques em pontos com alta circulação de pessoas e (ii) lojas de até 200 m^2 de salão de vendas e cerca de 1 mil SKUs (*stock keeping*

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

units) para cidades com menos de 70 mil habitantes (chamadas, respectivamente, lojas "Mini" e ".Perto"). Isso contribuiu para que a Companhia passasse de 112 lojas em 31 de dezembro de 2019 (sendo todas as lojas no modelo tradicional) para 215 lojas em 31 de dezembro de 2020 (sendo 151 lojas do modelo tradicional, 62 lojas "Mini" e 2 lojas ".Perto").

Ainda em 2020, a Companhia concluiu uma parte importante do plano de aceleração de suas vendas *online*. A conclusão das primeiras fases do projeto permitiu a integração total dos estoques de lojas e centro de distribuição, reduzindo os custos e prazos de entrega aos consumidores, bem como melhorando a conexão dos consumidores com o site. Essas ações permitiram mudanças relevantes nas vendas realizadas pela plataforma digital, que cresceu 115,3% em relação ao resultado observado em 2019, totalizando R$52,1 milhões de vendas em 31 de dezembro de 2020, frente a R$24,2 milhões de vendas em 31 de dezembro de 2019. A plataforma digital consiste em vendas originadas no canal *online*, por meio do aplicativo, *website* e *site mobile*, e retiradas em loja (*store pick-up*) ou entregues diretamente ao consumidor (*ship from store*), bem como vendas efetuadas em plataformas de terceiros. A Companhia acredita que sua melhor performance na plataforma digital em 2020 em relação à 2019 foi impulsionada pela pandemia da COVID-19 e que esta tendência de comportamento dos consumidores ainda permanece.

Além das novas lojas, o desenvolvimento da plataforma *omnichannel* da Companhia propiciou o crescimento de 10,5% da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o qual totalizou R$ 1.115,7 milhões, comparado a uma receita líquida de R$ 1.009,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o crescimento da receita líquida foi de 4,3% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando alcançou R$ 967,6 milhões.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos administradores da Companhia na condução de seus negócios:

(*Valores expressos em milhares de Reais, exceto %*)	**Em e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Receita Líquida	**1.115.697**	**1.009.436**	**967.620**
Lucro Bruto	**379.107**	**348.138**	**339.351**
Margem Bruta (1)	*34,0%*	*34,5%*	*35,1%*
EBITDA (2)	**176.383**	**153.774**	**80.266**
Margem EBITDA(3)	*15,8%*	*15,2%*	*8,3%*
Lucro Líquido	**35.211**	**8.734**	**9.300**
Margem Líquida (4)	*3,2%*	*0,9%*	*1,0%*
Dívida Líquida (5)	**110.585**	**160.532**	**199.105**

(1) A Margem Bruta da Companhia é uma medida não contábil, a qual é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas. A Margem Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Margem Bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência

(2) O EBITDA da Companhia é uma medida não contábil calculada, a qual consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a seu EBITDA de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência

(3) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas. Trata-se de uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia. A Margem EBITDA não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua margem EBITDA de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(4) A Margem Líquida da Companhia é uma medida não contábil, a qual é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas. A Margem Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Margem Líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência

(5) A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos, dívida remanescente das obrigações contraídas junto aos credores da recuperação judicial na constituição da Companhia e saldo de parcelamentos fiscais contraídos junto ao governo do estado, descontada de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

Disponibilidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou com caixa de R$163,9 milhões e R$ 8,1 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R$ 172,0 milhões, em comparação a R$ 126,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 (sendo R$ 124,8 milhões em caixa e R$ 1,5 milhões em títulos e valores mobiliários) e a R$ 78,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 (sendo R$ 76,6 milhões em caixa e R$ 1,4 milhões em títulos e valores mobiliários). O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pelo forte desempenho de vendas e geração de caixa operacional, apesar do fechamento temporário de lojas físicas devido à pandemia da COVID-19, tendo a redução das vendas nas lojas físicas sido compensada pelo crescimento das vendas na plataforma digital e, ainda, em determinadas lojas físicas que permaneceram abertas por terem sido judicialmente consideradas essenciais, em razão da comercialização de determinados produtos de gênero alimentício e artigos médicos. Adicionalmente, a Companhia seguiu sua estratégia de diluição de custo fixo, inclusive obtendo êxito em descontos na linha de aluguéis com impacto no caixa de R$ 19,7 milhões, no ano de 2020.

Indicadores Financeiros. O indicador Dívida Líquida/EBITDA é calculado somando as dívidas da estrutura de capital da Companhia (dívidas bancárias, derivativos, parcelamentos fiscais e saldo de credores da recuperação judicial) e reduzindo o saldo de caixa, equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, o valor é dividido pelo EBITDA do ano. A variação positiva deste índice, quando comparado entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, deve-se, principalmente, à forte geração de caixa e ao incremento do EBITDA da Companhia. O Indicador de liquidez corrente é calculado pela divisão entre o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. A variação positiva deste índice, quando comparado entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, deve-se, principalmente à melhora na estrutura da dívida bancária (alongando o prazo e reduzindo seu custo financeiro) da Companhia, aliada à manutenção da gestão do capital de giro e pela forte geração de caixa no período. A tabela abaixo expressa a evolução dos indicadores:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Dívida Líquida/EBITDA(1)	0,63x	1,04x	2,48x
Liquidez Corrente(2)	85,4%	73,3%	74,8%

(1) A Dívida Líquida/EBITDA é uma medida não contábil calculada com base na Dívida Líquida sobre o EBITDA. A Dívida Líquida/EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas do IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular seus índices de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) O indicador de liquidez corrente é calculado pela divisão entre o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem, em equilíbrio de um forte ROE (*Return On Equity* ou Retorno de capital investido pelo acionista) e eficiente gestão de dívida da Companhia com alongado prazo de pagamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(conforme demonstrado no subitem "f" abaixo).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R$121,2 milhões, comparado a R$ 49,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 34,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento do patrimônio líquido de 146,4% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019 refere-se, principalmente, ao lucro apurado no exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 10,2% de capital próprio (patrimônio líquido) e 89,8% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 4,9% de capital próprio e 95,1% de capital de terceiros e, em 31 de dezembro de 2018, era composta por 5,3% de capital próprio e 94,7% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	**Em 31 de dezembro de**					
	2020		**2019**		**2018**	
	(Valores expressos em milhares de Reais)	*AV (%)*	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	*AV (%)*	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	*AV (%)*
Patrimônio Líquido	121.202	10,2%	49.182	4,9%	34.393	5,3%
Passivo Total	1.065.243	89,8%	948.296	95,1%	619.318	94,7%
Total	1.186.445	**100,0%**	997.478	**100,0%**	653.711	**100,0%**

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, visando a manutenção de uma ótima relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia e sem depreciação de sua liquidez, buscando, assim, a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia continuou melhorando sua operação, conforme explicado neste item 10.1, subitem "a", deste Formulário de Referência, e reformulou sua estrutura de dívida bancária. Isso possibilitou que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, também com a melhora adicional de sua operação, a dívida líquida da Companhia chegasse a 1,04 vezes o EBITDA e que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, por meio da geração de caixa próprio, a dívida líquida chegasse a 0,63 vezes o EBITDA.

Ademais, o índice de liquidez geral (calculado por meio da divisão do ativo total pelo passivo circulante e não circulante) foi de 111,4% em 2020, 105,2% em 2019 e 105,6% em 2018 e, portanto, os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo e que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da ótima de relação de capital de giro e eficiência na geração de caixa operacional. Em relação ao capital circulante líquido (o qual é calculado pelo ativo circulante menos o passivo circulante), a Companhia reportou, em dezembro de 2020, um valor negativo de R$ 88,8 milhões, uma melhora de R$ 55,1 milhões em comparação ao ano de 2019, que foi de R$ 143,9 milhões negativo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram suportadas por sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando o baixo endividamento financeiro da Companhia e seu fluxo de caixa, os diretores acreditam que a Companhia terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia da COVID-19 na economia brasileira e nas operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso seja necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as atividades e investimentos da Companhia, os diretores acreditam que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

(Valores expressos em milhares de Reais)	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Dívida Bruta (1)	**282.549**	**286.810**	**277.081**
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(171.964)	(126.278)	(77.976)
Dívida Líquida (2)	**110.585**	**160.532**	**199.105**
EBITDA	**176.383**	**153.774**	**80.266**
Dívida Líquida/EBITDA (3)	**0,63x**	**1,04x**	**2,48x**

(1) A Dívida Bruta é uma medida não contábil, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures, derivativos, dívida remanescente das obrigações contraídas junto aos credores da recuperação judicial na constituição da Companhia e saldo de parcelamentos fiscais contraídas junto ao governo do estado. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da Dívida Bruta com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos, dívida remanescente das obrigações contraídas junto aos credores da recuperação judicial na constituição da Companhia e saldo de parcelamentos fiscais contraídos junto ao governo do estado, descontada de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) A Dívida Líquida/EBITDA é uma medida não contábil calculada com base na Dívida Líquida sobre o EBITDA. A Dívida Líquida/EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas do IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular seus índices de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia tem utilizado da geração de caixa próprio, benefício de caixa pela diferença entre o giro de estoque e prazo para pagamento de fornecedores e empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo Citibank, Santander e Itaú.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as operações da Companhia geraram um caixa líquido, no montante total de R$ 123,9 milhões, R$ 158,1 milhões e R$ 63,5 milhões, respectivamente, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por um consumo de caixa líquido nos mesmos períodos de R$ 16,8 milhões, R$ 84,8 milhões e R$ 8,8 milhões, respectivamente. Contudo, desconsiderando o arrendamento mercantil, efeitos gerados pelo CPC 06 / IFRS 16, houve um acréscimo de caixa líquido nas atividades de financiamento, no valor de R$ 42,6 milhões no ano de 2020 e um consumo de caixa líquido de R$ 14,7 milhões no ano de 2019.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de financiamento que a Companhia pretende utilizar para suprir suas necessidades de capital são novas dívidas bancárias, uma vez que o nível de endividamento da Companhia está abaixo dos limites máximos de mercado. Além disso, o incremento de caixa gerado pela melhora da performance da Companhia com a inauguração de lojas novas e consequente diluição de custo fixo permite que a Companhia ajuste proporcionalmente seu nível de alavancagem bancária.

Dessa maneira, os diretores da Companhia acreditam que o seu caixa operacional é suficiente para financiar, pelos próximos meses, as necessidades de capital de giro e, ainda, investir em ativos não circulantes no curso normal dos negócios da Companhia como, por exemplo, implantações de *software* importantes para a evolução da Companhia e reformas de manutenção em suas lojas. Entretanto, para dar sequência à estratégia de expansão de lojas, e, consequentemente, obter um crescimento orgânico relevante, a Companhia precisará de recursos adicionais ao seu caixa operacional. Os diretores da Companhia acreditam que a Companhia conseguirá obter esses recursos por meio de uma oferta pública inicial de ações.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos, credores da recuperação judicial e parcelamentos fiscais da Companhia era de R$ 282,5 milhões, quando comparado a R$ 286,8 milhões e R$ 277,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos, credores da recuperação judicial e parcelamentos fiscais, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizou R$ 110,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, R$ 160,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 199,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	**Moeda**	**Taxa de Juros**	**Ano de Vencimento**	**Em 31 de dezembro de**		
		x % a.a.		**2020**	**2019**	**2018**
				(Valores expressos em milhares de Reais)		
Dívida Fiscal	*BRL*	SELIC	2028	**182.597**	**192.747**	**173.726**
Dívida 4131	*USD com SWAP*	CDI + 4,30%	2022	**-**	**23.674**	**-**
Derivativos	*USD com SWAP*	Variação Cambial	2024	**964**	**-**	**-**
Empréstimo bancário	*USD com SWAP*	CDI + 3,54%	2023	**13.214**	**-**	**-**
Divida 4131	*BRL*	Libor + 1,96%	2024	**32.021**	**-**	**-**
Empréstimo bancário	*USD com SWAP*	CDI + 2,76%	2024	**10.001**	**-**	**-**
Empréstimo bancário	*Pré com SWAP*	CDI + 3,5%	2024	**10.123**	**-**	**-**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FINIMP	*USD com SWAP*	3,91%	2021	**10.755**	**6.051**	**-**
Debênture Itaú	*BRL*	CDI + 4,25%	2021	**-**	**22.499**	**37.609**
Debênture Santander	*BRL*	CDI + 4,45%	2021	**-**	**9.598**	**15.617**
Credores - recuperação judicial	*BRL*	IPCA + 2%	2020	**22.874**	**32.241**	**50.129**
Total				**282.549**	**286.810**	**277.081**

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e parcelamentos fiscais da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

Vencimento						*(Valores expressos em milhares de Reais)*
2021	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026 em diante**	**Total**
R$ 77.231	R$ 58.285	R$ 45.380	R$ 30.372	R$ 19.010	R$ 29.397	R$ 259.675

Além disso, em razão do plano de recuperação judicial do Grupo Mobilitá, a Companhia assumiu a dívida repactuada junto aos credores concursais. As parcelas semestrais tiveram seu último vencimento em janeiro de 2020, sendo o valor totalmente quitado em 2019. O saldo contabilizado no longo prazo refere-se às parcelas que a Companhia aguarda a prescrição para realização de reversão contábil, uma vez que se referem às parcelas em que os fornecedores não conseguiram comprovar o saldo credor no processo de habilitação da recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do referido saldo, de R$ 22,9 milhões está provisionado no passivo não circulante da Companhia.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos de financiamento mais relevantes são os seguintes:

- Citibank – CVM 4131 – celebrado em 2020, com um valor principal de $ 9,0 milhões de dólares (com SWAP para Reais), com taxa de juros de Libor + 1,96 *% (SWAP para CDI + 3,5%)*, garantido por 50% do valor do saldo da dívida em cartões de crédito performados, a ser pago em 16 parcelas trimestrais e com vencimento em fevereiro de 2024. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 32,0 milhões; e

- Caixa Econômica – CCB – celebrado em 2020, com um valor principal de R$ 15,0 milhões, com taxa de juros de CDI + 3,54 *%*, garantido por aplicações financeiras no volume correspondente à 20% do saldo da dívida, a ser pago em 36 parcelas mensais e com vencimento em maio de 2023. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 13,2 milhões.

- Banco Itaú– CCB PEAC/FGI– celebrado em 2020, com um valor principal de R$ 10,0 milhões, com taxa de juros de CDI + 3,70 *%*, sem garantia, a ser pago em 42 parcelas mensais, a partir de junho de 2021 e com vencimento em novembro de 2024. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 10,1 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Banco BBM– CCB PEAC/FGI– celebrado em 2020, com um valor principal de R$ 10,0 milhões, com taxa de juros de CDI + 2,76 %, garantido por aplicações financeiras no volume correspondente à 30% do saldo da dívida, a ser pago em 30 parcelas mensais, a partir de novembro de 2021 e com vencimento em abril de 2024. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 10,0 milhões.

ii.Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no item "i" acima.

iii.Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos e garantias, incluindo o saldo de cartões de crédito disponível para antecipação e aplicações financeiras.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de empréstimos do Citibank e Caixa Econômica Federal preveem vencimento antecipado no caso de inobservância de certos índices financeiros neles determinados: a proporção de Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior à 2,5x, a proporção de EBITDA/Resultado Financeiro deve ser igual ou superior à 2x e a proporção de Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões deve ser igual ou inferior à 1,7x. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu os referidos índices financeiros. A dívida líquida para cálculo dos *covenants* é composta apenas pelo saldo de empréstimos e financiamentos, conforme previstos nos respectivos contratos.

Com base informações financeiras consolidadas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o atual valor do índice financeiro "Dívida Financeira Líquida/EBITDA", "EBITDA/Resultado Financeiro" e Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões" da Companhia é de, respectivamente:

Cálculo do Índice de *covenant* (*em milhares de Reais, exceto múltiplos*)	
Divida Líquida/EBITDA <=2,5 EBITDA	
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	86.196
Depreciação e Amortização	90.187
EBITDA	176.383
Dívida Bancária	**77.078**
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(171.964)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dívida Líquida	(94.886)
Múltiplo EBITDA	**(0,5)**

EBITDA/Resultado Financeiro >=2x	
Resultado Financeiro	(34.732)
EBITDA	176.383
Múltiplo	**5,1**

Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões <=1,7	
Dívida Líquida	(94.886)
Recebíveis de Cartões	15.792
Múltiplo	**(6,0)**

A Companhia cumpre rigorosamente todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Os principais elementos da demonstração de resultados da Companhia são os seguintes:

Receita Líquida

A receita líquida é composta pela receita bruta descontada de impostos sobre as vendas (ICMS, PIS e COFINS). A receita é proveniente (i) de lojas físicas, por meio de diferentes modelos de loja, sendo eles tradicional, "Mini" e ".Perto"; e (ii) da plataforma digital, que consiste em vendas originadas no canal *online,* por meio do aplicativo, *website* e *site mobile*, e retiradas em loja (*store pick-up*) ou entregues diretamente ao consumidor (*ship from store*), bem como vendas efetuadas em plataformas de terceiros. Mais recentemente, a Companhia passou a auferir receitas de serviços prestados oferecidos em seu *marketplace*, em que se cobra uma comissão de venda de produtos e serviços de terceiros oferecidos na plataforma digital da Companhia.

Custo das vendas

O custo das mercadorias vendidas é composto pelos produtos comprados dos fornecedores e incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a pessoal, ocupação (aluguel de lojas), depreciação e amortização, utilidades, serviços, entre outros.

Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, juros sobre depósitos judiciais e ajuste a valor presente. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre antecipação de recebíveis, ajuste a valor presente, juros sobre impostos parcelados e juros sobre contingências.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Demonstração do Resultado	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				**Variação 2020 x 2019**
	2020		**2019**		
	(Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AV (%)	AH (%)
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	100,0%	1.009.436	100,0%	10,5%
Custo das mercadorias vendidas	(736.590)	-66,0%	(661.298)	-65,5%	11,4%
Lucro bruto	379.107	34,0%	348.138	34,5%	8,9%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(112.682)	-10,1%	(102.873)	-10,2%	-9,5%
Despesas gerais e administrativas	(187.901)	-16,8%	(181,135)	-17,9%	3,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	7.672	0,7%	5.310	0,5%	44,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	86.196	7,7%	69.440	6,9%	24,1%
Receitas financeiras	32.813	2,9%	11.036	1,1%	197,3%
Despesas financeiras	(67.545)	-6,1%	(67.673)	-6,7%	-0,2%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	51.464	4,6%	12.803	1,3%	302,0%
Imposto de renda e contribuição social	(16.253)	-1,5%	(4.069)	-0,4%	299,4%
Lucro (prejuízo) do exercício	35.211	3,2%	8.734	0,9%	303,1%

Receita líquida com venda de mercadorias e serviços

A receita líquida com venda de mercadorias e serviços totalizou R$ 1.115,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 106,3 milhões, ou 10,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 1.009,4 milhões.

Essa variação decorreu, principalmente, do maior volume de vendas impulsionado pelo: (i) aumento de vendas na mesma loja ou "*same store sales*" (lojas inauguradas há mais de 12 meses) e otimização das ações de *omnichannel* que reforçaram a venda tanto na loja física quanto na plataforma digital, e a maior oferta de modalidades de entrega (*store pick-up* / *ship from store*), (ii) receita adicional de 39 novas lojas tradicionais, bem como a introdução dos novos modelos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de lojas “Mini” e “.Perto”, tendo sido inauguradas 62 lojas “Mini” e 2 lojas “.Perto” ao longo de 2020. Apesar do fechamento temporário de lojas físicas causado pela pandemia da COVID-19 ter inicialmente reduzido as vendas nas lojas físicas, esta redução foi compensada pelo crescimento das vendas na plataforma digital e, ainda, em determinadas lojas físicas que permaneceram abertas por terem sido judicialmente consideradas essenciais, em razão da comercialização de determinados produtos de gênero alimentício e artigos médicos

As receitas líquidas da plataforma digital totalizaram R$ 52,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 27,9 milhões ou 115,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$ 24,2 milhões. Essa variação decorreu do (i) crescimento de 60,0% do número de visitas ao *website* da Companhia, principalmente, do maior volume de acesso por meio de anúncios em sites de terceiros e aplicativo; (ii) maior penetração das iniciativas *omnichannel* já descritas anteriormente; (iii) melhoria das funcionalidades e *features* de navegação em nosso site; e (iv) aumento de 86,0% no total de clientes ativos (clientes que realizaram pelo menos uma compra no ano) na plataforma digital. Ademais, impulsionada pela pandemia da COVID-19, a plataforma digital da Companhia performou em patamares superiores aos anteriores, sendo que a Companhia acredita que esta tendência de comportamento dos consumidores ainda permanece.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R$ 736,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R$ 75,3 milhões, ou 11,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 661,3 milhões. Esse aumento se deve ao crescimento nas vendas e aumento do *mix* na categoria de produtos *connect*, a qual inclui *smartphones*, áudio e vídeo, entre outros, com margem média abaixo das demais categorias, porém garantindo aumento no *ticket* médio.

Lucro bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto totalizou R$ 379,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R$ 31,0 milhões, ou 8,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 348,1 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, a (a) o aumento no volume de vendas, (b) o aumento no *ticket* médio, (iii) o ganho de *market share* no mundo de *connect*, com margem abaixo da média da Companhia e (iv) a manutenção da margem comercial.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$ 112,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 9,8 milhões, ou 9,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 102,9 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, a (i) o aumento dos aluguéis variáveis gerado pelo crescimento da venda, representando R$ 3,5 milhões e (ii) impacto do CPC 06 / IFRS 16, aumentando as despesas em 2020 considerando inclusão a novos contratos de locação, representando R$ 6,8 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 187,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 6,8 milhões, ou 3,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 181,1 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento de quadro de funcionários,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representando R$ 8,9 milhões, devido às novas lojas inauguradas em 2020 (foram 39 lojas tradicionais, 2 lojas ".Perto" e 62 lojas "mini".

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R$ 7,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 2,4 milhões, ou 44,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 5,3 milhões. Esse aumento se deve, principalmente à baixa das parcelas com vencimentos prescritos, conforme definido no plano de recuperação judicial, representando R$3,7 milhões.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro totalizou R$ 86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 16,8 milhões, ou 24,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 69,4 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, a (i) o aumento no volume de venda e manutenção da margem comercial, (ii) a diluição e gestão custo fixo e (iii) a abertura de novas lojas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R$ 32,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 21,8 milhões, ou 197,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$ 11,0 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, em razão dos descontos financeiros obtidos em contratos de aluguéis, no valor de R$ 19,7 milhões.

Despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R$ 67,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 0,1 milhões, ou 0,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando foram de R$ 67,7 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a (i) a redução na taxa de juros Selic, (ii) o impacto do CPC 06 / IFRS 16 e (iii) a renegociação e emissão de novas linhas de crédito com redução de custo.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Lucro (prejuízo) antes dos impostos foi de R$ 51,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 38,7 milhões, ou 302,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando foi de R$ 12,8 milhões. Esse aumento ocorreu, em razão, principalmente, do crescimento nas vendas de lojas físicas, inclusive com lojas novas e vendas por meio da plataforma digital e *omnichannel*, representando um aumento no lucro bruto de R$ 31,0 milhões e desconto de aluguéis obtido no valor de R$ 19,7 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 16,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 12,2 milhões, ou 299,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 4,1 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao crescimento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social de 2020. A incidência do imposto é calculada considerando as

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

despesas e receitas temporárias e a alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto de renda foi de 31,6%.

Lucro (prejuízo) do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, o lucro da Companhia totalizou R$ 35,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 3,2% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R$ 26,5 milhões, ou 303,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 8,7 milhões (0,9% da receita líquida no mesmo período). Esse aumento se deve, principalmente, a (i) o crescimento nas vendas de lojas físicas, (ii) a transformação digital e *omnicanalidade*, que resultou no crescimento exponencial desse canal de vendas, (iii) a gestão efetiva e inteligente nos custos, (iv) o controle e manutenção da margem (v) a expansão geográfica baseada em dados estatísticos e financeiros e (vi) descontos em contratos de alugueis.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Demonstração do Resultado	**2019**		**2018**		**Variação 2019 x 2018**
	(Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AV (%)	AH (%)
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.009.436	100,0%	967.620	100,0%	4,3%
Custo das mercadorias vendidas	(661.298)	-65,5%	(628.269)	-64,9%	5,3%
Lucro bruto	348.138	34,5%	339.351	35,1%	2,6%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(102.873)	-10,2%	(103.902)	-10,7%	-1,0%
Despesas gerais e administrativas	(181.135)	-17,9%	(185.148)	-19,1%	-2,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	5.310	0,5%	12.555	1,3%	-57,7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	69.440	6,9%	62.857	6,5%	10,5%
Receitas financeiras	11.036	1,1%	12.782	1,3%	-13,7%
Despesas financeiras	(67.673)	-6,7%	(61.457)	-6,4%	10,1%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	12.803	1,3%	14.182	1,5%	-9,7%
Imposto de renda e contribuição social	(4.069)	-0,4%	(4.882)	-0,5%	-16,7%
Lucro (prejuízo) do exercício	8.734	0,9%	9.300	1,0%	-6,1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida com venda de mercadorias e serviços

A receita líquida com venda de mercadorias e serviços totalizou R$ 1.009,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 41,8 milhões, ou 4,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 967,6 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, a (i) o aumento de vendas no conceito mesmas lojas, representando R$ 18,9 milhões, (ii) a inauguração de 14 novas lojas no modelo tradicional, incrementando volume de vendas representando R$ 20,1 milhões e (iii) o crescimento das vendas no canal digital, representando R$ 2,8 milhões.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R$ 661,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 33,0 milhões, ou 5,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 628,3 milhões. Importante destacar que o custo referente ao exercício de 2018 tem o benefício da Medida Provisória 690/2015, a qual reduziu a alíquota de PIS e COFINS incidente na venda de *smartphones* para 0%, representando R$ 9,7 milhões. Retirando o efeito não recorrente contabilizado no exercício de 2018, o crescimento do custo no exercício social encerrado em 2019 totalizou R$ 23,3 milhões, ou 3,7%, acompanhando o crescimento das vendas geradas pelas lojas físicas, parcialmente compensado pela gestão na negociação com fornecedores para reduzir o custo.

Lucro bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto totalizou R$ 348,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 34,5% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R$ 8,7 milhões, ou 2,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 339,4 milhões (35,1% da receita líquida no mesmo período). Esse aumento se deve, principalmente, a (i) o volume de vendas, (ii) o aumento do *ticket médio* e (iii) o ganho de *market share* no mundo de *connect*. Ademais, em 2018 a margem foi beneficiada em 1 ponto percentual pela Medida Provisória 690/2015, que reduziu a carga tributária de PIS e COFINS relativo à venda de *smartphones* para 0% (a qual esteve em vigor até dezembro de 2018).

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$ 102,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1,0 milhão, ou 1,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 103,9 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a (i) o aumento na arrecadação, em 2019, de verba comercial com fornecedores, financiando o custo com *marketing* e (ii) o aumento de lojas inseridas no mercado livre de energia, gerando uma redução de 25% no custo de energia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 181,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 4,0 milhões, ou 2,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 185,1 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a (i) redução na linha de custo com pessoal, representando R$ 2,0 milhões, seguindo a estratégia da Companhia em crescer venda diluindo ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

cortando custo fixo e (ii) a renegociação de contratos diversos para reduzir custos, representando R$ 2,2 milhões nas linhas de despesas com ocupação e serviços prestados.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R$ 5,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 7,2 milhões, ou 57,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 12,6 milhões. Essa redução se deve, principalmente, às negociações realizadas em 2018 com credores, representando R$ 5,1 milhões, aprovando descontos comerciais e receita de *up-front* pelo contrato firmado com a financeira Credsystem (cartão próprio C&V), representando R$ 2,0 milhões em dezembro de 2018.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro totalizou R$ 69,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 6,5 milhões, ou 10,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 62,9 milhões. Esse aumento no lucro se deve, principalmente, ao aumento no volume de vendas gerado pela estratégia comercial e *mix* de produtos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras, conforme o quadro acima, totalizaram R$ 11,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1,7 milhões, ou 13,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 12,8 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à atualização dos depósitos judiciais levantados em 2018, gerando uma receita adicional para o exercício em comparação com 2019, representando R$ 2,5 milhões e (ii) compensada parcialmente com o aumento de descontos obtidos, em 2019, representando um aumento de R$ 0,6 milhões.

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R$ 67,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 6,2 milhões, ou 10,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 61,5 milhões. Esse aumento ocorreu em razão, principalmente, (i) da adesão ao CPC 06 / IFRS 16 no exercício de 2019, que gerou uma despesa de R$ 13,6 milhões, (ii) da redução na taxa de juros Selic, representando R$2,7 milhões, (iii) da negociação na taxa de antecipação de recebíveis de cartão de crédito com as adquirentes e redução no volume de antecipações, gerando uma redução de R$ 2,3 milhões e (iv) redução nos juros pagos a fornecedores, representando R$ 1,7 milhões;

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Lucro (prejuízo) antes dos impostos totalizou R$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1,4 milhões, ou 9,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 14,2 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a (i) a adesão ao CPC 06 / IFRS16, que gerou um impacto de negativo no resultado de R$ 10,5 milhões, (ii) a abertura de novas lojas com diluição do custo fixo e (iii) o aumento no volume de vendas gerado pela estratégia comercial e *mix* de produtos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição totalizou R$ 4,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 0,8 milhões, ou 16,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 4,9 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à redução no lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício de 2019.

Lucro (prejuízo) exercício

O lucro do exercício totalizou R$ 8,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$0,6 milhões, ou 6,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 9,3 milhões. Essa redução ocorreu, em razão, principalmente, (i) da adesão ao CPC 06 / IFRS16, que gerou uma despesa no resultado de R$ 10,5 milhões, (ii) da abertura de novas lojas com diluição do custo fixo, melhorando o resultado em 2019 e (iii) do aumento no volume de vendas gerado pela estratégia comercial e *mix* de produtos e abertura de novas lojas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu balanço patrimonial, a partir de suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Em 31 de dezembro de				Variação 2020 x 2019
Balanços patrimoniais	**2020**		**2019**		
	(Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	163.887	13,8%	124.770	12,5%	31,4%
Títulos e valores mobiliários	8.077	0,7%	1.508	0,2%	435,6%
Contas a receber de clientes	52.448	4,4%	49.656	5,0%	5,6%
Estoques	237.273	20,0%	166.043	16,6%	42,9%
Impostos e contribuições a recuperar	48.394	4,1%	45.907	4,6%	5,4%
Outros	11.234	0,9%	7.553	0,8%	48,7%
	521.313	43,9%	395.437	39,6%	31,8%
Não circulante					
Depósitos judiciais	73.988	6,2%	70.946	7,1%	4,3%
Impostos e contribuições a recuperar	1.069	0,1%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.645	2,0%	36.871	3,7%	-35,9%
Imobilizado	138.404	11,7%	88.750	8,9%	55,9%
Direito de uso – arrendamento mercantil	296.047	25,0%	271.609	27,2%	9,0%
Intangível	128.717	10,8%	133.739	13,4%	-3,8%
Outros	3.262	0,3%	126	0,0%	n.m.
	665.132	56,1%	602.041	60,4%	10,5%
Total do ativo	1.186.445	100,0%	997.478	100,0%	18,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais	Em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	2019 (Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	Variação 2020 x 2019 AH (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	355.696	30,0%	284.668	28,5%	25,0%
Antecipação de fornecedores a pagar	40.052	3,4%	42.251	4,2%	-5,2%
Empréstimos e financiamentos	28.564	2,4%	15.829	1,6%	80,5%
Debêntures	-	-	20.993	2,1%	-100,0%
Derivativos	964	0,1%	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	63.627	5,4%	59.435	6,0%	7,1%
Arrendamento mercantil	74.083	6,2%	75.365	7,6%	-1,7%
Salários e encargos a recolher	12.509	1,1%	12.894	1,3%	-3,0%
Aluguéis a pagar	16.205	1,4%	10.256	1,0%	58,0%
Dividendos a pagar	-	-	1.741	0,2%	-100,0%
Adiantamento de clientes	6.249	0,5%	7.147	0,7%	-12,6%
Outros	12.192	1,0%	8.679	0,9%	40,5%
	610.141	51,4%	539.258	54,1%	13,1%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	47.550	4,0%	13.896	1,4%	242,2%
Debêntures	-	-	11.104	1,1%	-100,0%
Impostos e contribuições a recolher	134.894	11,4%	140.276	14,1%	-3,8%
Arrendamento mercantil	239.950	20,2%	206.776	20,7%	16,0%
Credores - recuperação judicial	22.874	1,9%	32.241	3,2%	-29,1%
Adiantamento de clientes	3.917	0,3%		0,0%	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	5.872	0,5%	4.498	0,5%	30,5%
Outros	45	0,0%	247	0,0%	-81,8%
	455.102	38,4%	409.038	41,0%	11,3%
Patrimônio líquido					
Capital social	157.107	13,2%	124.107	12,4%	26,6%
Reserva de capital	11.846	1,0%	8.037	0,8%	47,4%
Prejuízos acumulados	(47.751)	-4,0%	(82.962)	-8,3%	-42,4%
	121.202	10,2%	49.182	4,9%	146,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.186.445	100,0%	997.478	100,0%	18,9%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 31,4%, passando de R$ 124,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 163,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumento é devido, principalmente, (i) ao aporte de capital no valor de R$33,0 milhões, (ii) ao incremento do lucro operacional (lucro antes dos impostos) da Companhia no período, representando R$ 51,5 milhões (uma variação de R$ 38,7 milhões quando comparado ao ano de 2019).

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de 435,6%, passando de R$ 1,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é devido, principalmente, a novas garantias financeiras oferecidas nos empréstimos com bancos.

Estoques

O saldo de estoques apresentou um aumento de 42,9%, passando de R$ 166,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 237,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é devido ao incremento de 62 lojas no modelo "Mini", 2 lojas no modelo "Perto" e 39 lojas no modelo tradicional. O impacto do volume de estoques também gera impacto no volume de fornecedores a pagar em proporções semelhantes, reforçando assim a estratégia de estrutura de dívida da Companhia.

Outros

O saldo outros ativos circulantes apresentou um aumento de 48,7%, passando de R$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 11,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$ 3,6 milhões é devido, principalmente, ao aumento de adiantamento para fornecedores de consumo, os quais prestaram os serviços e ainda não emitiram as respectivas notas fiscais, necessário para atender a demanda de abertura de novas lojas.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou uma redução de 35,9%, passando de R$ 36,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução é devida à compensação com imposto de renda gerado sobre o lucro do exercício de 2020, representando o efeito líquido de R$ 13,2 milhões.

Imobilizado

O saldo dos imobilizados apresentaram um aumento de 55,9%, passando de R$ 88,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 138,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu do aumento de investimento em lojas novas, que segue em linha com a estratégia de crescimento da Companhia**.** Seguindo a estratégia de expansão, a Companhia continua investindo em abertura de novas lojas, o que justifica o saldo do imobilizado em andamento para as lojas ainda não inauguradas.

Direito de uso – arrendamento mercantil

O saldo dos direitos de uso apresentou um aumento de 9,0%, passando de R$ 271,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 296,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu de novos contratos de locação de imóveis firmados para abertura de lojas novas.

Intangível

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo do intangível apresentaram uma redução de 3,8%, passando de R$ 133,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 128,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução decorreu da amortização de *softwares* de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos, representando R$ 7,7 milhões.

Outros

O saldo de outros ativos não circulantes apresentaram um aumento de R$ 3,2 milhões, passando de R$ 0,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é referente à reclassificação para o longo prazo de processo judicial, no qual a administração entende que a recuperação será no prazo superior a 12 meses.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores apresentou um aumento de 25,0%, passando de R$ 284,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 355,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento segue em linha com os incrementos de estoque necessários ao crescente número de lojas da Companhia, onde foram inauguradas, em 2020, 39 lojas tradicionais, 2 lojas ".Perto" e 62 lojas "Mini".

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimo e financiamentos apresentou um aumento de 80,5%, passando de R$ 15,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é devido, principalmente, às novas linhas de crédito tomadas com o Banco Itaú e Banco BBM para liquidar as debêntures, representando R$ 8,1 milhões e aumento na linha de financiamento tomada com o Citibank para importação, representando R$ 4,7 milhões.

Debêntures

O saldo das debêntures era de R$ 21,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, tendo seu saldo liquidado em 31 de dezembro de 2020. Essa liquidação ocorreu pela negociação de novas linhas de crédito com maior prazo de pagamento e redução no custo financeiro.

Aluguéis a pagar

O saldo aluguéis a pagar apresentou um aumento de 58,0%, passando de R$ 10,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 16,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é causado, principalmente, pela abertura de 39 novas lojas tradicionais, 2 lojas ".Perto" e 62 lojas "Mini".

Adiantamento de clientes

O saldo de adiantamento de clientes apresentou uma redução de 12,6%, passando de R$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão da compensação e baixas contábeis realizadas no exercício de 2020.

Outros

O saldo de outros passivos circulantes apresentou um aumento de 40,5%, passando de R$ 8,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é devido, principalmente, ao aumento de provisões referente a (i) serviços prestados para os quais ainda não houve a emissão das notas fiscais pelos respectivos fornecedores e (ii) demandas geradas pelo aumento nas despesas e crescimento da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou um aumento de 242,2%, passando de R$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 47,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento se deve à estratégia de alongamento das dívidas da Companhia, além de parte do endividamento ter sido utilizado para liquidar as debêntures emitidas.

Debêntures

O saldo das debêntures de R$ 11,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 foi totalmente liquidado em 2020. Essa liquidação ocorreu pela negociação de novas linhas de crédito com maior prazo de pagamento e redução no custo financeiro.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil apresentou um aumento de 16,0%, passando de R$ 206,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 240,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é devido, principalmente, à adesão da Companhia a novos contratos de locação referente à abertura de 41 novas lojas novas em 2020.

Credores – recuperação judicial

O saldo de credores – recuperação judicial apresentou uma redução de 29,1%, passando de R$ 32,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pela realização de reversão contábil por prescrição de dívida, uma vez que se referem a saldos de fornecedores que não conseguiram comprovar o saldo credor no processo de habilitação da recuperação judicial.

Provisão para litígios e demandas judiciais

O saldo provisão para litígios e demandas judiciais apresentou um aumento de 30,5%, passando de R$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento na provisão foi decidido e atualizado pelos assessores jurídicos da Companhia, em análise dos prognósticos jurídicos já existentes. Quanto às ações trabalhistas, a avaliação é feita com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu-se provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas classificadas como "prováveis" com as ações em curso.

Outros

O saldo de outros passivos não circulantes apresentou uma redução de 81,8%, passando de R$ 247 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 45 mil em 31 de dezembro de 2020. A redução de R$ 202 mil refere-se à baixa realizada em 2020.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social apresentou um aumento de 26,6%, passando de R$ 124,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 157,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$ 33,0 milhões decorreu da estratégia da Companhia em reforçar o fluxo de caixa e garantir alinhamento estratégico ao plano de estrutura de dívidas da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucros e Reservas

A reserva de capital apresentou um aumento de 47,4%, passando de R$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 11,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu do plano de remuneração baseado em ações, referente a novos contratos firmados com a administração da Companhia, visando a criar incentivos aos diretores e conselheiros da Companhia no longo prazo.

Prejuízos acumulados

O saldo dos prejuízos acumulados apresentou uma redução relevante de 42,4%, passando de R$ 83,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 47,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução decorreu do plano estratégico da Companhia de aumentar suas vendas diluindo custo fixo, gerando um resultado líquido no exercício de 2020 positivo em R$ 35,2 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Em 31 de dezembro de				
Balanços patrimoniais	**2019**		**2018**		**Variação 2019 x 2018**
	(Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	124.770	12,5%	76.621	11,7%	62,8%
Títulos e valores mobiliários	1.508	0,2%	1.355	0,2%	11,3%
Contas a receber de clientes	49.656	5,0%	48.208	7,4%	3,0%
Estoques	166.043	16,6%	139.975	21,4%	18,6%
Impostos e contribuições a recuperar	45.907	4,6%	50.017	7,7%	-8,2%
Outros	7.553	0,8%	6.354	1,0%	18,9%
	395.437	39,6%	322.530	49,3%	22,6%
Não circulante					
Depósitos judiciais	70.946	7,1%	75.271	11,5%	-5,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.871	3,7%	40.925	6,3%	-9,9%
Imobilizado	88.750	8,9%	76.983	11,8%	15,3%
Direito de uso – arrendamento mercantil	271.609	27,2%	-	-	-
Intangível	133.739	13,4%	137.876	21,1%	-3,0%
Outros	126	0,0%	126	0,0%	0,0%
	602.041	60,4%	331.181	50,7%	81,8%
Total do ativo	997.478	100,0%	653.711	100,0%	52,6%

	Em 31 de dezembro de				
Balanços patrimoniais	**2019**		**2018**		**Variação 2019 x 2018**
	(Valores expressos em milhares de Reais)	AV (%)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AV (%)	AH (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	284.668	28,5%	266.676	40,8%	6,7%
Antecipação de fornecedores a pagar	42.251	4,2%	24.537	3,8%	72,2%
Empréstimos e financiamentos	15.829	1,6%	-	-	-
Debêntures	20.993	2,1%	21.180	3,2%	-0,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos e contribuições a recolher	59.435	6,0%	54.492	8,3%	9,1%
Arrendamento mercantil	75.365	7,6%	-	-	-
Salários e encargos a recolher	12.894	1,3%	10.722	1,6%	20,3%
Aluguéis a pagar	10.256	1,0%	9.978	1,5%	2,8%
Dividendos a pagar	1.741	0,2%	1.741	0,3%	-
Credores - recuperação judicial	-	-	23.895	3,7%	-100,0%
Adiantamento de clientes	7.147	0,7%	3.810	0,6%	87,6%
Outros	8.679	0,9%	14.407	2,2%	-39,8%
	539.258	54,1%	431.438	66,0%	25,0%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.896	1,4%	-	-	-
Debêntures	11.104	1,1%	32.046	4,9%	-65,3%
Impostos e contribuições a recolher	140.276	14,1%	124.703	19,1%	12,5%
Arrendamento mercantil	206.776	20,7%	-	-	-
Credores - recuperação judicial	32.241	3,2%	26.234	4,0%	22,9%
Provisão para litígios e demandas judiciais	4.498	0,5%	4.248	0,6%	5,9%
Outros	247	0,0%	649	0,1%	-61,9%
	409.038	41,0%	187.880	28,7%	117,7%
Patrimônio líquido					
Capital social	124.107	12,4%	124.107	19,0%	0,0%
Reserva de capital	8.037	0,8%	1.982	0,3%	305,5%
Prejuízos acumulados	(82.962)	-8,3%	(91.696)	-14,0%	-9,5%
	49.182	4,9%	34.393	5,3%	43,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	997.478	100,0%	653.711	100,0%	52,6%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 62,8%, passando de R$ 76,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 124,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, ao incremento do resultado operacional da Companhia no período.

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de 11,3%, passando de R$ 1,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 1,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, à atualização da taxa Selic e aumento de garantia.

Estoques

O saldo de estoques apresentou um aumento de 18,6%, passando de R$ 140,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 166,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido ao incremento de 14 novas lojas no modelo tradicional.

Outros

O saldo outros ativos circulantes apresentou um aumento de 18,9%, passando de R$ 6,4 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em 31 de dezembro de 2018 para R$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido ao aumento de adiantamento para fornecedores de consumo (referente a serviços prestados para os quais ainda não houve a emissão das notas fiscais pelos respectivos fornecedores) gerado pela demanda e consumo de novas lojas.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e de contribuição social diferidos apresentou uma redução de 9,9%, passando de R$ 40,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 36,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução é devida, principalmente, à compensação realizada pela Companhia com o imposto de renda gerado sobre o lucro do exercício de 2019.

Depósitos judiciais

O saldo depósitos judiciais apresentou uma redução de R$ 5,7%, passando de R$ 75,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 70,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, pelo sucesso em ações judiciais nas quais houve o resgate do depósito judicial.

Imobilizado

O saldo dos imobilizados apresentaram um aumento de 15,3%, passando de R$ 77,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 88,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu do aumento de investimento em lojas novas, que segue em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Direito de uso – arrendamento mercantil

O saldo do direito de uso apresentou um valor de R$ 271,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, o qual decorreu do reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. No exercício de 2018 essa norma não estava em vigor e, portanto, o saldo está zerado.

Intangível

O saldo do intangível apresentou uma redução de 3,0%, passando de R$ 137,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 133,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução decorreu da amortização de *softwares* de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos, representando R$ 6,9 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de Fornecedores apresentou um aumento de 6,7%, passando de R$ 266,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 284,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento segue em linha com os incrementos de estoque necessários ao crescente número de lojas da Companhia.

Antecipação de fornecedores a pagar

O saldo de antecipação de fornecedores a pagar apresentou um aumento de 72,2%, passando de R$ 24,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 42,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Esse aumento é devido, principalmente, porque a Companhia realizou mais negociações de antecipações com fornecedores para ganhar prazo e aumentar o volume de crédito. Todo o custo é 100% financiado pelo fornecedor.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimo e financiamentos apresentou um montante de R$ 15,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, essa linha foi utilizada para trocar dívida bancária, em linha com a estratégia da Companhia em reduzir o custo financeiro e alongar prazo. Em 31 de dezembro de 2018 não havia empréstimo e financiamentos.

Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher apresentou um aumento de 9,1%, passando de R$ 54,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 59,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, ao crescimento nas vendas de dezembro de 2019 e adesão a novos parcelamentos de ICMS no estado do Rio de Janeiro.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil apresentou um valor de R$ 75,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo decorreu do reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. No exercício de 2018 essa norma não estava em vigor e, portanto, o saldo está zerado.

Salários e encargos a recolher

O saldo de salários e encargos a recolher apresentou um aumento de 20,3%, passando de R$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 12,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é resultado da provisão de bônus (que foi R$ 1,9 milhões maior quando comparado com 2018), considerando o resultado positivo do exercício de 2019.

Adiantamento de clientes

O saldo de adiantamento de clientes apresentou um aumento de 87,6%, passando de R$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, ao recebimento de *up-front* pela parceira financeira, Credsystem, responsável pelo contrato do cartão próprio da Companhia, referente ao contrato firmado.

Outros

O saldo outros passivos circulantes apresentou uma redução de 39,8%, passando de R$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 8,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pela reversão de provisões diversas baixadas em dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimo e financiamentos apresentou um montante de R$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, essa linha foi utilizada para trocar dívida bancária, em linha com a estratégia da Companhia em reduzir o custo financeiro e alongar prazo de suas dívidas. Em 31 de dezembro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2018 não havia empréstimo e financiamentos.

Debêntures

O saldo de debêntures de longo prazo apresentou uma redução de 65,3%, passando de R$ 32.0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 11,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução se deve à mudança no perfil de dívida efetuada em 2019, onde a Companhia pagou R$ 26,9 milhões, reduzindo o saldo no passivo circulante na linha de debêntures. Em contra partida, houve uma nova linha de empréstimo com o Citibank no valor de R$ 29,7 milhões.

Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher apresentou um aumento de 12,5%, passando de R$ 124,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 140,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução é devida, principalmente, à renegociação dos parcelamentos fiscais de ICMS de curto prazo para longo prazo e novos parcelamentos realizados no exercício de 2019, equalizando a redução na linha de empréstimos e debêntures emitidas.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil apresentou um valor de R$ 206,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo decorreu do reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. No exercício de 2018 essa norma não estava em vigor e, portanto, o saldo está zerado.

Credores – recuperação judicial

O saldo de credores – recuperação judicial apresentou um aumento de 22,9%, passando de R$ 26,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 32,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, por causa da reclassificação contábil da dívida de curto para longo prazo, uma vez que ela se refere a saldos de fornecedores que não conseguiram comprovar o saldo credor no processo de habilitação da recuperação judicial que, portanto, devem ser classificados no longo prazo até a prescrição e baixa contábil.

Outros

O saldo de outros passivos não circulantes apresentou uma redução de 61,9%, passando de R$ 0,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 0,4 milhões é referente às baixas realizadas em 2019.

Patrimônio líquido

Lucros e Reservas

A reserva de capital apresentou um aumento de 305,5%, passando de R$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu do plano de ações, referente a novos contratos firmados com a administração da Companhia, visando incentivo de longo prazo.

Prejuízos acumulados

O saldo dos prejuízos acumulados apresentou uma redução de 9,5%, passando de R$ 91,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 83,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorreu do resultado líquido no exercício de 2019, positivo em R$ 8,7 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, a partir de suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2020**	**2019**	**Variação 2020 x 2019**
	(Valores expressos em milhares de Reais)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**124.770**	**76.621**	**62,8%**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	123.891	158.112	-21,6%
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(67.951)	(25.143)	170,3%
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(16.823)	(84.820)	-80,2%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**163.887**	**124.770**	**31,4%**

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R$ 123,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 158,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 34,2 milhões, ou 21,6%, ocorreu, principalmente, em função (i) do aumento dos níveis de estoque em volume proporcionalmente superior ao volume de fornecedores e antecipações de fornecedores, representando uma redução de R$ 15,6 milhões, a referida redução ocorreu em função das ações da Companhia para se adaptar aos níveis de ruptura da indústria gerado pelo impacto da pandemia da COVID-19, após o encerramento dos eventos de fim de ano (*black friday* e natal), e (ii) aumento de impostos e contribuições a pagar, representando R$ 18,1 milhões, gerados pelo aumento no volume de venda.

Caixa líquido aplicado em atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R$ 68,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 42,9 milhões, ou 170,3%, deveu-se, principalmente, (i) ao plano de expansão da Companhia, no qual houve um aumento na aquisição de imobilizado no valor de R$ 37,5 milhões e (ii) ao aumento em aplicação em títulos e valores mobiliários, para garantia de novos empréstimos bancários, representando uma variação de R$ 6,3 milhões, quando comparado com exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo consumindo de R$ 16,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 84,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 68,0 milhões, ou 80,2%, deveu-se, principalmente, (i) ao aumento de capital realizado em 2020, no valor de R$ 33,0 milhões, (ii) novas linhas de empréstimos bancários, representando uma variação, quando comparado com 2019, no valor de R$ 10,5 milhões (líquido dos pagamentos realizados), (iii) descontos obtidos nos contratos de arrendamento mercantil no período de lojas fechadas devido à pandemia da COVID-19, com efeito líquido de R$10,7 milhões e (iv) redução de R$ 15,6 milhões nos pagamentos a credores do plano de recuperação judicial..

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Variação 2019 x 2018
	(Valores expressos em milhares de Reais)	*(Valores expressos em milhares de Reais)*	AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**76.621**	**36.767**	**108,4%**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	158.112	63.469	149,1%
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(25.143)	(14.853)	69,3%
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(84.820)	(8.762)	868,0%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**124.770**	**76.621**	**62,8%**

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R$ 158,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 63,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 94,6 milhões, ou 149,1%, deveu-se, principalmente, a (i) os impactos trazidos pela aplicação do CPC 06 R2 / IFRS 16 de arrendamento mercantil, representando R$ 67,0 milhões, (ii) os juros e descontos de fornecedores, representando R$ 11,6 milhões (reflexo do juros referente arrendamento mercantil, CPC 06 R2 / IFRS 16) e (iii) os depósitos judiciais, representando uma variação positiva de R$ 9,7 milhões, gerados pelo levantamento de depósitos judicias.

Caixa líquido aplicado em atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R$ 25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 14,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 10,2 milhões, ou 69,3%, deveu-se, principalmente, ao incremento no volume de lojas novas no período, considerando um aumento na aquisição de imobilizado no valor de R$8,1 milhões.

Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo consumido de R$ 84,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 8,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 76,0 milhões, ou 868,0%, deveu-se, principalmente, aos impactos trazidos pela aplicação do CPC 06 R2 / IFRS 16 de arrendamento mercantil, representando R$ 70,0 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por venda de produtos, serviços relacionados à venda de seguros, taxa de comissões nas operações do cartão próprio e taxa de remuneração do Marketplace in (para uma descrição dos produtos/ serviços, vide item 7.2 deste Formulário de Referência). Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas a variação no volume de vendas e no incremento da oferta de serviços e comissões.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Análise Horizontal	
(Em Milhares de reais, exceto %)	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018
Receita vendas[1]	1.285.652	1.163.100	1.096.230	10,5%	6,1%
Outras receitas (Serviços)	27.007	26.216	19.814	3,0%	32,3%
Receita Bruta com venda de mercadorias e serviços	1.312.659	1.189.316	1.116.044	10,4%	6,6%
Impostos sobre vendas e serviços	-196.962	-179.880	-148.424	9,5%	21,2%
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.115.697	1.009.436	967.620	10,5%	4,3%

[1] Receita bruta descontando ajuste a valor presente e devoluções

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as receitas têm variado principalmente em função do aumento no volume de vendas e no volume de serviços e comissões. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o aumento do volume de vendas e no volume de serviços e comissões foi de, respectivamente, 10,5% e 3,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Estão descritos abaixo os impostos e devoluções sobre vendas que impactam na linha de receita líquida das demonstrações de resultado da Companhia:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ("ICMS") é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização. As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 4 estados em que a Companhia atualmente vigora, para a maioria das categorias de produtos destinados a venda, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada um dos estados. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, excetuando-se os produtos beneficiados por isenções fiscais. A Companhia adota o regime não cumulativo, em que é possível descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, de modo que as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre os produtos que a Companhia compra e também de outras despesas.

ISS

O Imposto Sobre Serviço ("ISS") é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. A Companhia efetua o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O principal fator que afetou o resultado operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram os impactos trazidos pelas ações de isolamento social e fechamento do comércio em função da pandemia gerada pelo Covid-19. Apesar desses impactos, a Companhia reporta uma recuperação das vendas após a redução das medidas restritivas, aumento nas vendas da plataforma digital e em função do número de novas lojas, sendo tais ações foram suficientes para que a companhia reporte um crescimento de 10,5% das vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a receita líquida foi de, respectivamente, R$ 1.115,7 milhões, R$ 1.009,4 milhões e R$ 967,6 milhões, representando um crescimento médio ponderado anual de 7,4%.

A Companhia entende que tem sido capaz de repassar para seus clientes as variações positivas ou negativas nos custos de seus produtos. Essas variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços dos produtos. Por um lado, o preço médio dos lançamentos de novos produtos relacionados ao alto nível de tecnologia é comercializado acima do preço dos seus substitutos anteriores. Por outro lado, a digitalização da Companhia permite uma melhor diluição de seu custo de entrega, sendo possível repassar um preço menor ao consumidor e aumentar o nível de competitividade frente a seus concorrentes.

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos dos produtos, assim como despesas operacionais e o aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios e reduzindo

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

também o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

O aumento da taxa de câmbio não afeta de forma significativa o custo dos produtos, uma vez que, os fornecedores internacionais representam aproximadamente 7,0% do custo total da Companhia.

Entretanto, a Companhia acredita que consegue (devido à baixa elasticidade de seu sortimento) repassar os índices de inflação e aumento da taxa de dólar a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar os negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos produtos da Companhia.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia na medida em que não seja capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializa com alto nível de elasticidade. Para tanto, a administração busca a diversificação de fornecedores e a distribuição do sortimento de forma que haja baixa concentração de vendas em produtos muito sensíveis à preço.

A receita de serviços financeiros e comissões também poderá ser influenciada pela modificação nas taxas de juros, uma vez que os seus fornecedores e parceiros comerciais teriam um custo de endividamento maior e consequentemente repassando esse incremento de despesas ao consumidor final, sobretudo os testes de elasticidade de serviços financeiros bem como a gestão do baixo nível de alavancagem de seus parceiros, permitem um alto nível de resiliência em cenários adversos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária não usual, foi identificada para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, que não tenha sido informada no item 15.7 deste Formulário de Referência.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em janeiro de 2016, o IASB (*International Account Standards Board*) publicou o IFRS 16, que entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (inclusive) e substituiu a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Sua adoção antecipada, para fins de CPC 06 (R2) não é permitida.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início, pois a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação nos custos do arrendamento da data da mensuração até o termino do contratos, esses custos podem modificar em função da correção por IGPM dos contratos de aluguel na data de seu respectivo aniversário, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no pronunciamento CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil introduz um modelo único de arrendamento, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

Devido ao ajuste do arrendamento (CPC 06), as demonstrações financeiras à partir do exercício 2019 tiveram e terão impactos nas contas de despesas operacionais, depreciação e resultado financeiro, uma vez que os aluguéis contratados pela Companhia são considerados arrendamentos, nos termos do referido Pronunciamento, motivo pelo qual as despesas com locação anteriormente classificadas como comerciais, passam a impactar resultado nas linhas de depreciação, também como despesas comerciais e despesas financeiras.

Conforme orientação do CPC, as Demonstrações Financeiras de 2019 e 2020 já refletem a aplicação da nova Política Contábil. No início do exercício de 2019, foi efetuada a mensuração inicial de cada contrato de aluguel vigente até aquela data e devidamente contabilizado nos termos do pronunciamento.

A partir da mensuração inicial, em função da contratação de novas lojas, a Companhia incluiu novas mensurações em suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, há impacto relevante nas contas patrimoniais da Companhia, uma vez que por orientação trazida pelo CPC 06, todo o passivo referente aos aluguéis que serão pagos é reconhecido no passivo da Companhia e juros à apropriar como conta redutora do respectivo passivo em contrapartida do ativo imobilizado.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia, cujos efeitos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020 estão reproduzidos a seguir:

Direito de uso	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	282.882
Adições	55.762
Amortização	(67.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	271.609
Adições	**98.277**
Amortização	**(73.839)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**296.047**

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Passivo de arrendamento a pagar	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	282.882
Adições	55.762
Pagamentos	(70.063)
Apropriação de juros	13.560
Saldos em 31 de dezembro de 2019	282.141
Adições	**98.277**
Descontos (*)	**(19.653)**
Pagamentos	**(59.427)**
Apropriação de juros	**12.695**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**314.033**
Circulante	**74.083**
Não circulante	**239.950**

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargo de depreciação e amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação)

Em milhares de Reais	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Depreciação Arrendamento Mercantil	(73.839)	(67.035)
Descontos obtidos em arrendamento	19.653	-
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(12.695)	(13.560)
Impacto em resultado	**(66.881)**	**(80.595)**

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Dessa forma, detalhamos a seguir as principais premissas e controles utilizados pela Administração nas estimativas críticas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou cada uma de suas lojas como unidade geradora de caixa.

Na avaliação da Administração o teste de recuperabilidade é extremamente importante para avaliação dos seus ativos ao valor recuperável, com esse teste a Companhia consegue identificar ativos que não geram fluxos de caixa positivos e através disso registrar a redução de seu valor.

O impacto gerado pela baixa por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros influencia diretamente na avaliação e na informação correta das demonstrações financeiras, uma vez que os índices de produtividade de seus ativos são calculados pelos investidores, Bancos e demais usuários das demonstrações financeiras, considerando os valores expressos nos ativos da Companhia.

O teste é elaborado considerando as unidades geradoras de caixa de forma individualizada o que permite um alto nível de segurança na avaliação dos números.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A administração da Companhia utiliza como base as informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações contábeis. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

A Administração entende que a avaliação dos seus passivos pelo prognóstico de probabilidade de êxito nas ações em discussão, expressa a melhor expectativa da administração, uma vez que essas ações são administradas/defendidas por escritórios independentes e de grande reputação.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Através do diagnóstico de cada ação é possível reconhecer as provisões e baixas com maior nível de precisão além de refletir nas demonstrações financeiras à melhor expectativa considerando aspectos externos como: Jurisprudências, Decisões Recentes, Doutrinas Jurídicas e Entendimento das turmas julgadoras.

O impacto em suas demonstrações financeiras ocorre por incremento de passivos ou ativos contingentes em contrapartida de resultado. Essas provisões objetivam a transparência da informação com maior independência em prognósticos e melhor estimativa.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração da Companhia avalia periodicamente, com base na expectativa de lucros futuros, a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

A Administração reflete em suas demonstrações financeiras os efeitos temporários dos lançamentos da apuração do Imposto de renda e contribuição social diferidos, uma vez que a apuração fiscal normatizada pelo Regulamento do Imposto de Renda e suas alterações, não permita a compensação fiscal de despesas ou receitas temporárias, tais como à exemplo: provisões ativas e passivas, porém os registros contábeis refletem o Imposto diferido pelo regime de competência classificando em suas demonstrações financeiras ativas o direito de compensação futura na medida que a despesa ou receita seja reconhecida na apuração fiscal.

O registro contábil dessa prática, permite que as demonstrações financeiras sejam divulgadas de forma objetiva e em linha com os princípios gerais contábeis, onde os ativos e passivos, direitos e obrigações são registrados por regime de competência.

A aplicação desta política contábil implica em uma melhor e mais assertiva avaliação do resultado da Companhia, uma vez que o Lucro Líquido apurado no exercício já considera os respectivos lançamentos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

A Administração entende que o registro dos instrumentos financeiros pelo valor justo representa a mais fiel posição de seus ativos e passivos uma vez que são reconhecidos ao valor de realização ao mercado, para avaliação desses instrumentos a Companhia reconhece o valor à mercado na data de encerramento de suas demonstrações financeiras, o que permite a melhor avaliação de seus passivos e ativos na data de encerramento do balanço.

A avaliação do cálculo dos instrumentos financeiros é efetuada considerando informações de mercado coletada junto aos bancos que a Companhia opera esses instrumentos financeiros e informações oriundas do mercado que opera instrumentos semelhantes.

Venda de produtos

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas.

A Companhia opera substancialmente com e-commerce, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

A Administração entende que a aplicação dessa Política Contábil reflete a mais precisa posição das demonstrações financeiras, uma vez que juridicamente a transferência de propriedade do produto ocorre na entrega ao consumidor, por esse motivo o registro contábil do pagamento do consumidor antes da entrega do produto é registrado em conta de passivo (não transitando em resultado).

Para registro das vendas de produtos, a Companhia possui integrações sistêmicas onde são acompanhados os status do processo de pedido, separação, transporte e entrega, sendo essa última o ponto de reconhecimento contábil da receita (quando a venda ocorre em meios digitais), em lojas físicas a entrega do produto coincide com a emissão dos cupons fiscais de venda, momento no qual é efetuado o registro.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.
Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

A administração entende que o registro dos arrendamentos aplicados pelo CPC representa em suas contas patrimoniais o ativo (direito) em seus contratos locatícios e passivos as obrigações oriundas dessas operações. O registro contábil nos moldes da respectiva Política permite a melhor visualização dos direitos e obrigações de longo prazo da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

iv. Contratos de construção não terminada

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito no item “a” acima.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. Natureza e o propósito da operação

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No resultado acumulado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R$ 61.042 milhões de reais, os quais se resumem basicamente ao incremento no parque de lojas novas.
A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária da seguinte forma:

(i) Investimentos em novas lojas;
(ii) investimentos na estratégia Digital;
(iii) investimento na construção e reforço de sua marca para aceleração da maturação de lojas físicas em novas praças;
(iv) expansão das marcas próprias de produtos;
(v) Aquisições para expansão do parque de lojas;
(vi) Reforço do Capital de Giro.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, estes poderão ser investidos na redução das despesas financeiras com desalavancagem temporárias e/ou em aplicações financeiras dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida tendo como prioridade o crescimento da Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional que considera o EBITDA do período e o benefício do ciclo financiado de capital de giro (estoque e fornecedores), quando necessário a companhia utiliza de novas fontes de financiamento como alavancagens bancárias.

Não obstante as fontes de financiamento da Companhia terem sido suficientes no passado, os impactos da COVID-19 nas suas operações podem justificar, no futuro, caso os diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento para financiar eventuais investimentos e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento com taxas de juros e prazos atrativos. A Companhia não descarta utilizar o mercado de capitais como fonte de recursos futura.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 10.1, subitens “e” e “f” deste Formulário de Referência.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desivenstimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

10.8 - Plano de Negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impactos do COVID

O ano de 2020 foi bastante desafiador para o segmento varejista, devido aos impactos gerados pelo Covid-19. A Companhia concentrou seus esforços na proteção da saúde dos colaboradores e clientes, além da maximização dos fluxos de caixa.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou pandemia com o surto do Coronavírus (Covid-19). A pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, isolamento, condições desafiadoras de trabalho e dificuldades da cadeia de suprimentos.

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo Covid-19 em suas operações, incluindo:

(i) renegociação de todos os contratos de aluguel para o período de pandemia e pós pandemia. Essa renegociação resultou em R$19.653 em descontos nos pagamentos de aluguéis para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;

(ii) férias coletivas e suspensão dos contratos de trabalho durante o período de pandemia, com retorno loja a loja conforme liberação dos municípios em relação ao isolamento social e liberação do comércio. Adicionalmente nos últimos meses tivemos uma grande evolução dos processos em lojas, Centro de Distribuição e administração, o que nos permitiu uma redução de 20% nos custos com folha de pagamento; e

(iii) aceleração do projeto cliente 360 para rápida adaptação ao cenário Ominichannel (multicanalidade);

(iv) ainda durante o período de fechamento do comércio, a Companhia implantou um novo modelo de negócio batizado de Casa & Vídeo Mini.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Valor de recuperação dos estoques;
(ii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente; e
(iii) Avaliação de não recuperação dos ativos não-financeiros.

A administração não identificou impactos relevantes.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

a. Objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

a. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia ("Conselho de Administração"), tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria da Companhia ("Diretoria").

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho, datada de 15 de janeiro de 2021 e está disponível para consulta nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.casaevideo.com.br/investidores).

De acordo com o artigo 15 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, sendo ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, podendo ser eleitos igual número de suplentes, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Atualmente Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) membros titulares, sem suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes.

Conforme artigo 17 do Estatuto Social, o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou do Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por 2 (dois) Conselheiros. As reuniões deverão ser convocadas por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria, ressalvado eventuais quóruns qualificados previstos em acordo de acionistas, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, Estatuto Social determina cumprir-lhe ainda:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário;

(iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

(iv) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(v) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(vi) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(vii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(viii) estabelecer a alçada da Diretoria para aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(ix) estabelecer a alçada da Diretoria para toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais;

(x) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xi) estabelecer a alçada da Diretoria para alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(xii) estabelecer a alçada da Diretoria para aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, exceto quando se tratar de operações de antecipação de recebíveis da Companhia e operações de antecipação de recebíveis dos fornecedores, as quais poderão ser aprovadas diretamente pela Diretoria Financeira sem aprovação do Conselho de Administração;

(xiii) estabelecer a alçada da Diretoria para a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas");

(xiv) nomeação ou destituição de auditores independentes, observado o disposto na alínea (ii) do Artigo 27; e

(xv) estabelecer a alçada da Diretoria para prestação de quaisquer garantias a terceiros, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores ou garantia locatícia de imóveis locados pelo próprio grupo econômico no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas;

(xvi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação das ações da Companhia ou incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;

(xviii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

(xix) aprovar a criação de planos de bonificação ou gratificação para empregados e administradores da Companhia de qualquer das sociedades que sejam controladas direta ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

indiretamente pela Companhia, incluindo participação nos lucros e resultados, e programa de participação nos resultados; e

(xx) aprovar planos de incentivo de longo prazo que tenham os administradores da Companhia, e membros de órgãos de assessoramento à administração, como beneficiários.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva ("Diretoria") é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei e o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 20 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações e um Diretor de Vendas e Operações de Lojas e demais diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Nos termos do artigo 21 do Estatuto Social, a Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Compete à Diretoria, de forma geral:

A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.
Não obstante, nos termos do artigo 22, Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Companhia, compete ainda à Diretoria:

(i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal") funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto de 03 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal da Companhia ainda não possui um regimento interno específico que normatize as responsabilidades, atribuições e suas regras de funcionamento, uma vez que ainda não foi instalado. A Companhia irá elaborar tal documento quando da sua instalação e primeira reunião.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Comitês de Auditoria Estatutário ("Comitê de Auditoria")

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será formado por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes, nos termos da regulamentação aplicável, sendo que ao menos 1 (um) será Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulação expedida pela CVM. Um dos membros do Comitê de Auditoria. As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas no seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições constantes do regimento interno:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável, nos termos do artigo 7 do seu Regimento Interno:

(i) elaborar relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;

(ii) sugerir alterações ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria (conforme definido abaixo) e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

(iv) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores;

(v) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;

(vi) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia;

(vii) avaliar as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia;

(viii) manifestar-se sobre o relatório de recomendação de falha dos controles internos da auditoria independente;

(ix) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(x) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos e da auditoria interna;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xi) receber e dar o devido tratamento às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de denúncia, nos termos da cláusula 7.5 do Estatuto Social, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes;

(xii) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;

(xiii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(xiv) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;

(xv) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;

(xvi) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(xvii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

(xviii) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria; e

(xix) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o regimento interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por bimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que necessário. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Coordenador do Comitê ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião de Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.casaevideo.com.br/investidores) ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria").

Conforme o Regime Interno do Comitê de Auditoria, todos os membros do Comitê de Auditoria têm os seguintes deveres:

(i) observar compromissos pessoais e profissionais em que esteja envolvido para avaliar se pode dedicar o tempo necessário para atuação no Comitê de Auditoria;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções; e

(iii) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Além disso, é vedado aos membros do Comitê de Auditoria:

(i) receber qualquer vantagem indevida ou desproporcional, em razão do exercício do cargo;

(ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;

(iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;

(iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;

(v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e

(vi) participar direta ou indiretamente da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria farão jus à uma remuneração, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a respectiva remuneração individual.

A remuneração do Comitê de Auditoria deverá obedecer a Política de Remuneração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria serão reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, que deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria estatutário e suas principais atribuições e forma de funcionamento estão descritas no item "a", subitem "(i)" acima. O Comitê de Auditoria estatutário atende aos requisitos da regulamentação aplicável editada pela CVM e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Apesar de a Companhia não possuir uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar o trabalho da auditoria independente. Para fins dessa avaliação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria, o qual compete avaliar o desempenho dos auditores independentes e fazer recomendações ao Conselho de Administração para nomear, re-nomear ou solicitar a sua destituição, bem como revisar as políticas para prestações de serviços efetuados por seus auditores independentes.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com relação às atribuições individuais dos Diretores da Companhia, o Estatuto Social da Companhia assim determina:

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e
(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:
(i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
(ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
(iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal; e
(iv) representar a Companhia perante instituições financeiras.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:
(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Diretor Comercial

Compete ao Diretor Comercial, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área comercial da Companhia;

(ii) desenvolver e implementar estratégias de vendas da Companhia; e

(iii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretor de Operações

Compete ao Diretor de Operações, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento operacional da Companhia;

(ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e

(iv) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretor de Vendas e Operações de Lojas

Compete ao Diretor de Vendas e Operações de Lojas, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar e acompanhar o devido funcionamento de todas as unidades de venda;
(ii) implementar e padronizar todos os processos que forem designados para as lojas;
(iii) zelar pelo bom relacionamento com os clientes nos pontos de contato das lojas;
(iv) disseminar toda informação necessária ao bom funcionamento dos processos em loja, sendo o mais importante ponto de comunicação entre a Administração da Companhia e as Lojas; e
(v) opinar em relação ao fechamento ou contratação de novos pontos de venda.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui conselho fiscal de funcionamento permanente e o Conselho Fiscal não se encontra instalado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Comitês de Auditoria a qual foi aprovada em sede de Reunião de Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021 e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: www.casaevideo.com.br/investidores

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros, a ser realizada anualmente, preferencialmente no mês de fevereiro.

O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de fevereiro. A avaliação de desempenho dos integrantes dos órgãos administrativos deverá ser conduzida (a) pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente contratada pelo Diretor Presidente da Companhia, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação consiste na realização de entrevistas individuais e relatório de auto avaliação de desempenho.

Conforme item 2.3. da Política de Avaliação de Desempenho, cada integrante dos Órgãos Administrativos deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e respectivos integrantes, sendo abordado, dentre outros tópicos:

(i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes dos Órgãos Administrativos, bem como em relação aos acionistas da Companhia;

(ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;

(iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelos Órgãos Administrativos;

(iv) o alinhamento dos integrantes dos Órgãos Administrativos com a cultura e princípios corporativos da Companhia;

(v) a composição técnica dos Órgãos Administrativos;

(vi) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração para com os objetivos da Companhia;

(vii) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração com criação de valor para os acionistas da Companhia;

(viii) a adequação do número de membros de cada Órgão de Administração; e

(ix) a delegação de competências entre os Órgãos de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão, devendo ser elaborado um relatório de *feedback* a ser

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

apresentado aos integrantes dos Órgão, resguardada a confidencialidade das informações prestadas por seus participantes.

Conforme item 2.6.1. da Política de Avaliação de Desempenho, o relatório de *feedback* deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes dos Órgãos Administrativos, de modo individual e colegiado.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida (a) pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente contratada pelo Diretor Presidente da Companhia, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho.

Até a data deste Formulário de Referência, não foi contratada consultoria externa independente.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, todas as assembleias gerais da Companhia ("Assembleias Gerais") devem ser convocadas mediante 3 (três) publicações no Diário Oficial do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, ou seja, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia, é o jornal "Diário do Acionista".

Conforme artigo 10, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), a primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos antes da realização da Assembleia Geral e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data da Assembleia Geral.

A instalação das Assembleias Gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações e estas deverão ser presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração") ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente e escolhido pelos acionistas da Companhia. Em qualquer caso, cabe ao Presidente da Assembleia Geral escolher o Secretário da Mesa, o qual poderá ser ou não acionista da Companhia.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as Assembleias Gerais seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

As Assembleias Gerais poderão ainda ser convocadas pelos acionistas da Companhia, conforme disposto no artigo 123, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", e artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Competências

Sem prejuízo das matérias previstas na lei, o artigo 13 do Estatuto Social prevê que compete aos acionistas a aprovação em Assembleia Geral as seguintes matérias:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(viii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do artigo 6º do Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no Estatuto Social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, compete exclusivamente aos acionistas, em sede de assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital de giro.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às Assembleias Gerais podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: www.casaevideo.com.br/investidores.

Alternativamente, os documentos também podem ser encontrados na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º; 8º e 9º andares, no Departamento de Relações com Investidores da Companhia.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política de Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da Assembleia Geral na qual foi suscitado o conflito.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de Assembleias Gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a Assembleias Gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da Assembleia Geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao Presidente da Assembleia Geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da Assembleia Geral decidir, no curso da própria Assembleia Geral, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

São hipóteses de impedimento de voto em razão de conflito de interesses do acionista àquelas (i) relativas a aprovação de laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

do capital social; (ii) relativas a aprovação de suas próprias contas como administrador; (iii) que possam beneficiá-lo de modo particular; (iv) que seu interesse seja conflitante com o da Companhia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não possui regras específicas, políticas ou práticas para solicitação de procuração pública para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais e, portanto, observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. O procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por *e-mail* à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral: (i) documento de identidade; e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Além disso, observadas as disposições contidas no Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(i) por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;

(iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; ou

(iv) por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma do artigo 23 do Estatuto Social, na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e (c) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia possibilita a participação à distância em Assembleias Gerais por meio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto"). Para participar por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o agente escriturador das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"); ou (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou (iii) a Companhia, diretamente.

É recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente Escriturador ou Agente de Custódia como e se este serviço é prestado, bem como seus custos e procedimentos.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado: (a) fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares – Centro; ou (b) quando enviado por *e-mail*, para o seguinte endereço eletrônico: relacoesinvestidores@casaevideo.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral.

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Segundo o artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Boletim de Voto será recebido até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral. Os Boletins de Voto recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização, consularização ou apostilamento.

No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, serão exigidos: (i) via original do Boletim de Voto; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Pessoa Física

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

- Documento que comprove os poderes de representação.

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do Boletim de Voto ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do artigo 21-L da Instrução CVM 481, caso o acionista ou o grupo de acionistas queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no Boletim de Voto, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores no Departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares - Centro, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M, da Instrução CVM 481), ou por meio do endereço eletrônico: ri@casaevideo.com.br, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@casaevideo.com.br, ou telefone (21) 4020-3636.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Conforme o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração") reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu presidente ou de qualquer um de seus membros, por escrito, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, devendo constar da convocação a data, horário, local da reunião e os assuntos da ordem do dia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas 30 (trinta) reuniões do Conselho de Administração, sendo que em algumas destas foram deliberados temas internos não passíveis de registro perante a Junta Comercial.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, não há acordo de acionistas vigente arquivado na sede da Companhia. No entanto, o controlador já figurou com parte em acordo de acionistas devidamente rescindido em 10 outubro de 2019.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que visa a estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da presente política, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (www.http://www.casaevideo.com.br/investidores) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas:

(i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social;

(ii) à aprovação de suas contas como administrador; e

(iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: http://www.casaevideo.com.br/investidores.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

As principais características da Política de Indicação são: a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

a) Conselho de Administração

O candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e de legislação societária, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

(i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou

(ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

b) Comitês

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelos administradores da Companhia, observado requisitos dispostos na Cláusula 5 da Política de Indicação e as regras gerais e específicas aplicáveis previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

c) Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para a compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos Diretores deverão ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

(i) os processos de sucessão e os critérios de integridade;

(ii) experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional; e

(iii) no caso de candidato interno, as avaliações de desempenho e competências aplicáveis, nos últimos 3 (três) anos;

Para o cargo de Diretor Financeiro, além dos requisitos estabelecidos na Cláusula 6 da Política de Indicação, é necessário:

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(i) experiência ou qualificação em área de finanças;

(ii) experiência na gestão e análise de relatórios econômicos e financeiros periódicos;

(iii) experiência na gestão de tesouraria e análise de viabilidade de investimentos, captações e aplicações financeiras; e

(iv) conhecimento na legislação vigente aplicável e das normas contábeis e fiscais nacionais e internacionais.

Para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, além dos requisitos estabelecidos na Cláusula 6.2 da Política de Indicação, é necessário:

(i) experiência em companhias de grande porte;

(ii) qualificação na área de relações com investidores ou financeira; e

(iii) conhecimento da legislação vigente aplicável ao mercado de capitais.

Para o cargo de Diretor Comercial, Diretor Presidente e de Diretor de Operações, além dos requisitos estabelecidos na Cláusula 6.2 da Política de Indicação, é necessária experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos nas áreas diretamente relacionadas com as suas funções.

A proposta de reeleição de Diretores deverá ser baseada em sua avaliação anual, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

O Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), de seus demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, a posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 do Estatuto Social, bem como o atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Ivo do Amaral Benderoth	15/11/1976	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	2 anos	1
776.875.905-20	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/01/2021	Sim	0.00%
N/A					
Tiago de Oliveira Nascimento	18/07/1984	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	2 anos	1
108.155.517-38	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/01/2021	Sim	0.00%
-					
Carlos Ricardo de Carvalho	16/07/1971	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	2 anos	1
014.675.217-10	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	15/01/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor de Vendas e Operações de Lojas			
Roberto Rangel Lima Júnior	08/04/1967	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	2 anos	1
916.356.677-04	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	15/01/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor Comercial			
Gerard Peter Scheij	18/03/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/01/2021	2 anos	1
000.000.000-00	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/01/2021	Sim	100.00%
N/A					
Marcos Duarte Santos	04/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/01/2021	2 anos	1
014.066.837-36	Engenheiro de Produção	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/01/2021	Sim	100.00%
N/A					
Cláudio José Carvalho de Andrade	04/10/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/01/2021	2 anos	1
595.998.045-20	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	15/01/2021	Sim	100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Bernardo Vieira Hees	28/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/01/2021	2 anos	1
014.274.977-02	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/01/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Ivo do Amaral Benderoth - 776.875.905-20

O Sr. Ivo do Amaral Benderoth é Diretor Presidente da Companhia. Em 2001, graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador. O Sr. Ivo do Amaral Benderoth exerceu o cargo de diretor comercial do grupo Cencosud S.A. de 2005 a 2010. Em janeiro de 2011 assumiu o cargo de diretor comercial de eletrônicos e tecnologia na Magazine Luiza S.A., no qual permaneceu até outubro de 2012. Em 2012 retornou para o grupo Cencosud S.A, no qual exerceu cargo de diretor até 2018. .Desde julho de 2018, o Sr. Ivo do Amaral Benderoth exerce o cargo de Diretor Presidente da Companhia.
O Sr. Ivo do Amaral Benderoth declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Ivo do Amaral Benderoth declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tiago de Oliveira Nascimento - 108.155.517-38

O Sr. Tiago de Oliveira Nascimento é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Em 2009, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade do Grande Rio e em 2011concluiu sua pós-graduação em Auditoria Tributária na Universidade Gama Filho. O Sr. Tiago de Oliveira Nascimento exerceu o cargo de Líder de Processos de Centro de Serviços (Analista de Controladoria SN) da BRF S.A. de outubro de 2007 até abril de 2010. Desde abril de 2010, o Sr. Tiago de Oliveira Nascimento exerce o cargo de Diretor Financeiro da Companhia e em janeiro de 2020 foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia.
O Sr. Tiago de Oliveira Nascimento declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Tiago de Oliveira Nascimento declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Ricardo de Carvalho - 014.675.217-10

O Sr. Carlos Ricardo de Carvalho é Diretor de Vendas e Operações de Lojas da Companhia. Graduou-se em Comunicação Social pela Faculdade Augusto Motta, no Rio de Janeiro e fez MBA em Varejo pelo Instituto MVC. O Sr. Carlos Ricardo de Carvalho acumulou 27 anos de experiência em varejo, começando sua trajetória como vendedor e chegando ao cargo de gerente geral de lojas pela Companhia (Mobilitá). O Sr. Carlos Ricardo de Carvalho passou por todo processo de recuperação judicial, sendo identificado como um dos grandes responsáveis pelo turnaround para a formação da nova Companhia, sendo, logo em seguida, promovido para Diretor de Lojas em 2015 e para Diretor Estatutário em 2017.
O Sr. Carlos Ricardo de Carvalho declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos Ricardo de Carvalho declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Roberto Rangel Lima Júnior - 916.356.677-04

O Sr. Roberto Rangel Lima Júnior é o Diretor Comercial da Companhia. Graduou-se em Administração de Empresas e fez MBA em marketing na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O Sr. Roberto Rangel Lima Júnior iniciou sua carreira em 1990 como trainee nas Lojas Americanas, na qual assumiu um cargo gerencial na área comercial e permaneceu até 2004. De 2004 até 2007, assumiu a área comercial da Companhia para implantação de um novo sortimento e após isso assumiu a diretoria comercial da rede Ponto Frio, integrando posteriormente da equipe de planejamento e gestão na fusão com a rede Casas Bahia. Em 2010 assumiu o cargo de diretor comercial da Leader da Magazine Luiza e permaneceu na rede até 2014, após isso exerceu o cargo de diretor comercial da Le Biscuit de setembro de 2014 até 2019. Desde 2019 exerce o cargo de Diretor Comercial da Companhia.
O Sr. Roberto Rangel Lima Júnior declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Roberto Rangel Lima Júnior declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Gerard Peter Scheij - 000.000.000-00

O Sr. Gerard Peter Scheij é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Graduou-se em Economia pela Dalton Secondary School, possui mestrado em Economia Empresarial pela Rijks Universiteit Groningen e concluiu o Programa de Gerenciamento Avançado em Harvard. De 2002 até 2008 foi diretor presidente da rede GBarbosa e em 2011 assumiu a presidência da diretoria do grupo Atacadão, no qual permaneceu até 2013. De 2013 até 2015 exerceu o cargo de diretor presidente da rede de lojas C&A (São Paulo) e em 2016 foi um dos fundadores da PICNIC, supermercado online que foi lançado em 2015 em mais de 70 cidades na Holanda e 4 cidades na Alemanha. Em janeiro de 2021, assumiu o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Gerard Peter Scheij declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Gerard Peter Scheij declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
O Sr. Gerard Peter Scheij é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Marcos Duarte Santos - 014.066.837-36

O Sr. Marcos Duarte Santos é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Em 1992, graduou-se em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializou-se por meio do curso “Owner and president” na Harvard Business School. Em 1992, iniciou sua carreira no Banco Icatu, atuando no suporte à mesa de operações. Em 1994, assumiu o cargo de vice-presidente do Bankers Trust Company, atuando como gestor proprietário de ativos listados em bolsas brasileiras e, em 1996, foi transferido para Nova York para atuar como gestor de produtos offshore do Brasil. Em 1997, assumiu a vice-presidência do Credit Suisse First Boston, assumindo gestão da carteira de renda fixa proprietária no México e na Argentina. Em 2002, fundou a Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda. (“Polo Capital”), grupo independente responsável pela gestão da acionista controladora da Companhia (Akangatu Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia). Em 2010, assumiu o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Marcos Duarte Santos declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcos Duarte Santos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Cláudio José Carvalho de Andrade - 595.998.045-20

O Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Em 1994, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas São Paulo e em 2014 especializou-se por meio do curso “Owner and president” na Harvard Business School. De 1993 a 1997 atuou como operador de bolsa no Banco de Investimento Garantia e, entre os anos de 1997 a 2002, atuou como administrador de carteira de renda variável no Credit Suisse First Boston. Desde 2002, é sócio e co-fundador da Polo Capital. Em 2011, assumiu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Bernardo Vieira Hees - 014.274.977-02

O Sr. Bernardo Vieira Hees é Coordenador Efetivo do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, exerceu MBA sobre "UK Government Chevening Scholarship" na University of Warwick e especializou-se por meio do curso de "Owner and President Management Program" na Harvard Business School. O Sr. Bernardo exerceu o cargo de diretor presidente da Kraft Heinz Company de 2013 até 2019 e foi sócio na 3G Capital de 2010 a 2019. Atualmente é membro do conselho de administração da Avis Budget Group e faz parte da Diretoria da Bunge Ltd. Em janeiro de 2021, assumiu o cargo de membro do comitê de auditoria da Companhia.
O Sr. Bernardo Vieira Hees declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Bernardo Vieira Hees declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ivo do Amaral Benderoth - 776.875.905-20	
N/A	N/A
Tiago de Oliveira Nascimento - 108.155.517-38	
N/A	N/A
Carlos Ricardo de Carvalho - 014.675.217-10	
N/A	N/A
Roberto Rangel Lima Júnior - 916.356.677-04	
N/A	N/A
Gerard Peter Scheij - 000.000.000-00	
N/A	N/A
Marcos Duarte Santos - 014.066.837-36	
N/A	N/A
Cláudio José Carvalho de Andrade - 595.998.045-20	
N/A	N/A
Bernardo Vieira Hees - 014.274.977-02	
N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bernardo Vieira Hees	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1969	15/01/2021	2 anos
014.274.977-02		Economista		15/01/2021	1	100.00%
Conselheiro						
Mauro Moreira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	21/07/1959	15/01/2021	2 anos
510.931.467-53		Contador		15/01/2021	1	100.00%
N/A						
André Gomes de Oliveira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/1971	15/01/2021	2 anos
011.740.247-80		Advogado		15/01/2021	1	100.00%
N/A						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Bernardo Vieira Hees - 014.274.977-02

O Sr. Bernardo Vieira Hees é Coordenador Efetivo do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, exerceu MBA sobre "UK Government Chevening Scholarship" na University of Warwick e especializou-se por meio do curso de "Owner and President Management Program" na Harvard Business School. O Sr. Bernardo exerceu o cargo de diretor presidente da Kraft Heinz Company de 2013 até 2019 e foi sócio na 3G Capital de 2010 a 2019. Atualmente é membro do conselho de administração da Avis Budget Group e faz parte da Diretoria da Bunge Ltd. Em janeiro de 2021, assumiu o cargo de membro do comitê de auditoria da Companhia.
O Sr. Bernardo Vieira Hees declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Bernardo Vieira Hees declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Mauro Moreira - 510.931.467-53

O Sr. Mauro Moreira é Membro Efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Graduou-se em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pelo Centro Universitário Augusto Motta. O Sr. Mauro Moreira possui 39 anos de experiência em auditoria e consultoria, sendo 24 anos como sócio, dos quais 6 anos foram na Arthur Andersen LLP e 18 anos na Ernst & Young Global Limited. O Sr. Mauro Moreira é ex-diretor e atual membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) - Seção RJ; é ex-diretor da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM e é também Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro – CRCRJ. Em janeiro de 2021, assumiu o cargo de membro do comitê de auditoria da Companhia.
O Sr. Mauro Moreira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Mauro Moreira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

André Gomes de Oliveira - 011.740.247-80

O Sr. André Gomes de Oliveira é Membro Efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 1995, o Sr. André Gomes de Oliveira atua como sócio sênior do escritório de advocacia Castro Barros Advogados, responsável pelo Departamento Tributário. Na Ordem dos Advogados do Brasil, é membro das Seções do Estado do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo desde 1995 e Diretor-Secretário Geral desde 2015. Desde 2018, é membro do Conselho de Administração da Câmara Britânica de Comércio e Indústria do Brasil. Desde 2018, é membro do Conselho de Administração da International Fiscal Association – IFA e, desde 2015, é membro do “Practice Council” do Curso de LL.M. em Tributação Internacional da New York University. Em janeiro de 2021, assumiu o cargo de membro do comitê de auditoria da Companhia.
O Sr. André Gomes de Oliveira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. André Gomes de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Bernardo Vieira Hees - 014.274.977-02	
N/A	N/A
Mauro Moreira - 510.931.467-53	
N/A	N/A
André Gomes de Oliveira - 011.740.247-80	
N/A	N/A

506

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores da Companhia, controladas e controladores.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores, fornecedores, devedores, credores e clientes.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia, de suas controladas e/ou de suas subsidiarias, o pagamento e/ou reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia, nas suas controladas e/ou subsidiarias.

O D&O contratado junto a EZZE SEGUROS S.A. (CNPJ 31.534.848/0001-24) possui vigência das 24:00 hs de 31 de março de 2020 às 24:00hs de 31 de março de 2021. O valor total do prêmio do seguro contrato foi de R$ 21.151,74, com limite máximo de garantia no valor de R$ 20.000.000,00. O D&O conta com as seguintes coberturas:

- Cobertura para Custos Emergenciais; Cobertura para Custos de Investigação; Confisco de Bens, Restrição de Liberdade, extradição e deportação; Bloqueio de Conta Corrente (Penhora On-Line); Indisponibilidade de Bens e Direitos; Danos Morais; Práticas Trabalhistas Indevidas; Responsabilidade por Danos Materiais e Danos Corporais; Erros e Omissões; Responsabilidade por Tributos; Extensão de Prazo Complementar para Administrador Aposentado e Demissão Voluntária; Cobertura para o Cônjuge, Espólio, Herdeiro ou Representante Legal; Cobertura para Administrador de Entidade Externa; Novas Subsidiárias (até 30% do Total de Ativos do Tomador); Cobertura para processos existentes contra a Empresa; Reclamação apresentada por outro Administrador; Reclamação apresentada por uma Empresa ou Entidade Externa; Extensão de Cobertura para Advogados Internos; Extensão de Cobertura para Contadores Internos, Risk Manager e Auditores Internos; Danos Ambientais; Inabilitação e Recolocação de Administrador; Despesas de Publicidade; Aval, Fiança e/ou Garantia Real; Custos de Defesa por Multas e Penalidades Cíveis ou Administrativas.
- Coberturas Adicionais: Nº 04 - Cobertura Adicional de Crise R$ 200.000,00

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, às suas controladas e/ou às suas subsidiarias, ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	17/12/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	24/11/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	22/07/2020 - ref. MP 931 de 30/03/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	03/07/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	26/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	10/10/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	05/07/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Data	11/04/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	09/01/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	15/03/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	11/04/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/11/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/12/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Divulgação de cargos dos membros do Conselho de Administração

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia em outras entidades, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas no último exercício social pelo respectivo órgão desde a posse do membro do	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse

12.12 - Outras informações relevantes

	Conselho de Administração	
Marcos Duarte Santos	35	100%
Cláudio José Carvalho de Andrade	35	100%

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e fiscalizadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) a transparência; (ii) a equidade; (iii) a prestação de contas (*accountability*); e (iv) a responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, pode ser entendido que a administração da Companhia deve informar não apenas o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também os demais fatores (mesmo que intangíveis) em que é baseada a ação empresarial. Por equidade é possível entender o tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores e/ou credores. O princípio do *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a aqueles que os elegeram. Ademais, o princípio da responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e das operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em consonância com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- Capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

- Não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;

- Não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;

- Obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;

- Não cumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;

- Processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração;

- Adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária e Política de Transações com Partes Relacionadas;

12.12 - Outras informações relevantes

- Definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;

- Atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

- Utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. ("B3") estabeleceu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado. A instituição desses segmentos teve como objetivo estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e a adotar um nível de divulgação de informações adicional àquele exigido pelas leis. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam de maneira voluntária a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações. Via de regra, essas normas ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso dos segmentos da B3, pois exige um mais alto grau de práticas de governança corporativa, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, além de outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando a ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa.

O Regulamento de Listagem do Novo Mercado, contendo as regras de governança aplicáveis a Companhia, pode ser acessado no seguinte endereço: http://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/estrutura-normativa/regulamentos-e-manuais

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), da Diretoria Estatutária ("Diretoria") e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Conselho Fiscal") da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o crescimento institucional, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (www.casaevideo.com.br/investidores) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. Composição da remuneração, indicando:

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) políticas de incentivo de curto e longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

i.descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente, respeitando os limites dos valores globais anuais de remuneração fixados pela Assembleia Geral.
Remuneração Variável	A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria ao cumprimento dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos membros do Conselho de Administração um pacote compatível com a prática de mercado. Os membros do Conselho de Administração podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação, cesta básica, convênio com farmácia, auxílio creche, cursos de capacitação entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	O plano de remuneração baseada em ações depende da aprovação em Assembleia Geral que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração. O plano possui como objetivo alinhar os interesses dos beneficiários do plano com os interesses dos acionistas, aumentando o comprometimento dos beneficiários com a valorização da companhia no longo prazo e incentivando a retenção dos beneficiários na companhia.
Incentivos de longo prazo	Incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseados em plano de opção de compra ou concessão de ações virtuais ou reais da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas. A Remuneração Variável deverá ser revista anualmente pelo Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Benefícios	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, cesta básica, convênio com farmácia, auxílio creche, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	O plano de remuneração baseada em ações depende da aprovação em Assembleia Geral que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração. O plano possui como objetivo alinhar os interesses dos beneficiários do plano com os interesses dos acionistas, aumentando o comprometimento dos beneficiários com a valorização da companhia no longo prazo e incentivando a retenção dos beneficiários na companhia.
Incentivos de longo prazo	Incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseados em plano de opção de compra ou concessão de ações virtuais ou reais da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas. A Remuneração Variável deverá ser revista anualmente pelo Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Benefícios	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, cesta básica, convênio com farmácia, auxílio creche, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	O plano de remuneração baseada em ações depende da aprovação em Assembleia Geral que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração. O plano possui como objetivo alinhar os interesses dos beneficiários do plano com os interesses dos acionistas, aumentando o comprometimento dos beneficiários com a valorização da companhia no longo prazo e incentivando a retenção dos beneficiários na companhia.
Incentivos de longo prazo	Incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseados em plano de opção de compra ou concessão de ações virtuais ou reais da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado.

Comitês Estatutários

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitês Estatutários instalados.

Comitês Estatutários – Comitê de Auditoria

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado e estratégia corporativa. A Remuneração Fixa deverá ser revista anualmente pelo Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós–emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2020 foram, aproximadamente:

2020					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	**100,0%**	**0,0%**	**64,6%**	**65,7%**	**0,0%**
Salário ou pró-labore	*99,7%*	*0,0%*	*56,7%*	*63,4%*	*0,0%*
Benefícios Diretos ou Indiretos	*0,3%*	*0,0%*	*8,0%*	*2,3%*	*0,0%*
Participação em Comitês	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Remuneração Variável	**0,0%**	**0,0%**	**35,4%**	**34,3%**	**0,0%**
Bônus	*0,0%*	*0,0%*	*35,4%*	*34,3%*	*0,0%*
Participação nos Resultados	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Participações em Reuniões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Comissões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Benefícios Pós-Emprego	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Cessação do Exercício do Cargo	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Remuneração Baseada em Ações	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
TOTAL	**100,0%**	**0,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**0,0%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

exercício social de 2019 foram, aproximadamente:

2019					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	**100,0%**	**0,0%**	**68,0%**	**71,7%**	**0,0%**
Salário ou pró-labore	*99,6%*	*0,0%*	*59,7%*	*69,9%*	*0,0%*
Benefícios Diretos ou Indiretos	*0,4%*	*0,0%*	*8,3%*	*1,8%*	*0,0%*
Participação em Comitês	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros - Aj. Custo	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Remuneração Variável	**0,0%**	**0,0%**	**32,0%**	**28,3%**	**0,0%**
Bônus	*0,0%*	*0,0%*	*32,0%*	*28,3%*	*0,0%*
Participação nos Resultados	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Participações em Reuniões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Comissões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Benefícios Pós-Emprego	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Cessação do Exercício do Cargo	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Remuneração Baseada em Ações	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
TOTAL	**100,0%**	**0,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**0,0%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2018 foram, aproximadamente:

2018					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	**100,0%**	**0,0%**	**77,4%**	**83,2%**	**0,0%**
Salário ou pró-labore	*99,6%*	*0,0%*	*70,0%*	*82,0%*	*0,0%*
Benefícios Diretos ou Indiretos	*0,4%*	*0,0%*	*7,4%*	*1,2%*	*0,0%*
Participação em Comitês	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Remuneração Variável	**0,0%**	**0,0%**	**22,6%**	**16,8%**	**0,0%**
Bônus	*0,0%*	*0,0%*	*22,6%*	*16,8%*	*0,0%*
Participação nos Resultados	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Participações em Reuniões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Comissões	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Outros	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*
Benefícios Pós-Emprego	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Cessação do Exercício do Cargo	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Remuneração Baseada em Ações	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
TOTAL	**100,0%**	**0,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**0,0%**

iii.metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração avaliar anualmente as práticas de remuneração de empresas do mesmo porte e setor e determinar, baseado nas melhores práticas, a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

É vedado ao membro do Conselho de Administração que também acumular o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, intervir no processo de determinação da remuneração dos Administradores.

O Conselho de Administração deve vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de curto, médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável de curto prazo estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.
A parcela variável de médio e longo prazo estará vinculada ao desempenho da própria Companhia.

iv.razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o crescimento institucional, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

(b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e

(c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados Administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

v.a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês são remunerados.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais. Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do diretor que faça jus a tal remuneração, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A Política de Remuneração contém mecanismos que permitem a definição de práticas alinhadas às condições de mercado, garantindo a atração e retenção de talentos que por sua vez trabalham para o atingimento de objetivos de curto, médio e longo prazo. Os indicadores utilizados na remuneração variável dos membros da Diretoria são objetivos claros e definidos e tem efeitos nos resultados, tanto do exercício social base da remuneração, bem como dos exercícios futuros.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

A Companhia poderá outorgar opção de venda das Ações para os Participantes do Plano de Remuneração baseado em Ações, a ser exercida, a critério dos Participantes, de acordo com as regras do plano, apenas nas hipóteses de ocorrência de Evento de Liquidez.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral. Além disso, cabe ao Conselho de Administração, determinar a política de bônus anual dos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de janeiro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Remuneração Fixa, variável e os incentivos de curto e longo prazo dos Administradores são revisados pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a manter a remuneração total adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	4,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	2.317.759,08		2.497.759,08
Benefícios direto e indireto	1.140,00	325.188,31		326.328,31
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	36.000,00	463.551,82		499.551,82
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.445.855,45		1.445.855,45
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.		
Total da remuneração	217.140,00	4.552.354,66		4.769.485,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,91	4,00	0,00	7,91
Nº de membros remunerados	3,91	4,00	0,00	7,91
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	351.900,00	2.093.962,80	0,00	2.445.862,80
Benefícios direto e indireto	2.228,70	291.338,39	0,00	293.567,09
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	54.000,00	418.792,56	0,00	472.792,56

Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.124.718,56	0,00	1.124.718,56
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.		
Total da remuneração	424.508,70	3.928.812,31	0,00	4.353.321,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,58	3,58	0,00	8,16
Nº de membros remunerados	4,58	3,58	0,00	8,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	412.200,00	1.997.962,80	0,00	2.410.162,80
Benefícios direto e indireto	2.610,60	210.089,60	0,00	212.700,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	82.440,00	399.592,56	0,00	482.032,56
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	645.902,69	0,00	645.902,69
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	497.250,60	2.853.955,09	0,00	3.351.205,69

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício Social corrente - 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	-	4,00	-	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.156.684,36	-	R$ 1.156.684,36
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.879.612,09	-	R$ 1.879.612,09
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.445.855,45	-	R$ 1.445.855,45
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

Remuneração variável prevista para o exercício Social corrente - 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	4,00	-	6,00
Nº de membros remunerados	-	4,00	-	4,00
Bônus				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.156.684,36	R$ 0,00	R$ 1.156.684,36
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.879.612,09	R$ 0,00	R$ 1.879.612,09
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	1.445.855,45	R$ 0,00	R$ 1.445.855,45
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Remuneração variável prevista para o exercício Social corrente - 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3,91	4,00	-	7,91
Nº de membros remunerados	-	4,00	-	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.043.502,14	-	R$ 1.043.502,14
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.695.690,98	-	R$ 1.695.690,98

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.304.377,68	-	R$ 1.304.377,68
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

Remuneração variável prevista para o exercício Social corrente - 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	4,58	3,58	-	8,16
Nº de membros remunerados	-	3,58	-	3,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 997.422,14	-	R$ 997.422,14
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 1.620.810,98	-	R$ 1.620.810,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.246.777,68	-	R$ 1.246.777,68
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Em 15 de março de 2018, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações") cujas principais características estão descritas a seguir:

a. Termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Ações, aprovado em Assembleia Geral, que estabelece condições gerais para a outorga de ações emitidas pela Companhia.

O Plano de Ações poderá ser alterado, suspenso ou extinto, a qualquer momento, a critério da Companhia, por decisão dos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

O Plano de Ações é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Plano de Ações ("Comitê").

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terão amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações e, no caso do Comitê, as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano de Ações e para a remuneração baseada em ações. Não obstante, nenhuma decisão do Conselho de Administração ou do Comitê poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano de Ações, e eventuais adaptações que vierem a ser realizadas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente, aumentar o limite total das ações que podem ser concedidas.

Poderão ser indicados para participar do Plano de Ações tanto os administradores como empregados da Companhia. Como órgão de administração do Plano de Ações, caberá ao Conselho de Administração: (a) determinar os beneficiários do Plano de Ações ("Participantes"); e (b) sempre de acordo com o Plano de Ações, estabelecer os termos e condições para a transferência de ações no âmbito do "Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato") do Plano de Ações. Nenhuma disposição do Plano de Ações conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado ou interromper o mandato do administrador.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Ações, instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis tem por objetivo: (a) alinhar interesses dos participantes do Plano de Ações com os interesses dos acionistas; (b) aumentar o comprometimento dos participantes do Plano de Ações com os resultados da Companhia, estimulando a expansão dos negócios; (c) incentivar o cumprimento das metas estabelecidas; e (d) reter talentos.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os participantes do Plano de Ações se tornem acionistas da Companhia, o Plano de Ações busca incentivar tais participantes a agregarem valor à Companhia e a exercerem suas funções de forma alinhada com interesses dos acionistas, criando uma relação de longo prazo com estes profissionais. Nesse sentido, os participantes passam a assumir um maior compromisso com os resultados da Companhia e com a consequente valorização das ações no médio e longo prazo.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Ações complementa a remuneração total de determinados executivos e é responsável pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia e a retenção de profissionais qualificados.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas do Plano de Ações contribuem com o alinhamento do interesse dos participantes ao da Companhia em diferentes horizontes de tempo, maximizando o valor da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como vinculando os participantes aos riscos e variações do mercado.

f. Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações ordinárias representativas de, no máximo, 3% do total do capital social da Companhia ("Volume Global"), sendo certo que o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Ações não pode ultrapassar o Volume Global.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando o Volume Global definido, o Conselho de Administração deverá observar os seguintes limites de outorga de ações de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Ações: (i) até 1% do total do capital social da Companhia em 2018; (ii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2019; e (iii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2020. Observado o limite do Volume Global no item "f" acima e os limites aplicáveis a cada ano, o número de ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

No âmbito do Plano de Ações em vigor na data deste Formulário de Referência, nenhuma ação e/ou opção foi outorgada aos Participantes do Plano de Ações, sendo que até o presente momento, há a apenas uma promessa contratual de futura outorga de ações de emissão da Companhia que envolve, caso efetivamente outorgadas, na data deste Formulário de Referência, 19.761.872 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 1,91% do capital social da Companhia na data deste Formulário de Referência.

h. Condições de aquisição de ações

Para fins do Plano de Ações, a Companhia poderá usar ações existentes em tesouraria no momento da transferência das ações ao Participante.

O número de ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para que se evitem distorções, o número de Ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações poderá ser ajustado pelo Conselho de Administração de maneira adequada para refletir qualquer aumento de capital, bonificações em ações, grupamentos, desdobramentos de ações ou qualquer outra operação que possa afetar a quantidade de ações que ainda não tenha sido transferida aos Participantes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização na qual a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Companhia não seja a sociedade remanescente, os Contratos em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os Participantes deverão outorgar à Companhia uma opção de compra das ações, exercível a qualquer tempo, inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

A Companhia poderá outorgar aos Participantes uma opção de venda das ações, exercível a qualquer tempo após Período de *Lock-Up* (conforme abaixo definido), inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

O Preço de Recompra será encontrado no momento do exercício das opções a partir da multiplicação do número de Ações que o Participante for titular pelo Preço de Recompra por Ação, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Preço de Recompra por Ação = (EV Média dos varejos comparáveis x 70% x EBITDA do Último Exercício Social – NET DEBT do Último Exercício Social)/Número de Ações da Companhia do Último Exercício Social

"EV Média dos varejos comparáveis" significa o EV/EBITDA de 3 das 5 Empresas Definidas, apurada excluindo-se, dentre as Empresas Definidas, aquelas com maior e menor EV/EBIDTA, calculado com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado.

"Empresas Definidas" significa as 5 companhias abertas, cujos valores mobiliários são negociados sob a nomenclatura LAME4, PCAR4, MGLU3, LREN3 e VVAR3.

Compete ao Conselho de Administração ou Comitê, se for o caso, aprovar o Preço de Recompra em qualquer operação envolvendo as Ações, assim como as demonstrações financeiras da Companhia e demais informações utilizadas para o cálculo do Preço de Recompra, inclusive os dados sobre as Empresas Definidas.

Na hipótese de a Companhia decidir negociar suas ações em bolsa de valores ou balcão, a Companhia poderá (i) a seu exclusivo critério recomprar as Ações dos Participantes considerando o preço unitário de estreia no mercado em caso de oferta pública inicial (IPO), ou (ii) a média de preço por ação dos 30 pregões anteriores, caso a Companhia já tenha ações em negociação no mercado.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de carência será: (i) de até 36 meses, contados da celebração dos Contratos em 2018; (ii) de até 24 meses, contados da celebração dos Contratos em 2019; e (iii) de até 12 meses, contados da celebração dos Contratos em 2020 ("Prazo de Carência"). Ou seja, somente após tais períodos de bloqueio, os Participantes receberão as suas Ações, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos.

Excepcionalmente, e como forma de alinhar o Vesting dos Contratos com o prazo de novos mandatos de administradores, o Prazo de Carência dos Contratos firmados em 2020 poderá ser de até 24 meses, contados da data de sua celebração, conforme definido no Contrato firmado com o Participante, respeitados sempre os objetivos e demais regras do Plano de Ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

k. Forma de liquidação

A Companhia deverá transferir as Ações aos Participantes, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos, mas, genericamente, das seguintes formas:

(i) em dois lotes, cada um correspondente a 50% das Ações que tocará ao Participante, sendo que (i.a) o primeiro lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 12 meses contados do encerramento do Prazo de Carência, e (i.b) o segundo lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência; ou

(ii) em um lote único, correspondente a 100% das Ações que tocará ao Participante, que será transferido integralmente no momento do encerramento do Prazo de Carência.

A efetiva transferência das Ações para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das Ações em si não deverá garantir ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, até a data de transferência das Ações para os Participantes.

Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das Ações objeto do Contrato ao Participante.

l. Restrições à transferência das ações

Exceto no caso de Cláusula em sentido contrário prevista no Contrato e nas hipóteses de recompra por iniciativa da Companhia e de "Eventos de Liquidez", os Participantes não poderão alienar quaisquer Ações recebidas no âmbito do Plano de Ações durante o período de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência ("Período de *Lock-Up*").

Para fins do Plano de Ações, considera-se "Evento de Liquidez" a alteração do controle da Companhia.

Em caso de evento de liquidez ou oferta pública de ações, os participantes poderão alienar até o limite máximo de 40% das ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Ações.

É vedado aos Participantes onerar as Ações recebidas ou instituir sobre elas quaisquer gravames que possam impedir a execução do disposto no Plano de Ações.

Após receberem as Ações, os Participantes deverão observar as regras previstas nos respectivos Contratos com relação ao direito de venda conjunta (*tag-along*) e a obrigação de venda conjunta (*drag-along*).

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa na regulamentação das sociedades por ações, relações trabalhistas ou efeitos fiscais de um plano de remuneração baseado em ações, poderá levar à revisão

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

integral do Plano de Ações.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento dos Participantes da Companhia por sua iniciativa ou por iniciativa da Companhia, ainda que por justa causa, ou invalidez permanente, ausência ou falecimento dos Participantes a qualquer momento durante o Prazo de Carência, os Participantes deixarão de fazer jus ao direito de receber as Ações.

Em caso de desligamento dos Participantes da Companhia, por qualquer razão, os Participantes conservarão o direito sobre eventuais Ações que já sejam de sua titularidade, sujeitando-se, entretanto, ao cumprimento integral do Período de *Lock-Up* das Ações eventualmente previsto no Contrato.

Em caso de Desligamento dos Participantes por sua iniciativa ou por iniciativa da Companhia, exceto se por justa causa, após o Prazo de Carência e antes da efetiva transferência das Ações para sua titularidade, os Participantes farão jus ao direito de receber as Ações.

No caso de invalidez permanente, ausência ou falecimento dos Participantes após o Prazo de Carência, os Participantes ou seus herdeiros, conforme o caso, farão jus ao direito de receber as Ações.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, alterar as regras gerais aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia ou, ainda, de invalidez permanente, ausência ou falecimento do Participante, podendo antecipar o prazo para transferência de Ações ou reduzir o Período de *Lock-Up*, por exemplo, sempre em benefício dos Participantes ou seus herdeiros.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração variável baseada em ações e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do plano de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais. Para mais informações sobre o Plano de Ações da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.6 - Opções em Aberto

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do plano de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais, bem como não há em aberto qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Os administradores da Companhia não fizeram jus à remuneração variável baseada em ações e nenhuma opção de compra de ações ou ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do plano de remuneração baseado em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2018 e 2017, bem como não há em aberto qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração variável baseada em ações e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do plano de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Na data de encerramento do último exercício social, os membros do conselho de administração, diretoria estatuária e conselho fiscal não detinham (i) ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelas sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia; ou (ii) outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelas controladas ou sob controle comum da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em razão da limitação de sistema, as informações para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram apresentadas no item 13.16 deste Formulário de Referência.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não fizeram jus a remunerações reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4	4	3,58	2	3,91	4,58	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4	4	3,58	2	3,91	4,58	0,00	0,00	0,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	R$1.421.000,00	R$ 1.218.000,00	R$ 1.218.000,00	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor Remuneração (Reais)	R$710.400,00	R$710.400,00	R$710.400,00	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da Remuneração (Reais)	R$ 1.138.088,67	R$ 982.203,08	R$ 797.194,16	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	R$ 108.570,00	0,00	0,00	0,00

546

	Diretoria Estatutária
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

	Conselho de Administração

13.16 - Outras Informações Relevantes

31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

	Conselho Fiscal
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado para este exercício social.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado para este exercício social.
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado para este exercício social.

547

Considerações sobre o item 13.2

A Companhia esclarece que em razão das limitações do sistema, as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 indicadas como previsão, se tratam na verdade da efetiva remuneração para aquele exercício social. A previsão de remuneração para o exercício social corrente, que se encerra em 31 de dezembro de 2021, está apresentada abaixo:

Exercício Social (Previsão)	**31/12/2021**		Valor Total da Remuneração	R$ 4.985.494,66
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

13.16 - Outras Informações Relevantes

Nº total de membros	4,00	4,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	-	8,00
Total da remuneração	R$ 433.140,00	R$ 4.552.354,66	-	R$ 4.985.494,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R$ 360.000,00	R$ 2.317.759,08	-	R$ 2.677.759,08
Benefícios diretos e indiretos	R$ 1.140,00	R$ 325.188,31	-	R$ 326.328,31
Participações em Comitês	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Outros	R$ 72.000,00	R$ 463.551,82	-	R$ 535.551,82
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	-	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.
Remuneração variável				
Bônus	R$ 0,00	R$ 1.445.855,45	-	R$ 1.445.855,45

13.16 - Outras Informações Relevantes

Participação de resultados	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Participação em reuniões	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Comissões	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Outros	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.	-	Nos termos do §2º, art. 457 da Lei 13.467/17, não constituem base de incidência de INSS para a remuneração variável.
Pós-emprego	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Cessação do cargo	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Baseada em ações, incluindo opções	R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	-	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº0 2/2020.

13.16 - Outras Informações Relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do número de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	**48**
Média (Total/Nº de meses)	**4**

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	**48**
Média (Total/Nº de meses)	**4**

Em 2018:

Meses	Nº de membros

13.16 - Outras Informações Relevantes

Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	2
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	**43**
Média (Total/Nº de meses)	**3,58**

551

Conselho de Administração

Para 2020:

Meses	**Nº de membros**
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2

Em 2019:

Meses	**Nº de membros**
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4

13.16 - Outras Informações Relevantes

Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	**24**
Média (Total/Nº de meses)	**2**

Outubro	3
Novembro	2
Dezembro	2
Total	**47**
Média (Total/Nº de meses)	**3,91**

Em 2018:

Meses	**Nº de membros**
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	**55**
Média (Total/Nº de meses)	**4,58**

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência e nos três últimos exercícios sociais, o Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

As informações prestadas nesta seção referem-se ao consolidado da Companhia e de suas controladas operacionais.

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

Exercício social encerrado em	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número Total de Empregados	3338	3027	2637
Por atividade			
Administrativo	472	456	448
Centro de Distribuição	462	447	396
Lojas	2404	2124	1793
Por localização geográfica			
RJ	2844	2862	2581
SP	36	41	35
ES	164	98	21
MG	294	26	0

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas:

Exercício social encerrado em	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número Total de Terceirizados	490	48	111
Por atividade			
Limpeza	126	39	102
Extra Natal – Lojas	240	0	0
EXTRA NATAL – Centro De Distribuição	62	2	7
Portaria e Vigilância	62	7	2
Por localização geográfica			
RJ	414	31	111
SP	8	2	0
MG	36	3	0
ES	32	12	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

c. Índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

Exercício social encerrado em 2020			
Rotatividade	**Ativos**	**Desligados**	**Índice**
Total	3338	1552	46%
Exercício social encerrado em 2019			
Rotatividade	**Ativos**	**Desligados**	**Índice**
Total	3027	1203	40%
Exercício social encerrado em 2018			
Rotatividade	**Ativos**	**Desligados**	**Índice**
Total	2637	1364	52%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Em 2020, a Companhia inaugurou 102 novas unidades de venda, sendo 39 lojas no modelo tradicional, 2 lojas no modelo ".Perto" e 61 lojas no modelo "Mini", gerando cerca de 565 novos empregos diretos comparado ao ano de 2019. Adicionalmente em função das melhorias processuais e sistêmicas realizadas em 2019/2020, houve uma redução de 209 posições. O incremento líquido do quadro de funcionários foi de 356 novos colaborares.

Em 2019, a Companhia apresentou crescimento de 6,6%. Inauguramos 14 lojas físicas e as vendas digitais cresceram 18,6% em relação ao ano anterior, gerando cerca de 385 novos empregos fixos comparado ao ano de 2018.

Em 2018, a Companhia apresentou crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior. Inauguramos 4 lojas físicas, gerando cerca de 60 novos empregos fixos comparado ao ano de 2017.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Por meio de pesquisas realizadas anualmente sobre as práticas de remuneração do mercado, a Companhia mantém a competitividade da remuneração de seus colaboradores, sendo seus respectivos salários corrigidos anualmente por meio de acordos sindicais, os quais, são, de forma geral, baseados nos índices de inflação. Apesar disso, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, baseados na avaliação de desempenho, potencial de desenvolvimento e engajamento do colaborador. As remunerações dos colaboradores lotados nas lojas (operacionais) são estabelecidos com base em tabela específica de lojas e possuem sistema de gestão de remuneração específica.

Além disso, em Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia. Para mais informações sobre a Política de Remuneração, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

Com relação à remuneração variável, a Companhia possui um Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações"), aprovado pelos os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2018.

b. Política de benefícios

A Companhia possui um conjunto de benefícios, que podem ser oferecidos tanto aos colaboradores efetivos como aos estagiários contratados. São eles:

1. Vale transporte
2. Vale refeição
3. Vale alimentação
4. Seguro Saúde
5. Plano odontológico
6. Seguro de vida

Não obstante, a Política de Remuneração da Companhia também contemplada determinados benefícios aos Administradores da Companhia. Para mais informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Na data deste Formulário de Referência, possui um Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações"), aprovado pelos os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2018. Para mais informações sobre o Plano de Ações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

i. Principais objetivos do plano

O Plano de Ações, instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis tem por

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

objetivo: (a) alinhar interesses dos participantes do Plano de Ações com os interesses dos acionistas; (b) aumentar o comprometimento dos participantes do Plano de Ações com os resultados da Companhia, estimulando a expansão dos negócios; (c) incentivar o cumprimento das metas estabelecidas; e (d) reter talentos.

ii. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os participantes do Plano de Ações se tornem acionistas da Companhia, o Plano de Ações busca incentivar tais participantes a agregarem valor à Companhia e a exercerem suas funções de forma alinhada com interesses dos acionistas, criando uma relação de longo prazo com estes profissionais. Nesse sentido, os participantes passam a assumir um maior compromisso com os resultados da Companhia e com a consequente valorização das ações no médio e longo prazo.

iii. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Ações complementa a remuneração total de determinados executivos e é responsável pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia e a retenção de profissionais qualificados.

iv. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas do Plano de Ações contribuem com o alinhamento do interesse dos participantes ao da companhia em diferentes horizontes de tempo, maximizando o valor da companhia no curto, médio e longo prazo, bem como vinculando os participantes aos riscos e variações do mercado.

v. Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações representativas de, no máximo, 3% do total do capital social da Companhia ("Volume Global").

vi. Número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando o Volume Global definido, o Conselho de Administração deverá observar os seguintes limites de outorga de ações no âmbito do Plano de Ações: (i) até 1% do total do capital social da Companhia em 2018; (ii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2019; e (iii) até 1% do total do capital social da Companhia em 2020.

vii. Condições de aquisição de ações

Para fins do Plano de Ações, a Companhia poderá (i) usar ações existentes em tesouraria no momento da transferência das Ações ao Participante; ou (ii) emitir ações; ou (iii) converter parte das ações ordinárias representativas do seu capital social em ações antes da transferência de Ações ao Participante.

As ações a serem criadas no âmbito do Plano de Ações não terão direito de voto e terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, nos termos do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores.

O número de Ações ou percentual do capital social que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para que se evitem distorções, o número de Ações que cada Participante fará jus no âmbito do Plano de Ações poderá ser ajustado pelo Conselho de Administração de maneira adequada para

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

refletir qualquer aumento de capital, bonificações em ações, grupamentos, desdobramentos de ações ou qualquer outra operação que possa afetar a quantidade de Ações que ainda não tenha sido transferida aos Participantes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, os Contratos em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

viii. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os Participantes deverão outorgar à Companhia uma opção de compra das Ações, exercível a qualquer tempo, inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

A Companhia poderá outorgar aos Participantes uma opção de venda das Ações, exercível a qualquer tempo após Período de *Lock-Up* (se este estiver previsto no Contrato) ou após a efetiva Transferência das Ações (se não houver Período de *Lock-Up* estabelecido no Contrato), inclusive em caso de invalidez, ausência ou falecimento do Participante, pelo Preço de Recompra, conforme abaixo definido.

O Preço de Recompra será encontrado no momento do exercício das opções a partir da multiplicação do número de Ações que o Participante for titular pelo Preço de Recompra por Ação, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

> Preço de Recompra por Ação = (EV Média dos varejos comparáveis x 70% x EBITDA do Último Exercício Social – NET DEBT do Último Exercício Social)/Número de Ações da Companhia do Último Exercício Social
>
> "EV Média dos varejos comparáveis" significa o EV/EBITDA de 3 das 5 Empresas Definidas, apurada excluindo-se, dentre as Empresas Definidas, aquelas com maior e menor EV/EBIDTA, calculado com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado.
>
> "Empresas Definidas" significa as 5 companhias abertas, cujos valores mobiliários são negociados sob a nomenclatura LAME4, PCAR4, MGLU3, LREN3 e VVAR3.

Compete ao Conselho de Administração ou Comitê, se for o caso, aprovar o Preço de Recompra em qualquer operação envolvendo as Ações, assim como as demonstrações financeiras da Companhia e demais informações utilizadas para o cálculo do Preço de Recompra, inclusive os dados sobre as Empresas Definidas.

Na hipótese de a Companhia decidir negociar suas ações em bolsa de valores ou balcão ou, ainda, decidir aderir a um nível de governança que vede a existência de ações, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério: (i) recomprar as Ações dos Participantes; ou (ii) converter as Ações em ações ordinárias.

Para definição do fator de conversão das Ações em ações ordinárias, deverá ser utilizado o valor do Preço de Recompra para avaliação das Ações, sendo, por outro lado, as ações ordinárias avaliadas de acordo com (i) o preço unitário de estreia no mercado em caso de oferta pública inicial (IPO), ou (ii) a média de preço por ação dos 30 pregões anteriores, caso a Companhia já tenha ações em negociação no mercado.

ix. Critérios para fixação do prazo de exercício

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

O prazo de carência será: (i) de até 36 meses, contados da celebração dos Contratos em 2018; (ii) de até 24 meses, contados da celebração dos Contratos em 2019; e (iii) de até 12 meses, contados da celebração dos Contratos em 2020 ("Prazo de Carência"). Ou seja, somente após tais períodos de bloqueio, os Participantes receberão as suas Ações, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos.

Excepcionalmente, e como forma de alinhar o *Vesting* dos Contratos com o prazo de novos mandatos de administrador, o Prazo de Carência dos Contratos firmados em 2020 poderá ser de até 24 meses, contados da data de sua celebração, conforme definido no Contrato firmado com o Participante, respeitados sempre os objetivos do Plano de Ações.

x. Forma de liquidação

A Companhia deverá transferir as Ações aos Participantes, de acordo com as condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos mas, genericamente, das seguintes formas:

(i) em dois lotes, cada um correspondente a 50% das Ações que tocará ao Participante, sendo que (i.a) o primeiro lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 12 meses contados do encerramento do Prazo de Carência, e (i.b) o segundo lote de Ações será transferido pela Companhia ao Participante no prazo de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência; ou

(ii) em um lote único, correspondente a 100% das Ações que tocará ao Participante, que será transferido integralmente no momento do encerramento do Prazo de Carência.

A efetiva transferência das Ações para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das Ações em si não deverá garantir ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, até a data de transferência das Ações para os Participantes.

Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das Ações objeto do Contrato ao Participante.

xi. Restrições à transferência das ações

Exceto no caso de Cláusula em sentido contrário prevista no Contrato e nas hipóteses de recompra por iniciativa da Companhia e de "Eventos de Liquidez", os Participantes não poderão alienar quaisquer Ações recebidas no âmbito do Plano de Ações durante o período de 24 meses contados do encerramento do Prazo de Carência ("Período de *Lock-Up*").

Para fins do Plano de Ações, considera-se "Evento de Liquidez" a alteração do controle da Companhia.

A Companhia poderá outorgar opção de venda das Ações para os Participantes, a ser exercida, a critério dos Participantes, apenas nas hipóteses de ocorrência de Evento de Liquidez, pelo Preço de Recompra, conforme definido abaixo e desde que estabelecida no Contrato celebrado com o Participante.

É vedado aos Participantes onerar as Ações recebidas ou instituir sobre elas quaisquer gravames que possam impedir a execução do disposto no Plano de Ações.

Após receberem as Ações, os Participantes deverão observar as regras previstas nos respectivos

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Contratos com relação ao direito de preferência, direito de venda conjunta (*tag-along*) e a obrigação de venda conjunta (*drag-along*).

xii. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa na regulamentação das sociedades por ações, relações trabalhistas ou efeitos fiscais de um plano de remuneração baseado em ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Ações.

xiii. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento dos Participantes da Companhia por sua iniciativa ou por iniciativa da Companhia, ainda que por justa causa, ou invalidez permanente, ausência ou falecimento dos Participantes a qualquer momento durante o Prazo de Carência, os Participantes deixarão de fazer jus ao direito de receber as Ações.

Em caso de desligamento dos Participantes da Companhia, por qualquer razão, os Participantes conservarão o direito sobre eventuais Ações que já sejam de sua titularidade, sujeitando-se, entretanto, ao cumprimento integral do Período de *Lock-Up* das Ações eventualmente previsto no Contrato.

Em caso de Desligamento dos Participantes por sua iniciativa ou por iniciativa da Companhia, exceto se por justa causa, após o Prazo de Carência e antes da efetiva transferência das Ações para sua titularidade, os Participantes farão jus ao direito de receber as Ações.

No caso de invalidez permanente, ausência ou falecimento dos Participantes após o Prazo de Carência, os Participantes ou seus herdeiros, conforme o caso, farão jus ao direito de receber as Ações.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, alterar as regras gerais aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia ou, ainda, de invalidez permanente, ausência ou falecimento do Participante, podendo antecipar o prazo para transferência de Ações ou reduzir o Período de *Lock-Up*, por exemplo, sempre em benefício dos Participantes ou seus herdeiros.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por Sindicatos dos Empregados do Comércio, de acordo com as bases sindicais.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e na hipótese de discordância legal, e busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente ou de acordo com os ajustes entre os sindicatos patronais e os sindicatos dos empregados.

Não houve quaisquer paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 14.1 a 14.4 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES					
17.007.919/0001-00	Brasileiro	Não	Não	03/07/2020	
Não					
1.035.166.991	100,000%	0	0,000%	1.035.166.991	100,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
1.035.166.991	100,000%	0	0,000%	1.035.166.991	100,000%

563

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	17/12/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há acordo de acionistas vigente arquivado na sede da Companhia. No entanto, o controlador já figurou com parte em acordo de acionistas devidamente rescindido em 10 de outubro de 2019. Para mais informações sobre alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, vide item 15.6 deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 2020

Não houve operação societária ocorrida que tenha tido efeito relevante para a Companhia no exercício social de 2020.

Em 2019

Em 1º de outubro de 2019, o acionista CVRJ Participações Ltda. alienou sua participação acionária (16,97%) em favor do acionista Akangatu Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, que passou a ser o único acionista, detentor da totalidade do capital social da Companhia.

Em 2018

Não houve operação societária ocorrida que tenha tido efeito relevante para a Companhia no exercício social de 2018.

Para mais informações sobre a reorganização societária, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operação societária ocorrida que tenha tido efeito relevante para a Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2018.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019:

Exercício Social	**2019**
a) Evento	Em 01.10.2019 houve a compra e venda de participação acionária.
b) Principais condições do negócio	Venda da totalidade da participação acionária (16,97%) pela CVRJ Participações Ltda. em favor do acionista Akangatu Fundo de Investimento Participações Multiestratégia
c) Sociedades envolvidas	Companhia
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	A Akangatu Fundo de Investimento Participações Multiestratégia passou a ser a única acionista da Companhia.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
CVRJ PARTICIPAÇÕES LTDA	138.753.861	16,97	0	0	16,97
AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	678. 978.781	83,03	0	0	83,03
Total	**817.732.642**	**100,0**	**0**	**0**	**100,0**

Após

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
AKANGATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	817.732.642	100	0	0	100
Total	817.732.642	**100,0**	**0**	**0**	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que o Akangatu Fundo de Investimento em Participações passou a ser o único

15.7 - Principais Operações Societárias

	acionista da Companhia e a operação observou o Acordo de Acionistas vigente à época, o qual foi devidamente rescindo posteriormente à operação.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Considerações sobre o Akangatu Fundo de Investimentos em Participações Multiestratética ("FIP")

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o FIP não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

O FIP é investido por fundos de investimento nacionais e internacionais, cujos principais são geridos pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda. e Credit Suisse Hedging Griffo Wealth Management S.A. ou suas respectivas afiliadas. As principais decisões envolvendo o FIP são tomadas por sua Política de Investimento previstas em seu Regulamento.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Deve ser observado o Código da Conduta e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política de Transações com Partes Relacionadas"), no que se refere à contratação direta e indireta de parentes de administradores, gestores e colaboradores.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência. De modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

Em 15 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições em bases equitativas, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, pautando-se por termos e condições que prevaleçam ou prevaleceriam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010. Para fins deste Formulário de Referência, são as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a "transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação". São exemplos de transações

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência da Companhia, bem como divulgadas nos termos da legislação aplicável.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://casaevideo.com.br/investidores). Qualquer alteração da Política de Transações com Partes Relacionadas deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e divulgada à CVM e à da B3.

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CVTRJ TRADING E DISTRIBUIDORA EIRELI	26/01/2015	4.727.000,00	R$ 4.727.000,00		8 anos	NÃO	34,480000

Relação com o emissor	Investida da Companhia
Objeto contrato	Securitização de Valores - CVTRJ Trading e Distribuidora Ltda.
Garantia e seguros	Não há
Rescisão ou extinção	Comunicação prévia
Natureza e razão para a operação	Não há
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	

CVTRJ TRADING E DISTRIBUIDORA EIRELI	30/12/2014	594.000,00	R$ 594.000,00		10 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Investida da Companhia
Objeto contrato	Aluguel - CVTRJ Trading e Distribuidora Ltda.
Garantia e seguros	Não há
Rescisão ou extinção	Comunicação prévia
Natureza e razão para a operação	Não há
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que visa a estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar quadros dos itens 12.2(d) e 12.3(c) deste Formulário de Referência.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Política de Transações com Partes Relacionadas, em conjunto com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração, datada de 15 de janeiro de 2021 ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"), tem propósito de incrementar a estrutura de governança da Companhia.

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo de outros procedimentos internos adotados pela administração da Companhia, conforme abaixo descrito. A Companhia ressalta que, para celebração dos contratos listados no item 16.2 acima, adotou medidas para verificação do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado de tais operações, sendo realizadas cotações de mercado, comparações com contratos similares firmados anteriormente pela Companhia com terceiros, levantamento do preço de mercado ou elaborados laudos elaborados por terceiro independente.

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. A Companhia acredita que, se as referidas operações com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

CVTRJ TRADING E DISTRIBUIDORA LTDA.

Aluguel de Imóvel Comercial

Anualmente a Companhia elabora um estudo para levantamento do preço de mercado do imóvel locado da parte relacionada e consideramos esse valor como aluguel justo. Não obstante, referido contrato estabelece obrigações mútuas entre as partes, comuns em quaisquer tipos de contratos dessa natureza. Nesse sentido, a Companhia entende que as medidas adotadas asseguram o caráter comutativo da transação.

CVTRJ TRADING E DISTRIBUIDORA LTDA.

Securitização de recebíveis

A securitização de recebíveis feita pela Companhia é efetuada considerando os custos médios de operações semelhantes realizadas entre a Companhia e Bancos de primeira linha. A título exemplificativo, a Companhia celebrou no passado, operação semelhante junto ao Banco Santander e Banco Itaú, com as seguintes condições: 2,7% a.m. e 2,46% a.m. respectivamente. Além disso, esse custo é pago pelos fornecedores que realizam as antecipações de seus respectivos títulos e, a partir deste momento, a Companhia se torna devedora da parte relacionada. Por último, a Companhia efetua o pagamento nas datas inicialmente acordada com os seus fornecedores e entende que a transação cumpre seguem os padrões praticados no mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 16.1 a 16.3 deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/01/2021	2.000.000.000,00	Não aplicável	0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
03/07/2020	157.107.241,15	Não aplicável	1.035.166.991	0	1.035.166.991
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
03/07/2020	157.107.241,15	Não aplicável	1.035.166.991	0	1.035.166.991
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
03/07/2020	157.107.241,15	Não aplicável	1.035.166.991	0	1.035.166.991

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/03/2018	Reunião do Conselho de Administração, ratificada pela Assembleia Geral	01/03/2018	20.000.000,00	Subscrição particular	112.976.662	0	112.976.662	19,21000000	0,18	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valuation elaborado em 2019 e informado em acordo de acionistas									
Forma de integralização	Moeda Corrente									
03/07/2020	Assembleia Geral	03/07/2020	33.000.000,00	Subscrição particular	217.434.349	0	217.434.349	26,59000000	0,15	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valor Nominal das ações subscritas na data de emissão									
Forma de integralização	Moeda Corrente									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 redução do seu capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 17.1 a 17.4 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado, a regulamentação vigente e o Estatuto Social, a realização de oferta pública de aquisição de ações é exigida nas hipóteses de alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No que se refere a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social, em seu artigo 31, prevê que, em caso de alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, referida alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que prevê, em seu artigo 120, que a Assembleia Geral dos seus acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados organizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento especial Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não houve ofertas de valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não mantém em tesouraria no exercício social corrente e não manteve valores mobiliários em tesouraria nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**15/01/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretores; Membros do Conselho de Administração; Membros do Conselho Fiscal (caso instalado); Acionistas Controladores; e Empregados e terceiros com acesso a informações relevantes.

Principais características e locais de consulta

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação com Valores Mobiliários" ("Política de Negociação"), a qual, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), visa a regulamentar as operações com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação, quais sejam os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados e terceiros contratados pela Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição ou, circunstancialmente, tenham acesso a informações relevantes ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas tenha acesso ou conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia ("Pessoas Vinculadas"). Neste sentido, a Política de Negociação estabelece: (i) as regras para negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas"), em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociações com Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos Valores Mobiliários da Companhia.
A Política de Negociação pode ser consultada no site da Companhia (https://investidores.casaevideo.com.br) ou, ainda, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e Pessoas Vinculadas nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (a) sempre que tenham conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358 ("Ato ou Fato Relevante"), até a sua divulgação ao mercado, (b) sempre que existir intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (e) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (f) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão. No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, o Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da referida política.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Política de Divulgação e Uso de Informações para o Mercado da Companhia ("Política de Divulgação"), a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de janeiro de 2021.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas que deverão observar as disposições da Política assine um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 conforme alterada ("Instrução CVM 358"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os Atos ou Fatos Relevantes (conforme abaixo definidos), inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- Estabelecem o conceito de Ato ou Fato Relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de Ato ou Fato Relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar: (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; ou (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;

- Dão exemplos de Atos ou Fatos Relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão, dentre outros;

- Impõem à companhia aberta o envio de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, por meio do sistema Empresas.Net fornecido pela CVM e pela B3, bem como divulgá-los ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação: (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- Exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- Exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo criado por disposição estatutária) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 a titularidade e negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela referida companhia, suas controladoras e controladas (desde que sejam companhias abertas), inclusive aquelas detidas por seus cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na sua declaração anual de imposto de renda e sociedades controladas;

- Exigem que qualquer acionista controlador, direto ou indireto, qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, divulgue a alteração de sua participação por meio negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual sua participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia; e

- Proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da B3 que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, dentre outras, impõe a necessidade de realização de reunião pública com analistas e demais interessados, ao menos uma vez ao ano, para divulgação de informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão: (i) pela própria Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus diretores; (iv) pelos seus conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, ou, em relação a acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas mencionadas no

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

parágrafo acima no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras (DFP).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes ("Política de Divulgação"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2021.

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, cuja definição consta do artigo 2º da Instrução CVM 358 ("Ato ou Fato Relevante"), além de instituir elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser observados tanto pelo Diretor de Relações com Investidores quanto pelas demais Pessoas Sujeitas (conforme abaixo definido) identificadas na Política de Divulgação.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação a Companhia e os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária ou por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenha acesso permanente ou eventual às informações relativas à Ato ou Fato Relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado, as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do termo de adesão e toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia ("Pessoas Sujeitas").

A comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM, aos mercados de balcão organizado em que valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados ("Bolsa de Valores") e ao mercado em geral deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorrerá por meio de: (i) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, podendo o anúncio conter a descrição resumida do Ato ou Fato Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa do Ato ou Fato Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores; e (ii) disponibilizada no site de relações com investidores da Companhia (https://investidores.casaevideo.com.br).

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, prevalecendo, no caso de incompatibilidade de horário de negociação em mercados de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá comunicar o Ato ou Fato Relevante à CVM e às Bolsas de Valores, conforme aplicável, e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário para a sua adequada disseminação.

A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o acionista controlador ou os membros do Conselho de Administração e da Diretoria entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente o acionista controlador e este decida por sua não divulgação, deverá o acionista controlador informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia e/ou à área de Relações com Investidores.

Ainda que o acionista controlador ou os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, o Ato ou Fato Relevante

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

mantido em sigilo deve ser imediatamente divulgado na hipótese de a informação escapar ao controle da Companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados.

As Pessoas Sujeitas devem guardar sigilo absoluto acerca de Atos e Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados, nos termos da Política de Divulgação e da Instrução CVM 358, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 21.1 a 21.3 deste Formulário de Referência.